



Instituto Superior de Serviço Social do Porto
Cooperativa de Ensino Superior de Serviço Social, C.R.L.

Instituições de acolhimento de crianças e jovens: eliminação ou atenuação do risco e perigo? – O caso do *Lar Esperança*

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social, sob orientação da Professora Doutora Idalina Machado.

DINA ELISABETE BRÁS SILVA

Maio 2016

**Instituições de acolhimento de crianças e
jovens: eliminação ou atenuação do risco e
perigo? – O caso do *Lar Esperança***

DINA ELISABETE BRÁS SILVA

Mai 2016

*“Só é possível ensinar uma criança a amar,
amando-a.”*

Johann Goethe

Agradecimentos

Aos meus pais, em primeiro lugar, pelos ideais que me transmitiram, por estarem sempre presentes nos momentos mais importantes e, principalmente, por terem tornado todo este percurso possível,

Às minhas irmãs, por terem apoiado todo este percurso desde o início, pelos conselhos e pela ajuda prestada,

Ao Fábio, por ouvir os meus desabafos e angústias durante este processo e, essencialmente, por estar sempre presente e apoiar todo este trabalho,

À Professora Doutora Idalina Machado, pela orientação de todo o trabalho e por todo o seu apoio,

Aos jovens do *Lar Esperança*, por partilharem as suas experiências de vida,

À Diretora da instituição, por ter tornado possível a realização deste trabalho com os jovens do *Lar Esperança* e por todo o apoio oferecido,

A toda a equipa técnica do *Lar Esperança*, diretora técnica, psicóloga e assistente social, por todo o apoio prestado na realização da dissertação,

À equipa educativa, ajudantes de ação direta do *Lar Esperança*, que participaram no estudo e facilitaram a obtenção dos dados,

A todos os meus colegas e amigos que acompanharam a minha trajetória,

Muito obrigada a todos!

Resumo

A industrialização trouxe profundas transformações, não só no domínio económico, mas também no domínio familiar. Não só as relações familiares sofreram alterações significativas, como também se alterou o lugar da criança no meio familiar, na sequência da afirmação desta como ser que suscita maiores cuidados e preocupações. O afeto passou a estar na base dos relacionamentos quer entre os cônjuges, quer com as crianças. O papel socializador da família assumiu uma importância acrescida e adquiriu novos contornos. No entanto, motivadas por situações de vida adversas, como é o caso da pobreza, do desemprego, da toxicod dependência, entre outras, há famílias que falham no desempenho das suas responsabilidades parentais, expondo as crianças a riscos e perigos, o que suscita a intervenção do Estado, nomeadamente das entidades com competência em matéria de infância e juventude. As crianças que se encontram em situação de risco e perigo são alvo de diversas medidas de promoção e proteção, entre as quais se destaca a medida de acolhimento residencial. O papel das casas de acolhimento de crianças e jovens é garantir o desenvolvimento integral e saudável das crianças e jovens que acolhe, bem como promover a sua autonomização. Mas surge-nos uma questão: A institucionalização de crianças e jovens contribui para a eliminação/atenuação do risco e do perigo, promovendo a autonomização ou, pelo contrário, potencia o desenvolvimento de outras formas desses fenómenos?

Partindo desta questão, desenvolvemos um estudo de caso, na casa de acolhimento *Esperança*, a fim de compreender se a instituição promove a eliminação/atenuação do risco e do perigo dos jovens aí institucionalizados. Como metodologia de investigação, utilizamos a observação participante, guiada por grelhas de observação semiestruturadas e com recurso a notas de campo. A realização de entrevistas à equipa técnica e educativa também esteve presente no estudo, com o intuito de compreender a perceção dos profissionais acerca do risco e do perigo e do modo de agir perante estas situações.

A informação recolhida permitiu-nos identificar as práticas que, na casa de acolhimento *Esperança*, constituem uma oportunidade para a promoção da eliminação do risco e do perigo em virtude do seu contributo para o desenvolvimento de capacidades de autonomização dos jovens.

Palavras-chave: Risco; Perigo; Institucionalização; Vinculação; Socialização; Autonomização.

Abstract

Industrialization has brought along profound changes, not only in the economic field but also in the family domain. Due to this, not only family relationships have changed significantly, but it has also changed the place of the child within the family, following these children`s claim which raises more care and concern. The affection has been the basis of relationships either between spouses or with children. The socializing role of the family took on added importance and acquired new contours. However, caused by adverse life situations, as is the case of poverty, unemployment, drug addiction, among others, there are families that fail in performance of their parental responsibilities, and thus exposing children to risks and dangers, which rises state intervention, including the entities with competence in the field of childhood and youth care. Children who are in risk and danger are subject to a number of measures for the promotion and protection amongst which stands out the measure of becoming hosts in the institution. The role of institutions, in the care of children and young people, is to ensure the full and healthy development of children and youth who are taken in and promote their empowerment. However, a question arose. Does the institutionalization of children and youth contribute to elimination / mitigation of risk and danger, promoting autonomy or, on the contrary, it encourages the development of other forms of these phenomena?

Starting from this issue, we developed a case study in the *Esperança* home in order to understand if the institution promotes elimination / mitigation of risk and danger of the young institutionalized there. As research methodology we used participant observation, guided by semi-structured observation grids and using the field notes. The technical and educational team was also interviewed in order to be present in this study, so that we could understand the perception of professionals about risk and danger as well as how to act upon these situations.

The information gathered enabled us to identify the professional practices that, at *Lar Esperança*, create an opportunity to promote the elimination of the risk and danger due its contribution to the development of autonomous capabilities of the young.

Key words: Risk, Danger; Institutionalization; Attachment; Socialization; Promotion of Autonomy.

Résumé

L'industrialisation a apporté des changements profonds non seulement dans le domaine économique, mais aussi dans le domaine familial. Les relations familiales ont changé significativement et la place de l'enfant dans la famille a été modifiée par suite de la position de l'enfant qui a besoin de plus de soins et d'attention. L'affection doit être la base de relations entre les conjoints ainsi que des enfants. Le rôle de socialisation de la famille a pris une grande importance et a acquis de nouveaux rapports. Cependant, confrontés à des situations de vie défavorable, comme la pauvreté, le chômage, la toxicomanie (entre autres), il y a des familles qui ne parviennent pas à exercer leurs responsabilités parentales, ce qui expose leurs enfants à des risques de danger qui entraîne l'intervention de l'État (en particulier les organismes responsables des enfants et des jeunes comme les établissements d'accueil).

Ces enfants qui subissent des risques de danger, sont soumis à un certain nombre de mesures afin de les protéger. Le rôle de ces institutions est d'assurer le bon développement des enfants et jeunes qu'elles accueillent afin d'assurer leur autonomie. Mais il se présente encore une question: l'institutionnalisation des enfants et jeunes contribue à la diminution (et peut être à l'élimination?) du risque de danger et renforce la promotion de l'autonomie ou, par contre, encourage le développement d'autres formes de ces phénomènes?

En ce qui concerne cette question, nous avons développé l'étude d'un cas, à la maison des enfants et des jeunes *Lar Esperança* afin de comprendre si l'institution favorise la diminution (ou l'élimination) des risques de danger auprès des jeunes qui y réside. Nous avons utilisé l'observation participante, comme méthode de recherche, en employant des grilles guidées semi-structurées et prenant des notes sur le terrain. Les équipes techniques et pédagogiques étaient également pendant cette étude afin de comprendre la perception des professionnels sur le risque de danger et comment faire pour résoudre des situations problématiques.

Les informations recueillies nous ont permis d'identifier the practices professionnels à la maison *Lar Esperança* que favorisent l'élimination du risque de danger car sa contribution pour le développement des capacités autonomes des jeunes.

Mots-clés: Risque; Danger; Institutionnalisation; Liaison; Socialisation; Autonomisation.

ÍNDICE

Agradecimentos	4
Resumo	5
Abstract	6
Résumé	7
Índice de Gráficos	10
Índice de Figuras	10
Índice de Tabelas	11
Índice de Quadros	11
Índice de Anexos	12
Lista de abreviaturas e siglas	14
Introdução	15
Parte I. A família: de lugar de afetos a contexto de risco e perigo	19
Capítulo 1. Principais transformações nas estruturas familiares	20
Capítulo 2. A família enquanto instituição de socialização primária: desafios atuais	29
2.1. O processo de socialização: socialização primária e socialização secundária	29
2.2. A família como agente de socialização primária	30
2.3. As condições de desenvolvimento do ser humano: a Teoria Psicossocial de Erikson ..	38
Capítulo 3: O outro lado da família: de contexto de proteção a contexto de risco e perigo	43
Capítulo 4: Medidas de combate ao risco e ao perigo: a institucionalização como solução?	50
4.1. Medidas de promoção e proteção	50
4.2. A medida de acolhimento residencial	56
Parte II. Casa de acolhimento <i>Esperança</i> : uma ponte para o futuro?	62
Capítulo 5. Apresentação e justificação da estratégia metodológica	63
5.1. Nota prévia	63
5.2. O estudo de caso	63
5.3. Principais instrumentos de recolha de dados: observação participante e entrevista	64
5.4. Considerações sobre o processo de recolha dos dados	67
Capítulo 6. Casa de acolhimento <i>Esperança</i> : enquadramento e caracterização	72
6.1. Espaços institucionais	73
6.2. Caracterização da equipa de profissionais	75
6.3. Modos de funcionamento do Lar <i>Esperança</i>	79
Capítulo 7. Casa de acolhimento <i>Esperança</i> : verdadeira alternativa às situações de risco e perigo?	84

<i>7.1. Caracterização dos jovens do Lar Esperança: ruturas precoces</i>	84
<i>7.2. A institucionalização: um mal menor? A visão dos profissionais do Lar Esperança.</i>	100
<i>7.3. Rotinas diárias, mudança de atitudes e (re)aprendizagem de valores e de regras</i>	110
7.3.1. <i>O momento do acolhimento</i>	110
7.3.2. <i>A integração nas rotinas diárias</i>	114
7.3.3. <i>A “Casa dos Valores”</i>	122
7.3.4. <i>“Criar Asas” – projeto de autonomização</i>	125
<i>7.4. Desenvolvimento emocional e comportamental: a importância dos laços sociais</i>	130
<i>7.5. A educação dos jovens: o interesse pela aprendizagem e o desenvolvimento de competências e habilidades</i>	148
7.5.1. <i>A relação dos jovens com a escola e com a aprendizagem</i>	148
7.5.2. <i>Desenvolvimento de competências e habilidades através de atividades lúdico-recreativas</i>	155
Considerações finais	161
Referências Bibliográficas	165
ANEXOS	170

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Evolução do número de casamentos celebrados em Portugal, entre 1960 e 2014 (valores absolutos).....	22
Gráfico 2. Evolução do número de divórcios em Portugal, entre 1960 e 2013 (valores absolutos).....	23
Gráfico 3. Famílias segundo a dimensão em Portugal, entre 1960 e 2013 (% no total de famílias).....	24
Gráfico 4. Evolução das famílias segundo a composição em Portugal, entre 1992 e 2014 (% no total de famílias).....	25
Gráfico 5. Evolução da taxa de natalidade em Portugal, entre 1960 e 2014.....	27
Gráfico 6. Distribuição da equipa educativa (ajudantes de ação direta) do <i>Lar Esperança</i> , por grupo etário (valores absolutos).....	77
Gráfico 7. Distribuição da equipa educativa (ajudantes de ação direta) do <i>Lar Esperança</i> , por nível de escolaridade (valores absolutos).....	78
Gráfico 8. Distribuição dos jovens do <i>Lar Esperança</i> , por faixa etária e género (valores absolutos).....	84
Gráfico 9. Distribuição dos jovens do <i>Lar Esperança</i> segundo o tempo de institucionalização (valores absolutos).....	87

Índice de Figuras

Figura 1. Modelo de análise.....	61
Figura 2. Organograma do Centro Social e Paroquial	75

Índice de Tabelas

Tabela 1. Evolução do número de casos de risco e perigo ativos nas CPCJ.....	47
Tabela 2. Volume percentual dos casos de risco e perigo ativos por região (%).	48
Tabela 3. Medidas de promoção e proteção de crianças e jovens, em Portugal, no ano de 2014.....	55
Tabela 4. Caraterização dos profissionais pertencentes à equipa técnica do <i>Lar Esperança</i>	76
Tabela 5. Ano de escolaridade frequentado pelos jovens do <i>Lar Esperança</i> (valores absolutos e % no total de jovens)	85
Tabela 6. Qualificações escolares dos progenitores dos jovens do <i>Lar Esperança</i> (valores absolutos e %).	85
Tabela 7. Condição perante o trabalho dos pais dos jovens do <i>Lar Esperança</i> (valores absolutos).....	86
Tabela 8. Distribuição dos pais que exercem ou já exerceram profissão, por profissão (CPP 2010 – 2 dígitos) (valores absolutos).....	86
Tabela 9. Situação na profissão dos pais dos jovens do <i>Lar Esperança</i> (valores absolutos).....	87
Tabela 10. Motivos da institucionalização dos jovens do <i>Lar Esperança</i> (valores absolutos).....	89
Tabela 11. Atividades promovidas pela instituição na ótica dos jovens.....	156
Tabela 12. Atividades que os jovens gostariam de realizar.....	157

Índice de Quadros

Quadro 1. Listagem das situações de perigo para uma criança definidas na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na redação conferida pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro (LPCJP).....	45
Quadro 2. Listagem das medidas de promoção e proteção definidas na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na redação conferida pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro (LPCJP).....	51
Quadro 3. Objetivos específicos do <i>Lar Esperança</i>	73

Índice de Anexos

	Pág.
Anexo I (A). Grelha de observação I: Instituição.....	171
Anexo I (B). Grelha de observação II: Jovens (individualmente e entre si)	174
Anexo I (C). Grelha de observação III: Relacionamento jovens-profissionais.....	181
Anexo I (D). Grelha de observação IV: Profissionais.....	186
Anexo II. Formulário das fichas de caracterização.....	188
Anexo III. Declaração do consentimento informado	194
Anexo IV. Guião da entrevista aos ajudantes de ação direta	195
Anexo V (A). Guião da entrevista à equipa técnica: Assistente Social e Psicóloga.....	197
Anexo V (B). Guião da entrevista à equipa técnica: Diretora da Instituição.....	198
Anexo VI (A). Espaços institucionais: quarto dos jovens.....	200
Anexo VI (B). Espaços institucionais: copa.....	201
Anexo VI (C). Espaços institucionais: sala de visitas.....	202
Anexo VI (D). Espaços institucionais: sala de estar.....	203
Anexo VI (E). Espaços institucionais: sala de convívio/sala de jogos.....	205
Anexo VI (F). Espaços institucionais: campo polidesportivo.....	206
Anexo VI (G). Espaços institucionais: sala multimédia/de estudo.....	207
Anexo VI (H). Espaços institucionais: refeitório.....	208
Anexo VII (A). Formulário do Plano Socioeducativo Individual: Diagnóstico.....	209
Anexo VII (B). Formulário do Plano Socioeducativo Individual: Estratégias de intervenção.....	210
Anexo VIII (A). Definição das tarefas domésticas diárias.....	211
Anexo VIII (B). Organização das tarefas domésticas diárias.....	212
Anexo IX. Lista das tarefas e atividades definidas pelos jovens para as férias de verão...	213
Anexo X. Sistema de créditos.....	215
Anexo XI. Lista de recompensas.....	216
Anexo XII. Utilização da <i>internet</i> de forma segura.....	217
Anexo XIII (A). Projeto “Casa dos Valores”.....	218
Anexo XIII (B). Projeto “Casa dos Valores”: Explicitação.....	219
Anexo XIV. Incentivos afixados no <i>Lar Esperança</i>	220
Anexo XV (A). Projeto de autonomização “Criar Asas”: Itens de desenvolvimento da autonomia.....	221
Anexo XV (B). Projeto de autonomização “Criar Asas”: Estratégias.....	225
Anexo XV (C). Projeto de autonomização “Criar Asas”: Atividades.....	229
Anexo XVI. Regulamento das visitas aos jovens.....	234

Anexo XVII. Frase de incentivo afixada no computador.....	235
Anexo XVIII. Cartaz alusivo aos continentes.....	236
Anexo XIX. Cartaz alusivo às DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis).....	237

Lista de abreviaturas e siglas

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

CNPCJR – Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

GAF – Gabinete de Apoio à Família

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ISS – Instituto da Segurança Social

LIJ – Lar de Infância e Juventude

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

PSEI – Plano Socioeducativo Individual

Introdução

A institucionalização de crianças e jovens é uma situação cada vez mais presente nas nossas sociedades. Mas quais são as causas da institucionalização? Que fatores contribuem para a retirada das crianças do seio familiar?

Os conceitos de risco e perigo encontram-se, assim, associados a esta temática, pois definem as situações que contribuem para o afastamento das crianças/jovens da família. Numa sociedade cada vez mais globalizada, são diversos os riscos e os perigos a que as crianças/jovens se encontram expostos.

Muitas das situações vividas pelas crianças e jovens são consideradas de risco e/ou perigo, no sentido em que colocam em causa o seu desenvolvimento e bem-estar integral. Exemplos dessas situações são os maus-tratos, a negligência, o abuso sexual, entre outras situações, que são motivadas pela vulnerabilidade vivida por muitas famílias resultante de problemas como o desemprego, a dependência de substâncias, a pobreza extrema, entre outras. Face a esta realidade, a institucionalização é, muitas vezes, a solução encontrada para amenizar os efeitos dessas vivências, pois as crianças e jovens não possuem meios para lutar contra tais situações adversas.

Mas, afinal, o que é ser criança e quais são os seus direitos e deveres? De acordo com o artigo 1.º da Convenção dos Direitos da Criança, “(...) criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo” (UNICEF, 1990). O referido documento contempla orientações para a ação dos estados-membros no que diz respeito à infância. Os direitos das crianças estão também presentes neste documento, sendo esses o direito inerente à vida, o direito a um nome e nacionalidade, o direito à liberdade de expressão, o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião e o direito à proteção da vida privada, entre outros.

As transformações socioeconómicas das nossas sociedades contribuíram para que a perceção da criança se fosse alterando ao longo dos tempos. Assim, na pré-modernidade, a criança era encarada como um ser dotado da mesma responsabilidade e estatuto que os adultos, isto é, as crianças tinham o dever de executar os mesmos trabalhos que os adultos, sendo alvo de sanções caso não os cumprissem; na modernidade, a criança passa a ser considerada um ser carente de afetos, a quem a família deve prestar especial atenção promovendo a inserção desta no meio escolar; por fim, na pós-modernidade, a criança é vista como um sujeito de direitos e deveres e,

sendo indefesa, o seu bem-estar apresenta-se como uma preocupação das políticas públicas. (Ferreira, 2011)

É na família que a criança se desenvolve e obtém o suporte necessário (Sousa, 2013), pelo que cabe àquela a responsabilidade da socialização, bem como a prestação de cuidados básicos, de proteção e de afeto. Quando este grupo falha nas suas obrigações, o Estado é chamado a intervir e assume a responsabilidade de garantir a proteção e o bem-estar das crianças (Sousa, 2013).

É no âmbito da problemática do risco e do perigo, nomeadamente no que diz respeito à institucionalização enquanto medida de proteção, que surge o presente trabalho de investigação. A investigação desenvolvida teve como objetivo principal procurar compreender se a institucionalização contribui efetivamente para a eliminação/diminuição do risco e do perigo e, em caso afirmativo, de que modo tal se processa ou se, pelo contrário, cria novas formas de risco/perigo. Assim, a pergunta de partida que norteou o trabalho de investigação foi: *A institucionalização de crianças e jovens contribui para a eliminação/atenuação do risco e do perigo, promovendo a autonomização ou, pelo contrário, potencia o desenvolvimento de outras formas desses fenómenos?*

Neste sentido, definimos como objetivos específicos da investigação: conhecer as rotinas diárias das crianças/jovens institucionalizados na casa de acolhimento *Esperança*; verificar se a satisfação das necessidades das crianças/jovens é garantida na instituição; analisar modelos de funcionamento da instituição com vista a identificar práticas funcionais e práticas disfuncionais; compreender se existe a possibilidade do estabelecimento de relações de vinculação, e se essas são favoráveis ao bem-estar e desenvolvimento das crianças/jovens; perceber se a instituição assume o papel da família.

Para a investigação em causa, selecionámos uma casa de acolhimento na ilha da Madeira e desenvolvemos um estudo de caso com vista a conhecer as medidas tomadas pela instituição para garantir o bem-estar e desenvolvimento das crianças, assim como a possibilidade do estabelecimento de relações de vinculação favoráveis ao desenvolvimento da criança/jovem.

Do ponto de vista formal, para além da introdução e das considerações finais, a tese encontra-se organizada em duas partes principais compostas por vários capítulos específicos.

A primeira parte trata a problemática das transformações registadas nas estruturas familiares ao longo dos anos e das repercussões em termos das funções desempenhadas pela família. São abordadas, ainda, as situações que originam o risco e o perigo no contexto familiar, bem como as medidas de combate às mesmas. Esta parte é, então, composta por quatro capítulos.

O capítulo 1 aborda a temática da família, refletindo sobre as transformações ocorridas nas estruturas e formas familiares ao longo dos tempos. A evolução das sociedades refletiu-se nos modos de conjugalidade e nas vivências familiares que sofreram alterações. Para a transformação das sociedades em diversos domínios muito contribuíram as alterações ocorridas nas estruturas económicas, o que, por sua vez, deu origem a um reposicionamento do lugar da criança na família. A necessidade crescente de aposta na formação e na valorização profissional sobrepõe-se, em muitos casos, à construção da família e condiciona a decisão de ter filhos, a qual se vai tornando cada vez mais tardia. Menos filhos e maiores exigências do ponto de vista dos cuidados colocam a criança hoje como elemento central no seio da família, na qual se investe fortemente.

No capítulo 2, aprofunda-se a análise sobre as funções da família, nomeadamente no que diz respeito à função de socialização. A socialização é o processo através do qual o indivíduo é integrado numa dada sociedade ou numa parte da mesma (Berger & Luckmann, 2010), sendo, por isso, essencial a participação da família neste processo, uma vez que este grupo é o primeiro agente de socialização na vida da criança. A família assume então a função de socialização primária, que é a primeira socialização a que a criança tem acesso, sendo-lhe transmitidos os valores e as crenças subjacentes à sua cultura, o que a torna membro da sociedade (Berger & Luckmann, 2010). As transformações económicas ocorridas ao longo dos tempos contribuíram, também, para as alterações na função de socialização da família, principalmente porque esta passou a ser partilhada com outros agentes, como é o caso dos infantários e creches, dos meios de comunicação social e até mesmo a indústria de lazer destinada à infância.

Tendo em conta que a família tem um “outro lado”, isto é, que pode ser fonte de risco e perigo, pois nem sempre constitui um lugar de afetos, de amor e de carinho, dedica-se o capítulo 3 à reflexão sobre o que constituem o risco e o perigo. Para além da discussão em torno dos conceitos, explicitam-se, ainda, os fatores que concorrem para a existência, na vida de muitas crianças e jovens, de situações de risco e de perigo, dando-se enfoque particular aos que se relacionam com a pobreza e com a exclusão social.

O capítulo 4 trata das diversas medidas de combate ao risco e ao perigo, salientando a medida da colocação da criança/jovem em instituição de acolhimento, tema sobre o qual recai a investigação. Neste capítulo, recorrendo especificamente aos contributos de Goffman (1961) sobre as instituições totalitárias, são apresentados alguns dos efeitos nefastos causados pela institucionalização, uma vez que a rutura com o meio natural de vida poderá impulsionar, por exemplo, distúrbios emocionais e comportamentais.

A segunda parte é dedicada à análise da casa de acolhimento *Esperança*, situada na Madeira, e que constituiu o estudo de caso realizado. Para além das questões metodológicas que nortearam a pesquisa, apresenta-se a instituição e discutem-se os principais resultados. Esta parte é composta por três capítulos.

O capítulo 5 apresenta a metodologia utilizada ao longo do trabalho de pesquisa. Para além das reflexões gerais sobre o método, são também tratadas as técnicas de recolha de informação aplicadas. Este capítulo contempla, ainda, uma reflexão crítica sobre o processo de pesquisa, particularmente sobre os obstáculos encontrados e as estratégias para os ultrapassar.

Para uma melhor compreensão do contexto em que decorreu a investigação, o capítulo 6 expõe uma caracterização geral da instituição na qual decorreu o estudo. São apresentados dados como a história, missão, valores, profissionais, serviços que a instituição oferece e parcerias existentes, entre outros aspetos.

No capítulo 7, discutem-se os principais resultados obtidos, de modo a procurar dar resposta à questão que norteou a pesquisa, aos objetivos e às hipóteses de trabalho.

Por fim, as considerações finais retomam as principais conclusões do estudo, apresentando, também, algumas das limitações e possíveis sugestões para investigações futuras.

Parte I. A família: de lugar de afetos a contexto de risco e perigo

Capítulo 1. Principais transformações nas estruturas familiares

A família é o primeiro grupo com quem a criança se relaciona, sendo este o lugar privilegiado para o seu crescimento e desenvolvimento. No entanto, têm sido várias as transformações ocorridas, nomeadamente, nas formas e nas estruturas familiares, assim como nos modos de conjugalidade, sendo essencial refletir sobre o papel da família na sociedade e no crescimento e desenvolvimento das crianças.

Assim, recorreremos à abordagem funcionalista que considera que a sociedade encontra-se organizada em diversas instituições sociais, sendo que cada uma delas desempenha funções específicas, garantindo assim a “(...) continuidade e consenso do todo social (...)” (Giddens, 2004, p. 177). O funcionalismo defende que a família desempenha funções de satisfação das necessidades básicas do mundo social, assim como de “reprodução da ordem social” (Giddens, 2004, p. 177). Com a industrialização, o grupo familiar acentuou mais a sua função de socialização, apesar de manter o seu papel de reprodução, procriação e de produção económica, embora com menor expressão (Giddens, 2004).

De acordo com o funcionalismo, a família assume, essencialmente, duas funções: a socialização dos elementos menores e a estabilização da personalidade dos adultos (Hita, 2005). No caso da socialização, a família assume um papel importante no sentido em que procede à transmissão da cultura e de todos os aspetos inerentes a ela, para que assim a criança se torne membro da sociedade em que está inserida (Hita, 2005). A função de estabilização da personalidade, por sua vez, consiste no apoio emocional aos membros adultos pertencentes ao grupo familiar (Giddens, 2004).

Giddens (2004) refere que a teoria funcionalista de Parsons apresenta uma divisão de papéis no seio familiar, isto é, enquanto um elemento adulto, geralmente do sexo masculino, desempenha uma profissão fora do espaço familiar, o outro elemento adulto, frequentemente do sexo feminino, assume a responsabilidade dos cuidados da casa e das crianças, remetendo esta ideia para a divisão sexual dos papéis. Este autor aponta ainda que “As famílias que não se encaixavam no modelo ‘ideal’ da família branca, de classe média dos subúrbios, eram vistas como desviantes.” (2004, p. 177).

A verdade é que durante muitos séculos a família era encarada como um grupo que tinha a função de garantir a continuidade das gerações e, por isso mesmo, também desempenhava uma função produtiva no sentido da garantia do sustento dos seus elementos constituintes, funcionando, muitas vezes, como uma empresa (Saraceno &

Naldini, 2003). Com a industrialização, foram várias as transformações ocorridas não apenas nos modos de organização da produção, mas também nas vivências familiares, uma vez que a família deixou de estar unida com o propósito único da produção económica e da reprodução, verificando-se, a partir daí, diversas alterações nas formas e nas estruturas familiares. Saraceno & Naldini (2003) confirmam que, de facto, a revolução industrial alterou os relacionamentos familiares, pois o trabalho assalariado contribuiu para que as famílias passassem de unidades de produção a unidades de rendimento e consumo.

Também Almeida (1995) defende que as transformações provocadas pela industrialização ocorreram em variados domínios, incluindo o familiar. As atividades laborais que garantem o sustento das famílias passam a ser exercidas no exterior, apesar de existirem ainda famílias que se organizam numa lógica de unidade de produção (por exemplo, no quadro da atividade agrícola) (Almeida, 1995). A infância aparece como uma fase específica do desenvolvimento e, nesse sentido, as crianças passam a ser alvo de maior atenção e cuidado por parte das famílias e da sociedade de um modo geral. Sentimentos como a afetividade e o amor começaram a ser valorizados, não só em relação aos filhos, mas também entre os cônjuges.

Dadas as transformações verificadas no seio familiar, Giddens (2004) defende que não é correto falar em “família” porque, na verdade, não existe um modelo único e universal, mas sim falarmos em “famílias”, contemplando, assim, a diversidade de formas e estruturas familiares. Também Segalen (1999) reflete sobre este assunto e menciona que as formas familiares alteram-se de época para época, apresentando-se como resultado da junção de forças sociais, económicas e culturais.

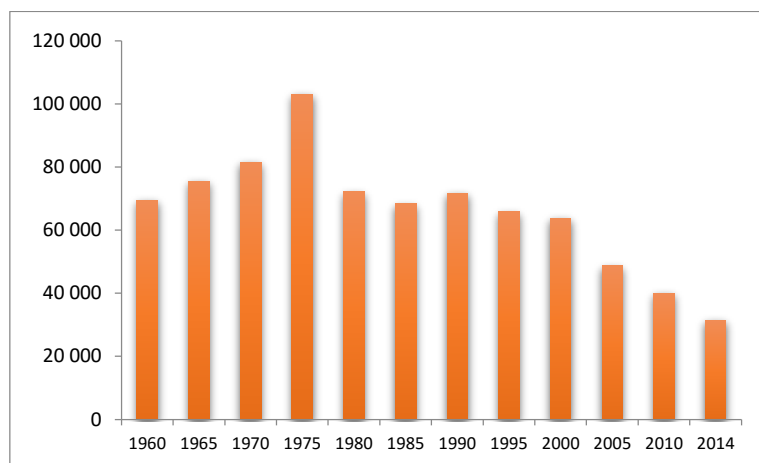
É essencial compreender as principais mudanças ocorridas no seio familiar, quer ao nível das funções, quer ao nível da sua estruturação. O recurso a alguma informação estatística sobre Portugal, desde a década de 1960 e até à data mais recente disponível, permite-nos demonstrar o sentido das transformações indicadas.

Tradicionalmente, a constituição de família aparecia sempre ligada ao casamento. Nesse sentido, a análise dos dados da evolução da nupcialidade revela-se importante para compreender como, neste domínio, a sociedade portuguesa tem acompanhado algumas das principais transformações que se fazem sentir pela Europa ocidental.

Através da análise do gráfico 1, podemos constatar que de 1960 para 2014 registou-se um declínio acentuado do número de casamentos celebrados: em termos

absolutos, foram realizados menos 37.979 casamentos, o que corresponde a uma taxa de crescimento negativa de -54,7%. As uniões através do casamento ocorrem com menos frequência e, se existem, é numa idade mais tardia¹, sendo o mais comum, atualmente, a união de facto/coabitação² antes do casamento ou, não menos raro, como uma alternativa ao mesmo (Giddens, 2004). Esta nova forma de constituição de família reflete, pois, mudanças no plano dos valores, já que a formalização da união deixa de ser social e legalmente exigida. Embora com potenciais distinções em termos de pertença social, a verdade é que a união de facto/coabitação tem vindo a ganhar uma expressão considerável e a própria legislação assume essa mudança através da atribuição a estes casais de direitos idênticos aos que têm aqueles que são formalmente casados. O estudo realizado por Aboim (2003)³ apresenta dados que confirmam o aumento significativo de famílias em coabitação, principalmente entre 1991 e 2001, sendo que no ano 2001 este modelo familiar representava 6,9% dos núcleos familiares.

Gráfico 1. Evolução do número de casamentos celebrados em Portugal, entre 1960 e 2014 (valores absolutos)



Fonte: PORDATA.

Outro indicador revelador do caminho de mudança neste domínio é o que diz respeito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, que começou a ganhar expressão a partir de 2010, traduzindo-se, pois, num novo modelo familiar que são as famílias

¹ De acordo com os dados disponibilizados pela PORDATA, em 1960, a idade média do primeiro casamento era, para os homens, 26,9 anos, e para as mulheres, 24,8 anos. Já em 2014, esse valor subiu para 32,1 anos para os homens e 30,6 para as mulheres.

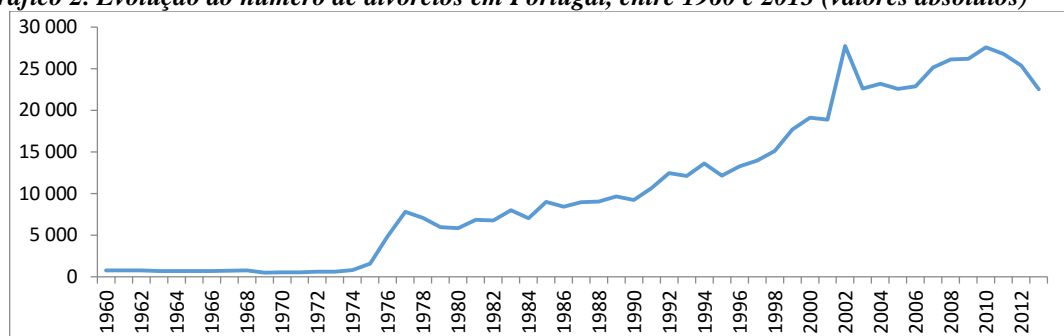
² De acordo com Ferreira (2011), as uniões de facto/coabitação dizem respeito às uniões estabelecidas entre duas pessoas que não ocorrem através de um vínculo legal, como é o caso do casamento.

³ Partindo da análise dos dados dos recenseamentos gerais da população de 1960, 1991 e 2001 em Portugal, a autora identificou os aspetos evolutivos no âmbito dos modos de organização familiar nos últimos 40 anos.

compostas por pessoas do mesmo sexo (homossexuais). De acordo com Ferreira, os casais homossexuais constituem-se com base num “(...) compromisso e confiança mútua (...)” (2011, p. 70).

Uma outra alteração é o aumento do divórcio, que tem vindo a ganhar expressão ao longo do tempo e que está muito presente nos nossos dias. Através da análise do gráfico 2, é visível o aumento significativo do número de divórcios, principalmente a partir de 1974, altura que assinala o início de transformações marcantes na sociedade portuguesa, com a queda da ditadura e com a liberdade de expressão a ganhar força, bem como a luta pelos direitos das mulheres. Até 1975, altura em que é revogada a restrição aos casados pela igreja de se divorciarem, o número de divórcios em Portugal era muito reduzido. A partir da revogação dessa restrição, o fenómeno começa a ganhar expressão e os valores registados são no sentido crescente. Em 2013, último ano para o qual há registos disponíveis, a taxa de divorcialidade era de 2,2%.

Gráfico 2. Evolução do número de divórcios em Portugal, entre 1960 e 2013 (valores absolutos)

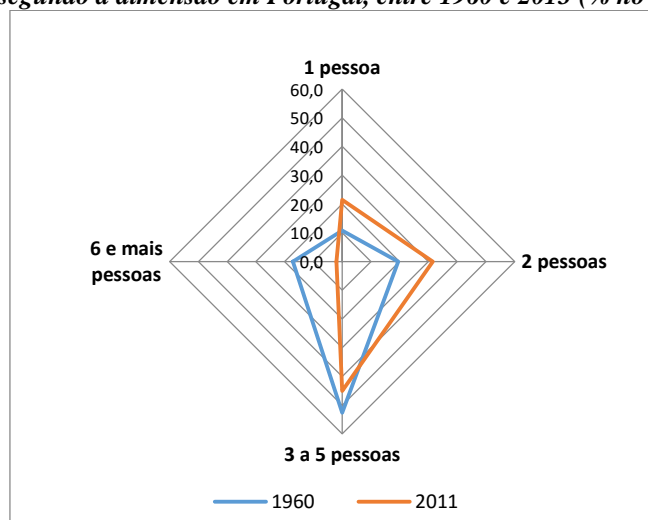


Fonte: PORDATA.

O aumento do número de divórcios contribuiu para a alteração dos contornos da figura do «pai ausente», agora já não tanto devido a situações de viuvez, mas sim a situações de rutura de laços entre cônjuges. O divórcio pode, assim, dar origem a uma rutura dos laços afetivos entre pais e filhos, pois em alguns casos deixa de existir contacto significativo entre ambos. Embora se apontem para as possíveis consequências sociais menos positivas que uma situação de divórcio pode trazer, já que atualmente muitas crianças crescem sem a presença de uma figura de autoridade a quem possam apelar nas situações em que mais necessitam, o essencial não é compreender se o pai/mãe está presente, mas sim se está envolvido na vida familiar e, principalmente, com a paternidade/maternidade, ou seja, o mais importante é a qualidade dos afetos. (Giddens, 2004)

Do ponto de vista das tipologias familiares e da dimensão média das famílias, também se registaram mudanças na sociedade portuguesa que vale a pena identificar. Desde logo se regista uma tendência evidente para famílias de menor dimensão, não só pela redução do número médio de filhos e pela menor presença de situações de diversas gerações a residir no mesmo lar, mas também pelo crescimento das situações de isolados, sejam ou não idosos (ver gráfico 3).

Gráfico 3. Famílias segundo a dimensão em Portugal, entre 1960 e 2013 (% no total de famílias)

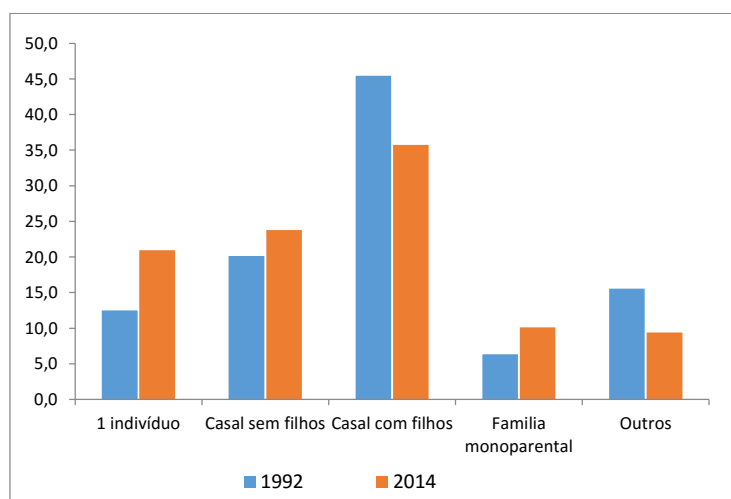


Fonte: PORDATA.

Relacionado com a diminuição do número de casamentos e o aumento do número de famílias em união de facto, existe uma tendência para o aumento do número de famílias nucleares, que são compostas por dois adultos, de sexo diferente, e os filhos biológicos ou adotados (Dias, 2011). Esta forma familiar, segundo Ferreira (2011), apresenta novas condutas sociais, principalmente nos modos de vida e nos papéis desempenhados pelos cônjuges, por exemplo, no domínio da educação dos filhos.

O aumento do número de divórcios potenciou o incremento das famílias monoparentais, que são constituídas por apenas um dos progenitores (pai ou mãe) e os filhos (Wall & Lobo, 1999). Se, no passado, a monoparentalidade estava fortemente relacionada com as situações de viuvez, atualmente, são sobretudo a rutura familiar provocada pelo divórcio e também o recurso a técnicas como a fertilização *in vitro*, que estão na génese deste tipo de família (Dias, 2011).

Gráfico 4. Evolução das famílias segundo a composição em Portugal, entre 1992 e 2014 (% no total de famílias)



Fonte: PORDATA.

O gráfico 4 mostra a evolução das famílias de acordo com a sua composição entre 1992 e 2014. Como se pode constatar, ainda que continuem a predominar os agregados de casais com filhos, têm crescido as famílias de isolados (que crescem 111,4%) e as famílias monoparentais (que crescem 101,6%). No que respeita a este último tipo de família, Giddens (2004) aponta que esta é a que se tornou mais comum nos últimos 30 anos, situando-se, essencialmente, entre a população mais pobre. No seguimento desta ideia, Alarcão (2006) acredita que o crescimento do número de famílias monoparentais contribui para amenizar os efeitos sentidos pelas crianças pertencentes a estas famílias, principalmente no que diz respeito ao sentimento de vergonha e à estigmatização.

Outra modalidade de organização familiar que surge, na maioria dos casos, após situações de divórcio é a família recomposta, situação em que um dos adultos possui filhos de relacionamentos e até mesmo de casamentos anteriores (Giddens, 2004). Estas recomposições familiares poderão trazer benefícios, mas, por outro lado, a união de filhos originários de meios diferentes poderá provocar conflitos e, até mesmo, as expectativas face aos seus comportamentos familiares adequados podem assumir diversas formas (Giddens, 2004). É importante que os progenitores, apesar de separados, mantenham uma relação de cooperação de modo a que consigam solucionar em conjunto todas as questões inerentes aos filhos (Alarcão, 2006). Na perspetiva de Ferreira (2011), as famílias recompostas ou reconstituídas assumem a tipologia de família numerosa ou extensa, já que são constituídas, frequentemente, pelos filhos de casamentos ou uniões anteriores de ambos os elementos do casal. No estudo realizado

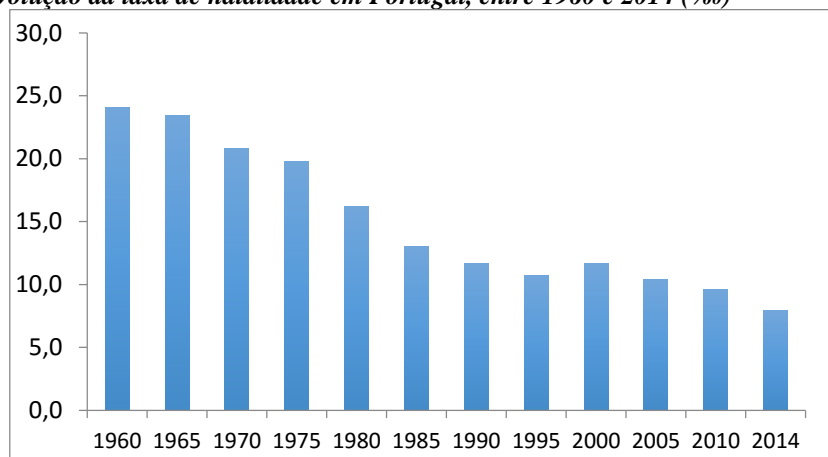
por Aboim (2003), as famílias recompostas, em 2001, assumiam o valor de 11,8% do total de casamentos realizados nesse ano.

Perante todas estas transformações no mundo familiar e o surgimento de novas formas familiares, Aboim & Wall (2002) salientam que ainda existem uniões familiares com o propósito da sobrevivência e, por isso mesmo, revelam uma submissão ao casamento (segundo as autoras, designada por “família-instituição”). No entanto, as mesmas autoras (*idem*) revelam que o surgimento de novas formas familiares modificou alguns dos princípios fundadores das uniões: algumas uniões surgem com base no amor romântico (o que aquelas autoras designam por “família-aliança”); outras surgem com base no amor, mas também da afirmação da igualdade entre os cônjuges (designadas pelas referidas autoras como “família-fusão”); e, finalmente, outras em que o individualismo sobressai sobre o nós conjugal (consideradas pelas autoras como a “família-associação”).

Toda a reflexão apresentada face às alterações ocorridas no mundo familiar vem confirmar que “(...) o mundo familiar é hoje muito diferente do que o era há cinquenta anos atrás. Apesar das instituições do casamento e da família ainda existirem e serem importantes nas nossas vidas, o seu carácter mudou radicalmente.” (Giddens, 2004, p. 174).

Para além do surgimento de novas tipologias familiares, ocorreram outras alterações significativas ao nível da fecundidade e da natalidade. O gráfico 5 revela a evolução da taxa (permilagem) de natalidade em Portugal, por cada mil habitantes, entre 1960 e 2014: verifica-se o declínio de 24,1‰ para 7,9‰. Apesar de uma ligeira inversão em 2000, a tendência de declínio é bem evidente e, em momento algum, o país voltou a recuperar verdadeiramente da perda de nascimentos. A quebra da taxa de natalidade é acompanhada, igualmente, pela queda da taxa de fecundidade. De acordo com dados disponibilizados pelo PORDATA, esta passou de 95,7‰ em 1961, para 34,3‰ em 2014. Este fenómeno poderá estar relacionado com a crescente entrada da mulher no mercado de trabalho e com a crescente importância atribuída à formação profissional, nomeadamente a formação a nível superior. O progresso na carreira profissional também poderá contribuir para que os indivíduos adiem o nascimento dos filhos, não só porque a chegada de uma criança altera todas as rotinas existentes, mas sobretudo porque os filhos representam hoje um forte investimento emocional e económico.

Gráfico 5. Evolução da taxa de natalidade em Portugal, entre 1960 e 2014 (%o)



Fonte: PORDATA.

Também a taxa de mortalidade infantil é reveladora das alterações ocorridas quanto aos cuidados prestados na infância. De 77,5%o em 1960 desce para 2,8%o em 2014, tendo para isso contribuído, sem dúvida, os avanços nos cuidados médicos e a melhoria das condições de vida.

Todas as alterações apresentadas concorrem, de facto, para uma mudança do próprio lugar da criança na família e, também, no meio social. Durante muitos séculos, as crianças eram chamadas para trabalhar no campo e participar na vida económica da família. Na reflexão que faz sobre a evolução da infância, Ariès (1975) refere que as crianças eram percecionadas como se se tratassem de adultos, não havendo por isso grande diferenciação. Porém, vão-se registando mudanças: segundo o autor (*idem*), as crianças passam a ser as figuras principais de pinturas anedóticas, o que, por si só, já revela alterações no modo como a criança era encarada. O cuidado crescente com as roupas usadas pelas crianças demonstra, também, mudanças na postura quanto à infância. Com todas estas alterações relativamente à infância, vão surgindo, também, sentimentos diferenciados: o sentimento de “paparicação”, que corresponde à necessidade de mimar a criança, dado a infância ser um período curto de vida, e também o sentimento de consciencialização da população quanto à ingenuidade e debilidade das crianças, pelo que os adultos deveriam conservar estas características (Ariès, 1975).

A evolução nas estruturas familiares mostra-nos que, ao longo dos tempos, o grupo familiar não assumiu as mesmas tipologias, assim como a infância nem sempre foi entendida como atualmente a vivenciamos. Deste modo, e em forma de síntese, podemos reter que: o agregado familiar é composto por menos elementos, isto é, as famílias extensas perderam relevância; o número de famílias monoparentais e

recompostas aumentou; a taxa de nupcialidade diminuiu, assim como a taxa de natalidade e a taxa de fecundidade; a taxa de mortalidade infantil registou um decréscimo acentuado; a idade média do casamento e do nascimento do primeiro filho aumentou; e, por fim, verificamos, também, um aumento dos divórcios. Todas estas alterações no contexto familiar estão, pois, associadas às mudanças ocorridas, ao longo do tempo, nas estruturas económicas, que se traduzem na generalização do trabalho assalariado feminino e na crescente importância atribuída à formação profissional.

Capítulo 2. A família enquanto instituição de socialização primária: desafios atuais

Tal como anteriormente abordamos, na sequência do acentuar do processo de industrialização, foram várias as transformações ocorridas no seio familiar, desde as mudanças registadas no papel da mulher na vida familiar, até à forma como a infância passou a ser percecionada. Deste modo, importa refletir sobre o papel da família na atualidade, particularmente no campo da sua função de socialização primária das crianças.

2.1. O processo de socialização: socialização primária e socialização secundária

A socialização é um processo que ocorre ao longo de toda a vida, nos mais diversos momentos e que, por isso mesmo, nunca está terminada. É um processo que se inicia na infância e se prolonga ao longo de toda a vida. Desde o seu nascimento até à sua morte, o indivíduo apreende os aspetos essenciais para a sua vida social, nomeadamente, os padrões de comportamento, as normas, os valores, os rituais, entre outros, de acordo com as fases que atravessa no seu desenvolvimento, pois só através dessa aprendizagem é que o indivíduo se torna membro de uma dada sociedade.

De acordo com Berger & Luckmann (2010), a socialização é o processo pelo qual o indivíduo se torna membro do “mundo objetivo”, isto é, torna-se membro da sociedade ou de uma parte desta. Por outras palavras, a socialização é o processo através do qual os indivíduos interiorizam os elementos culturais, normas e condutas, de modo a serem integrados na sociedade em que nasceram. Os citados autores mencionam que a fase inicial de todo este processo é a “interiorização” que consiste na perceção e entendimento dos nossos semelhantes e também do mundo, encarado como uma realidade social e dotada de significado, uma vez que “Só depois de ter alcançado esse grau de interiorização é que o indivíduo se torna membro da sociedade.” (Berger & Luckmann, 2010, p. 138).

A socialização primária é considerada, por vários estudiosos, a primeira e a mais importante do ciclo de vida do ser humano. Segundo Berger & Luckmann (2010), a socialização é um processo em que as emoções estão presentes. Esta é, sem dúvida, uma característica distintiva da socialização: implica a identificação afetiva com outros significativos que serão os agentes socializadores. Sem esta carga emocional, a aprendizagem não seria possível. Assim, ao longo deste processo de socialização

primária, a criança aprende, aos poucos e poucos, os papéis e condutas sociais dos outros indivíduos. Esta aprendizagem constitui a base da socialização secundária e contribui para a construção da identidade e personalidade de cada indivíduo. É através da linguagem e da comunicação que é possível concretizar todo este processo que se conclui apenas quando o sujeito interioriza a ideia do “outro generalizado” (Berger & Luckmann, 2010).

A socialização secundária, por sua vez, “(...) é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo, já socializado, em novos sectores do mundo objectivo da sua sociedade.” (Berger & Luckmann, 2010, p. 138). Por outras palavras, a socialização secundária consiste na aprendizagem de papéis e funções sociais próprios, direta ou indiretamente relacionados com a divisão do trabalho. Para a concretização da socialização secundária é essencial que o indivíduo conheça as terminologias próprias utilizadas nesses submundos e que orientam na interpretação do funcionamento das rotinas institucionais.

Na reflexão sobre os dois tipos de socialização, é importante referir as diferenças entre ambas: a socialização primária requer a identificação do sujeito com outros significativos, sendo dotada de uma grande carga afetiva, enquanto a socialização secundária dispensa qualquer identificação ou emotividade (Berger & Luckmann, 2010).

Perante esta análise, é importante compreender que “A socialização nunca é total nem nunca está completa.” (Berger & Luckmann, 2010, p. 145). Esta afirmação remete-nos, pois, para a socialização ao longo de toda a vida, que se traduz na aprendizagem constante das normas, das condutas, dos valores e das crenças dos variados contextos em que nos relacionamos durante o desenvolvimento e durante toda a vida.

Em conclusão, pensar no processo de socialização é pensar a adaptação dos indivíduos aos diferentes contextos em que se inserem, primeiramente na família e depois nas instituições que compõem a sociedade, principalmente nos locais em que os indivíduos desempenham algum tipo de atividade.

2.2. A família como agente de socialização primária

Dado o propósito do estudo, é essencial refletir sobre o papel da família na socialização primária das crianças, uma vez que é o grupo familiar que transmite os principais elementos que servirão de guia para a entrada do indivíduo no meio social. A

importância da família neste processo surge pelo facto de serem os primeiros e mais importantes membros com quem as crianças interagem.

A família, enquanto agente de socialização primária, transmite aos seus elementos mais novos padrões de conduta, crenças, valores, costumes, códigos linguísticos próprios da sociedade em que se encontram inseridos, para que assim se tornem membros desse conjunto social (Gomes, 1994). Segundo Gomes (1994), a aprendizagem dos elementos subjacentes a uma dada cultura contribui para o desenvolvimento da personalidade e construção da identidade de cada indivíduo. O autor quer com isto dizer que a socialização primária pressupõe que a família promova as condições necessárias para que a criança se torne membro da sociedade e estabeleça as bases da sua personalidade.

Neste sentido, White & Klein (2007) partilham esta ideia, de que à família compete a socialização primária das crianças, para que estas se tornem membros da sociedade em que vivem, transmitindo assim os costumes, os valores e as normas sociais existentes no sistema social em que as mesmas serão integradas, desempenhando, desta forma, a função de reprodução social (White & Klein, 2007).

A família tem a função de formar indivíduos capazes de se integrar no sistema social como verdadeiros agentes culturais, assim como promover a estabilização da personalidade dos elementos adultos, no sentido do apoio emocional (White & Klein, 2007). Neste seguimento, segundo Parsons, caberia à mulher, no quadro familiar, um papel expressivo assente na promoção dos relacionamentos e na regulação das ações num âmbito emocional. Aos homens, por sua vez, caberia um papel instrumental, no sentido em que lhes caberia garantir a angariação, no exterior, dos recursos necessários à sobrevivência dos membros do agregado (White & Klein, 2007).

No entender de Arnett (2007), é a família que transmite à criança que ações deve realizar e quando as deve realizar, bem como quais são os comportamentos aceitáveis e os inaceitáveis, por vezes explicando e, por outras, exemplificando.

Para que a socialização primária ocorra com sucesso, é essencial que as famílias disponham das condições necessárias para inserir as crianças na sociedade. Assim, Patterson & Hastings (2007) consideram que para uma socialização bem-sucedida é importante que as famílias disponham de recursos financeiros, no sentido de dar resposta adequada às necessidades básicas de alimentação, saúde, habitação. O relacionamento e interação entre pais e filhos é outro elemento essencial, assim como é essencial um clima emocional favorável e a estabilidade nas famílias, de modo a

promover ambientes propiciadores de uma socialização eficaz das crianças e jovens (Patterson & Hastings, 2007). Assim, é fundamental que as crianças desenvolvam relações sociais positivas, quer dentro, quer fora do contexto familiar (Patterson & Hastings, 2007).

De acordo com a visão defendida por Eccles (2007), as crianças que crescem e se desenvolvem num ambiente familiar favorável, tendo ao seu dispor maiores recursos económicos, sociais e intelectuais, são mais capazes de fazer face às suas necessidades e apresentam um melhor desempenho escolar, alcançando elevados graus de ensino. As famílias que apresentam um ambiente emocional mais positivo têm maiores probabilidades de conseguir que os filhos imitem os comportamentos dos pais e sigam os seus valores e objetivos (Eccles, 2007). Neste sentido, Eccles (*idem*) defende a ideia de que os pais influenciam os interesses e motivações dos filhos, visto que os expõem a determinadas experiências e ambientes de aprendizagem que considerem ser os mais adequados. Por outras palavras, as crianças realizam aprendizagens de acordo com aquilo a que são expostas, isto é, se as famílias não proporcionarem experiências diversificadas, as crianças não desenvolverão por si próprias as suas capacidades e interesses (Eccles, 2007).

Sendo a socialização primária a proporcionar um primeiro contacto com a realidade objetiva e, sendo também, a mais importante, é essencial que culmine em resultados positivos, pois, caso contrário, poderá comprometer as socializações posteriores. É importante que a família, enquanto primeiro agente de socialização, exerça a função de proteção das crianças; é essencial que estas sejam expostas a ambientes seguros e que os pais se demonstrem disponíveis para a sua proteção, nomeadamente no que diz respeito às experiências negativas. É relevante, ainda, que as crianças desenvolvam relacionamentos significativos, não só com os elementos da família, mas também com outros atores sociais.

De acordo com Ferreira, “A família constitui um elemento estruturante do desenvolvimento da criança incontestável independentemente de ser positivo ou negativo.” (2011, p. 105). A família é, de facto, um elemento crucial no desenvolvimento das crianças, pois é esta que deverá garantir a sua proteção. As figuras significativas e o afeto que lhes está associado são essenciais para o sucesso do desenvolvimento saudável das crianças, daí revelar-se crucial refletirmos sobre a vinculação, que é a base da socialização primária.

Assim, é essencial a existência de laços significativos entre os envolvidos no processo de socialização, mais precisamente entre o agente de socialização (adultos) e o socializado (criança), na medida em que a forma como se interrelacionam influencia o desenvolvimento dos seus comportamentos (Morgado, Dias, & Paixão, 2013).

A vinculação remete para a afetividade existente nas relações estabelecidas entre os sujeitos. No caso da socialização, a afetividade está presente logo nos primeiros contactos estabelecidos entre a mãe e o bebé. Logo após o nascimento, o bebé demonstra necessidade em estabelecer contacto com os adultos, principalmente com a mãe, que é a primeira figura significativa de vinculação (Gleitman, Frilund, & Reisberg, 2003). Esta situação ocorre, essencialmente, porque a criança procura a satisfação das suas necessidades básicas, como a alimentação, a higiene e a afetividade.

Bowlby (2005) é, sem dúvida, um autor de referência neste campo. Este autor reflete sobre o assunto, definindo a vinculação como sendo resultado do comportamento social de cada indivíduo, acrescentando ainda que a vinculação pode ser entendida como a ligação que um indivíduo nutre por outro. Por outras palavras, podemos dizer que a vinculação é, então, a identificação afetiva do indivíduo com outra pessoa.

Numa relação de vinculação, a segurança e o conforto são características do relacionamento entre a mãe e o bebé, podendo falar-se em vinculação segura e vinculação insegura. Para Gleitman *et al.* (2003), a vinculação segura reflete-se nas crianças que se servem dos brinquedos para realizar as suas brincadeiras e que exploram o ambiente e as pessoas que lhes estão próximas. Porém, são crianças que reagem com uma certa perturbação à ausência da mãe e revelam entusiasmo com o seu regresso. Por outro lado, a vinculação insegura é característica de crianças que apresentam sentimentos de ansiedade e/ou resistência, não demonstrando grande interesse pela brincadeira (Gleitman, et al., 2003).

Desta forma, é possível afirmar que a permanência dos pais ao longo do desenvolvimento da criança é indispensável para que esta cresça sem perturbações. Gleitman et al. (2003) referem que mesmo uma criança que é punida pelos progenitores demonstra mais dependência e apego do que anteriormente, pois, embora o sentimento de medo seja grande, a segurança é sempre procurada junto dos pais. Portanto, podemos concluir que, de facto, os progenitores ocupam um lugar de grande importância no desenvolvimento do ser humano, pelo que a sua ausência poderá comprometer o desenvolvimento saudável dos indivíduos.

Um outro acontecimento, não menos importante, que compromete o desenvolvimento das crianças é a perda dos pais, seja por morte ou por separação. Nestes casos, as crianças permanecem com sentimentos de raiva e, muitas vezes, com expectativas face ao regresso dos pais. (Bowlby, 2005)

A realidade das crianças e jovens institucionalizados expõe, em muitos casos, a falta de laços afetivos significativos, facto que contribui para perturbações no seu desenvolvimento. A ausência de relações afetivas significativas nas primeiras fases do desenvolvimento gera, nas crianças e jovens institucionalizados, sentimentos de insegurança que se traduzem, durante o processo de institucionalização, na dificuldade em confiar nas pessoas, bem como em exprimir os sentimentos e os medos.

Pensar a relação de vinculação nas crianças e jovens institucionalizados é pensar nas relações significativas que se possam vir a estabelecer entre estes e os profissionais das instituições. Os sentimentos de insegurança, medo e revolta que caracterizam os jovens quando estes chegam às instituições dificultam a interação entre estes e os profissionais que lá trabalham. O medo de ser novamente abandonado permanece, daí a dificuldade em desenvolver sentimentos de confiança em relação à instituição e aos seus profissionais. A própria abordagem que os profissionais fazem aos jovens poderá não contribuir para a criação de laços e antes reforçar o distanciamento e a desconfiança. Na verdade, as instituições de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco deverão substituir a família, pelo que deverão garantir o afeto e a proteção necessários aos jovens, assim como socializá-los. A instituição, enquanto substituto da família, deve, assim, garantir a existência de cinco elementos que, de acordo com Grusec & Davidov (2010), estão subjacentes ao processo de socialização: proteção, reciprocidade, controlo, aprendizagem guiada e participação grupal.

A *proteção* designa o domínio da socialização em que os agentes proporcionam um ambiente de segurança às crianças. Assim, estas procuram manter-se próximas dos seus cuidadores, principalmente quando se encontram em perigo ou quando se sentem inseguras (Grusec & Davidov, 2010). Neste domínio, é essencial que as crianças apresentem sentimentos de segurança e que desenvolvam capacidades de resposta face a situações que provocam ansiedade (Grusec & Davidov, 2010).

No âmbito da *reciprocidade*, os mencionados autores revelam que a socialização ocorre nas interações estabelecidas entre pais e filhos no sentido da cooperação. Por meio de jogos ou brincadeiras, os envolvidos – pais e filhos – apresentam-se dispostos a ceder às necessidades uns dos outros, revelando a partilha dos mesmos objetivos. De

acordo com os autores, os resultados obtidos neste domínio culminam na ambição das crianças em executar os pedidos dos pais. (Grusec & Davidov, 2010)

Por outro lado, o *controle* diz respeito à aprendizagem das normas culturais, processo que exige, por vezes, o retraimento dos desejos pessoais. O conflito poderá estar presente neste domínio, uma vez que as crianças e os cuidadores têm objetivos diferenciados, sendo que, neste caso, os cuidadores/pais possuem maiores recursos para controlar e mudar as ações dos seus filhos, no sentido de alcançar condutas socialmente aceitáveis. Como estratégias, os pais utilizam um sistema de sanções, quer positivas (recompensas), quer negativas (punições), para capacitar os jovens. Neste sentido, a socialização passa igualmente pelo exercício do controle por parte dos membros adultos. (Grusec & Davidov, 2010)

No domínio da *aprendizagem guiada*, compete aos elementos responsáveis pela socialização proporcionar condições de aprendizagem de competências sociais, emocionais, cognitivas e físicas essenciais para potenciar a adaptação da criança/jovem à cultura do grupo. Para tal, é fundamental garantir a existência de uma estrutura de aprendizagem adequada, bem como fornecer às crianças/jovens informações e estratégias que lhes permitam aprender e aperfeiçoar as competências. (Grusec & Davidov, 2010)

Finalmente, não podemos equacionar a socialização sem refletir no desenvolvimento de competências no domínio do envolvimento no grupo, ou seja, naquilo que Grusec & Davidov (2010) denominam de *participação grupal*. Este domínio implica a motivação das crianças/jovens para a participação nas práticas culturais comuns ao grupo. Através de rotinas, hábitos e rituais, os adultos, servindo de modelos, mostram às crianças/jovens o que se espera deles. Por outras palavras, a participação grupal significa que a socialização é realizada através da exposição das crianças a práticas grupais.

Sendo a socialização um processo marcante na vida dos indivíduos, não poderíamos deixar de trazer para a discussão os contributos de Bourdieu (2009) sobre o *habitus*. Este representa as disposições, duradouras e possíveis de transpor, interiorizadas numa determinada classe, isto é, estruturas que orientam as práticas e representações, individuais e coletivas: “(...) o habitus produz as práticas, individuais e coletivas, portanto, da história, conforme aos esquemas engendrados pela história; ele garante a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, tendem, de forma

mais segura que todas as regras formais e que todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e a sua constância ao longo do tempo.” (Bourdieu, 2009, p. 9). Wacquant (2007) defende que o *habitus* é uma competência social e que, por isso mesmo, varia consoante o tempo, o lugar e a distribuição do poder.

No entender de Bourdieu (2009), pensar em *habitus* é refletir sobre as ações, experiências, pensamentos que são resultado de um determinado tempo e local social; são práticas inesperadas e limitadas na sua multiplicidade. É através do *habitus* que os indivíduos usufruem das instituições e que as mantêm ativas, possibilitando a existência de transformações. Por outro lado, Wacquant (2007) menciona que o *habitus* remete-nos para os estados adquiridos e estabelecidos, dotados de caráter moral, que guiam os nossos comportamentos, nomeadamente no que diz respeito aos sentimentos, desejos e condutas.

No domínio da Sociologia, o conceito de *habitus* remete-nos para a ideia de que os indivíduos pertencentes a uma mesma classe dispõem do mesmo *habitus*, visto que este é o resultado das mesmas condições de existência (Bourdieu, 2009). Para Marques & Queiroz (2014), o *habitus* resulta da interiorização, através da interação com outros, do meio social no qual o indivíduo foi socializado. Esse processo passa pela interiorização de elementos como a postura corporal, vocabulários utilizados, rituais, decisões maritais e económicas, entre outros aspetos que orientam as suas ações, sentimentos, condutas e pensamentos.

O *habitus* pode, então, assumir um papel social, pelo facto de serem disposições partilhadas por todos os indivíduos pertencentes ao mesmo meio social, e também individual, na medida em que cada sujeito possui trajetórias únicas no mundo podendo interiorizar múltiplos esquemas (Wacquant, 2007).

Lahire (2005) considera que os indivíduos possuem variadas disposições para a ação, assim como crenças, que são interiorizadas aquando da aprendizagem das normas sociais, em instituições como a família, a escola, os *media*, entre outros. Este autor (*idem*) revela que o facto de os indivíduos interiorizarem essas disposições não significa que as queiram pôr em prática, ou seja, os elementos culturais e sociais interiorizados podem ser praticados por fazerem parte das suas rotinas, ou apenas por dever. Noutros casos, a prática das disposições surge como uma “paixão” do indivíduo. Assim, a concretização dessas disposições depende das circunstâncias em que foram interiorizadas, isto é, depende da forma como decorreu a interiorização, do momento e do contexto em que ocorreu (Lahire, 2005). Portanto, perante a ideia apresentada por

este autor, é visível que as disposições apreendidas serão significativas apenas quando interiorizadas perante ambientes e condições favoráveis a essa interiorização.

O ser humano é também um ser plural, na medida em que se caracteriza por uma multiplicidade de “pertencas sociais e simbólicas” (Lahire, 2005, p. 29). De acordo com Lahire, “Em função das pessoas com quem o indivíduo considerado coexiste duradouramente (...) em função do lugar que ele ocupa na relação com essas pessoas ou em relação à actividade que desenvolvem juntos (...), o seu património de disposições e de competências é submetido a forças de influência diferentes.” (2005, p. 37).

Assim, constatamos que o *habitus* caracteriza-se pela sua flexibilidade, na medida em que as disposições interiorizadas na infância vão-se alterando ao longo da vida, consoante o indivíduo esteja inserido em diferentes realidades, não sendo de carácter obrigatório o seguimento dessas mesmas disposições. Wacquant (2007) considera que o *habitus* caracteriza-se pela sua durabilidade, não sendo, no entanto, imóvel, ou seja, segundo o autor, as disposições interiorizadas podem ser substituídas através do contacto com novas realidades e conjunturas, como é exemplo o caso da migração.

Dado o propósito do estudo, é essencial atentar o *habitus* no contexto da institucionalização, ou seja, refletir sobre as transformações produzidas na vida das crianças/jovens, que, devido a várias situações, são retiradas do seu meio natural de vida. Sendo o *habitus* o conjunto de disposições que nos identificam como pertencentes a um dado meio social (classe), as crianças/jovens retiradas à família perdem essa identificação, sendo, pois, transformados os seus elementos culturais, uma vez que passam a fazer parte de um novo contexto. O mundo institucional é completamente diferente daquilo a que estas crianças/jovens estavam habituados: as normas, os valores, as rotinas, os horários, as tarefas e as atividades são hábitos desconhecidos para quem chega à instituição. Na verdade, a institucionalização contribuirá para alterar o *habitus* das crianças e jovens, no sentido em que apresenta-se como uma nova realidade em que existem aspetos culturais distintos daqueles em que essas crianças e jovens foram socializados e que se espera que eles venham a interiorizar.

Surge, então, o fenómeno da ressocialização das crianças e jovens institucionalizadas. Berger & Luckmann (2010) consideram que o processo de socialização desenvolve-se na base da identificação do indivíduo com figuras significativas, que são os agentes responsáveis pela sua integração no sistema social, isto é, é necessária a existência de uma estrutura de plausibilidade (figuras

significativas) com a qual o indivíduo se identifique. De acordo com estes autores (*idem*), a conversação é o meio pelo qual os indivíduos apreendem as normas, os costumes, as condutas da sociedade em que se encontram inseridos, uma vez que o “aparelho de conversação” mantém, altera e reorganiza a realidade subjetiva (por outras palavras, a realidade que é interiorizada e interpretada pelo indivíduo).

A interação dos indivíduos em diferentes contextos modifica a sua realidade, o que, por sua vez, poderá originar processos de ressocialização. Desta forma, a ressocialização pressupõe, em primeiro lugar, um dismantelamento da realidade subjetiva interiorizada anteriormente, e também a existência de uma estrutura de plausibilidade segura, isto é, tal como na socialização, a ressocialização pressupõe a identificação afetiva com outros significativos (Berger & Luckmann, 2010). Neste sentido, a ressocialização promove uma rutura com o mundo social anterior, existindo, assim, uma reorganização do aparelho de conversação, ou seja, os participantes no aparelho de conversação alteram-se, passando a ser os novos elementos significativos para o indivíduo, culminando este processo na transformação da realidade subjetiva (Berger & Luckmann, 2010).

Assim, a ressocialização leva o indivíduo a reinterpretar o significado de pessoas e factos do passado, de modo a articulá-lo com a sua realidade presente (Berger & Luckmann, 2010).

Após esta reflexão alusiva ao *habitus* e aos processos de ressocialização, constata-se que as crianças e jovens institucionalizados experienciam estes processos, ou seja, sofrem uma reestruturação no *habitus*. A rutura com o meio familiar implica a construção de novos alicerces na sua personalidade e identidade e, por isso mesmo, implica uma reestruturação da realidade subjetiva. Desta forma, é essencial que na instituição existam figuras significativas, com as quais as crianças e jovens se identifiquem e se sintam seguras, para que, através do aparelho de conversação, interiorizem as novas normas, condutas e códigos linguísticos associados à sua nova realidade.

2.3. As condições de desenvolvimento do ser humano: a Teoria Psicossocial de Erikson

O processo de socialização encontra-se aliado ao desenvolvimento humano, pois, nas diversas fases do desenvolvimento, o indivíduo experiencia diferentes contextos e, por isso mesmo, encontra-se em constante socialização. É possível, então,

dizer que a socialização está presente em todas as fases do desenvolvimento do ser humano, contribuindo para a aprendizagem das diferenciadas funções que o indivíduo terá que desempenhar ao longo da sua vida.

Para abordar o tema do desenvolvimento humano, recorreremos à Teoria Psicossocial de Erikson, que contempla oito fases do desenvolvimento, sendo que em cada uma delas o indivíduo enfrenta certos conflitos que culminarão em crises e que, por sua vez, terá de solucioná-las. (Veríssimo, 2002)

A primeira fase, denominada Confiança vs Desconfiança, ocorre até aos 18 meses de vida do bebé. Neste período, a criança apreende o mundo através dos sentidos, principalmente no que diz respeito às condutas das figuras significativas, nomeadamente a mãe ou outra pessoa que a substitua, e que mantenha uma relação significativa com o bebé. A satisfação da alimentação é o principal prazer de que o bebé usufrui nos primeiros tempos de vida, sendo a confiança a base da relação entre o bebé e a figura significativa. A confiança refere-se, essencialmente, ao atendimento adequado da mãe, ou outra figura que a substitua, às necessidades da criança, mantendo essa atitude de forma contínua e coerente. Perante atitudes de desinteresse face aos comportamentos das crianças, gera-se a desconfiança, podendo culminar em perturbações do sistema mental. (Veríssimo, 2002)

A fase seguinte, Autonomia vs Vergonha e Dúvida, também designada como a primeira infância, ocorre, essencialmente, a partir dos 18 meses até aos 3 anos de idade, correspondendo, assim, ao período em que a criança inicia a exploração do meio envolvente (Veríssimo, 2002). A autonomia é conquistada perante atitudes de encorajamento dos progenitores face ao andar, falar, ao relacionar-se com outras pessoas; se, por outro lado, a atitude das figuras significativas culminam na limitação da liberdade e na constante prevenção dos perigos, a criança desenvolve um sentimento de incerteza face às suas aptidões, o que poderá, posteriormente, resultar em limitações no seu desenvolvimento (*idem*). Nesta fase, o autor da teoria em apreço defende que o importante é deixar a criança experimentar todas as situações, mesmo que o perigo esteja por perto; o facto de a criança não saber comer sozinha e sujar-se, não deve ser motivo para repreensão, pois esta encontra-se numa fase de aprendizagem em que é importante todo o tipo de experiências (Veríssimo, 2002). Estas são, pois, experiências que resultam da socialização primária, junto dos progenitores, e que, se forem mal sucedidas, poderão originar efeitos nocivos para o desenvolvimento e bem-estar da criança.

A segunda infância, que ocorre dos 3 aos 5 anos, também denominada como o estágio da Iniciativa vs Culpa, caracteriza-se pela iniciativa própria, isto é, a criança tende a realizar atividades sozinha, sem que ninguém lhe diga para as fazer. Nesta fase do desenvolvimento, a criança começa a brincar sozinha e a planejar as suas brincadeiras, sendo isto essencial para que, aos poucos e poucos, desenvolva uma relação mais eficaz com o meio e consiga alcançar os seus próprios fins. Se os progenitores e outras figuras significativas impedirem as experiências infantis, principalmente as que têm por base a imaginação, estarão, assim, a despromover o sentido de curiosidade e de iniciativa, gerando, pois, sentimentos de vergonha. (Veríssimo, 2002)

A fase de Engenho vs Inferioridade corresponde à idade escolar, nomeadamente desde os 5 até cerca dos 13 anos, que corresponde à entrada na escola primária. A confiança, autonomia e iniciativa são aspetos que a criança vai desenvolvendo ainda mais nesta fase, uma vez que a entrada para o mundo escolar proporciona uma imensidão de experiências. O controlo dos impulsos é, nesta fase, mais visível, pois a criança realiza as ações sem que tenha uma recompensa imediata, isto é, apresenta-se mais atenta, responsável, paciente e diligente. Nestas idades, o mundo da criança passa a ser o mundo escolar, pois é neste que realiza as aprendizagens necessárias para a sua vida. Perante isto, se os pais elogiarem as ações positivas, a criança sentir-se-á orgulhosa de si própria e continuará a apresentar condutas positivas e aceitáveis, mas, se pelo contrário, os pais apresentarem uma atitude de desvalorização perante os resultados obtidos pela criança, esta poderá desenvolver sentimentos negativos, que culminará numa autoestima negativa. (Veríssimo, 2002)

A fase seguinte do desenvolvimento corresponde à adolescência (dos 13 aos 21 anos), e que se caracteriza por uma crise de identidade. Isto ocorre, pois, devido às transformações fisiológicas sentidas pelo jovem, e também pelo facto de entrar numa fase de experimentação de diversos papéis sociais. Aos poucos e poucos, vai tentando definir quem é ou o que quer vir a ser, o que gosta e o que não gosta, os papéis que o fazem sentir bem e aqueles que, por outro lado, não gosta, entre outros aspetos. Todas estas alterações no seu mundo interior podem contribuir para a designada “confusão de papéis” que, por sua vez, pode culminar na recusa do indivíduo em aceitar o mundo dos adultos, assumindo, então, uma postura imatura. (Veríssimo, 2002)

A fase da adolescência caracteriza-se, também, pelo desenvolvimento da autonomia. Embora iniciando-se na infância, é no período da adolescência (entre os 10 e

os 14 anos) que a autonomia mais cresce (Fleming, 1997). Esta autora (*idem*) defende a ideia de que a autonomia apresenta-se como a ambição da sociedade em garantir a reprodução biológica e cultural. Esta fase do desenvolvimento remete para a ideia da tomada de decisões sobre si próprio e sobre a sua vida de forma livre, ou seja, a autonomia é encarada como a capacidade do indivíduo para tomar decisões sem que outros indivíduos participem nessas decisões (Oliveira & Siqueira, 2004).

Do ponto de vista de Reichert & Wagner (2007), a autonomia reflete a aptidão para pensar, sentir e agir por si próprio, sendo essencial alcançar um certo grau de independência. Isto é, os citados autores consideram que a independência é essencial para alcançar a autonomia e que a passagem para este estado implica mudanças nas relações familiares. O desenvolvimento de competências no domínio da autonomia depende, efetivamente, dos estilos educativos parentais, ou seja, do modo e das estratégias usadas pelos pais, no processo de socialização, para estimular a crescente independência dos filhos (Reichert & Wagner, 2007).

O desenvolvimento de competências de autonomia implica também mudanças a nível cognitivo, pois o adolescente tem de adquirir a capacidade de lidar com as adversidades da sua vida, tolerando e respeitando as outras pessoas e respetivas autonomias. Ou seja, a autonomia é considerada o crescimento perante os conflitos internos, a sua resolução e a conseqüente tolerância e respeito pelas necessidades dos outros (Fleming, 1997). A passagem do estado de dependência face aos pais ou cuidadores para um estado de autonomia depende do tipo de socialização realizada, isto é, depende das normas, valores e expectativas interiorizadas (Fleming, 1997). De acordo com esta autora (*idem*), as classes sociais mais desfavorecidas possuem padrões culturais de maior permissividade e, conseqüentemente, menor controlo parental. Mas, se ter independência é fundamental para criar autonomia, esta é mais do que ser independente (*idem*).

A conquista de autonomia é, por parte dos jovens, uma forma de rejeição do estatuto de condição de ser criança, uma vez que o adolescente não aceita que o tratem como uma criança. Mas esta fase é, igualmente, geradora de sentimentos de confusão e até mesmo de sofrimento (Oliveira & Siqueira, 2004).

Voltando às fases do desenvolvimento, Veríssimo refere que “Num paralelo entre o primeiro e o último estágio, Erikson comenta sinopticamente que “as crianças saudáveis não terão receio da vida, se os seus idosos tiverem integridade suficiente para não recear a morte.” (2002, p. 23)

Podemos, assim, concluir que o desenvolvimento do ser humano remete para a aquisição de competências no domínio da autonomia, sendo a socialização um veículo essencial para a aprendizagem das ferramentas essenciais para a vida. No contexto de institucionalização, cabe à instituição na figura dos seus membros (profissionais), promover um trabalho de (re)socialização com vista à autonomização e ao desenvolvimento integral. Como se processa, ou não, essa preparação, será o que se procurará analisar nos capítulos seguintes.

Capítulo 3: O outro lado da família: de contexto de proteção a contexto de risco e perigo

A temática da institucionalização de crianças e jovens determina a reflexão sobre as causas que originam a rutura com o meio familiar, e também sobre as situações específicas que colocam as crianças/jovens em risco e em perigo. Muitas vezes, as condições a que as crianças e jovens estão expostos põem em causa o seu desenvolvimento e bem-estar, exigindo, assim, uma intervenção adequada que, frequentemente, resulta na colocação da criança/jovem numa instituição. Algumas situações exigem a intervenção do Estado, isto é, das entidades com competência em matéria de infância e juventude, que têm vindo a ganhar cada vez maior expressão, na medida em que a proteção infantil tem sido alvo de maior atenção por parte de entidades como as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (doravante designadas por CPCJ) e os Gabinetes de Apoio à Família (GAF). A verdade é que, em Portugal, nem sempre existiram estas preocupações, pois em épocas como a do Estado Novo, as crianças nem sempre iam à escola e algumas até passavam fome. No entanto, nas últimas quatro décadas, muitas mudanças ocorreram em matéria de proteção da infância, tendo-se ampliado as políticas públicas nesta área.

Nos últimos anos tem sido visível a crescente preocupação relativamente à proteção e bem-estar da infância, o que, no entender de Vyvey, Roose, Wilde & Roets (2014), se deve ao facto de em alguns países europeus (Holanda, Reino Unido) terem sido registados casos que originaram a morte de crianças. Os aludidos autores consideram que estes casos contribuíram para que fosse dirigida uma maior atenção às situações de risco, e que se desenvolvessem meios para garantir uma proteção mais especializada às crianças e jovens. Os casos de risco na infância têm vindo a aumentar, podendo assumir duas vertentes: riscos e perigos a que as crianças e jovens podem estar expostos, ou riscos e perigos em que as próprias crianças e jovens se colocam (isto é, as próprias crianças e jovens podem transformar-se num risco para outras crianças/jovens) (Vyvey, *et al.*, 2014).

O risco, significando a potencialidade de uma situação se vir a concretizar, traduz-se em situações que vão contra os direitos da criança, embora nem sempre apresentem uma elevada probabilidade de ocorrer (Oliveira, 2013). As situações de risco sucedem em determinadas conjunturas sociais impulsionadas pelas próprias condições do meio em que as crianças vivem, evoluindo de forma rápida sem que o

indivíduo consiga controlar o seu desenvolvimento (Oliveira, 2013). Desta forma, de acordo com Macedo, Nunes, Costa, Nunes, & Lemos (2013), as crianças em risco pertencem a famílias em risco psicossocial que, por sua vez, são um grupo vulnerável pois possuem baixos rendimentos, baixos níveis de escolaridade e encontram-se em situação de desemprego, o que se repercute no desenvolvimento das crianças e jovens. Podemos, assim, afirmar que o risco e o perigo assumem-se como situações externas cujo desenvolvimento as crianças e jovens não conseguem, por si só, impedir. Vyvey, *et al.* (2014) consideram que as crianças e jovens expostos a ambientes de miséria, desolação, abandono e negligência podem assumir comportamentos desviantes e ingressar no mundo da delinquência infantil.

No entender de Delgado (2006), as situações de risco podem ocorrer num determinado período, que poderá ser de meses ou até mesmo de anos, podendo assumir contornos de tal forma graves, que obrigam a adoção de medidas preventivas. A incapacidade dos pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto para impedir as situações de risco revela falhas no exercício das responsabilidades parentais, o que por sua vez suscita a intervenção das entidades com competência em matéria de infância e juventude (Delgado, 2006).

O risco pode apresentar-se em diversos graus e pode surgir com variadas manifestações, o que expõe o seu carácter multifatorial, visto que se trata de situações que se afastam das condições mínimas favoráveis ao desenvolvimento adequado, adaptativo e global das crianças (Oliveira, 2013). Daí demonstrar-se pertinente a criação de condições favoráveis à aprendizagem, no que diz respeito ao modo como as crianças e jovens lidam com este tipo de situação, isto é, este autor destaca a importância de proporcionar às crianças e jovens uma aprendizagem sobre a forma de lidar com as frustrações, com a angústia, com sentimentos de perda e com as contrariedades que lhes surgem ao longo do seu desenvolvimento, contribuindo, também, para desenvolver a capacidade de elevar a sua autoestima (Oliveira, 2013).

O perigo, por sua vez, é a constatação do risco, sendo que existem alguns casos que ocorrem sem que nada o indique, ou seja, existem situações em que o perigo existe mas não existiu um risco prévio (C.N.P.C.J.R., n. d.). Por outras palavras, enquanto o risco se apresenta como uma probabilidade de certa situação acontecer, o perigo confirma a existência dessa situação, ocorrendo contra a vontade da criança ou do jovem, sem que estes sejam capazes de a impedir (ver quadro 1).

Quadro 1. Listagem das situações de perigo para uma criança, definidas na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na redação conferida pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo - LPCJP)

Artigo 3.º da LPCJP

Uma criança ou jovem está em perigo quando se encontre em alguma das seguintes situações:

- a) “Está abandonada ou vive entregue a si própria;⁴*
- b) Sofre maus tratos físicos⁵ ou psíquicos⁶ ou é vítima de abusos sexuais⁷;*
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;⁸*
- d) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;*
- e) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;*
- f) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;⁹*
- g) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento¹⁰ sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.”*

Fonte: Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na redação conferida pela Lei n.º 142/2015, de 8 de Setembro.

Assim, de acordo com o que tem vindo a ser apresentado, o perigo é uma situação que compromete a segurança, a saúde, a formação ou o desenvolvimento integral da criança/jovem, podendo ser necessária a intervenção do Estado. Na verdade, são vários os fatores que contribuem para o aumento do risco e do perigo, nomeadamente situações de pobreza, ruturas familiares, existência de algum tipo de violência nos contextos em que as crianças/jovens se inserem, situações de doença da própria criança/jovem ou de algum familiar, e perdas relevantes, nomeadamente a morte de algum familiar importante para criança/jovem (Pesce, Assis, Santos, Oliveira, & Cruz, 2004).

A família, lugar privilegiado para o desenvolvimento saudável das crianças, falha muitas vezes nas suas responsabilidades, sendo necessária a intervenção do

⁴ A criança/jovem está desamparada, desprotegida e abandonada à sua sorte, presumindo, assim, uma atitude voluntária e consciente por parte dos pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto (Ramião, 2006).

⁵ Entende-se por maus-tratos físicos todos os danos físicos, não acidentais, causados à criança ou jovem (Ramião, 2006).

⁶ Os maus-tratos psíquicos referem-se às ofensas intencionais de um adulto, exercidos através de comportamentos de rejeição, isolamento e terror, ameaças, chantagem emocional, privação de necessidades emocionais face às crianças e jovens (Ramião, 2006).

⁷ Os abusos sexuais referem-se ao envolvimento da criança/jovem em atividades sexuais, que pela sua imaturidade é incapaz de compreender a gravidade da situação, sendo por isso irrelevante o seu consentimento, ou que o seu consentimento seja gerado por ameaças (Ramião, 2006).

⁸ Este item refere-se à falta de cuidados de higiene, de saúde, de alimentação, entre outros (Ramião, 2006).

⁹ Os comportamentos referidos neste item são comportamentos adotados devido ao alcoolismo, toxicod dependência ou doença psiquiátrica dos pais ou de quem tem a guarda de facto (Ramião, 2006).

¹⁰ Exemplos desses comportamentos são a prostituição, toxicod dependência, alcoolismo, comportamentos violentos, abandono escolar, não integração em grupos sociais adequados, entre outros (Ramião, 2006).

Estado, no que se refere à proteção das crianças (Ferreira, 2011). Sobre este assunto, Ramião (2006) refere que a intervenção do Estado ocorre quando as crianças/jovens estão expostos a situações que coloquem em perigo a sua segurança, saúde, educação ou desenvolvimento. Estas ocorrências resultam de situações problemáticas que interferem no desenvolvimento da criança e que podem causar consequências graves.

O Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento (Relatório CASA), referente ao ano 2014, apresenta algumas situações que estão na origem do risco e do perigo e que, conseqüentemente, originam medidas de acolhimento institucional. Essas situações dizem respeito à ausência de monitorização e acompanhamento familiar, exposição a comportamentos de tipo desviante, negligência ao nível da educação e saúde das crianças (ausência de rotinas no seio familiar) e exposição a maus-tratos físicos. (I.S.S., 2015)

As crianças/jovens em situação de risco são provenientes de meios caracterizados por situações de negligência, abuso sexual e abandono emocional, o que revela a ausência de relações afetivas significativas (Strecht, 2000). A pobreza, resultado das dificuldades económicas e do desemprego, bem como a localização residencial em espaços deteriorados, são frequentemente uma realidade vivenciada por estas famílias (Strecht, 2000). A par das condições adversas registadas no seio familiar, acresce que as crianças e jovens frequentam, na maioria das vezes, escolas com ambientes pouco estimulantes ao desenvolvimento saudável das crianças, o que contribui para o prolongamento das situações de risco e perigo (Strecht, 2000). No entender de Strecht, “Há famílias que continuam a viver no limiar da pobreza, o desemprego diz ainda respeito a uma boa parte da população potencialmente activa.” (2001, p. 155), contribuindo, assim, para as dificuldades vivenciadas no domínio da satisfação das necessidades básicas de alimentação, higiene, saúde, educação, embora não sejam estas as causas únicas do risco e do perigo na infância e juventude. Na verdade, as consequências de viver num ambiente vulnerável, em que não existem as condições favoráveis ao crescimento e desenvolvimento das crianças, são perversas. Os efeitos destas vivências poderão permanecer durante longos períodos na vida destas crianças, podendo, assim, comprometer todo o seu desenvolvimento.

As famílias destas crianças e jovens não são, de facto, modelos de referência. Para além de tudo o que já foi mencionado como potenciador de situações de risco e de perigo, pode-se referir, ainda, que o contexto geográfico influencia também este tipo de situação, na medida em que os locais em que residem, muitas vezes degradados, não

potenciam um desenvolvimento favorável. São locais marcados pela marginalização e pelo consumo e tráfico de estupefacientes e que, de acordo com Strecht (2001), não oferecem oportunidades para construir relações significativas.

Tal como já referimos, a família é, frequentemente, o local privilegiado para que este tipo de problemática ocorra, uma vez que é um mundo privado, ao qual é, muitas vezes, difícil aceder. Assim, procurar-se-á agora apresentar dados concretos que revelam a crescente preocupação com esta problemática. Dado o lugar que hoje a criança ocupa no contexto familiar, mas também nas sociedades que assistem a um crescente envelhecimento, o risco e o perigo têm vindo a afirmar-se como problemas sociais que é necessário contrariar.

Partindo dos dados constantes no Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ (2013 e 2014), verifica-se que de 2006 para 2014 registou-se um aumento do número de casos de risco e de perigo ativos: de 31.967 passou para 35.597, a que corresponde uma taxa de crescimento de 11%. De salientar, porém, que entre 2009 e 2010, entre 2011 e 2012 e entre 2013 e 2014, as taxas de crescimento são negativas (ver tabela 1).

Tabela 1. Evolução do número de casos de risco e perigo ativos nas CPCJ¹¹

Anos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total de casos ativos	31.967	34.113	34.911	35.025	32.799	36.709	35.628	37.220	35.597
Taxa de crescimento	-----	7%	2%	0%	-6%	12%	-3%	4%	-4%
Taxa de crescimento média: 1,45%									

Fontes: C.N.P.C.J.R. (2014). *Relatório Anual de avaliação da atividade das CPCJ no ano 2013*. Lisboa; C.N.P.C.J.R. (2015). *Relatório Anual de Avaliação da atividade das CPCJ no ano 2014*. Lisboa.

O aumento verificado ao longo dos anos em análise é, em parte, originado pela implementação da escolaridade obrigatória até ao 12.º ano ou até aos 18 anos, permitindo, assim, uma maior abrangência do número de crianças e jovens em situação de risco e perigo. De acordo com aquele documento, esta mudança ao nível da educação permite intervir em casos que comprometam o direito à educação, nomeadamente em casos de absentismo e insucesso escolar. (C.N.P.C.J.R., 2014)

¹¹ Os valores e os anos presentes na tabela representam o número de processos ativos nas CPCJ. Ou seja, o quadro representa o número de crianças/jovens em situação de risco e perigo em cada ano, contemplando assim os processos transitados, os instaurados e os reabertos, bem como a taxa de crescimento ao longo dos anos.

Tabela 2. Volume percentual dos casos de risco e perigo ativos por região

Comissões de Proteção de Crianças e Jovens	Volume processual global (%) referente ao ano 2013	Volume processual global (%) referente ao ano 2014
Lisboa	24,4%	23,6%
Porto	17,4%	18,1%
Setúbal	7,9%	7,8%
Faro	5,7%	6,1%
Braga	5,7%	5,4%
Aveiro	5,6%	5,9%
R. A. Açores	5,3%	5,3%
Santarém	4,7%	4,6%
Leiria	3,9%	3,9%
Coimbra	3,7%	3,5%
Viseu	2,8%	2,8%
R. A. Madeira	2,7%	2,8%
Viana do Castelo	1,9%	1,9%
Beja	1,6%	1,6%
Vila Real	1,5%	1,6%
Castelo Branco	1,3%	1,3%
Portalegre	1,1%	1,2%
Guarda	1,1%	1,1%
Bragança	0,9%	1,0%
Évora	0,6%	0,6%

Fontes: C.N.P.C.J.R. (2014). *Relatório Anual de avaliação da atividade das CPCJ no ano 2013*. Lisboa; C.N.P.C.J.R. (2015). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ no ano 2014*. Lisboa.

Recorrendo aos dados presentes na tabela 2, verificamos que as áreas de Lisboa e Porto são as que registam a maior percentagem de casos de risco e perigo em ambos os anos representados. Estas áreas urbanas, densamente povoadas, registam igualmente contextos de concentração de situações de pobreza, de segregação social e espacial (por exemplo, em contexto de bairro social) e de outros problemas que concorrem para um elevado número de situações de risco e perigo na infância. Contrariamente, as regiões de Guarda, Bragança e Évora são as que registam menor percentagem de casos. A Região Autónoma da Madeira posiciona-se no grupo das regiões que registaram menos casos de risco e perigo em crianças e jovens.

Perante esta análise, constata-se que, de facto, as situações de risco e perigo têm vindo a ganhar maior visibilidade na sociedade portuguesa. O aumento dos casos registados e da implementação de medidas no âmbito da proteção na infância e juventude podem, por isso, ser interpretados como indicadores da maior preocupação das entidades com competência em matéria de infância e juventude. Esta é uma problemática de particular interesse, na medida em que é necessária a realização de um diagnóstico precoce, no sentido de minimizar, o mais possível, os efeitos destas situações, daí o número de casos e, também, de sinalizações registarem um aumento.

De toda a reflexão realizada neste capítulo acerca do risco e do perigo, é possível concluir que esta problemática tem vindo a ganhar maior visibilidade ao longo dos anos, assim como se apresenta, também, como uma das principais preocupações das políticas públicas. A criação de estruturas que procuram executar medidas no sentido da proteção à infância, como é, por exemplo, o caso das CPCJ, do Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), das equipas de rua e do Gabinete de Apoio à Família (GAF), é reveladora desta crescente preocupação.

Capítulo 4: Medidas de combate ao risco e ao perigo: a institucionalização como solução?

Nos pontos anteriores, foram abordadas as condições de desenvolvimento das crianças/jovens, dando especial enfoque ao papel da família na sua função de socialização. Demonstrámos que nem sempre, por uma conjugação de fatores, as famílias constituem o espaço de segurança, de afeto e de preparação para uma vida autónoma e que, nestes casos, a intervenção do Estado surge como necessária à salvaguarda do interesse dos mais frágeis. Neste capítulo, iremos, assim, discutir as medidas que podem ser implementadas nesse sentido, com especial destaque para a institucionalização em casas de acolhimento.

4.1. Medidas de promoção e proteção

O risco e o perigo nas crianças e jovens traduzem-se em situações que lhes são impostas, sendo que não dispõem de capacidades para contornar ou sair dessas situações de forma autónoma. Sabemos que a proteção das crianças compete à família, nomeadamente aos pais, mas, quando estes não o conseguem fazer, e até mesmo quando as colocam em risco/perigo, o Estado intervém, através das entidades com competência em matéria de infância e juventude, das comissões de proteção de crianças e jovens e dos tribunais (artigo 6.º da Lei n.º 174/99, de 1 de setembro, na redação conferida pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, denominada por Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, doravante designada abreviadamente por LPCJP), no sentido de garantir a proteção das crianças e dos jovens, promovendo a eliminação do risco e do perigo, através da aplicação de medidas adequadas.

Com efeito, conforme estipula o artigo 3.º da LPCJP, a intervenção para promoção dos direitos e proteção da criança/jovem em perigo verifica-se quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto, ou terceiros sem a oposição daqueles, ponham em perigo a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento da criança/jovem.

O Estado, na sua intervenção, dispõe de medidas de promoção dos direitos e de proteção das crianças/jovens que, segundo o artigo 34.º da referida lei, têm por principal finalidade remover o perigo de que as crianças/jovens são alvo, isto é, afastá-los das situações que coloquem em causa o seu bem-estar. Estas medidas pretendem, assim, assegurar condições que promovam o bem-estar da criança/jovem, a sua segurança,

saúde, formação, educação e desenvolvimento integral, e “Garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.” (artigo 34.º da LPCJP).

O quadro 2 sintetiza o conjunto das medidas passíveis de serem aplicadas para procurar solucionar as situações que comprometam o bem-estar e o desenvolvimento das crianças/jovens, medidas essas que são aplicadas pelas CPCJ e pelos tribunais (artigo 35.º da LPCJP).

Quadro 2. Listagem das medidas de promoção e proteção definidas na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na redação conferida pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro (LPCJP)

Artigo 35.º da LPCJP

“As medidas de promoção e proteção são as seguintes:

- a) Apoio junto dos pais¹²;*
- b) Apoio junto de outro familiar¹³;*
- c) Confiança a pessoa idónea¹⁴;*
- d) Apoio para a autonomia de vida¹⁵;*
- e) Acolhimento familiar¹⁶;*
- f) Acolhimento residencial¹⁷;*
- g) Confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção.”*

Fonte: Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na redação conferida pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro.

Das medidas atrás elencadas, saliente-se que algumas são designadas por “medidas em meio natural de vida”, sendo essas o apoio junto dos pais, o apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea, apoio para autonomia de vida e confiança a pessoa selecionada para adoção (artigo 35.º, n.ºs 2 e 3, da LPCJP). Todas estas medidas consistem em promover que a criança ou o jovem se desenvolva no seu contexto natural

¹² Esta medida consiste em proporcionar à criança ou jovem apoio de natureza psicopedagógica e social e, se necessário, ajuda económica (artigo 39.º da LPCJP).

¹³ Refere-se à colocação da criança/jovem sob a guarda de um familiar, usufruindo de acompanhamento de natureza psicopedagógica e social e, se necessário, ajuda económica (artigo 40.º da LPCJP).

¹⁴ Através desta medida, a criança/jovem fica sob a guarda de uma pessoa que, embora não pertença à família, tenha estabelecido com eles uma relação afetiva recíproca, podendo usufruir de apoio psicopedagógico e social e, caso seja necessário, apoio económico (artigo 43.º da LPCJP).

¹⁵ Destina-se aos jovens com idade superior a 15 anos e tem por finalidade conceder aos mesmos apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social, no sentido de proporcionar-lhes o acesso a programas de formação, para que desenvolvam competências que lhes permitam viver por si só e adquirir autonomia de vida (artigo 45.º da LPCJP).

¹⁶ A criança/jovem é confiada a uma pessoa singular ou família devidamente habilitada para o efeito, com o objetivo da sua integração no meio familiar, com a inerente prestação dos cuidados de acordo com as suas necessidades e bem-estar, promovendo, assim, a educação e o seu desenvolvimento integral (artigo 46.º da LPCJP).

¹⁷ Consiste na colocação da criança/jovem aos cuidados de uma entidade que possua instalações, equipamentos e recursos humanos permanentes para prestar os cuidados necessários. Esta medida tem por finalidade criar condições no sentido da satisfação das necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças/jovens, assim como garantir o exercício dos seus direitos e promover a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (artigo 49.º da LPCJP).

de vida, evitando, assim, que se verifique uma rutura total com a realidade em que estão inseridos.

No entanto, quando tal intervenção no meio natural de vida não surte os efeitos desejados, torna-se necessário recorrer às intituladas medidas de colocação, que consistem no acolhimento familiar, acolhimento residencial e confiança a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção (artigo 35.º, n.ºs 2 e 3, da LPCJP).

Dado o propósito do estudo, é importante atentar na medida de acolhimento residencial que, segundo o artigo 49.º da LPCJP, “(...) consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados.”.

O acolhimento em instituição verifica-se em casas de acolhimento que podem assumir unidades especializadas, nomeadamente casas de acolhimento destinadas a dar resposta a situações de emergência, casas de acolhimento para dar resposta a situações especiais e situações que suscitem intervenção educativa e terapêutica e apartamentos de autonomização com vista à autonomia de vida dos jovens (artigo 50.º da LPCJP). Por outro lado, o acolhimento residencial pode assumir-se como medida planeada ou urgente, nos casos de emergência (artigo 51.º da LPCJP).

Neste sentido, as instituições de acolhimento têm por função:

- “Assegurar alojamento;
- Garantir a satisfação das necessidades básicas das crianças e jovens e promover o seu desenvolvimento global, em condições tão aproximadas quanto possível às de uma estrutura familiar;
- Assegurar os meios necessários ao seu desenvolvimento pessoal e à formação escolar e profissional, em cooperação com a família, a escola, as estruturas de formação profissional e a comunidade;
- Promover, sempre que possível, a sua integração na família e na comunidade de origem ou noutra medida em meio natural de vida, em articulação com as entidades competentes em matéria de infância e juventude e as comissões de proteção de crianças e jovens, com vista à sua gradual autonomização.” (I.S.S., 2006)

Sendo o presente estudo alusivo à vida numa casa de acolhimento, cabe-nos também refletir sobre as normas legais que regem o seu funcionamento. Segundo o artigo 53.º da LPCJP, as instituições de acolhimento de crianças e jovens em risco

devem estar organizadas em unidades, no sentido de promover relações afetivas de tipo familiar, experiências de vida personalizada e individualizada e a integração e envolvimento na comunidade, funcionando atualmente em regime aberto, permitindo a livre entrada e saída das crianças/jovens da instituição, segundo as regras de funcionamento e tendo em conta as suas necessidades educativas e proteção dos seus direitos e interesses (artigo 53.º da LPCJP).

Apesar de as crianças/jovens estarem fora do seu contexto natural de vida, os seus pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto podem visitá-los na instituição, mediante os horários e normas de funcionamento estipulados pela mesma, exceto se existir uma decisão judicial que dite o contrário (artigo 53.º da LPCJP).

Em termos de recursos humanos, as casas de acolhimento devem possuir uma equipa técnica (que deve assumir carácter multidisciplinar, com formação ao nível da licenciatura em áreas como a psicologia e o trabalho social, sendo o diretor técnico designado de entre os colaboradores desta equipa), equipa educativa (que desempenha funções no âmbito do acompanhamento socioeducativo das crianças e jovens, cujos colaboradores tenham formação profissional adequada a tal fim) e equipa de apoio (com funções de serviços gerais) (artigo 54.º da LPCJP).

Portanto, as instituições de acolhimento deverão contemplar várias áreas de intervenção, sendo, para isso, necessária a existência das referidas equipas articuladas entre si e a presença de profissionais com formação em diferentes áreas. Só assim será possível proporcionar um desenvolvimento e crescimento saudável às crianças e jovens acolhidos pelas instituições, bem como dotá-los de experiências enriquecedoras.

Por outro lado, a criança/jovem em situação de acolhimento em instituição goza, especialmente, dos seguintes direitos:

“(…)

- a) Manter regularmente, e em condições de privacidade, contactos pessoais com a família e com pessoas com quem tenham especial relação afetiva, sem prejuízo das limitações impostas por decisão judicial ou pela comissão de proteção;
- b) Receber uma educação que garanta o desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades, sendo-lhes asseguradas a prestação dos cuidados de saúde, formação escolar e profissional e a participação em atividades culturais, desportivas e recreativas;
- c) Usufruir de um espaço de privacidade e de um grau de autonomia na condução da sua vida pessoal adequados à sua idade e situação;

- d) Ser ouvido e participar ativamente, em função do seu grau de discernimento, em todos os assuntos do seu interesse, que incluem os respeitantes à definição e execução do seu projeto de promoção e proteção e ao funcionamento da instituição e da família de acolhimento;
- e) Receber dinheiro de bolso;
- f) A inviolabilidade da correspondência;
- g) Não ser transferido da casa de acolhimento ou da família de acolhimento, salvo quando essa decisão corresponda ao seu superior interesse;
- h) Contactar, com garantia de confidencialidade, a comissão de proteção, o Ministério Público, o juiz e o seu advogado;
- i) Ser acolhido, sempre que possível, em casa de acolhimento ou família de acolhimento próxima do seu contexto familiar e social de origem, exceto se o seu superior interesse o desaconselhar;
- j) Não ser separado de outros irmãos acolhidos, exceto se o seu superior interesse o desaconselhar.” (artigo 58.º, n.º 1, da LPCJP)

Para melhor compreensão da dimensão da institucionalização de crianças e jovens em Portugal, passamos a analisar dados concretos.

O Relatório CASA – 2014 indica que o sistema de acolhimento contava, no ano referido, com 10.903 crianças/jovens, sendo que dessas, cerca de 8.470 (77,7%) encontravam-se em situação de acolhimento e cerca de 2.433 (22,3%) findaram o acolhimento nesse ano (I.S.S., 2015). De 2013 para 2014, registou-se, de acordo com aquele documento, um aumento de 0,3% no número de crianças/jovens em situação de acolhimento, e uma diminuição de cerca de 2,9% no número de crianças/jovens que cessaram o acolhimento (I.S.S., 2015).

Do ponto de vista de uma breve caracterização demográfica das crianças/jovens, verificava-se que, em 2014, havia um ligeiro predomínio do sexo masculino (51,9%), em relação ao sexo feminino (48,1%). No mesmo ano, as faixas etárias dos 15-17 anos (35,1%), dos 12-14 anos (21,1%) e dos 18-20 anos (12,5%) eram as mais representadas. (I.S.S., 2015)

O Relatório CASA revela ainda que do total de crianças/jovens em situação de acolhimento, cerca de 36,3% (3.078) estiveram em situações de acolhimento anterior noutros locais (I.S.S., 2015). Do universo de crianças com antecedentes de acolhimento, cerca de 80,8% (2.488) encontravam-se, em 2014, na segunda resposta de acolhimento e os restantes 19,2% (590) na terceira ou mais resposta de acolhimento. (I.S.S., 2015)

Tabela 3. Medidas de promoção e proteção de crianças e jovens, em Portugal, no ano de 2014¹⁸

Medidas aplicadas no âmbito de Processos de Promoção e Proteção	Crianças e Jovens sujeitos da medida	
	N.º	%
Acolhimento em instituição (art. 35.º, alínea f), e art. 50.º, n.ºs 2 e 3 - LPCJP)	7.018	82,90%
Confiança a instituição com vista a futura adoção (art. 35.º, alínea g) – LPCJP)	368	4,30%
Acolhimento familiar	327	3,90%
Medida de apoio para autonomia de vida (exclusivamente para jovens em apartamento de autonomização)	15	0,20%
Medidas aplicadas no âmbito de Processos Tutelares Cíveis	N.º	%
Tutela ao Diretor da instituição de acolhimento	241	2,80%
Regulação do exercício da responsabilidade parental atribuída ao Diretor da Instituição	232	2,70%
Confiança a instituição com vista a futura adoção (art. 1978.º – Código Civil)	23	0,30%
Não respostas	12	1,40%
Total de crianças e jovens	8.346	98,50%

Fonte: I.S.S. (2015). *CASA 2014 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa, p.30.

No que diz respeito às medidas implementadas, a tabela 3 leva-nos a concluir que, de facto, a medida de acolhimento residencial em instituição é a mais aplicada, assim como a confiança a instituição com vista a futura adoção. É visível que “O universo das crianças e jovens acolhidos em famílias tem vindo a sofrer uma diminuição progressiva desde 2009 (menos 81 crianças e jovens), do que resulta um acentuado desequilíbrio entre os elevados números de medidas de acolhimento em instituição e os baixos números das medidas de acolhimento familiar, sendo que em 2014 existia uma rede de 275 famílias de acolhimento.” (I.S.S., 2015, p. 26).

Perante estes dados, que evidenciam a clara adoção de medidas de acolhimento em instituição em detrimento das medidas em meio natural de vida, cabe-nos questionar: Como é que as crianças e jovens, perante estas condições, conseguem usufruir de um desenvolvimento seguro? Qual é o verdadeiro papel das instituições no desenvolvimento das crianças/jovens e na promoção da sua autonomia? A verdade é que a retirada das crianças/jovens do seu ambiente familiar provoca ruturas e, conseqüentemente, ausência de afetos e de figuras significativas no domínio familiar, o que deixa marcas irremediáveis. Exemplo disso é o facto de muitos adultos revelarem

¹⁸ As percentagens apresentadas na tabela são calculadas por relação a um total de 8.470 crianças em situação de acolhimento no ano de 2014.

dificuldade em estabelecer relações, pois a vivência de abandono e, até mesmo, de institucionalização causa sentimentos negativos.

4.2. A medida de acolhimento residencial

A vulnerabilidade vivenciada pelas crianças e jovens vítimas de situações que os colocam em risco e em perigo produz efeitos que poderão revelar-se irremediáveis: “De facto, os afectos de perda, solidão e vazio são sempre os mais complicados de lidar e quando sentidos em relação aos Pais podem levar a uma verdadeira «ansiedade impensável».” (Strecht, 2000, p. 74).

Strecht (2000) reflete sobre alguns aspetos que, no seu entender, surgem como efeitos prejudiciais originados pelas situações de risco e perigo, como é o caso da imaturidade e desorganização das crianças, atrasos ao nível do desenvolvimento e da linguagem, as dificuldades de aprendizagem, o pensamento abstrato pobre, problemas ao nível comportamental (com possibilidade de existência de comportamentos delinquentes), depressão, baixa autoestima e dificuldades de sociabilização.

A verdade é que “(...) estas crianças e jovens ao longo do tempo, foram expostas a várias mudanças e sujeitas a inúmeras ruturas, potenciadores de complicações relacionais graves nas diversas etapas do seu desenvolvimento, na sua identidade e sentido de pertença (...)” (I.S.S., 2015, p. 24). A institucionalização poderá, também, provocar estes efeitos negativos, no sentido em que, por exemplo, a passagem de um CAT para um LIJ (ambas as denominações utilizadas anteriormente à alteração da LPCJP), transforma a realidade e as vivências da criança/jovem, originando, também, ruturas nos laços afetivos, quer com outras crianças/jovens, quer com adultos significativos.

Na reflexão sobre os efeitos nefastos da institucionalização é, também, importante analisarmos as características das instituições que funcionam de forma fechada e com normas muito rígidas. Sobre este assunto, Goffman (1961) propõe o conceito de “instituição total”, que representa uma realidade vivida em muitas organizações de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco/perigo, e que se caracterizam por sistemas de funcionamento muito rígidos e autoritários (por exemplo: horários rigidamente estipulados, ausência de liberdade e privacidade individual, ausência de contacto com o exterior, etc.). Estas instituições totalitárias caracterizam-se, essencialmente, pela rutura com o meio de origem dos seus utentes, neste caso das crianças/jovens. Seguindo o pensamento de Goffman (1961), uma instituição totalitária

é aquela em que os indivíduos se encontram separados da sociedade exterior, vivendo sob normas formais e rígidas que lhes são impostas. Um exemplo que espelha a realidade de uma instituição totalitária são as prisões, conventos e hospitais psiquiátricos (Goffman, 1961). No entanto, esta é uma realidade presente em variadas instituições de acolhimento de crianças/jovens.

Este tipo de instituição caracteriza-se pelo seu fechamento face ao exterior, isto é, existe como que uma barreira entre o mundo da instituição e o mundo social exterior, sendo que os seus utilizadores deixam de contactar com o mundo em que estavam inseridos anteriormente, muitas vezes até com os elementos da sua família. As instituições totalitárias caracterizam-se, também, pela divisão entre “internados”, que são considerados seres inferiores, fracos e culpados, e “equipa dirigente ou de supervisão”, que detém o poder, revelando-se, por isso, superior e correta, existindo, pois, uma visível distância social, não sendo possível a mobilidade entre os estratos. (Goffman, 1961)

Neste sentido, é importante compreendermos que existem instituições de acolhimento de crianças/jovens que têm estas características e, por isso mesmo, provocam efeitos nocivos que poderão comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento. Posto isto, vejamos os principais efeitos originados por este tipo de instituição.

A entrada numa instituição supõe, à partida, que os indivíduos possuem um mundo anterior e uma cultura formada. Nas instituições totalitárias, os modos de funcionamento não permitem que o indivíduo acompanhe a evolução social do seu contexto cultural anterior, contribuindo, assim, para o que Goffman (1961) designa por “desculturamento”. Quer isto dizer que o indivíduo, quando entra para uma instituição, tem uma identidade construída com base nos elementos sociais que adquiriu no seu mundo cultural anterior, sendo que, na instituição totalitária, o mesmo acaba por sofrer o que Goffman (1961) designa por “mortificação do eu”. Isto é, a existência de uma barreira entre o mundo da instituição e o mundo exterior leva o indivíduo a modificar as suas crenças sobre si próprio e sobre outras figuras significativas: existem restrições de horários e de condições quanto às visitas (por exemplo, o visitante não poder estar num local privado com o visitado) (Goffman, 1961). Um outro efeito provocado pelas instituições totalitárias é o que Goffman (1961) assinala como “despojamento do papel”, em que os indivíduos deixam de poder exercer os papéis que antes exerciam no mundo exterior à instituição.

Podemos, pois, constatar que nas instituições totalitárias a liberdade é coartada. Um outro aspeto que o aludido autor menciona na sua obra é o facto de os indivíduos serem agrupados com base em certos critérios (por exemplo, escalão etário, racial ou étnico), o que proporciona a perda da autoidentificação (Goffman, 1961).

A retirada dos bens pessoais e a impossibilidade de os ter faz com que o indivíduo deixe de ter controlo na forma como se apresenta aos outros. Isto é, todos nós precisamos de bens que permitam que nos apresentemos de forma adequada nas diversas situações da vida, sendo que, no interior de uma instituição totalitária, os sujeitos não usufruem dessa condição; esses bens pessoais são substituídos por outros, oferecidos pela instituição, e que são iguais para todos os usuários. Portanto, as instituições totalitárias não permitem que cada utilizador tenha o seu espaço e os seus bens privados, traduzindo-se na falta de privacidade e liberdade. A perda do poder de decisão é outro aspeto que caracteriza o mundo das instituições totalitárias, assim como a “mortificação do eu” a nível físico, ou seja, as agressões físicas que os indivíduos provocam a si próprios. (Goffman, 1961)

As aludidas características das instituições totalitárias podem também verificar-se nas instituições de acolhimento de crianças e jovens. A verdade é que, quando estes são retirados às famílias e são colocados numa instituição, sofrem a denominada “mortificação do eu”, no sentido em que, muitas vezes, deixam de ter contacto, por completo, com os familiares e com o contexto em que estavam inseridos. A falta de privacidade (por exemplo, o facto de a criança/jovem partilhar o quarto com outra criança/jovem), a rutura com o mundo exterior, a impossibilidade de ter na sua posse bens pessoais e de poder decorar o seu espaço de acordo com os seus gostos e interesses, são alguns dos efeitos nefastos que ocorrem em algumas instituições de acolhimento de crianças e jovens.

Posto isto, é relevante refletirmos sobre o papel das instituições de acolhimento de crianças e jovens no desenvolvimento integral das crianças/jovens que acolhe, assim como na promoção da sua autonomia, de modo a compreendermos se a instituição em análise apresenta-se como uma verdadeira experiência enriquecedora ou se, pelo contrário, assume uma postura de instituição totalitária.

Sousa (2013)¹⁹ considera que o papel das instituições de acolhimento de crianças e jovens em risco é o de preparar os menores para a vida quotidiana, assim como estabelecer ligações e estruturas, o mais aproximado possível, a um ambiente familiar. O grande desafio do acolhimento institucional é garantir estabilidade e segurança às crianças/jovens acolhidos, bem como promover a sua inserção na sociedade (Sousa, 2013). Na investigação realizada, esta autora constatou que é fundamental a inserção das crianças/jovens em escolas exteriores à instituição, pois proporciona-lhes o contacto com diferentes realidades e experiências. Ou seja, as instituições de acolhimento, na sua ação, deverão promover o estabelecimento de relações sociais significativas, quer seja com outras crianças/jovens, quer seja com adultos do meio escolar, como por exemplo os professores (Sousa, 2013). Por outro lado, a autora refere que estas instituições assumem, também, um papel de mediação entre a criança/jovem e a sua família, no sentido de que a intervenção deverá passar não só pela proteção da criança/jovem, mas também deverá ser realizado um trabalho com a família de modo a capacitá-la para o exercício das suas responsabilidades parentais para, assim, poder receber os seus elementos menores.

A institucionalização origina sentimentos diversos, pelo que a própria instituição assume o papel de amenizar os efeitos desta situação, proporcionando uma variedade de atividades de lazer, mas também atividades que promovam a aprendizagem dos elementos necessários para uma vida autónoma. Nas crianças/jovens não institucionalizados, o desenvolvimento da autonomia, proporcionado através da socialização, ocorre com recurso aos pais e familiares próximos, enquanto que no caso das crianças/jovens institucionalizados, este processo terá de ocorrer com o apoio dos profissionais da instituição. A instituição deverá, então, proporcionar estabilidade e um ambiente familiar às crianças/jovens que acolhe (Sousa, 2013).

Assim, a socialização destes menores pode apresentar-se como um processo demorado e muito árduo, pois os profissionais da instituição têm a tarefa de (re)educá-los e prepará-los para que ajam de acordo com as expectativas da sociedade, mas nunca esquecendo a sua cultura de origem, para que se mantenha uma certa integralidade da vida da criança ou do jovem (Sousa, 2013). Não obstante a dificuldade de transformação da estrutura subjetiva de um indivíduo, o seu *habitus*, no caso destes

¹⁹ A autora realizou um estudo em duas instituições de acolhimento a crianças e jovens (Aldeia SOS e Casa do Vale). Nesse estudo, procurou compreender o papel e a ação destas entidades, através do discurso dos profissionais que lidam diariamente com esta problemática.

jovens é necessário um investimento duradouro e assente em relações afetivas de modo a gerar oportunidades de inserção social.

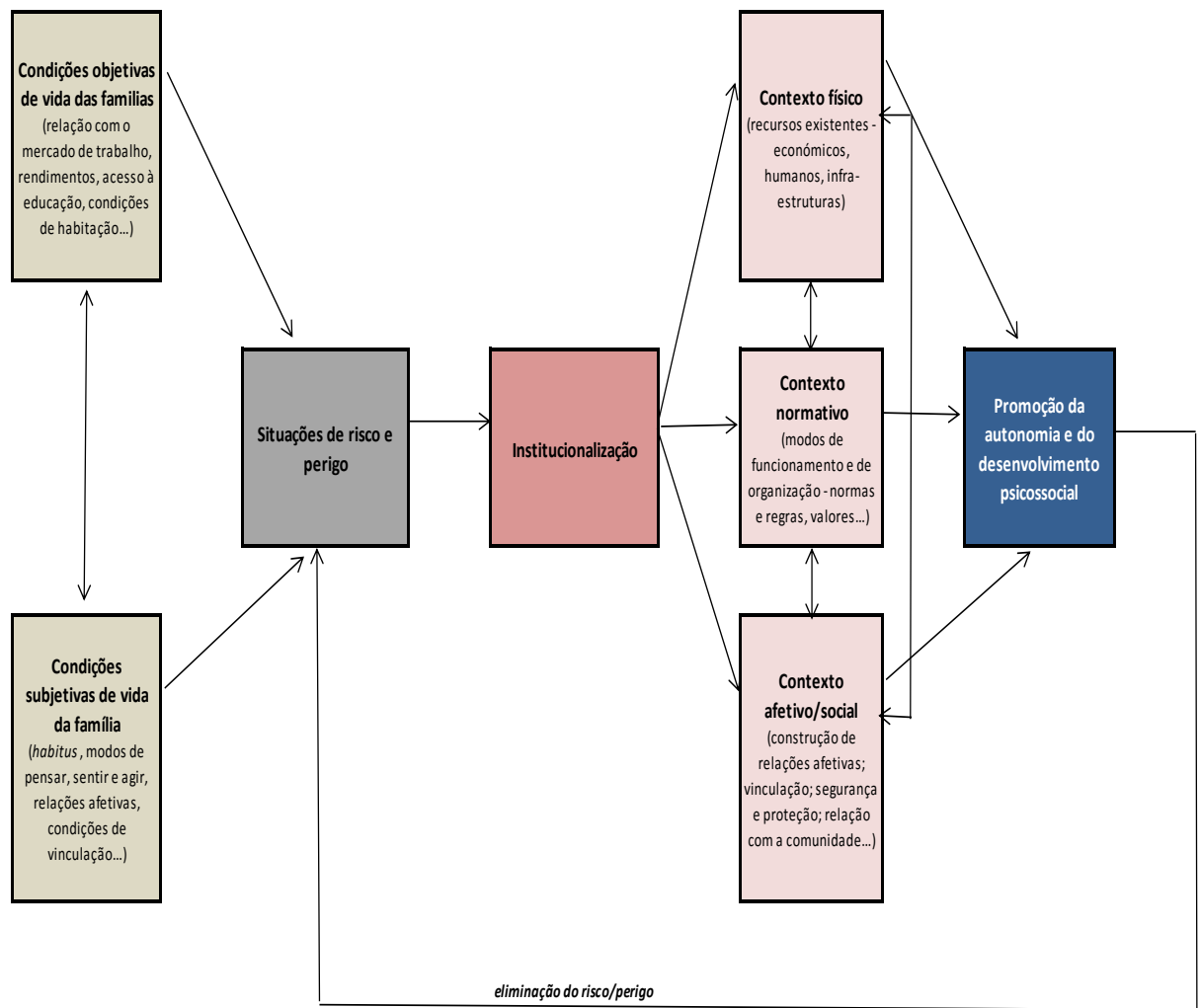
As instituições que acolhem crianças e jovens devem promover um ambiente que permita superar as perdas e garantir a possibilidade de construção de um projeto de vida, ou seja, trabalhar, em primeiro lugar, no sentido da eliminação do risco e do perigo e, de igual importância, no desenvolvimento da autonomia.

No seguimento desta ideia, Raymond (1996) sugere que o papel das instituições de acolhimento de crianças e jovens é o de oferecer proteção, segurança e estabilidade, de modo a controlar possíveis obstáculos que surjam, provenientes do meio exterior. Esta autora (*idem*) considera que a instituição deverá promover um contexto favorável às vivências próprias das idades dos jovens acolhidos, assim como oferecer um ambiente regado, pois estes jovens demonstram necessidade de encontrar na instituição um conjunto de regras que lhes permita uma certa previsibilidade no seu quotidiano, que anteriormente não experienciaram.

Ainda na perspetiva da mesma autora, a instituição desempenha uma função de contenção, na medida em que procura transformar as experiências negativas dos jovens em conceções aceitáveis, podendo contribuir também para a transformação da sua realidade interna e externa (Raymond, 1996). Por outro lado, é importante que a educação destes jovens promova o desenvolvimento da sua personalidade, o que contribui para a sua socialização, não esquecendo o contexto cultural do qual os jovens são provenientes. No fundo, a principal função da instituição é permitir que os jovens realizem as aprendizagens necessárias para a vida (*idem*).

Tendo em conta todos os conceitos apresentados, assumimos como **hipótese central** que a institucionalização constitui uma medida que elimina o risco e o perigo e que promove a autonomia e o desenvolvimento psicossocial. Para que tal possa ocorrer, é necessário que os contextos físico, normativo e afetivo/social da instituição sejam adequados. Assim, é fundamental que os modos de organização e de funcionamento da instituição gerem um ambiente saudável e seguro, permitindo o estabelecimento de relações afetivas significativas, a aprendizagem de regras, valores e atitudes, o desenvolvimento de competências e habilidades, por via, quer das rotinas diárias, quer dos lazeres, em suma, a construção de projetos de vida (ver figura 1).

Figura 1. Modelo de análise



Parte II. Casa de acolhimento *Esperança*: uma ponte para o futuro?

Capítulo 5. Apresentação e justificação da estratégia metodológica

Tal como já referimos na introdução, propusemo-nos a realizar um estudo de caso numa casa de acolhimento onde estavam acolhidos, no momento da investigação, oito adolescentes. Neste capítulo, procuramos apresentar a metodologia seguida, dando ênfase às técnicas de recolha de informação, sua aplicação, principais obstáculos e estratégias de superação dos mesmos.

5.1. Nota prévia

Importa primeiramente esclarecer que, aquando da escolha do tema e da realização do estudo, a lei denominava a medida de promoção e de proteção das crianças/jovens como “Acolhimento em instituição”, sendo esta legalmente designada por “Lar de Infância e Juventude”.

Com efeito, a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, foi objeto de alterações pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro. Essas alterações entraram em vigor em 1 de outubro de 2015, tendo-se verificado algumas modificações, quer a nível de regime, quer a nível de nomenclaturas. Neste último caso, a medida atrás referida passou a designar-se “Acolhimento residencial” e os Lares de Infância e Juventude passaram a denominar-se “Casas de acolhimento”. Assim, ao longo do texto adotou-se a designação de *Lar Esperança* ou Casa de Acolhimento *Esperança* para identificar a instituição analisada.

Acresce que são utilizados nomes fictícios para a instituição, assim como para os jovens participantes e os elementos da equipa técnica e educativa.

5.2. O estudo de caso

Para a análise da problemática do risco e do perigo e de como a institucionalização pode, ou não, contornar estes problemas, realizamos um estudo de caso numa casa de acolhimento, instituição que apresentaremos de forma mais detalhada no capítulo seguinte, seguindo o modelo hipotético dedutivo.

O estudo de caso apresenta-se como uma estratégia metodológica que pode ser aplicada tanto a indivíduos, como a grupos, comunidades, organizações, entre outros, e que visa uma análise profunda e intensiva, permitindo uma compreensão ampla da realidade em estudo (Greenwood, 1965).

O estudo de caso permite a recolha de um amplo leque de informações, uma vez que o investigador poderá reorientar o seu estudo da forma que se revelar mais pertinente. Este tipo de investigação possibilita, ainda, a análise de aspetos sociais, psicológicos e culturais da realidade que o investigador analisa; a análise do passado auxilia na compreensão da realidade presente. (Greenwood, 1965)

A flexibilidade que caracteriza o estudo de caso é revelada pelas variadas formas de investigação e de recolha dos dados: na investigação a um indivíduo, o investigador poderá recorrer a técnicas como a autobiografia ou biografia; numa comunidade, a observação participante é uma boa estratégia para vivenciar a vida das pessoas tal como é sentida por estas; no caso de indivíduos acolhidos numa instituição, a técnica mais indicada seria a observação controlada pelo investigador. (Greenwood, 1965)

A utilização do estudo de caso, nesta situação particular da investigação acerca da eliminação do risco e do perigo nas instituições de acolhimento, permitiu compreender a realidade como uma totalidade, isto é, como se estruturam as relações existentes no contexto da institucionalização, nomeadamente os comportamentos das crianças/jovens, as relações estabelecidas com os profissionais, assim como detetar a existência de possíveis figuras de vinculação. De acordo com Greenwood, o estudo de caso pressupõe a “(...) compreensão global do fenómeno, tal como se manifesta no caso.” (1965, p. 334), daí a sua pertinência para a presente investigação.

Compreender os fatores que contribuem para a eliminação ou diminuição do risco e do perigo nas crianças/jovens, implica uma interpretação total da situação, admitindo que se trata de um assunto de carácter unitário. O estudo realizado não tem por objetivo generalizar os resultados para outras instituições de acolhimento de crianças e jovens, mas sim utilizar os resultados da investigação para efetuar possíveis sugestões de melhoria no funcionamento da instituição, para identificar boas práticas de intervenção e até mesmo promover investigações semelhantes em outras instituições.

5.3. Principais instrumentos de recolha de dados: observação participante e entrevista

Assumindo a pesquisa um carácter essencialmente qualitativo, os dados obtidos foram sobretudo dessa mesma natureza, uma vez que permitem aceder aos comportamentos naturais, podendo captar a vida social tal e qual como é vivenciada pelos indivíduos (Schutt, 2001). É uma forma de investigação que permite refletir sobre os significados que os participantes conferem aos diferentes acontecimentos que

ocorrem ao longo das suas vidas (*idem*), daí a importância da utilização de técnicas de recolha que privilegiam a informação qualitativa na presente investigação, fundamental para compreender os comportamentos das crianças e jovens e também dos profissionais que lá trabalham, assim como os modos de funcionamento da instituição na sua essência.

A metodologia qualitativa contempla três técnicas em particular, sendo elas a observação participante, a entrevista intensiva e o *focus group* (Schutt, 2001), das quais foram utilizadas, para a recolha dos dados, a observação participante e a entrevista intensiva com base num guião semiestruturado.

A observação participante é essencial para o estudo de processos sociais, no sentido de observar como estes se processam naturalmente, de modo a identificar “who, what, when, where, why and how of activities in setting.” (Schutt, 2001, p. 272), ou seja, quem, o quê, quando, onde, porquê e como. O investigador deverá adotar uma atitude de participação ativa no quotidiano dos participantes, assim como uma relação amigável com os mesmos (Schutt, 2001).

De acordo com Flick (2005), a observação participante centra-se, essencialmente, nas interações entre os participantes, nas situações quotidianas que ocorrem e no entendimento da natureza humana, sendo esta uma técnica que prevê a permanência prolongada do investigador no contexto que pretende estudar. O recurso a notas de campo é fundamental no contexto da observação participante, pois garantem o registo dos aspetos observados relevantes para a investigação (Flick, 2005).

Apesar de ser uma estratégia privilegiada para estudar as interações e a realidade tal e qual como ocorre, a observação participante possui algumas limitações: estabelecer as situações concretas em que o problema que se pretende investigar é perceptível; aceder ao contexto que o investigador pretende observar, visto que, por vezes, é necessário recorrer a intermediários para que o investigador consiga entrar no mundo que pretende estudar. Existem certos fenómenos que não são possíveis observar (como por exemplo, processos biográficos), sendo que na observação participante as ações são os aspetos mais observáveis pelo investigador. (Flick, 2005)

Na presente investigação, foi necessário proceder a negociações para ter acesso a uma organização que acolhe crianças/jovens retirados do contexto familiar. O objetivo era a integração na instituição na qualidade de voluntária, para observar as rotinas diárias das crianças/jovens, os relacionamentos entre as crianças/jovens e entre estas e os profissionais da instituição. É durante o dia-a-dia das crianças/jovens e dos

profissionais que o investigador consegue detetar as vivências e os comportamentos genuínos, no sentido de compreender se, de facto, a instituição toma medidas no sentido da eliminação do risco e do perigo ou se, por outro lado, perpetua essas situações.

No quadro da observação participante levada a cabo, recorremos a uma grelha de observação semiestruturada²⁰, onde foram contemplados os indicadores indispensáveis para a análise da realidade institucional. Esta grelha orientou, igualmente, a elaboração das notas de campo (Schutt, 2001), nas quais procurámos dar conta de todos os elementos observados durante a permanência na instituição. A utilização do diário de campo revelou-se crucial para o registo das informações recolhidas durante a presença no campo em análise, pois são tantas as informações, que o facto de não registá-las contribuiria, certamente, para a perda de elementos importantes.

No que se refere à entrevista, a entrevista em profundidade caracteriza-se pelo elevado rigor e consistência. Isto é, esta técnica de recolha de dados pressupõe que o investigador desenvolva um plano de fundo abrangente, que contemple atitudes e ações do entrevistado, na sua genuinidade (Schutt, 2001). Este tipo de entrevista apresenta uma duração superior às entrevistas padronizadas, podendo ser realizada em diferentes sessões. A entrevista supõe uma preparação prévia dos assuntos a abordar, sendo que o investigador poderá alterar a ordem dos temas de acordo com o modo como a entrevista se vai desenvolvendo. O respeito e a confidencialidade para com o entrevistado são aspetos que o investigador não deverá esquecer. O espaço em que a entrevista se realiza deverá ser apropriado, ou seja, não deverá ser um espaço em que o entrevistado se sinta pressionado e pouco à vontade para responder às questões. As pausas são indispensáveis para que o entrevistado possa refletir e organizar o seu pensamento. (Schutt, 2001)

As entrevistas realizadas aos profissionais pertencentes à equipa técnica (diretora técnica, assistente social, educadora social, psicóloga, animador sociocultural) e à equipa educativa (funcionárias que estão presentes no quotidiano das crianças/jovens) tinham como objetivo captar a perceção destes profissionais no que diz respeito às situações em que as crianças/jovens se encontram. Os assuntos definidos para este diálogo encontram-se ligados ao conceito de risco e perigo, às dificuldades enfrentadas perante a entrada das crianças na instituição, formas de agir, interpretação dos comportamentos das crianças e jovens.

²⁰ Ver os documentos em Anexo: Anexo I (A) – Grelha de observação I: Instituição; Anexo I (B) – Grelha de observação II: Jovens (individualmente e entre si); Anexo I (C) – Grelha de observação III: Relacionamento jovens - profissionais; Anexo I (D) – Grelha de observação IV: Profissionais.

A par destes instrumentos foi também elaborada uma ficha de caracterização dos jovens²¹ da instituição, de modo a recolher dados pessoais, dados relativos às causas da sua institucionalização e às medidas de promoção e proteção aplicadas, assim como informações sobre o seu meio familiar, como por exemplo, as habilitações literárias dos pais, a sua situação laboral, o contacto entre estes, entre outros aspetos que foram considerados pertinentes para o estudo.

Não obstante as melhorias que são passíveis de equacionar, julgamos que os instrumentos escolhidos para a realização da investigação foram os mais adequados, na medida em que permitiram compreender as práticas, os relacionamentos e as rotinas da instituição.

5.4. Considerações sobre o processo de recolha dos dados

A investigação iniciou-se em abril de 2015, nomeadamente a observação participante, que teve uma duração de 3 meses (abril, maio e junho de 2015), resultando em cerca de 25 observações (foram realizadas entre 2 a 3 observações por semana). É de referir que após o mês de junho foram realizadas algumas visitas à instituição, de modo a manter o relacionamento estabelecido com os jovens. Tal como já referimos anteriormente, a observação teve como apoio as grelhas de observação e as notas de campo, que resultaram em 20 registos do que era observado nos vários dias e momentos. A integração na instituição como voluntária implicou a participação nas diversas atividades, auxiliando os jovens nas suas rotinas e conversando com estes sobre os assuntos do seu interesse (projeto de vida, gostos e interesses).

Foi possível observar diversos momentos da rotina diária dos jovens em diferentes dias da semana, assim como as dinâmicas de funcionamento da instituição. Foram observados, essencialmente, os seguintes momentos: refeições; estudos; lazer e ocupação dos tempos livres (preparação da viagem ao Porto Santo e a Bruxelas); tarefas domésticas; organização de atividades para as férias de verão; preparação dos jovens para o dia-a-dia escolar; desenvolvimento de atividades/tarefas no âmbito do projeto “Criar Asas” (projeto de autonomização promovido pela direção da instituição); contactos com os familiares (nomeadamente chamadas telefónicas). Nestes momentos observados, foi possível analisar os relacionamentos estabelecidos entre os jovens e

²¹ Ver Anexo II – Formulário das fichas de caracterização.

entre estes e a equipa de profissionais, assim como a relação dos jovens com os idosos presentes na instituição.

Ao longo do trabalho de campo, foi possível constatar que a presença da investigadora poderá ter influenciado os comportamentos e atitudes dos jovens, uma vez que levou a que estes tivessem um certo cuidado na linguagem que utilizavam e na forma como interagiam entre si. Em conversa com a psicóloga da instituição, referimos o facto de nunca ter ouvido os jovens a insultarem-se uns aos outros (usando palavras como “burro”, “estúpido”, “feio”, etc.), facto que a surpreendeu. No entanto, com o desenvolvimento do trabalho de pesquisa, a nossa presença regular na instituição permitiu construir uma relação de maior confiança com os jovens, pelo que nos últimos tempos eles apresentavam comportamentos mais genuínos. O facto de os jovens estarem numa época de provas de avaliação escolar, dificultou o contacto mais profundo com os mesmos, pois não foi possível realizar muitas atividades com estes.

A par da observação, e como referimos antes, recorreremos à entrevista semiestruturada como meio de compreender a forma como a equipa técnica e a equipa educativa encaram a situação dos jovens e a perceção que possuem da sua condição. Isto é, as entrevistas serviram para analisar se os comportamentos dos profissionais estão de acordo com aquilo que pensam e defendem, ou seja, se existe coerência entre a prática e a teoria; por outro lado, tornou-se crucial entender se os profissionais, essencialmente a equipa educativa, têm noção das situações que contribuíram para que os jovens fossem retirados às suas famílias. É de referir que as entrevistadas assinaram uma declaração de consentimento informado²², de modo a autorizarem a sua participação no estudo.

As entrevistas a alguns membros da equipa educativa (ajudantes de ação direta)²³ foram realizadas na instituição, nos meses em que decorreu a observação, na sala de visitas ou na sala de estudo quando os jovens estavam nos seus quartos ou a ver televisão. Dos sete auxiliares de ação direta, apenas cinco, do sexo feminino, aceitaram colaborar dando a entrevista. Cada entrevista teve a duração aproximada de 30-40 minutos, contando com a participação ativa das entrevistadas. É de notar que as auxiliares foram um importante recurso na obtenção dos dados pertinentes para a investigação, pois, para além de fornecerem as informações solicitadas, procuraram ainda estabelecer diálogos no sentido de nos ajudar em relação ao que fosse preciso. É

²² Ver Anexo III – Declaração do consentimento informado.

²³ Ver Anexo IV – Guião da entrevista às ajudantes de ação direta.

de salientar, porém, que tivemos sempre o cuidado de olhar criticamente para a informação fornecida para não cair no erro de olhar para a realidade pelos olhos destes informantes.

As entrevistas realizadas à equipa técnica²⁴ (diretora da instituição – realizada em setembro 2015, assistente social – realizada em setembro 2015, e psicóloga – realizada em junho 2015) foram enviadas às entrevistadas e respondidas por escrito, dada a pouca disponibilidade destes profissionais para responder às questões. Algumas técnicas demonstraram preferir este método, por considerarem que seria mais rápido serem elas próprias a responder. Apesar de ter sido utilizado este método, foram vários os diálogos estabelecidos com as técnicas acerca dos temas contidos nas entrevistas, principalmente com a psicóloga e a diretora técnica. Esta última não respondeu diretamente à entrevista, contribuindo para o estudo de outros modos, nomeadamente ao fornecer informações contidas nas grelhas de observação, através das quais foi possível verificar se a sua perceção sobre certas práticas e certos assuntos ocorre na realidade institucional.

A ficha de caracterização dos jovens tinha por intuito proceder à análise dos processos individuais, no entanto, não foi possível aceder a esses documentos, dada a sua confidencialidade. Desta forma, a diretora técnica sugeriu que fossem os próprios jovens a responder às questões contidas nas fichas de caracterização, já que, do seu ponto de vista, seria interessante compreender até que ponto os jovens têm noção da sua história de vida, nomeadamente as razões pelas quais foram retirados do seu meio natural de vida, e também se possuem conhecimento sobre os seus familiares, principalmente os pais e irmãos.

O preenchimento da referida ficha de caracterização dos jovens ocorreu apenas durante o mês de maio de 2015, pois procurámos estabelecer uma relação de confiança com os jovens, antes de os questionar sobre assuntos delicados. Inicialmente, foi difícil estabelecer o diálogo com alguns jovens do sexo masculino, pois a presença de alguém estranho ao seu quotidiano parecia deixá-los inquietos, não manifestando grande confiança. Após esse período, fundamental para o desenvolvimento de um certo conhecimento mútuo, os jovens foram questionados, individualmente, sobre os dados contidos na ficha. O diálogo ocorreu em momentos em que os jovens não estavam ocupados, principalmente após os momentos de estudo, e em espaços como a sala de

²⁴ Ver os documentos em Anexo: Anexo V (A) – Guião da entrevista à equipa técnica: Assistente Social e Psicóloga; Anexo V (B) – Guião da entrevista à equipa técnica: diretora da instituição.

estudo ou a sala de estar. Neste processo, procurámos colocar os jovens à vontade, perguntando sempre qual o local em que preferiam que a conversa ocorresse, sendo que, no geral, optavam por locais em que não estavam outros jovens, onde pudesse haver maior privacidade.

Ainda que, de um modo geral, os jovens tenham respondido às questões que iam surgindo na conversa que com eles estabelecemos, não podemos deixar de salientar que certas temáticas, como as que se prendem com as causas da sua institucionalização, provocaram desconforto e até resistência na resposta. Sendo que o processo de entrevista constitui sempre uma relação social entre pelo menos duas pessoas com posições distintas e diferentes níveis de poder (entrevistador/entrevistado), revelou-se um enorme desafio a tentativa de implementação de uma “escuta ativa e metódica” (Bourdieu, 2007, p.695).

Após a agregação numa tabela da informação recolhida junto dos jovens, a diretora técnica analisou essas informações de modo a confirmar a sua veracidade. A conclusão a que se chegou foi a de que cerca de metade dos jovens acolhidos na instituição desconhece as verdadeiras causas da sua institucionalização, assim como desconhecem a profissão e as habilitações dos seus pais. Por outro lado, o facto de os jovens terem dado respostas que não correspondem à realidade poderá também ser uma forma de fantasiarem, de imaginarem uma vida totalmente diferente daquela que é a sua realidade. Desta forma, perante as respostas dos jovens a diretora técnica revelou ser necessário promover atividades no sentido dos mesmos construírem a sua autobiografia, isto é, promover ações no sentido dos mesmos procurarem saber mais sobre as suas raízes.

A aplicação dos instrumentos definidos para a pesquisa ocorreu como planeado. O relacionamento com os jovens foi o que demorou mais tempo a estabelecer, principalmente com os jovens do sexo masculino. As duas jovens do sexo feminino foram as que procuraram, mais rapidamente, estabelecer contacto com a investigadora, talvez devido à proximidade de idades, que as fez identificarem-se e procurar dialogar sobre assuntos femininos, pois são as únicas raparigas adolescentes presentes na casa de acolhimento. Com os profissionais, tanto a equipa técnica como a equipa educativa, o relacionamento estabeleceu-se de forma rápida. A equipa técnica revelou-se, desde o início, interessada no estudo apresentado e participou de forma ativa, pois os seus elementos consideraram que uma nova visão, de alguém externo à instituição, é uma mais-valia para analisar certos aspetos que a própria equipa desconhece. Por outro lado,

a equipa educativa demonstrou agrado quanto à presença de uma pessoa nova na instituição, pois consideraram ser mais uma pessoa com quem poderiam partilhar as suas dúvidas, as suas preocupações quanto aos jovens e até procurar apoio quanto à interpretação de determinadas situações (por exemplo, o facto de um jovem não desejar falar com os familiares suscitava alguma preocupação entre algumas auxiliares, sendo que estas muitas vezes procuravam saber qual o nosso ponto de vista).

Ao longo do trabalho realizado com os jovens do *Lar Esperança* surgiram algumas limitações que, nos primeiros momentos, dificultaram a nossa integração no quotidiano da instituição. Em primeiro lugar, destacamos o facto de os jovens estarem numa época de exames nacionais, necessitando, assim, de maior apoio no estudo e mais tempo para estudar, o que, por vezes, tornou mais difícil o contacto. Para podermos conversar com os jovens, aproveitámos os momentos livres, principalmente entre o jantar e o horário de estudo e após o período de estudo. A nossa presença, elemento estranho à instituição, dificultou os primeiros momentos de interação com os jovens. Recorremos a algumas estratégias para superar essas dificuldades, em especial, auxiliando-os, nos momentos de estudo, na realização das tarefas escolares. Uma outra limitação que surgiu logo no início foi o facto de os jovens estarem integrados em diferentes atividades (os treinos de futebol, que se realizam em alguns dos horários em que a observação se desenvolveu), o que, em algumas das observações, dificultou a percepção dos relacionamentos entre os jovens.

Com o passar do tempo, fomos construindo uma relação de amizade com os jovens, proporcionando, assim, um maior contacto com os mesmos e também uma percepção mais aprofundada da realidade vivenciada no *Lar Esperança*.

Capítulo 6. Casa de acolhimento *Esperança*: enquadramento e caracterização

O Centro Social e Paroquial A localiza-se numa freguesia rural de um dos concelhos da costa sudoeste da ilha da Madeira. Em 2011, esta freguesia tinha pouco mais de 1000 habitantes, sendo a agricultura a atividade económica predominante.

A população da referida freguesia tem ao seu dispor um conjunto de serviços pertencentes à comunidade do concelho, nomeadamente, o Centro Social e Paroquial A, a Casa do Povo, o centro de saúde, escolas, câmara municipal, polícia e serviços de ação social (segurança social e instituições e associações de apoio aos carenciados).

O Centro Social e Paroquial A é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). Foi criado por um grupo de paroquianos e o seu projeto tem vindo a ser concretizado após dez anos de muita luta e persistência. Foi a primeira instituição da Região Autónoma da Madeira a desenvolver uma experiência de Lar Intergeracional, que abriga idosos e crianças/jovens num mesmo espaço.

O Lar Intergeracional iniciou a sua atividade em 26 fevereiro de 2003, tendo capacidade máxima para acolher 35 idosos, em valência de lar de idosos, e 12 crianças/jovens em valência de lar de infância e juventude (desde outubro de 2015, legalmente denominado por casa de acolhimento), designado internamente por *Lar Esperança*. O número reduzido de crianças/jovens acolhidos nesta instituição permite uma intervenção mais individualizada, em que os profissionais podem dedicar mais tempo a cada criança/jovem, assim como abre a possibilidade para a construção de relacionamentos significativos. O Centro Social conta, também, com um Centro de Acolhimento Temporário, que iniciou a sua atividade em Outubro de 2008, tendo capacidade para acolher 6 bebés e 13 crianças em regime transitório.

A referida instituição tem por missão construir respostas sociais de forma sustentada e integrada, nas valências da infância, juventude e terceira idade, abertas à população de toda a Região. Procurando apoiar os mais desfavorecidos, o Centro Social e Paroquial A tem por “visão” a busca incessante de “fazer mais e melhor” em prol da dignidade humana, procurando respostas que promovam a qualidade de vida a todos os seus utentes e familiares. Os valores que regem a sua atividade culminam no desejo de oferecer uma vida melhor àqueles que a instituição apoia, sendo eles: compaixão; amor e amizade; solidariedade e espírito de serviço; respeito e abertura ao outro; honestidade

e rigor; profissionalismo, eficácia e eficiência; trabalho em equipa; sustentabilidade; responsabilidade social.

Quadro 3. Objetivos específicos do Lar Esperança

- *Acolher crianças e jovens em perigo, desprovidas de um meio familiar saudável e adequado;*
- *Proporcionar às crianças e jovens um ambiente familiar e acolhedor, propício ao seu desenvolvimento sem ruturas, tendente a facilitar o seu futuro enquadramento social;*
- *Salvaguardar os direitos das crianças e jovens e garantir uma prestação de cuidados de qualidade;*
- *Apoiar o estudo das situações sócio-familiares;*
- *Colaborar na definição do projeto de vida mais adequado às crianças e jovens, nomeadamente, regresso à família de origem, adoção ou ingresso numa família de acolhimento;*
- *Implementar medidas e estratégias pedagógicas mais adequadas ao saudável desenvolvimento físico, intelectual, emocional e relacional das crianças e jovens acolhidas nesta instituição;*
- *Fomentar, sempre que possível, a participação ativa das famílias no projeto de vida das crianças ou jovens, desde que contribua para o bem-estar e equilíbrio biopsicossocial.*

Fonte: Website do Lar Esperança, acedido em maio de 2015.

De entre os objetivos definidos, constatamos que a instituição pretende, por um lado, promover um ambiente familiar às crianças e jovens que acolhe, através do desenvolvimento de estratégias para a definição do projeto de vida, sempre que possível com a participação ativa das famílias. Por outro lado, pretende garantir as condições necessárias e indispensáveis ao desenvolvimento integral das crianças/jovens da instituição.

6.1. Espaços institucionais

No que respeita aos espaços, a instituição dispõe de áreas destinadas às rotinas diárias e de áreas destinadas ao lazer. No exterior, existem jardins e espaços amplos onde as crianças/jovens podem passear e realizar atividades ao ar livre.

O *Lar Esperança*, sobre o qual recai o estudo, apresenta-se decorado com muita cor, de modo a dar vida aos dias na instituição. Cremos que o uso de cores diversas visa, igualmente, contrariar o cinzento de algumas vidas. Os quartos são mesmo designados por cores (azul, amarelo, violeta, laranja, vermelho, verde). A instituição funciona todo o ano, incluindo sábados, domingos e feriados, em regime de permanência.

A área residencial é constituída por 6 quartos duplos²⁵ para crianças/jovens, que dispõem de duas camas individuais, secretária partilhada, roupeiro e duas mesas-de-

²⁵ Ver Anexo VI (A) – Espaços institucionais: quarto dos jovens.

cabeceira. No seu quarto, as crianças/jovens têm a possibilidade de ter em sua posse os seus objetos pessoais (não são permitidos objetos cortantes ou que possam pôr em perigo a própria vida ou a das outras crianças e jovens, demais utentes e trabalhadores, ou provocar danos no equipamento), assim como têm a oportunidade de decorar o seu espaço para o tornar mais pessoal (como colocar fotografias, por exemplo, num quadro de cortiça ou pendurar cachecóis ou bandeiras do seu clube predileto). Este espaço é também constituído por 3 casas de banho e uma pequena copa²⁶. Existe ainda uma sala de visitas²⁷ onde as crianças e jovens podem receber a visita dos seus familiares, desde que estas não tenham sido interditas pelo Tribunal da Comarca da Madeira/Secção de Família e Menores.

A arrumação e limpeza dos quartos é da responsabilidade da equipa de ajudantes de ação direta (designados por *titas e tito*), com a colaboração das crianças e jovens, em função da sua idade, maturidade e grau de autonomia.

Por outro lado, a manutenção dos espaços comuns afetos ao *Lar Esperança*, nomeadamente a higiene dos mesmos, é efetuada de modo a envolver as crianças e jovens, com vista à sua responsabilização e participação nas rotinas diárias da instituição.

No âmbito da ocupação dos tempos livres, a instituição dispõe de espaços próprios para o efeito, como sala de estar²⁸, sala de convívio²⁹, campo polidesportivo³⁰, sala polivalente, capela, sala de atividades e sala de visitas com casa de banho privativa e pátio com jardim. Dispõe ainda de sala multimédia³¹, que está equipada com dois computadores, uma pequena biblioteca e várias secretárias e cadeiras, que permitem, também, às crianças/jovens realizarem o seu estudo diário.

A nível da equipa técnica, existem dois gabinetes técnicos (social e de psicologia), sala de funcionários e sala de reuniões.

Por fim, no que diz respeito aos serviços prestados, o *Lar* dispõe, juntamente com o lar de idosos, de uma receção, uma enfermaria, um refeitório amplo onde idosos e crianças/jovens interagem durante as refeições, uma cozinha industrial, despensa, economato, lavandaria, rouparia e outras áreas de apoio.

²⁶ Ver Anexo VI (B) – Espaços institucionais: copa.

²⁷ Ver Anexo VI (C) – Espaços institucionais: sala de visitas.

²⁸ Ver Anexo VI (D) – Espaços institucionais: sala de estar.

²⁹ Ver Anexo VI (E) – Espaços institucionais: sala de convívio/sala de jogos.

³⁰ Ver Anexo VI (F) – Espaços institucionais: campo polidesportivo.

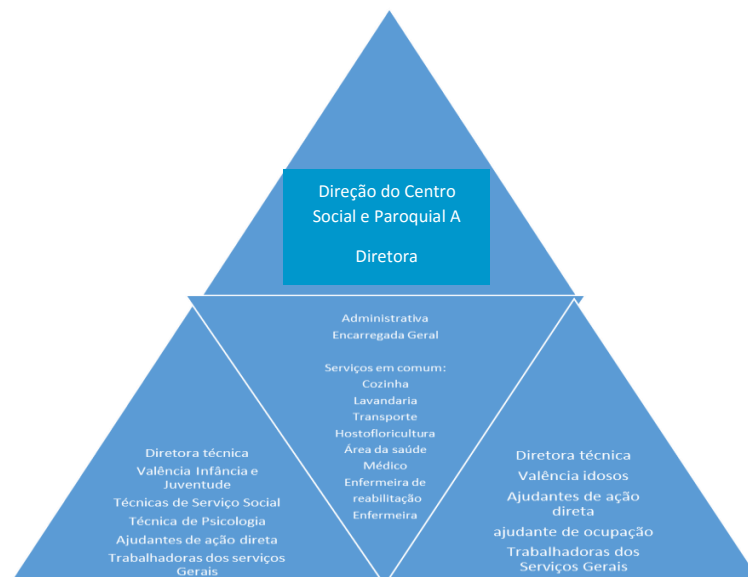
³¹ Ver Anexo VI (G) – Espaços institucionais: sala multimédia/de estudo.

Face à apresentação dos espaços que compõem o *Lar Esperança*, podemos constatar que são vários os espaços dos quais os jovens poderão usufruir ao longo da sua permanência na instituição. Relembrando, agora, o conceito de instituição totalitária trabalhado por Goffman, verificamos que, não obstante a possibilidade de decoração do quarto ao gosto pessoal, os jovens não possuem um quarto individual, o que contribui para a falta de privacidade e, assim, para a perda de identidade. Esta é uma característica da instituição totalitária que se poderá verificar no *Lar Esperança*, assim como o facto de as visitas ocorrerem num espaço próprio, sob a supervisão de um funcionário, sem que os jovens possam escolher o local em que desejam estar com os seus familiares, não existindo, assim, privacidade. As regras definidas, a submissão a uma mesma direção e o facto de os jovens estarem todos num mesmo espaço poderão ser aspetos que se assemelham a algumas características de uma instituição totalitária.

6.2. Caracterização da equipa de profissionais

A equipa de profissionais, que lida diariamente com as crianças/jovens do *Lar Esperança*, está representada no seguinte organograma:

Figura 2. Organograma do Centro Social e Paroquial A



Fonte: Website do *Lar Esperança* acedido em maio de 2015.

Como podemos constatar pelo organograma (figura 2), a equipa de profissionais é composta por várias pessoas que ocupam funções distintas mas complementares. À *diretora* compete garantir o integral funcionamento da instituição, nomeadamente no que se refere aos materiais e recursos financeiros, assim como zelar pela conservação e

manutenção das instalações e equipamentos do Centro Social. A *diretora técnica da valência de infância e juventude* tem como principal função gerir os recursos humanos afetos à valência de infância e juventude, nomeadamente ao *Lar Esperança* e ao CAT, promover as condições que garantam a proteção, bem-estar, educação e desenvolvimento global das crianças e jovens, bem como promover formações na área da intervenção com crianças/jovens em risco. A *equipa técnica* (constituída por uma assistente social, psicóloga e duas enfermeiras a tempo inteiro, e por um médico e um fisioterapeuta, a tempo parcial) tem como competências a organização de atividades de tempos livres, elaborar o plano individual e o plano socioeducativo individual, bem como colaborar em ações de enquadramento familiar, social, escolar e laboral. Quanto à *equipa educativa*, constituída por seis ajudantes de ação direta e uma auxiliar que presta serviço em situações de férias e baixas médicas na valência de infância e juventude, cabe-lhe assegurar a vigilância das crianças e jovens, bem como o bem-estar das mesmas no âmbito da higiene, alimentação e saúde.

A instituição conta ainda com pessoal auxiliar comum às duas valências (uma cozinheira e duas ajudantes de cozinheira, uma encarregada de sector, três auxiliares de limpeza, duas lavadeiras, um jardineiro e um motorista) que exerce funções no domínio das rotinas diárias da instituição e, finalmente, com pessoal administrativo (uma escriturária) que assegura as funções de secretaria.

Na tabela 4, apresentamos uma caracterização sucinta da equipa técnica.

Tabela 4: Caracterização dos profissionais pertencentes à equipa técnica do Lar Esperança

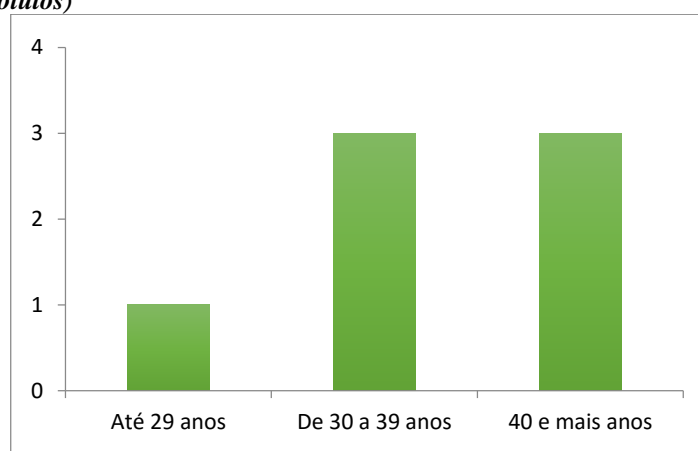
	Idade (grupo etário)	Habilitações literárias	Tempo de serviço na instituição	Formação específica
<i>Diretora da instituição</i>	52-58	Mestrado em Filosofia	13 anos	
<i>Diretora Técnica</i>	36-41	Licenciatura em Serviço Social	12 anos	Pós-graduação em Instituições de Ação Social
<i>Assistente Social</i>	36-41	Licenciatura em Serviço Social	7 anos	
<i>Psicóloga</i>	30-35	Licenciatura em Psicologia	6 anos e 8 meses	Pós-graduação em Avaliação e Intervenção Psicológica com Crianças e Jovens

Fonte: Tabela construída pela autora com base na informação recolhida através das entrevistas.

No que se refere, em especial, à formação, constata-se que todos os elementos pertencentes à equipa técnica são detentores de, pelo menos, o grau de licenciatura nas áreas do Serviço Social e da Psicologia, sendo também evidente a respetiva formação contínua, pois alguns dos elementos da equipa possuem pós-graduações em áreas de intervenção social. Salienta-se, ainda, que as técnicas prestam funções à instituição há já vários anos, o que, por sua vez, pode ser benéfico para a estabilidade tanto das crianças/jovens, como dos restantes profissionais.

Quanto à equipa educativa, as funções dos ajudantes de ação direta estão organizadas de forma a serem desenvolvidas por turnos rotativos, com o intuito de garantir a permanência de pelo menos um elemento, 24 horas por dia. Assim, os turnos encontram-se organizados da seguinte forma: 8h-16h; 16h-00h; 00h-8h. Nestes horários, os ajudantes afetos à valência de infância e juventude prestam apoio à valência da terceira idade quando é necessário, isto é, a instituição caracteriza-se pela sua polivalência, pelo que há dois dias na semana (segunda-feira e terça-feira) em que, durante o turno da manhã (8h-16h), um funcionário do *Lar Esperança* dá apoio na valência dos idosos. As funcionárias da valência dos idosos prestam, igualmente, apoio no *Lar Esperança*, quando tal é necessário. A equipa de ajudantes é constituída predominantemente por elementos do sexo feminino (seis elementos), existindo apenas um ajudante do sexo masculino. Relativamente à faixa etária, a equipa de ajudantes é, na sua maioria, jovem (ver gráfico 6), o que permite uma maior proximidade com os jovens, nomeadamente, na fase da adolescência.

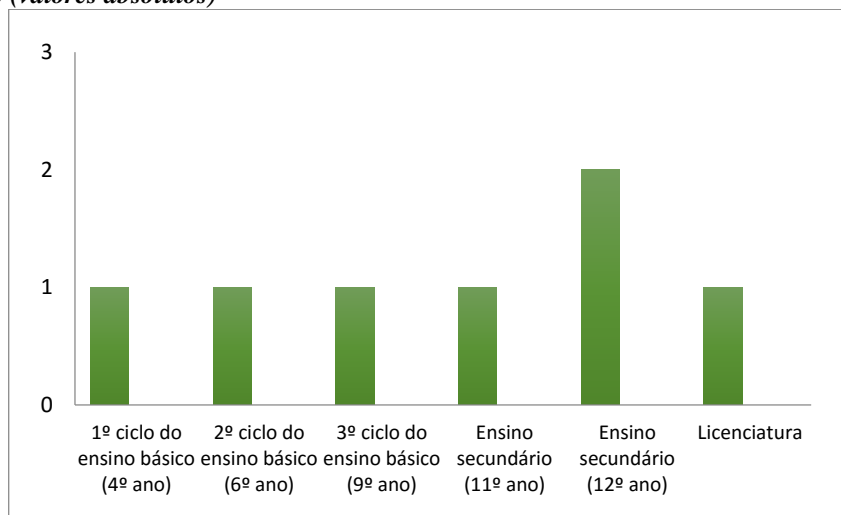
Gráfico 6. Distribuição da equipa educativa (ajudantes de ação direta) do Lar Esperança, por grupo etário (valores absolutos)



Fonte: Gráfico construído com base na informação recolhida pela autora.

Se atendermos às qualificações académicas (ver gráfico 7) da equipa de auxiliares do *Lar Esperança*, podemos constatar alguma heterogeneidade. Cerca de metade dos elementos tem um nível de escolaridade até ao 3º ciclo do ensino básico e apenas um tem um nível de escolaridade superior (licenciatura). Os restantes situam-se ao nível do ensino secundário.

Gráfico 7. Distribuição da equipa educativa (ajudantes de ação direta) do Lar Esperança, por nível de escolaridade (valores absolutos)



Fonte: Gráfico construído com base na informação recolhida pela autora.

Dada a especificidade do trabalho desenvolvido por estes profissionais, procuramos compreender junto dos mesmos se possuem algum tipo de formação específica para trabalhar na área da intervenção com crianças e jovens em risco, seja esta formação promovida pela instituição ou não. Neste âmbito, conseguimos apurar que a instituição promove formações nos seguintes domínios: psicologia infantil, primeiros socorros e saúde, toxicodependência, *bullying*, violência e maus-tratos, gestão de conflitos. Durante o trabalho de campo, nomeadamente no início do mês de maio de 2015, a equipa de ajudantes de ação direta de ambas as valências (valência de idosos e *Lar Esperança*), realizaram uma formação no âmbito da gestão de conflitos, promovida pela instituição. No entanto, pelo que foi possível apurar, os elementos da equipa de ação direta (que pertencem à equipa educativa) não possuem formação específica para trabalhar na área da intervenção com crianças e jovens em situação de risco e perigo, participando apenas nas formações promovidas pela instituição. A sua formação profissional é, como já vimos anteriormente, ao nível do ensino elementar (básico e secundário).

Todos os ajudantes encontram-se a trabalhar na instituição desde a sua abertura, com exceção do único auxiliar do sexo masculino, que iniciou funções na instituição há cerca de quatro anos, e de uma outra auxiliar que lá trabalha há onze anos. Portanto, no que diz respeito à evolução dos profissionais, é possível verificar que, ao longo dos anos, não se registaram significativas entradas e saídas de ajudantes. Esta permanência da equipa garante uma certa estabilidade na vida dos jovens, cujos percursos foram marcados por ruturas precoces com efeitos quer no domínio do estabelecimento de relações de confiança, quer no da expressão e compreensão de emoções e sentimentos.

Podemos, assim, concluir que em matéria de recursos humanos, o *Lar Esperança* dispõe dos meios necessários para um funcionamento regular e eficaz. A estabilidade da equipa, quer técnica, quer educativa, é um fator importante, não só para a construção de um projeto, mas, sobretudo, para a construção da relação com os jovens. É importante, porém, que essa estabilidade não se traduza na reprodução de rotinas eventualmente desajustadas às necessidades dos jovens aí institucionalizados. Por outro lado, um investimento na formação permanente de todos os membros da equipa revela-se, assim, fundamental para a inovação das práticas de intervenção.

6.3. Modos de funcionamento do Lar Esperança

Face às informações acima apresentadas, torna-se essencial refletir sobre os modos de funcionamento da instituição, particularmente ao nível dos modelos de gestão. Recorrendo à tipologia de Mintzberg (1979), que define cinco tipos de organização – estrutura simples, burocracia mecanicista, burocracia profissional, estrutura divisionalizada e *adhocracia*, consideramos que o Centro Social e Paroquial A, nomeadamente a Casa de Acolhimento *Esperança*, apresenta características que se incluem no tipo de organização definido como a burocracia mecanicista.

O *Lar Esperança* insere-se na citada tipologia de burocracia mecanicista, na medida em que a equipa de ajudantes de ação direta realiza certas atividades que se apresentam simples e repetitivas, neste caso concreto, tarefas domésticas como a realização da higiene dos espaços – existe uma calendarização, definida pelo funcionário responsável por realizar determinada tarefa, embora com carácter rotativo. O facto de o horário estipulado no *Lar Esperança* ser também rotativo demonstra o seu carácter rotineiro. Neste seguimento, Mintzberg (1979) defende que as organizações de tipo mecanicista se caracterizam pela standardização do trabalho, nomeadamente ao nível da realização de tarefas simples e repetitivas.

A divisão do trabalho está muito centrada no centro operacional, estando presentes procedimentos muito formalizados, o que, por sua vez, exige formação especializada (Mintzberg, 1979). Consideramos que o centro operacional do *Lar Esperança* é composto pelos ajudantes de ação direta, pois são eles que lidam diariamente com os jovens. No entanto, para além das formações proporcionadas pela instituição em variados domínios, não possuem formação especializada no âmbito da intervenção com crianças e jovens. A formação especializada, no caso do lar em análise, está presente nos profissionais pertencentes à equipa técnica, nomeadamente a psicóloga, assistente social e diretora técnica.

A existência de uma linha hierárquica bem definida é outra das características da burocracia mecanicista e que permite, ao mesmo tempo, uma diferenciação entre operacionais e funcionais (Mintzberg, 1979). A instituição sob análise apresenta uma linha hierárquica bem definida, na qual é visível a distinção entre auxiliares de ação direta e profissionais especializados, pertencentes à equipa técnica e à direção. A supervisão do trabalho encontra-se a cargo da direção geral, visto que os níveis intermédios da organização realizam trabalhos complexos e com um carácter de menor previsibilidade do que o que é desenvolvido pelo centro operacional (Mintzberg, 1979). No *Lar Esperança*, a supervisão dos ajudantes de ação direta é realizada, geralmente, pela assistente social responsável pelo lar, ou pela psicóloga, embora esporadicamente. Apesar de as organizações de tipo mecanicista pautarem-se pelo controlo obsessivo, de modo a garantir que não existam indecisões que ponham em causa o bom funcionamento da organização, consideramos que esta característica não está presente na instituição em análise. Existe, é certo, algum controlo sobre a realização das tarefas e sobre o cumprimento dos horários, mas é dada alguma autonomia aos elementos do centro operacional.

A burocracia mecanicista caracteriza-se, também, pela centralização do poder formal e informal que está no topo da organização, pois é nesse grau que se encontra todo o conhecimento (Mintzberg, 1979). No caso do *Lar Esperança*, o poder formal, que encontra-se no topo da organização, verifica-se na direção e na equipa técnica (psicóloga, assistente social, diretora técnica), uma vez que são estes os elementos que têm o conhecimento no domínio da intervenção com crianças e jovens em risco. Por outro lado, o poder informal, entendido como o poder para tomar decisões da vida quotidiana, é exercido pelos ajudantes de ação direta que, autonomamente, poderão promover algum tipo de atividade ou até mesmo uma saída (por exemplo, durante a

tarde, podem ir com os jovens até ao parque próximo da instituição ou podem fazer alguma caminhada).

Para além deste tipo de organização apresentado, procuramos aqui refletir, genericamente, sobre algumas normas definidas na instituição, principalmente ao nível das rotinas.

No domínio da alimentação, apesar de estarem definidos horários de referência, existe flexibilidade (pequeno-almoço: 7h-10h; almoço: 12h-14h; lanche: 16h-17h30; jantar: 19h-20h; merenda: 21h30-22h30). O horário das refeições depende, em parte, dos horários letivos dos jovens e das atividades extracurriculares que frequentam (por exemplo, os treinos de futebol), e são realizadas no refeitório³² da instituição.

A instituição revela preocupação em oferecer uma alimentação rica e variada, assente na abundância de alimentos de origem vegetal e na moderação dos alimentos de origem animal. As ementas são definidas semanalmente pela diretora, estando sempre presente nas refeições a sopa e os legumes, assim como o peixe e a carne. Nas épocas festivas, os doces também estão presentes. Apesar de no momento da observação não existir nenhum jovem com intolerâncias alimentares, a *diretora técnica* referiu que essa situação é sempre uma preocupação, assim como quando existe algum problema de saúde (gastroenterite, diarreias e afins) que implica a mudança da dieta alimentar.

O *Lar Esperança* fornece todas as refeições aos jovens acolhidos (pequeno-almoço; almoço e jantar, constituídos pela sopa, prato principal – alternando um dia carne, um dia peixe – e sobremesa – fruta, gelatina ou outro tipo; lanches e merenda à noite antes de irem dormir – chá com bolachas ou cereais, esporadicamente bolos, etc.). Cada jovem serve-se das quantidades que desejar, assim como pode repetir a refeição, se assim o entender, existindo supervisão para que não cometam exageros (os jovens costumam repetir o segundo prato e a sobremesa quando é do seu agrado). As refeições são confeccionadas pelas cozinheiras da instituição ou pelos próprios jovens, quando abrangidos pelo projeto de autonomização (analisado mais adiante).

Ainda no plano das regras, é de salientar as que se prendem com o estabelecimento de rotinas em matéria de descanso e de estudo. Assim, durante a semana escolar, o horário para deitar é por volta das 22h. Este horário pode ser antecipado para as 21h/21h30 na sequência de medidas disciplinares. Aos fins de semana e nas férias, pode estender-se até às 23h-23h30.

³² Ver Anexo VI (H) – Espaços institucionais: refeitório.

No que diz respeito ao estudo, o horário estipulado é das 20h às 21h, de domingo a quinta-feira. À sexta e ao sábado, por ser fim de semana, esse horário é mais flexível. Para além do horário estipulado, os jovens podem estudar nos seus tempos livres. Relativamente ao lazer, depende, mais uma vez, do horário escolar dos jovens e das atividades em que estejam integrados. No entanto, pelo que foi possível observar, os jovens dispõem de tempo livre para poderem realizar atividades do seu interesse, que preferencialmente são ver televisão, ouvir música, ler, desenhar, praticar desporto e passear.

No campo das atividades promovidas pela instituição, é importante destacar a relevância que adquire o desporto/exercício físico, bem como as atividades de carácter lúdico-pedagógico. A instituição dispõe de infraestruturas (campo polidesportivo) para a prática desportiva, particularmente do futebol. Para além disso, os jovens estão integrados no projeto “Energy4Life”³³, que promove hábitos de vida saudáveis através da realização de diversas atividades como *canyoning*, rapel, entre outras.

Durante o período de aulas, o investimento da instituição em atividades é menor do que o registado na altura das férias (gincana, torneio interinstitucional, caminhadas, etc.). Embora caiba à equipa técnica a responsabilidade de organizar as atividades, é de realçar que se procura que o processo seja o mais participado possível, incentivando os jovens para que sejam eles a decidir sobre o que pretendem fazer e proceder à sua organização. Para o desenvolvimento das atividades, a instituição conta com uma rede de parceiros, tais como associações e clubes desportivos e culturais. Os próprios ajudantes de ação direta, quando possível, procuram fazer caminhadas com os jovens e outras atividades ao ar livre.

Para além das atividades desportivas e lúdicas, a instituição garante os devidos cuidados em matéria de saúde. Dispõe de serviços médicos e de enfermagem, embora os jovens usufruam também de cuidados médicos fora da instituição, nomeadamente no que respeita ao plano de vacinação, consultas de especialidade (dentista, oftalmologia, otorrinolaringologia, ginecologia, etc.) e exames médicos. Os jovens são acompanhados às consultas por uma técnica ou vão sozinhos quando estão abrangidos pelo projeto de autonomização.

³³ O projeto “Energy4Life”, destinado a crianças e jovens institucionalizados, consiste na prevenção de comportamentos aditivos, promovendo hábitos e práticas de vida saudáveis. Este projeto, implementado na ilha da Madeira, promove diversas atividades, incluindo atividades desportivas ao ar livre.

Ainda neste campo, é de realçar a parceria com a Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (UCAD), com vista ao aconselhamento e esclarecimento no âmbito da prevenção da toxicodependência. A instituição dispõe, na sala multimédia/de estudo, de cartazes afixados alusivos às doenças sexualmente transmissíveis, e as equipas técnica e educativa mostram-se sempre disponíveis para o esclarecimento de dúvidas que os jovens possuam.

No plano do desenvolvimento de laços, a instituição permite que os jovens convidem os seus amigos para irem à sua casa, que no momento é a instituição, com o intuito de promover o seu relacionamento com outros jovens fora do contexto institucional. No entanto, de acordo com os profissionais, os jovens nunca o fizeram, talvez por vergonha ou pelo receio de serem desconsiderados. Para além disso, os jovens são integrados na comunidade através de diversas iniciativas, quer no âmbito religioso, ao frequentarem as atividades da catequese, quer no âmbito social, ao participarem, por exemplo, nas atividades de comemoração do aniversário da freguesia.

Ainda que no próximo capítulo sejam retomadas algumas destas ideias de modo mais aprofundado, podemos afirmar que, apesar de apresentar algumas características das instituições totalitárias, o *Lar Esperança* é organizado de modo a promover experiências diversificadas para que os jovens possam usufruir de um desenvolvimento seguro, saudável e promotor da construção da sua identidade.

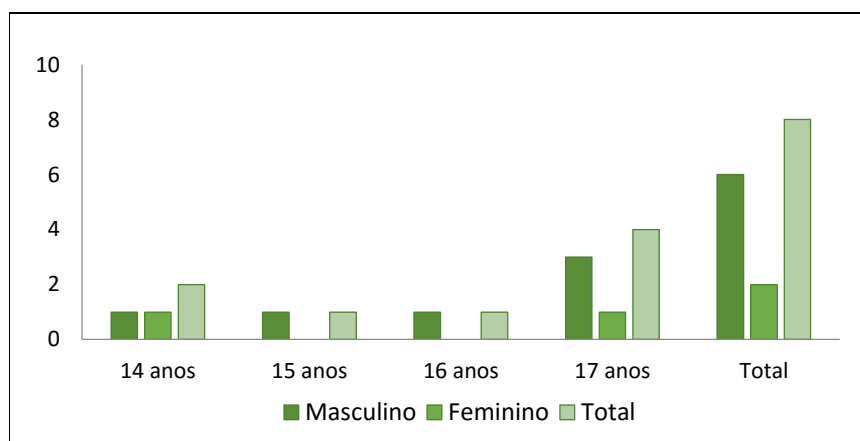
Capítulo 7. Casa de acolhimento *Esperança*: verdadeira alternativa às situações de risco e perigo?

Ao longo deste capítulo, iremos apresentar e discutir os principais dados recolhidos, com vista a avaliar as hipóteses teóricas que nortearam o nosso trabalho. Partindo de uma apresentação dos jovens que, à data da observação, estavam institucionalizados, abordaremos as principais áreas de ação da instituição e dos seus contributos para a eliminação do risco/perigo e promoção do desenvolvimento integral dos jovens.

7.1. Caracterização dos jovens do *Lar Esperança*: ruturas precoces

O *Lar Esperança* tem capacidade para acolher 12 crianças e/ou jovens, sendo que, no momento da realização do trabalho de terreno, encontravam-se acolhidos 8 jovens. Para compreendermos quem são estes jovens, iremos apresentar as suas características sociodemográficas, bem como um pouco da sua história de vida. Para tal, recorreremos à informação recolhida em maio de 2015, através da aplicação de um conjunto de questões aos jovens.

Gráfico 8. Distribuição dos jovens do *Lar Esperança*, por faixa etária e género (valores absolutos)



Fonte: Ficha de caracterização dos jovens.

O *Lar Esperança*, no período de investigação, contava com a presença de 6 jovens do sexo masculino e 2 jovens do sexo feminino (ver gráfico 8). Quanto às faixas etárias, verificamos que estes apresentam idades compreendidas entre os 14 e os 17 anos, sendo que 4 dos jovens têm 17 anos e os restantes distribuem-se pelos 14 (3

jovens), 15 (2 jovens) e 16 (2 jovens) anos. Posicionam-se, assim, na fase da adolescência.

Todos os jovens acolhidos na instituição encontram-se a frequentar a escola da comunidade local, que se situa na sede do concelho em que a instituição se encontra inserida. Dos oito jovens, 6 estão a frequentar o 3º ciclo do ensino básico, e 2 estão no ensino secundário (ver tabela 5).

Tabela 5. Ano de escolaridade frequentado pelos jovens do Lar Esperança (valores absolutos e % no total de jovens)

Ano de escolaridade	Nº de jovens	%
7º	1	12,5
8º	4	50,0
9º	1	12,5
11º	2	25,0

Fonte: Ficha de caracterização dos jovens.

Foi possível constatar que alguns destes jovens, ao longo do seu percurso, registam episódios de reprovações e de insucesso escolar, sendo este um dos principais problemas existentes no que diz respeito à relação com a escola. Pelo que foi possível observar, os jovens consideram que os assuntos lecionados no meio escolar não se apresentam como significativos para a sua vida quotidiana, pelo que revelam desinteresse face a esses conteúdos e face ao significado do estudar.

Por outro lado, procurámos, também, caracterizar as famílias dos jovens acolhidos no *Lar Esperança*, isto é, compreender essencialmente quais os níveis de escolaridade, a relação com o mercado de trabalho e a profissão dos progenitores. A informação foi recolhida através dos jovens com o objetivo de aferir o grau de conhecimento dos mesmos sobre os pais. No caso das habilitações, constatamos que a maior parte dos jovens não consegue fornecer essa informação.

Tabela 6. Qualificações escolares dos progenitores dos jovens do Lar Esperança (valores absolutos e %)

	Pai		Mãe	
	N	%	N	%
Inferior ao 1º ciclo	1	12,5	2	25,0
3º Ciclo do ensino básico (9º ano)	--	--	2	25,0
Desconhecido	7	87,5	4	50,0
TOTAL	8	100	8	110

Fonte: Ficha de caracterização dos jovens.

Através da análise da tabela 6, podemos constatar que, na sua maioria, os jovens desconhecem as habilitações dos pais: 87,5% desconhece as habilitações do pai e 50% desconhece as habilitações da mãe. Para os poucos casos em que há informação, prevalecem escolaridades baixas, nunca superiores ao 9º ano.

Quanto à relação das famílias com o mercado de trabalho e à situação na profissão para aqueles que exercem (ou exerceram) uma profissão, os jovens revelam possuir um maior conhecimento.

Tabela 7. Condição perante o trabalho dos pais dos jovens do Lar Esperança (valores absolutos)

	Pai	Mãe
Exerce profissão	5	1
Desempregado(a)	2	4
Doméstico(a)	0	1
Incapacitado(a) para o trabalho	0	2
Desconhecido	1	-
Total	8	8

Fonte: Ficha de caracterização dos jovens.

Da análise da tabela 7, podemos verificar que a situação “Exerce profissão” tem maior relevância no caso do pai; por outro lado, no caso da mãe, só se verifica em apenas um caso. A situação de desemprego é mais visível nas mães (4 casos) do que nos pais (2 casos), assim como a situação de incapacidade para desempenhar uma função. Existe uma situação em que um jovem desconhece a situação do pai.

Tabela 8. Distribuição dos pais que exercem ou já exerceram profissão, por profissão (CPP 2010 – 2 dígitos) (valores absolutos)

Profissão (CPP 2010 – 2 dígitos)	Pai	Mãe
51. Trabalhadores dos serviços pessoais	--	3
71. Trabalhadores qualificados da construção e similares, exceto electricista	3	--
91. Trabalhadores de limpeza	--	3
93. Trabalhadores não qualificados da indústria extrativa, construção, indústria transformadora e transportes	4	--
TOTAL	7	6

Fonte: Ficha de caracterização dos jovens.

Atentando agora na profissão que os pais exercem, ou a última que exerceram (ver tabela 8), constatámos que pelo menos metade dos casos, em ambos os progenitores, remetem para trabalho não qualificado, quer no sector secundário, quer no sector terciário. Os restantes casos enquadram-se noutros subgrupos da Classificação Portuguesa das Profissões. Mas, embora estes subgrupos apontem já para profissões

com mais exigência em matéria de qualificação dos trabalhadores, não deixam de traduzir, pela profissão desempenhada, alguma fragilidade: no caso dos pais, atividades no sector da construção civil, que tem assistido, nos últimos anos, a uma acentuada recessão, e, no caso das mães, atividades do sector terciário, ao nível da restauração e dos cuidados pessoais, marcadas por uma política salarial de baixos salários.

Quanto à situação na profissão (ver tabela 9), predomina claramente a situação de assalariamento.

Tabela 9. Situação na profissão dos pais dos jovens do Lar Esperança (valores absolutos)³⁴

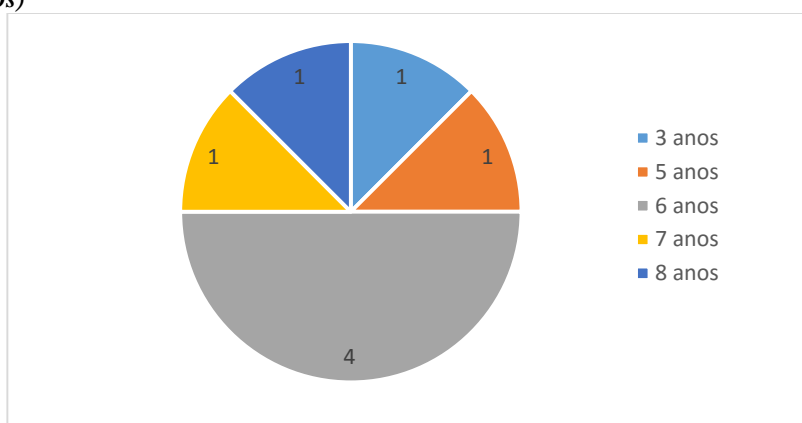
	Pai	Mãe
Trabalhador por conta de outrem/assalariado	5	6
Situação desconhecida	2	
TOTAL	7	6

Fonte: Ficha de caracterização dos jovens.

Na impossibilidade de obter informação sobre o tipo de contrato de trabalho dos pais, caso este exista, é difícil avaliar com precisão o grau de precarização a que estas famílias estão sujeitas. No entanto, julgamos poder afirmar que serão famílias dotadas de poucos recursos e com uma forte vulnerabilidade à pobreza.

Atendendo à situação de institucionalização dos jovens, importava ainda saber se esse processo era recente ou não. Assim, o gráfico 9 demonstra a distribuição dos jovens de acordo com o tempo durante o qual estão institucionalizados.

Gráfico 9. Distribuição dos jovens do Lar Esperança segundo o tempo de institucionalização (valores absolutos)



Fonte: Ficha de caracterização dos jovens.

³⁴ Os valores contemplados na tabela dizem respeito aos que exercem profissão, no momento, e os que exerceram profissão anteriormente.

Podemos constatar que a maioria dos jovens se encontra institucionalizada há 6 ou mais anos, o que conduz a um afastamento mais prolongado da família, particularmente em idades que são marcantes do ponto de vista da formação identitária, embora permita que entre eles se possam criar laços fortes e duradouros. Para além disso, e tendo em conta que, como vimos antes, não há rotatividade dos funcionários da instituição, isto poderá contribuir igualmente para o estabelecimento de relações significativas entre os jovens e os profissionais.

Para além da instituição atual, metade dos jovens esteve já institucionalizado noutras instituições, com durações que variam entre um mínimo de uma semana e um máximo de 4 anos. A retirada dos jovens à família ocorreu em idades compreendidas entre os 7 e os 12 anos, registando-se as seguintes situações: dois jovens retirados com 7 anos; dois jovens retirados com 8 anos; um jovem retirado com 9 anos; outro com 10 anos; e, finalmente, dois jovens com 12 anos. A média das idades com que os jovens foram retirados à família é de 9 anos de idade.

Os jovens acolhidos no *Lar Esperança* apresentam, assim, um longo historial de medida de acolhimento em instituição. Alguns destes jovens contam com a presença de irmãos na mesma instituição: é o caso da Inês (17 anos) e do George (16 anos); do Gonçalo (14 anos) e do Francisco (17 anos), que têm mais dois irmãos em valência de CAT (um de 10 e outro de 7 anos); e a Ariana tem um irmão, de 15 anos, que foi transferido do *Lar Esperança* para uma outra instituição.

Sendo o principal objetivo do estudo analisar a forma como a instituição promove a eliminação/diminuição do risco e do perigo, tornou-se relevante compreender quais as causas que estiveram na origem da aplicação da medida de acolhimento em instituição. O questionamento sobre as razões que motivaram a retirada dos jovens do meio familiar ocorreu, também, com o intuito de procurar perceber se os jovens têm consciência das razões que subjazem à sua retirada do contexto familiar. Os dados revelaram que 50% dos jovens sabem quais foram as causas, enquanto os restantes 50% demonstraram não saber. Para validar a informação fornecida pelos jovens, confrontámos a equipa técnica com as respostas obtidas de modo a garantir a sua veracidade.

Tabela 10. Motivos da institucionalização dos jovens do Lar Esperança (valores absolutos)

Motivo para a retirada do contexto familiar	N.º de casos
Negligência (falta de supervisão e acompanhamento familiar)	7
Exposição a modelos parentais desviantes	4
Tratamento psiquiátrico do(s) progenitor(es)	3
Mau trato psicológico ou indiferença afetiva	1
Abandono escolar	1

Nota: O total de casos é superior ao número de jovens em estudo pois cada um pode ter sido retirado à família por mais do que um motivo.

Fonte: Ficha de caracterização dos jovens.

A partir da análise da tabela 10, aferimos que os motivos que impulsionaram a institucionalização dos jovens foram essencialmente, e por esta ordem, a negligência, a exposição a modelos parentais desviantes, o tratamento psiquiátrico do(s) progenitor(es), os maus tratos psicológicos ou indiferença afetiva e o abandono escolar. Como solução, a medida implementada foi, sem dúvida, o acolhimento em instituição, ainda que dois dos jovens em estudo tenham beneficiado da medida de acolhimento familiar junto de familiares (avós), antes da entrada na instituição. Podemos, por isso, afirmar que, após terem sido retirados à família, a maioria dos jovens em estudo não conheceu outra realidade que não a vida institucional.

Os casos de risco e perigo foram, na sua maioria, sinalizados pelos serviços de segurança social (quatro casos), existindo dois casos em que foram os estabelecimentos de ensino os responsáveis pela sinalização. Registaram-se, também, duas situações em que foi um dos progenitores (concretamente a mãe) a pedir ajuda.

No que diz respeito à saúde, alguns jovens apresentam problemas crónicos, como é o caso da asma (2 jovens) e da rinite alérgica (2 jovens). Os jovens do *Lar Esperança* frequentam consultas médicas de rotina sempre que necessário e, na sua maioria, tomam medicação, que se destina ao tratamento de problemas respiratórios (5 jovens), de Transtorno de *Déficit* de Atenção e Hiperatividade (1 jovem), e transtornos psicóticos (2 jovens).

Através desta caracterização dos jovens, é possível conhecê-los um pouco mais, assim como a respetiva perceção sobre a sua situação de vida. Apresentamos, de seguida, um breve retrato de cada um dos jovens que se encontrava na instituição no momento da observação e da recolha de dados.

Jovem Ariana

A Ariana tem 14 anos e está no *Lar Esperança* há 6 anos e 3 meses. A negligência, nomeadamente a falta de supervisão e acompanhamento familiar, bem

como a exposição a modelos parentais desviantes foram as causas que impulsionaram a sua retirada do meio familiar quando tinha 8 anos de idade. A sinalização foi efetuada pelos serviços da Segurança Social. Contudo, antes da medida de acolhimento em instituição/residencial, a Ariana esteve sob uma medida de acolhimento familiar, tendo estado a viver com os avós.

É uma jovem muito comunicativa. Aquando da nossa chegada à instituição, procurou logo estabelecer contacto e demonstrou-se interessada em colaborar no desenvolvimento da investigação. O facto de não ser habitual haver outras pessoas na instituição, para além dos jovens e das pessoas que lá trabalham, poderá explicar o seu interesse pela nossa presença, bem como a curiosidade relativamente a outras histórias e experiências de vida. Demonstrou particular interesse em saber mais sobre a universidade, o ambiente aí vivido, entre outras coisas.

Frequenta o 8.º ano, tendo no seu percurso escolar um episódio de reprovação no 3.º ano do ensino básico. Demonstra-se interessada e empenhada nos estudos, pois revelou que, no seu futuro, gostaria de ir para a universidade, formar-se em Serviço Social e criar a sua própria família.

Ariana: ... eu gostava de ir para a universidade.

Voluntária: E que curso gostarias de tirar?

Ariana: Assistente Social. A Dra. disse que eu sou capaz.”

(Excerto da nota de campo do dia 22/04/2015)

Quando procuramos recolher informação sobre os familiares, a Ariana demonstrou algum desconhecimento sobre a situação dos pais, nomeadamente em matéria de habilitações escolares, de condição perante a atividade económica e de situação na profissão. Referiu, no entanto, que o pai tinha trabalhado como pedreiro e que a mãe era doméstica. É uma jovem que não mantém relacionamento regular com os pais. Durante o período em que decorreu a nossa observação, a mãe da jovem procurou contactar com ela através de telefonemas. No entanto, e como esses contactos são muito pouco regulares e consistentes, acentuou-se a rutura dos laços afetivos, contribuindo para que a jovem reaja com alguma revolta quando a mãe lhe telefona e demonstre pouca abertura para o estabelecimento de uma relação, até porque, segundo ela, o facto de a mãe só telefonar de vez em quando revela que “*não se interessa pela filha*”. Em

alguns dos seus discursos, a Ariana também mencionou os avós como sendo familiares próximos, apesar de não se relacionarem com frequência.

O familiar com quem tem um relacionamento mais próximo é o irmão de 15 anos que, tendo estado anteriormente no *Lar Esperança*, foi transferido para uma outra instituição. De modo a garantir a manutenção dos laços fraternais, a equipa técnica do *Lar* promove contactos frequentes entre os irmãos, permitindo, por exemplo, que o irmão da Ariana passe os fins de semana com ela na instituição.

De um modo geral, a Ariana é uma jovem saudável, apenas tem renite alérgica que a obriga a utilizar, com alguma regularidade, um *spray* nasal para controlar as alergias. Mencionou que, de 6 em 6 meses, vai ao médico, nomeadamente consultas de rotina.

Quando questionada se gosta ou não de estar na instituição, a jovem referiu: “*Eu gosto de estar aqui no Lar... aprendo o essencial para a minha vida...*”. No seu discurso, a vida na instituição surge como uma oportunidade de aprendizagem. Ao longo da investigação, foi possível constatar que, de facto, a Ariana aprendeu a viver numa instituição e a aceitar a sua situação de vida.

Jovem Inês

A Inês tem 17 anos e há 6 anos que se encontra sob uma medida de acolhimento em instituição/residencial, tendo estado anteriormente numa outra instituição durante 4 anos. A institucionalização da jovem foi ocasionada por situações de negligência, principalmente falta de supervisão e acompanhamento familiar, assim como pela sua exposição a modelos parentais desviantes. Foi retirada da família quando tinha 7 anos de idade. O acolhimento familiar, junto dos avós, foi uma das medidas implementadas para solucionar o seu caso. No entanto, acabou por ser necessário recorrer ao acolhimento institucional. Os serviços da Segurança Social foram os responsáveis pela sinalização do caso.

A jovem frequenta o 11.º ano no Curso Técnico de Apoio à Infância e no seu percurso escolar não existem reprovações. Foi possível observar que esta jovem é muito comunicativa e participativa no quotidiano da instituição e nas atividades promovidas. Para além disso, foi visível que, algumas vezes, sugeria atividades de ocupação dos tempos livres (como por exemplo, ir contar uma história às crianças do CAT). Essas sugestões eram aceites pela equipa de profissionais (equipa técnica e equipa educativa) que permitia, frequentemente, que a jovem realizasse as atividades propostas. Notámos,

em vários momentos, o interesse da Inês em dirigir-se ao CAT para realizar alguma atividade com as crianças ou simplesmente para ajudá-las a comer ou pô-las a dormir. Esta situação é de grande importância para a jovem, na medida em que contribui para o seu crescimento enquanto pessoa e para a consolidação da sua identidade e autoestima.

Sobre os familiares, mais concretamente sobre os pais, a Inês desconhece as habilitações do pai, mas sabe que a mãe não completou o 1.º ciclo. No entanto, sabe que o pai exerce a profissão de pintor como assalariado e que a mãe, apesar de desempregada naquele momento, tinha trabalhado como funcionária de limpeza numa gasoleneira.

Os contactos que a Inês mantém com os seus familiares ocorrem através de chamadas telefónicas e das visitas da jovem a casa. Em alguns dos contactos em que estivemos presente, a Inês, apesar de atender os telefonemas e de ser incentivada a isso pelos ajudantes, referia não querer relacionar-se com a mãe. As visitas a casa nem sempre ocorreram, pois a jovem referiu, algumas vezes, não estar interessada em realizá-las. O avô é o familiar mais referenciado pela mesma, que demonstrou, várias vezes, que o considera como um pai. É exemplo disso um trabalho que fez no seu estágio sobre o pai e colocou a fotografia do avô. Nunca falou sobre o seu pai biológico. O seu irmão George, de 16 anos, está também no *Lar Esperança*.

A nível de saúde, esta jovem possui problemas relacionados com a rinite alérgica, pelo que diariamente necessita de utilizar um *spray* nasal que a ajuda a minimizar os seus efeitos negativos.

Quanto ao facto de viver numa instituição de acolhimento, Inês demonstra adaptar-se facilmente ao dia-a-dia institucional, apesar de nunca ter revelado os seus sentimentos face à sua história de vida. É visível o carinho que nutre pelos ajudantes de ação direta e por alguns elementos da equipa técnica, assim como pelas crianças que se encontram na valência de CAT, com as quais desenvolve voluntariado. Ao longo da investigação, a Inês referiu que no futuro gostaria de trabalhar na área das crianças ou então como massagista desportiva. No entanto, em algumas conversas a mesma mencionou que um dia “*Gostava de abrir um lar para crianças.*”.

Jovem George

O George tem 16 anos e é irmão de Inês. Está institucionalizado há 6 anos no *Lar Esperança*, sendo que, anteriormente e durante 3 anos, esteve acolhido numa outra instituição. A medida de acolhimento residencial foi impulsionada por situações de

negligência, nomeadamente ausência de supervisão e acompanhamento familiar, e a exposição a modelos parentais desviantes, sendo os serviços da Segurança Social os responsáveis pela sinalização do caso. Foi retirado à família quando tinha 7 anos de idade.

O jovem demonstra ser muito comunicativo, pois no primeiro contacto que estabelecemos na instituição demonstrou-se interessado e participativo, principalmente quando se falou sobre o assunto “ida para a universidade”. Procurou compreender de que forma se processa o ingresso no ensino superior e as saídas profissionais correspondentes às áreas pelas quais tem maior interesse.

Quanto ao seu percurso escolar, o George frequenta o 9.º ano de escolaridade, tendo tido uma situação de reprovação no 7.º ano. É um jovem que demonstra interesse pelos estudos e principalmente pela obtenção de resultados positivos. Nos momentos de observação, o George revelou, várias vezes, preocupação quanto à realização dos exames nacionais.

No que diz respeito ao conhecimento sobre as habilitações escolares dos pais, a condição perante o trabalho e a situação na profissão, o George revelou desconhecimento. No entanto, mencionou que o pai desempenha funções de pintor e que a mãe, à data, encontrava-se em situação de desemprego. O contacto com os familiares, nomeadamente com a mãe, ocorre com alguma regularidade através de chamadas telefónicas. O George demonstra interesse em estabelecer contacto com a mãe, sendo que nem ele nem a irmã fizeram muita referência ao pai. O desejo de contactar com a mãe é visível, nomeadamente quando existe a possibilidade de o George ir a casa ao fim de semana, contrariamente à irmã, a Inês, que revela desinteresse.

O George não apresenta problemas de saúde crónicos, mas, no entanto, revela alguns comportamentos característicos de pessoas hipocondríacas, pois considera que todas as doenças o afetam, indo muitas vezes pesquisar informações sobre doenças e sintomas associados. Este jovem toma medicamentos diariamente, nomeadamente risperidona. É um jovem com uma autoestima muito baixa, pois não identifica qualidades em si, muito pelo contrário, refere aspetos depreciativos em relação a si próprio. Acredita que as pessoas que o rodeiam estão contra ele e que só falam mal dele, revelando, assim, uma baixa autoestima. Em relação ao seu futuro, o George anseia trabalhar na área do *marketing*, relações públicas ou hotelaria.

No que diz respeito aos sentimentos demonstrados pelo George face à instituição, o jovem mencionou: “*Não, não gosto de estar aqui...*”. Apesar de ter partilhado connosco este sentimento, pudemos observar nas suas rotinas que manifesta interesse pelas atividades promovidas pela instituição e pela companhia de algumas das *titas*.

Jovem Rafael

O Rafael tem 15 anos e está no *Lar Esperança* há 3 anos. O seu caso foi sinalizado pelos estabelecimentos de ensino, ocasionado por situações de negligência (falta de supervisão e acompanhamento familiar), mau trato psicológico ou indiferença afetiva e abandono escolar, o que resultou na adoção da medida de acolhimento em instituição/residencial. Foi retirado do contexto familiar quando tinha 12 anos.

Demonstrou-se pouco comunicativo, principalmente nos primeiros momentos em que contactamos com ele. Mas, com o tempo, ganhou confiança e procurava estabelecer alguns diálogos, embora pouco frequentes. Não revelou muito sobre a sua experiência de vida, nem sobre a sua família, pelo que concluímos serem assuntos que o marcam de forma dolorosa.

Frequenta o 7.º ano de escolaridade e conta com algumas reprovações no seu percurso académico, nomeadamente no 5.º, 6.º e 7.º anos. O Rafael demonstra grande desinteresse pelos estudos, sendo que na altura em que iniciámos a investigação, encontrava-se sob uma medida disciplinar devido aos maus resultados escolares, que se traduzia na impossibilidade de ter acesso aos divertimentos³⁵ (televisão, computador e algumas atividades extra curriculares, como os treinos de futebol).

Quanto aos familiares, o Rafael não expressou os seus sentimentos e pensamentos quanto a esse assunto. Quando abordado sobre as habilitações escolares dos pais, assim como a condição perante o trabalho e a situação na profissão, o jovem revelou desconhecer as habilitações da mãe, mas sabe que esta trabalha por conta de outrem, como auxiliar de limpeza numa escola. No que respeita ao pai, Rafael revelou que o mesmo possui habilitações inferiores ao 1.º ciclo e que, no momento, se encontrava numa situação de desemprego.

O jovem demonstrou grande dificuldade na partilha de sentimentos sobre os pais, ainda que mantenha contacto com estes através de chamadas telefónicas. Sabemos

³⁵ No início da observação, o Rafael já tinha reprovado por faltas.

que o Rafael costumava ir passar os fins de semana e as férias a casa, mas, no momento da nossa observação, tal não acontecia. Não conseguimos obter informação sobre as razões para essa mudança. O jovem demonstra interesse em relacionar-se com o irmão, de 11 anos, que estava na valência de CAT e que foi transferido para o *Lar Esperança* ainda durante o período da nossa observação em virtude de ter completado 12 anos. Esta mudança agradou Rafael que procurava integrar o irmão no quotidiano da instituição³⁶.

A nível de saúde, o Rafael apresenta problemas de asma e toma risperidona diariamente.

Em alguns momentos, foi visível que o jovem não concorda com as regras estabelecidas pela instituição e, quando questionado sobre as atividades que gostaria que a instituição proporcionasse, respondeu: “*Gostava que mudassem as regras...*”. Não revelou muito sobre os seus sentimentos acerca da instituição.

Jovem Júnior

O Júnior tem 17 anos e há 5 anos que se encontra em situação de acolhimento em instituição/residencial no *Lar Esperança*. Os estabelecimentos de ensino sinalizaram o seu caso, potenciado por situações de negligência (falta de supervisão e acompanhamento familiar) e de exposição a modelos parentais desviantes. Foi retirado da família quando tinha 12 anos.

O Júnior foi outro jovem que revelou indiferença quanto à nossa presença na instituição. No entanto, após alguns dias, o jovem começou a participar e a dialogar sobre os assuntos que abordávamos com os restantes jovens.

Frequenta o 8.º ano de escolaridade e conta já com algumas reprovações, mais precisamente nos 3.º e 5.º anos. É um jovem que gosta de estar sozinho, principalmente quando está a desenhar, apesar de, por vezes, solicitar a companhia do João para realizarem essa atividade em conjunto. Noutras situações, verificamos que o Júnior gosta de ficar sozinho nos espaços exteriores da instituição, a falar ao telemóvel com os seus amigos. No entanto, relaciona-se com os restantes jovens e profissionais, em especial nos momentos de lazer e de atividades proporcionadas pela instituição.

Apresenta desconhecimento quanto às habilitações escolares dos pais, assim como quanto à sua condição perante o trabalho e situação na profissão. A única coisa

³⁶ O irmão de Rafael não foi considerado na nossa análise, uma vez que foi transferido para a casa de acolhimento *Esperança* apenas no mês de junho, momento em que estávamos a finalizar a observação participante.

que nos revelou acerca dos pais foi que o pai faz biscates e a mãe encontra-se desempregada. O jovem mantém contactos frequentes com os seus familiares, nomeadamente chamadas telefónicas, visitas da família à instituição³⁷ e visitas do jovem a casa, principalmente em períodos de férias. Ao longo da observação, foi visível que o Júnior demonstra interesse em relacionar-se com os seus familiares, pois, num período em que se encontrava sob uma medida disciplinar, devido ao seu mau comportamento, procurava cumprir as regras para contabilizar pontos positivos a seu favor, de modo a poder ir a casa passar o fim de semana.

O Júnior tem asma e toma medicação diariamente para o controlo desse mesmo problema de saúde.

Pelo que nos foi possível observar, o Júnior revela não gostar da instituição. Um dos indicadores é justamente a dificuldade de cumprimento das regras. A necessidade de cumprir regras é geradora de sentimentos negativos face à instituição. Cremos que isso poderá ser também revelador de uma socialização primária marcada pela ausência de regras.

Jovem Francisco

O Francisco tem 17 anos e está institucionalizado há 7 anos no *Lar Esperança*. Quando foi retirado à família, esteve durante 1 semana acolhido numa outra instituição. É o mais velho de 4 irmãos: tem um irmão de 14 anos que se encontra na mesma instituição (o Gonçalo) e outros dois, de 10 e 7 anos, na valência de CAT. A medida de acolhimento residencial foi ocasionada por situações de negligência, mais precisamente de falta de supervisão e acompanhamento familiar, e devido ao tratamento psiquiátrico da mãe. Segundo o jovem, foi a própria mãe que solicitou ajuda nos serviços da Segurança Social. Este jovem nasceu em Alcobaça e lá viveu durante alguns anos, antes de ir viver para a Madeira com os seus pais. Foi retirado da família com 10 anos de idade.

Durante toda a observação, o Francisco não se revelou comunicativo e participativo nos diálogos e atividades estabelecidas. Apenas em alguns momentos, em que abordamos o assunto dos exames nacionais, é que o jovem participava e procurava integrar-se. No entanto, mantinha um relacionamento cordial com os restantes jovens e profissionais.

³⁷ Durante o período de observação participante na instituição, não tivemos oportunidade de presenciar nenhuma visita de familiares, mas tivemos conhecimento de que elas acontecem.

O Francisco frequenta o 11.º ano de escolaridade e conta com um episódio de reprovação no 10.º ano. Demonstra interesse pelos estudos e, em alguns momentos, revelou querer ingressar no ensino superior. Durante a observação, verificamos que o jovem estava empenhado em estudar as matérias para o exame nacional. Numa visita posterior à instituição, relatou-nos como tinham corrido os exames, pois estava com grandes expectativas, revelando, pois, interesse pela obtenção de bons resultados.

Relativamente aos pais, o Francisco desconhece o nível de escolaridade do pai, mas sabe que este trabalha por conta de outrem na construção civil. Quanto à mãe, o jovem revelou que esta possui o 9.º ano de escolaridade e encontra-se numa situação de incapacidade para o trabalho, não exercendo, assim, uma profissão. Os contactos estabelecidos com os familiares ocorrem em todas as vertentes, nomeadamente chamadas telefónicas (diariamente), visitas do jovem a casa em fins de semana (quinzenalmente) e férias, e visitas da mãe e da tia à instituição (aos domingos). Há domingos em que o Francisco e os irmãos vão almoçar a casa dos familiares, regressando ao final do dia. Apesar de não expressar os seus sentimentos e não revelar muito acerca da sua família, o Francisco mostra interesse em relacionar-se com os familiares.

Este jovem não possui problemas de saúde crónicos, dirigindo-se aos serviços de saúde apenas para consultas de rotina e em situações de urgência.

Quando questionado sobre o que sentia face à instituição, se gostava ou não de lá estar, o jovem não se manifestou, pelo que não nos foi possível perceber qual a sua opinião sobre este assunto.

Jovem Gonçalo

O Gonçalo tem 14 anos e é irmão do Francisco. Há 6 anos que se encontra acolhido no *Lar Esperança*, sendo que anteriormente esteve acolhido durante 1 semana numa outra instituição. É o segundo de quatro irmãos: o Francisco de 17 anos e que está no *Lar Esperança*, e outros dois, na valência de CAT, de 7 e 10 anos. Tal como o irmão Francisco, nasceu em Alcobaça, onde viveu durante alguns anos antes de ir viver para a Madeira. A medida de acolhimento residencial surgiu no seguimento de um pedido de ajuda por parte da mãe do jovem nos serviços da Segurança Social. As causas associadas a esta medida relacionam-se com a negligência, mais precisamente pela falta de supervisão e acompanhamento familiar, e devido ao tratamento psiquiátrico da mãe. Está fora do contexto familiar desde os 8 anos de idade.

O Gonçalo é um jovem muito comunicativo e interessado nos mais diversos assuntos. Aquando da nossa chegada ao *Lar Esperança*, este jovem demonstrou-se interessado em contactar com uma pessoa diferente daquelas com quem está habituado a relacionar-se diariamente.

O jovem frequenta o 8.º ano e não existem situações de reprovação no seu percurso escolar. É um jovem muito inteligente e apresenta bons resultados escolares, demonstrando interesse na aprendizagem de variados domínios, quer escolares, quer da vida quotidiana, como por exemplo, cozinhar.

O Gonçalo desconhece o nível de escolaridade do pai, mas sabe que este exerce uma profissão na construção civil, talvez como trabalhador por conta de outrem/assalariado. Quanto à mãe, sabe que ela tem o 9.º ano de escolaridade e que não exerce nenhuma atividade profissional por se encontrar incapacitada para o trabalho. Os contactos que o Gonçalo estabelece com os familiares são através de chamadas telefónicas, visitas dos familiares à instituição, nomeadamente a mãe e uma tia, e visitas do jovem a casa, ao fim de semana, com periodicidade quinzenal, e em períodos de férias. Durante o período de observação, foi visível que, em alguns domingos, este jovem ia passar o dia com alguns familiares, geralmente uma tia ou a mãe com quem mantém uma relação favorável, demonstrando, pois, interesse em relacionar-se com os seus familiares.

Referiu não possuir problemas de saúde crónicos, mas toma medicação diariamente, nomeadamente Aerius e Atrovent, no sentido de combater a rinite alérgica.

Quando questionado sobre o que deseja para o futuro, o Gonçalo referiu “*Quero estar sempre ocupado... Quero ir à Austrália e a Paris...*”, mencionando, ainda, que gostaria de ir para a universidade e fazer muitas viagens.

Jovem João

O João tem 17 anos e está no *Lar Esperança* há 8 anos. Foi retirado da sua família quando tinha 9 anos, tendo o seu caso sido sinalizado pelos serviços da Segurança Social. As causas do afastamento da família foram a exposição a modelos parentais desviantes e o tratamento psiquiátrico da mãe, o que resultou na adoção da medida de acolhimento em instituição.

À semelhança de alguns dos outros jovens, revelou um certo desinteresse nos primeiros momentos em que contactamos com ele. A presença de uma pessoa estranha à instituição fez com que, de facto, alguns dos jovens adotassem uma posição defensiva

quanto à investigadora. No entanto, com o desenrolar da investigação, o João aproximou-se e começou a participar mais ativamente nos diálogos estabelecidos entre todos.

Frequenta o 8.º ano de escolaridade, apesar de o conteúdo trabalhado no seu dia-a-dia escolar ser referente a um nível mais baixo, devido ao défice cognitivo que tem. O seu percurso conta com algumas reprovações: três vezes no 7.º ano e uma vez no 8.º ano. O João apresenta grandes dificuldades de aprendizagem, o que o faz desistir com facilidade, originando desinteresse pelas aprendizagens realizadas no meio escolar. O desenho é o seu maior interesse, pois nos tempos livres dedicava-se, com alguma regularidade, a desenhar.

Desconhece os níveis de escolaridade dos pais e mencionou que, no momento, ambos estavam em situação de desemprego, sendo que anteriormente a sua mãe tinha sido funcionária num bar. O João revela interesse em relacionar-se com os familiares, principalmente com a mãe, com quem fala diariamente através de chamadas telefónicas. Para além disso, o João usufrui de visitas a casa em períodos de férias e fins de semana. Foi possível observar que as férias de verão seriam passadas na casa dos familiares, uma vez que após essas férias o jovem viria a sair da instituição, pois completaria 18 anos.

O jovem não possui problemas de saúde crónicos e apenas toma medicamentos para a concentração, nomeadamente Concerta.

O João é um jovem que, apesar das suas dificuldades, procura relacionar-se com os outros jovens da instituição, assim como os outros jovens ajudam-no a superar as suas dificuldades, revelando assim um sentimento de solidariedade.

Através da análise que acabamos de realizar, acerca das histórias de vida dos jovens do *Lar Esperança*, podemos avançar com a ideia de que estes são provenientes de famílias com percursos marcados pela privação, nomeadamente no domínio económico, simbólico e até social (Gaulejac; Leonetti, 2007). Embora sem dispormos de informação suficientemente exaustiva para um diagnóstico aprofundado da situação destas famílias, não podemos deixar de realçar a relação precária das mesmas com o mercado de trabalho, marcada quer pelo desemprego, muitas vezes experienciado por ambos os progenitores, quer pela realização de trabalhos menos exigentes do ponto de vista das qualificações.

A integração no mercado de trabalho permite a participação na vida social pela via da produção e do consumo, pelo que uma relação precária com o mesmo marca

fortemente as condições objetivas de vida das famílias, nomeadamente em matéria de acesso aos bens e aos serviços necessários à vida. Para além disso, marca igualmente a possibilidade de desenvolver e ampliar competências, bem como de conferir ao quotidiano uma organização e estruturação e projetar o futuro com uma relativa segurança. Condições objetivas de vida marcadas por alguma privação refletem-se, necessariamente, nas condições subjetivas, nos modos de pensar, de sentir, de ser e de agir.

A negligência, a falta de afeto, a exposição a modelos parentais desviantes foram, assim, as causas que mais impulsionaram a retirada dos jovens do seu meio natural de vida. Por outro lado, e ainda que os jovens, de um modo geral, demonstrem interesse em relacionar-se com os seus familiares, em alguns casos, isso não acontece e a rutura dos laços familiares acentua-se.

7.2. A institucionalização: um mal menor? A visão dos profissionais do Lar Esperança.

A medida de acolhimento residencial, como já referimos anteriormente, é impulsionada por situações que colocam em risco e/ou perigo uma criança/jovem. Desta forma, para que durante o processo de acolhimento sejam oferecidas condições de vida favoráveis, nomeadamente a garantia da segurança e do desenvolvimento integral, é de extrema importância que os profissionais compreendam a situação dos jovens que acolhem e, sobretudo, que promovam um ambiente saudável e o mais aproximado possível ao de uma família.

Nas entrevistas realizadas à equipa de profissionais (ajudantes de ação direta, assistente social, psicóloga e diretora da instituição), procuramos compreender qual é a perceção de cada um sobre as situações que contribuem para que uma criança ou jovem esteja em situação de risco e/ou perigo e, também, que medidas consideram ser as mais adequadas para solucionar este tipo de situação. No caso das *ajudantes de ação direta*, é visível que estas associam as situações de risco e perigo ao problema das dependências de substâncias (drogas e álcool):

“São os maus-tratos físicos, violência doméstica, consumo de droga, violação e até a falta de saúde e de dinheiro dos progenitores.” (Sofia, trabalha na instituição há 12 anos, 6.º ano de escolaridade)

“Para mim, as situações que colocam em risco ou perigo uma criança são os maus tratos, álcool, droga, abusos sexuais e abandono.” (Ana, trabalha na instituição há 12 anos, 12.º ano de escolaridade)

“Na minha opinião as situações de risco são diversas, e vão desde a falta de alimentação até aos maus-tratos físicos e psicológicos por parte dos progenitores e de outros membros da família...” (Rita, trabalha na instituição há 12 anos, 11.º ano de escolaridade)

“Na minha opinião, considero que as situações de risco e perigo são a violência, álcool, drogas e outras dependências, negligência.” (Leonor, trabalha na instituição há 11 anos, 9.º ano de escolaridade)

“Na minha opinião, as situações que colocam em risco uma criança ou jovem, é quando a criança ou jovem são abandonados pela família, começam a andar na rua sem destino ou quando a própria família não estabelece nenhuma segurança aos filhos. Como por exemplo, quando a família, pai ou mãe, vão pelo caminho da droga e alcoolismo, vandalismo e prostituição.” (Emília, trabalha na instituição há 12 anos, 4.º ano de escolaridade)

A visão prevalecte destas profissionais é a de que o risco e o perigo têm que ver sobretudo com danos físicos (abuso sexual, maus-tratos físicos e psicológicos, violência). Contudo, são também referidas situações de abandono, negligência e prostituição, como estando na origem dos casos de risco e perigo em crianças/jovens.

A visão da *assistente social* e da *psicóloga* enquadra-se na linha do que Oriente & Sousa (2005) defendem. Estes autores consideram que muitas vezes as causas da institucionalização de crianças e jovens prendem-se com situações de carência de abrigo, desproteção, maus-tratos, abuso sexual. Portanto, as situações de risco e perigo traduzem-se em casos que comprometem a segurança, saúde, bem-estar e desenvolvimento das crianças/jovens, que devido à sua condição não possuem capacidade para pôr termo à situação que os afeta. Na mesma linha, Farromba (2013) considera que o risco e o perigo manifestam-se através de situações que colocam em causa o desenvolvimento da criança/jovem, nomeadamente no que concerne à segurança, educação, formação, saúde e equilíbrio emocional.

Assim, as duas profissionais referiram que as situações que põem em risco e perigo uma criança/jovem são todas aquelas que colocam em causa o seu desenvolvimento integral a nível social, emocional, cognitivo, físico e cultural. No entender destas técnicas, o risco e o perigo traduzem-se em situações como: maus tratos (a nível físico e psicológico), negligência, abuso sexual, exposição a comportamentos de risco (violência, toxicoddependência), abandono, prostituição e trabalho infantil:

“Maus-tratos, negligência, abuso sexual, exposição a modelos de comportamentos desviantes, abandono, prostituição infantil, exploração do trabalho infantil, álcool e toxicoddependência.” (Assistente Social, trabalha na instituição há 7 anos, licenciatura)

“As situações que constituem risco ou perigo para um menor são aquelas que de alguma forma interferem negativamente com o desenvolvimento socioemocional, cognitivo, físico e cultural dessa criança/jovem. Nesse sentido a negligência, os maus-tratos físicos e psicológicos, o abandono físico e/ou emocional e ainda a exposição a comportamentos de violência e de consumos têm sido os mais frequentes, deixando marcas mais evidente no desenvolvimento das crianças e da sua personalidade.” (Psicóloga, trabalha na instituição há 6 anos e 8 meses, licenciatura)

A diretora da instituição partilha, igualmente, da opinião de que o risco e o perigo constituem todas as situações que comprometem o desenvolvimento de uma criança/jovem:

“O denominador comum das mais diversas situações que possam colocar o desenvolvimento das crianças e jovens em risco, é sempre uma falta de valores que gera situações de pobreza estrutural, a nível de personalidade e, conseqüentemente familiar. As situações de pobreza material são apoiadas por vários mecanismos e nunca se torna na causa que justifique a última intervenção, a institucionalização.” (Diretora da Instituição, trabalha na instituição há 13 anos, mestrado)

Esta última visão mostra uma preocupação em enquadrar as situações de risco e perigo das crianças e jovens na pobreza e na exclusão social, seguindo, por isso, a visão de diversos autores que refletem sobre o assunto, como é o caso de Macedo *et al.* (2013), que consideram que o risco e o perigo são potenciados por situações de

vulnerabilidade social vivenciada pelas famílias, nomeadamente os baixos rendimentos, baixos níveis de escolaridade, desemprego.

De acordo com I.S.S. (2015), a medida de acolhimento em instituição é a mais utilizada para solucionar casos de risco e perigo em crianças e jovens. Deste modo, no estudo que nos propusemos realizar tornou-se relevante, por um lado, compreender a perceção e opinião dos profissionais quanto à institucionalização. Isto é, pretendemos perceber se, na sua visão, esta é a medida mais adequada ou se defendem outras alternativas. Por outro lado, revelou-se essencial compreender se os profissionais entrevistados consideram que a institucionalização contribui para a eliminação ou diminuição do risco e do perigo nas crianças e jovens acolhidos.

As *ajudantes de ação direta* apresentam opiniões muito distintas quanto à institucionalização como a medida mais benéfica para as crianças/jovens:

“Deverá ser mas sabemos que atualmente nas próprias instituições acontecem algumas situações de risco contra as crianças/jovens, no entanto, acontecem muitos mais no seio da família ou na escola e é por isso que acho que é a mais benéfica para diminuir e na maioria dos casos elimina o risco.” (Rita, trabalha na instituição há 12 anos, 11.º ano de escolaridade)

“Sim, a colocação das crianças/jovens numa instituição de acolhimento é a medida mais benéfica mas tem o acompanhamento e supervisão da família/progenitores.” (Sofia, trabalha na instituição há 12 anos, 6.º ano de escolaridade)

“Sim, porque numa instituição acho que os jovens estão diariamente mais protegidos, têm os meios mais adequados às suas necessidades como por exemplo, psicóloga, assistente social, enfermeira, médico. E além disso estão 24 sob 24 horas com vigilância.” (Ana, trabalha na instituição há 12 anos, 12.º ano de escolaridade)

“Não. Porque também nas instituições existem riscos e alguns perigos, principalmente com outros jovens na instituição. Os próprios jovens têm a tendência para experimentar a “novidade”.” (Leonor, trabalha na instituição há 11 anos, 9.º ano de escolaridade)

“A colocação das crianças ou jovens numa instituição de acolhimento para mim não é a mais benéfica. Porque às crianças e jovens não lhes falta nada, na instituição, mas

são criados sem o amor da família e isso por vezes torna a criança ou jovem um pouco revoltados e também perdem um pouco a sua liberdade porque há muitas regras para cumprir. E por vezes estas crianças e jovens ficam tristes principalmente quando vão a casa de fim de semana e depois têm que voltar ao lar no domingo; muitos deles até choram.” (Emília, trabalha na instituição há 12 anos, 4.º ano de escolaridade)

Tal como é visível nas transcrições acima apresentadas, algumas das funcionárias entrevistadas consideram que a institucionalização é a medida mais adequada, pois afasta a maioria dos riscos e perigos a que as crianças/jovens estavam expostos no seio familiar. São apresentados como aspetos favoráveis da institucionalização, a garantia da satisfação de um conjunto de necessidades básicas, quer ao nível biológico, quer ao nível da segurança e até da estima (Maslow, 1943). Tendo em conta que as instituições com características totalitárias podem constituir espaços de aprendizagem de comportamentos, particularmente dos desviantes, algumas entrevistadas partilham a opinião de que a própria institucionalização gera novos riscos e perigos, principalmente através da influência que as crianças/jovens presentes na instituição exercem umas sobre as outras. Há ajudantes de ação direta que consideram que os jovens demonstram “tendência para experimentar a novidade”, o que, por vezes, poderá levá-los a estarem expostos a novos riscos. Para além disso, e na sequência do que defendem alguns autores, a vida na instituição pode gerar sentimentos de perda, de abandono e, mesmo que a família não seja o lugar mais ajustado ao crescimento, é nela que muitos dos jovens ansiavam estar.

Encarando a institucionalização como uma medida de promoção e proteção mais rápida a aplicar em situações que envolvem violência, toxicod dependência e abuso sexual, a *diretora da instituição* considera que a intervenção deveria ser realizada não apenas junto da vítima, mas igualmente da família. Esta perspetiva enquadra-se na linha do que defende Paiva (2012), que considera que a institucionalização de crianças e jovens é uma intervenção no sentido de garantir o afastamento imediato da criança ou do jovem do contexto que o coloca em perigo, sendo essencial, contudo, uma intervenção no sentido de contrariar a institucionalização como uma “(...) medida definitiva nas suas vidas.” (Paiva, 2012, p. 20).

“O acolhimento institucional, em muitas situações é, infelizmente, a medida mais rápida e mais segura para afastar a criança ou jovem de contextos onde os perigos são eminentes, a saber, os ambientes de álcool, droga, abusos sexuais e violência física e psicológica. Teoricamente sabemos que deveria ser feito um trabalho com a família e nunca intervenção junto da vítima que não tem culpa alguma. Mas na realidade qualquer que seja a intervenção numa família que está a colocar em risco uma criança, leva muito tempo para que, nos casos de sucesso, possa dar fruto. E o desenvolvimento de uma criança não pode aguardar esse tempo na expectativa que o ambiente melhore ou não. Nestes casos reconheço que a institucionalização é o mal menor.” (Diretora da Instituição, trabalha na instituição há 13 anos, mestrado)

De acordo com Oriente & Sousa (2005), a institucionalização justifica-se em casos em que é necessário garantir a sobrevivência das crianças/jovens, principalmente aquelas que experienciam a pobreza. Por outro lado, Farromba (2013) considera que a medida de acolhimento em instituição deverá ser aplicada apenas quando todas as outras medidas não surtiram efeitos positivos, como é o caso do apoio em meio natural de vida, o acolhimento familiar, entre outras. As visões das profissionais mais qualificadas seguem a linha destes autores:

“A retirada das crianças/jovens justifica-se quando os direitos destes estão em perigo não sendo possível garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral.” (Assistente Social, trabalha na instituição há 7 anos, licenciatura)

“As situações que justificam a institucionalização, uma vez mais, são aquelas em que se verifica que a criança/jovem se encontra em perigo eminente de vida ou em sofrimento físico e/ou psicológico contínuo; em situação de absentismo e/ou abandono escolar e/ou em privação de socializar em contextos adequados à idade, com tarefas ajustadas ao seu desenvolvimento. Nestas situações a retirada das crianças/jovens do meio familiar tem sido a melhor solução, uma vez que os danos de lá permanecerem seriam muito maiores.” (Psicóloga, trabalha na instituição há 6 anos e 8 meses, licenciatura)

“Sempre que o contexto de vida de uma criança não é digno de ser chamado de “família”, e nunca justificada apenas pela elevada carência de condições materiais.” (Diretora da Instituição, trabalha na instituição há 13 anos, mestrado)

Tanto a *assistente social* como a *psicóloga* consideram que a colocação da criança/jovem numa instituição justifica-se quando o seu bem-estar não está garantido e, desse modo, coloca em causa o seu desenvolvimento integral. A *diretora da instituição*, embora defendendo que existem situações em que o contexto familiar não promove a segurança e as condições de desenvolvimento, salienta que é necessário ter em conta que, por si só, a privação de recursos/condições materiais não é justificação suficiente para a retirada das crianças do seu meio natural de vida. Esta visão enquadra-se, de resto, na lógica de intervenção sistémica, envolvendo a família ativamente no processo, de modo a garantir que a retirada seja sempre um último recurso, até porque há todo um conjunto de fatores externos que condicionam as oportunidades objetivas das famílias, pelo que a pobreza e a exclusão não são uma escolha.

Segundo Caeiro (2013), a medida de acolhimento em instituição tem como principal objetivo o estabelecimento de relações de vinculação compensadoras, assim como promover a segurança de que estas crianças e jovens necessitam para usufruírem de um desenvolvimento saudável. Na mesma linha, Farromba (2013) defende que a institucionalização de crianças e jovens deverá ser entendida como um meio de adquirir as condições materiais e humanas necessárias à proteção da criança/jovem contra o risco e o perigo de que anteriormente era alvo. Neste sentido, procurámos abordar, nas entrevistas realizadas quer à equipa de profissionais que lida diariamente com as crianças/jovens do *Lar Esperança*, quer à equipa técnica, o tema da institucionalização como forma de eliminar o risco e o perigo:

“Sim, contribui para “diminuir” mas claro não ajuda a desaparecer estes riscos pois as instituições não conseguem abranger todas as crianças que estão a passar por estas situações... mas as que estão institucionalizadas diminui estes riscos.” (Rita, trabalha na instituição há 12 anos, 11.º ano de escolaridade)

“Sim. A institucionalização ajuda a eliminar o risco e o perigo porque as crianças/jovens deixam de contactar com situações caricatas e de dependências e outras situações de risco.” (Leonor, trabalha na instituição há 11 anos, 9.º ano de escolaridade)

“A institucionalização contribui para diminuir o risco e o perigo. Concordo com esta afirmação, mas muitos jovens só ficam na instituição de um modo geral até completarem 18 anos de idade. E por vezes vão para casa antes de completarem 18

anos, se a segurança social entender que os pais já cumprem com as suas funções de pai e mãe como deve ser.” (Emília, trabalha na instituição há 12 anos, 4.º ano de escolaridade)

“Contribui para diminuir e em certos casos até eliminam os riscos.” (Sofia, trabalha na instituição há anos, 6.º ano de escolaridade)

“Sim, contribui para eliminar e diminuir o risco e o perigo porque para além de os proteger, dá-lhes ferramentas para futuramente se protegerem melhor.” (Ana, trabalha na instituição há 12 anos, 4.º ano de escolaridade)

“As retiradas das crianças e jovens do seu contexto natural podem diminuir as situações de perigo, pois estes à partida já não estarão expostos ao perigo. No entanto, as probabilidades dos fatores de risco persistirem são algumas se não se “trabalharem” os contextos familiares e sociais onde as crianças/jovens se encontram.” (Assistente Social, trabalha na instituição há 7 anos, licenciatura)

“A retirada das crianças/jovens do meio natural de vida tem ajudado essencialmente a evitar que aqueles menores continuem em sofrimento naquele contexto. Contudo, verifica-se que a maior parte das famílias mantêm os mesmos padrões de funcionamento e que os fatores de risco permanecem, embora em alguns casos possam atenuar. No lar de infância e juventude, verifica-se a necessidade de trabalhar competências pessoais e sociais nos jovens para que sejam quebrados os padrões de funcionamento familiar, não passando para a geração seguinte, dotando os jovens de competências que os faça agir de forma mais assertiva e mais competente a nível social, parental e profissional.” (Psicóloga, trabalha na instituição há 6 anos e 8 meses, licenciatura)

“De acordo com a minha experiência a resposta é sim e não. Sendo a conduta humana a realidade mais imprevisível, uma construção muito individual, marcada pelo património genético e pelo meio desde a vida intrauterina, é sempre uma surpresa. Casos há em que irmãos marcados por um contexto familiar disfuncional, institucionalizados ao mesmo tempo, acolhidos e acompanhados da mesma maneira, e os resultados são bem diferentes. Por outro lado, é necessário muita atenção aos contextos e dinâmicas dentro das Instituições para assegurar que não se repetem

certos riscos, e a criança não volte a ser vítima.” (Diretora da Instituição, trabalha na instituição há 13 anos, mestrado)

No caso das ajudantes de ação direta, no geral, todas concordam com a ideia de que a colocação de uma criança/jovem numa instituição contribuiu para eliminar ou diminuir o risco e o perigo. Esta medida é, assim, encarada como uma estratégia que permite proteger as crianças e os jovens de contextos desfavoráveis e de risco, portanto, protege-as das situações a que anteriormente estavam expostas. Apenas uma das entrevistadas salienta as características da instituição como contexto que fornece instrumentos para a vida. Surgiram também opiniões de que a institucionalização é uma oportunidade para que a família desenvolva competências para receber os seus elementos menores, na medida em que alguns regressam ao seu ambiente natural quando os serviços de segurança social consideram que os pais estão preparados para os receber.

A equipa técnica partilha da mesma opinião: a institucionalização de crianças/jovens pode diminuir o risco e o perigo a que se encontram expostos. No entanto, reforçam a ideia de que os fatores de risco poderão permanecer se não for desenvolvido um trabalho com as famílias, bem como a capacitação, no domínio pessoal e social, das crianças/jovens para que estes não transmitam, de geração em geração, os padrões de vida adversos vivenciados por si. De notar que apenas a *diretora da instituição* equaciona que o modelo de organização e funcionamento das instituições que acolhem crianças/jovens em risco deve ser tido em especial atenção, já que pode constituir uma potencial fonte de repetição de contextos de risco e perigo.

Para além dos assuntos abordados até agora, procuramos ainda perceber, na opinião da equipa técnica, que tipo de medidas são mais viáveis para solucionar este tipo de situação:

“As medidas preventivas são as mais eficazes. Devem ser criadas respostas nas comunidades de forma a se trabalhar as crianças/jovens e seus familiares ao nível das competências pessoais, sociais e parentais. Esta intervenção deve ser realizada por equipas multidisciplinares, nos contextos sociais das famílias referenciadas, e em parceria com os diversos serviços/recursos existentes na comunidade.” (Assistente Social, trabalha na instituição há 7 anos, licenciatura)

“A solução para as situações de risco, quanto a mim, passa por formar mais equipas para intervenção social junto das famílias carenciadas de forma mais sistemática e prolongada, com o objetivo de dar formação em competências parentais e pessoais aos pais, tios, avós, dentro das suas casas, no seu meio natural de vida e ajudá-los a crescer como família. Só em casos mais graves, de crime e/ou patologias psiquiátricas dos cuidadores da criança (abusos sexual, exploração infantil, alcoolismo, toxicoddependência, violência doméstica, psicoses, etc), é que se efetuará retiradas, mas no meu ver devia ser do adulto e não da criança, mantendo-se esta no seu meio natural de vida, desde que tivesse um outro adulto de referência que colaborasse com a intervenção da equipa. Essa intervenção deveria ser iniciada desde cedo, quando a criança é muito pequena, de forma a poder-se detetar progressos, ou não, na família e fazer outro encaminhamento à criança (nomeadamente adoção) caso a família não colabore. Nesse caso não haveria crianças crescidas no sistema de acolhimento, pois o trabalho de avaliação das necessidades da família e de intervenção profunda dentro da família já seria feita no início de vida das crianças, passando estas a ter outro projeto de vida no caso de a família não evoluir.” (Psicóloga, trabalha na instituição há 6 anos e 8 meses, licenciatura)

É visível que, na opinião da *assistente social* e da *psicóloga*, as medidas preventivas apresentam-se como as mais benéficas, nomeadamente a intervenção precoce no seio familiar e a criação de respostas ao nível da comunidade. Na verdade, a institucionalização não aparece, nos discursos, como uma medida a implementar, ainda que, como vimos antes, a equipa a considere como necessária quando não há outra opção. É importante realçar que a reflexão se centra pouco nas condições estruturais que afetam as famílias, bem como na ausência ou na ineficácia de algumas políticas sociais no combate à pobreza e à exclusão social.

Pela análise apresentada, verificamos que, sobretudo ao nível dos profissionais da equipa técnica, a institucionalização é encarada como uma oportunidade para criar condições de autonomização dos jovens, o que explica, em parte, que as opções em matéria de funcionamento e organização da instituição sigam no caminho da criação de oportunidades de desenvolvimento integral.

7.3. Rotinas diárias, mudança de atitudes e (re)aprendizagem de valores e de regras

7.3.1. O momento do acolhimento

A entrada de uma (nova) criança/jovem para a instituição implica, por parte desta, a aprendizagem de normas e rotinas que, provavelmente, não existiam no seio familiar, ou seja, implica um processo de ressocialização. O facto de os jovens serem predominantemente provenientes de meios em que a liberdade não tem limites e as regras não fazem parte do seu quotidiano, gera muitos sentimentos controversos aquando da chegada à instituição, pois é-lhes imposto um conjunto de regras e rotinas completamente diferente daquele a que estavam habituados. O acolhimento, neste caso, é um momento essencial do processo de institucionalização, devendo a instituição cuidar para que a criança/jovem se sinta desejada no novo contexto. Procurando constituir-se enquanto instituição securizante (Raymond, 1996), no *Lar Esperança* há uma preocupação com a etapa do acolhimento das novas crianças:

“O acolhimento das crianças/jovens é realizado num ambiente calmo, num espaço designado para o efeito, normalmente a sala de visitas. A criança/jovem é recebida pela Assistente Social e Psicóloga, quando possível. Geralmente procura-se interagir com as crianças/jovem tentando aferir quais os seus gostos, hábitos/rotinas, nome pelo qual gosta de ser tratado. Procura-se também averiguar junto do menor se conhece os motivos pelos quais está a ser acolhido e como se sente no momento, estado emocional. Em traços gerais é explicado à criança/jovem algumas regras e rotinas pela equipa técnica e posteriormente é-lhe mostrado os espaços físicos do Lar. Procura-se que nesta fase, se encontre um jovem já acolhido junto da equipa técnica para dar as boas vindas ao novo membro da casa de forma a familiarizar-se melhor. Os membros da equipa educativa, designados de titas, que estão de serviço no momento, são apresentados ao menor e auxiliam no que for necessário, nomeadamente a verificar quais as necessidades de higiene, vestuário e a assegurar o bem-estar deste após o momento do acolhimento.” (Assistente Social, trabalha na instituição há 7 anos, licenciatura)

“O acolhimento no lar de infância e juventude ocorre na presença da assistente social e, sempre que possível, da psicóloga da instituição. Estas recebem o jovem na sala de visitas e procuram saber quais são os seus gostos e interesses, suas expectativas em relação ao acolhimento e que informação tem acerca dos motivos da sua retirada de casa. A equipa técnica tenta explicar as razões que motivaram o acolhimento e as regras de funcionamento do lar, passando a apresentar os restantes residentes e

funcionárias de serviço. Solicita-se, se possível, a outro jovem que apresente os espaços da casa e o quarto. A funcionária de serviço ajuda o jovem a arrumar as suas roupas e bens no seu quarto e casa de banho. Quando o jovem acolhido faz-se acompanhar da sua família, a mesma também conhece a instituição e são-lhes apresentadas as normas de funcionamento do espaço, agendando-se no fim o dia e hora para fazer visitas ao jovem.” (Psicóloga, trabalha na instituição há 6 anos e 8 meses, licenciatura)

“Nos casos de emergência a criança/jovem é acolhido pela equipa que estiver de serviço. Mas normalmente o acolhimento faz-se após uma preparação envolvendo todos os participantes, especialmente as crianças/jovens que já estão na instituição. A gestora do processo, conjuntamente com a Diretora Técnica, preparam em termos logísticos a entrada do novo membro para esta família, mas essencialmente preparam o acolhimento por parte das Ajudantes da Ação Direta (as titas) e as crianças/jovens para bem receber o novo “irmão”.” (Diretora da Instituição, trabalha na instituição há 13 anos, mestrado)

Na instituição, o acolhimento de novos elementos é realizado mediante uma preparação prévia. O discurso uniforme das entrevistadas revela, neste âmbito, que esta é uma prática bem estabelecida no quotidiano institucional. A nova criança/jovem é recebida pelos elementos da equipa técnica na sala de visitas, se possível, por este ser um espaço mais calmo. A preocupação inicial das técnicas é estabelecer uma conversa de carácter mais informal com a criança/jovem de modo a compreender quais são os seus gostos, interesses e hábitos, bem como garantir que será tratada pelo nome que gosta, procurando, assim, preservar a identidade. Este modo de agir está em conformidade com o que é definido pelo Manual de Boas Práticas, do Instituto de Segurança Social, que defende que no momento de acolhimento a equipa técnica deverá procurar saber de que forma é que o novo elemento deseja ser tratado, comunicando-o aos restantes elementos e equipa técnica, no sentido do respeito pela identidade (Leandro *et al.*, 2005).

Por outro lado, a equipa técnica procura, igualmente, compreender qual é a perceção da criança/jovem relativamente às causas que estiveram na origem da sua vinda para a instituição. Após este primeiro contacto, a criança/jovem visita a instituição, conhecendo os espaços físicos, assim como lhe são dadas a conhecer as normas de funcionamento e rotinas. Os profissionais procuram que nesta visita, quando

possível, esteja uma criança/jovem do *Lar Esperança*, para que seja este a apresentar o espaço e, deste modo, se crie um ambiente mais propício à integração do novo membro. Uma vez mais, esta prática enquadra-se nas premissas do Manual acima referido: o acolhimento de novas crianças/jovens deve ocorrer contando com a presença dos membros já acolhidos e familiarizados com a realidade institucional (Leandro *et al.*, 2005). É apresentada a equipa educativa presente no momento, assim como as restantes crianças/jovens. Se a criança/jovem vier acompanhado de um familiar, esse familiar participa também nesta visita e, no final, é definido o dia e a hora em que os familiares poderão visitar a criança/jovem. De acordo com a informação fornecida pela direção da instituição, o acolhimento é preparado em conjunto com a equipa técnica (gestora do caso e diretora técnica), as crianças/jovens já presentes na instituição e os ajudantes de ação direta.

“Quando vem uma nova criança ou jovem para o lar, ajo da melhor maneira possível, apresento-me ao jovem ou criança dizendo o meu nome, dou-lhe as boas vindas, cumprimento com um beijinho e trato que ele/ela se sinta à vontade. Explico algumas coisas sobre o funcionamento do lar, algumas regras e horários. E também lhe digo se tiver dúvidas ou precisar que estamos cá para o/a ajudar.” (Emília, trabalha na instituição há 12 anos, 4.º ano de escolaridade)

“Quando uma criança/jovem chega à instituição, trato de fazer com que a criança se sinta à vontade, tratando-a bem e abordando-a com delicadeza, nunca tocando o assunto da causa de estar na instituição.” (Rita, trabalha na instituição há 12 anos, 11.º ano de escolaridade)

“Converso e tento comunicar com a criança/jovem.” (Leonor, trabalha na instituição há 11 anos, 9.º ano de escolaridade)

“Com muita maturidade e simplicidade, fazendo com que a criança/jovem veja que é bem-vinda.” (Sofia, trabalha na instituição há 12 anos, 6.º ano de escolaridade)

“Recebo-a com muito carinho e atenção e tento ir ao encontro das suas necessidades.” (Ana, trabalha na instituição há 12 anos, 12.º ano de escolaridade)

As entrevistadas da equipa operacional destacam, no que diz respeito às estratégias que usam para acolher as crianças/jovens, duas dimensões, a afetiva e a

normativa, ainda que a primeira apareça com mais destaque. Assim, a disponibilidade para o diálogo e o recurso a alguns gestos de afeto são as principais ferramentas utilizadas para acolher novos elementos. Ao contrário da equipa técnica, a equipa operacional não aborda a questão das razões da institucionalização com os jovens. Promover o bem-estar da criança/jovem no momento do acolhimento, assim como ir ao encontro das suas necessidades foram aspetos considerados essenciais pelas ajudantes de ação direta.

No seio da organização, existe o designado Plano Socioeducativo Individual³⁸, criado pela equipa técnica e que consiste no diagnóstico das dificuldades e necessidades dos jovens, assim como na definição de estratégias para colmatar essas carências. O diagnóstico incide sobre domínios como necessidades de desenvolvimento da criança/jovem, competências parentais e fatores familiares e ecológicos. Para cada domínio em que os jovens apresentem dificuldades, são definidas estratégias pela psicóloga, em conjunto com as ajudantes de ação direta, que desenvolverão essas mesmas estratégias, assim como o período temporal (mensal, bimestral, trimestral, semestral, anual) em que deverão ser trabalhadas essas áreas. Após o período definido, é realizada uma avaliação entre os intervenientes, a fim de compreender se foram alcançados os objetivos traçados.

Em termos de organização, no *Lar Esperança*, há preocupação em proporcionar condições para a preservação da identidade dos jovens. Apesar de os quartos e as casas de banho serem partilhados, os jovens dispõem de um armário para guardar as suas roupas e os seus objetos pessoais e podem decorar o espaço com fotografias e *posters* à sua escolha. Cada jovem tem as suas roupas e os seus produtos de higiene, não existindo partilha dos mesmos. De um modo geral, durante as observações realizadas, a privacidade dos jovens foi respeitada. Sempre que pretendiam algo emprestado, os jovens pediam aos outros e solicitavam autorização para entrar no quarto dos colegas para ir buscar o que desejavam. A entrada em quarto alheio carece da prévia autorização do jovem e/ou das *titas/tito*, de modo a garantir a privacidade de cada um. Nos quartos existe também uma secretária partilhada, para que os jovens possam ter os seus materiais escolares e livros arrumados e também para que possam estudar em silêncio quando assim entenderem.

³⁸ Ver os documentos em Anexo: Anexo VII (A) – Formulário do Plano Socioeducativo Individual: Diagnóstico; Anexo VII (B) – Formulário do Plano Socioeducativo Individual: Estratégias.

7.3.2. A integração nas rotinas diárias

Após o acolhimento, a criança/jovem passa a fazer parte da família do *Lar Esperança*, integrando as suas rotinas e atividades. No *Lar*, os jovens mantêm rotinas idênticas às que teriam num contexto familiar como, por exemplo, acordar e deitar, fazer as refeições, frequentar as aulas, estudar, divertir-se, etc.

“Não existem horários rígidos para a realização das refeições, pois depende do horário escolar e das atividades extracurriculares de cada jovem. Existem sim horários de referência que, na sua maioria, são cumpridos pois a maioria dos jovens encontra-se no LIJ nestes horários.” (Diretora Técnica, trabalha na instituição há 12 anos, licenciatura)

Sendo a promoção do desenvolvimento integral dos jovens e, conseqüentemente, a autonomização, o principal objetivo da instituição, cada jovem tem um conjunto de responsabilidades bem definidas. Os jovens são responsáveis por acordar, preparando o despertador para esse efeito, e por fazer a sua cama. Os que apenas têm aulas durante o período da manhã, depois do almoço realizam as suas tarefas domésticas na instituição³⁹, como limpar algum espaço comum que lhe esteja atribuído, tratar da higiene das suas roupas (lavar, pôr a secar, passar a ferro), e podem usufruir de alguns momentos de lazer, como ver televisão ou utilizar o computador. Os que não têm aulas durante a manhã podem levantar-se até às 10h e dedicam-se a algumas tarefas, como arrumar o seu quarto, efetuar alguma tarefa doméstica⁴⁰ que no dia esteja a seu cargo, realizar a higiene das suas roupas e até confeccionar a sua refeição, caso estejam abrangidos pelo projeto de autonomização. A manhã é aproveitada, ainda, para o estudo e para a realização de alguma tarefa escolar. O almoço decorre mais cedo para que possam preparar-se para ir para as aulas.

No seguimento das rotinas diárias e da presença de tarefas domésticas atribuídas aos jovens, é de salientar que, de acordo com o Manual de Boas Práticas (Leandro, *et al.*, 2005), é importante esta participação dos jovens na higiene dos espaços, não só como forma de aprendizagem e preparação no sentido da autonomização, mas também para que compreendam que são tarefas necessárias, desenvolvidas em conjunto, para a promoção do bem-estar de todos os utilizadores. Por outro lado, aquele Manual alerta,

³⁹ Ver anexo VIII (A) – Definição das tarefas domésticas diárias.

⁴⁰ Ver anexo VIII (B) – Organização das tarefas domésticas diárias.

ainda, para que estas tarefas não sejam encaradas como punições, mas antes como essenciais à “(...) conservação e funcionalidade da casa.” (Leandro, *et al.*, 2005, p. 136).

Após o jantar, e até às 20h, todos os jovens têm um momento dedicado ao relaxamento e durante o qual podem realizar alguma atividade do seu interesse, como por exemplo, ouvir música, ver televisão, ler, desenhar, etc. Das 20h às 21h, os jovens concentram-se na sala de estudo para estudar ou realizar as tarefas escolares. Àqueles que não têm trabalhos de casa ou fichas de avaliação são atribuídas, pelos ajudantes de ação direta, fichas de trabalho de acordo com o seu nível de escolaridade. Nenhum jovem pode, por isso, passar o tempo dedicado ao estudo a realizar outra atividade que não o estudo.

Os horários para dormir estão estipulados e são rigorosamente cumpridos: durante a semana escolar, por volta das 22h, e ao fim de semana (sexta-feira e sábado), por volta das 23h.

De uma forma geral, as rotinas mantêm-se ao fim de semana, com exceção para o horário de estudo que não existe à sexta-feira e ao sábado, embora existam jovens que dedicam parte do seu tempo ao estudo. Existe, por isso, mais tempo para as atividades de lazer. Ao sábado, durante a tarde, os jovens participam nas atividades da catequese. Neste dia, geralmente há um jovem responsável por cozinhar o jantar para todos os colegas: em conjunto com os restantes jovens é definida a ementa (que deverá ser sempre saudável e que carece da aprovação final da assistente social), fazem o orçamento a fim de pedir o dinheiro necessário à equipa técnica, vão ao supermercado adquirir os ingredientes e confeccionam a refeição. Por vezes, também confeccionam uma sobremesa.

Ao possibilitar aos jovens a realização de uma refeição, tornando-os responsáveis por todas as fases (desde a planificação à concretização da mesma), a equipa técnica demonstra confiança e transmite-lhes uma mensagem fundamental: “vocês são capazes”, “confiamos em vocês”. Para além disso, esta tarefa, conjuntamente com outras, permite-lhes (re)aprender que o esforço e o empenho são importantes para se conseguir algo.

Nos períodos de férias, as rotinas dos jovens sofrem ligeiras alterações em certos domínios, visto que passam a ter muito mais tempo livre. Assim, mantêm-se os horários de acordar e de fazer as refeições, mas altera-se o horário de deitar, que se pode prolongar até às 24h se o jovem tiver “bom comportamento”. Apesar de ser período de

férias, o estudo continua a ser contemplado nas atividades, já que é definido um dia, geralmente a quarta-feira, para o estudo. No restante tempo livre, são promovidas atividades diversificadas. Nas férias de verão de 2015⁴¹, coube aos jovens a definição das tarefas domésticas e das atividades de lazer que queriam realizar⁴².

As rotinas acima apresentadas refletem o quotidiano dos jovens, tratando-se, assim, de normas estabelecidas na instituição. Pelo que foi possível observar, alguns jovens tentavam contornar algumas das normas estabelecidas. Os momentos de estudo eram um dos domínios em que pudemos constatar essa tentativa: frequentemente alegavam não ter nada para estudar com o intuito de sair mais cedo da sala de estudo para ir realizar atividades do seu interesse (sendo as mais recorrentes ver televisão, falar ao telemóvel e passear nos espaços exteriores). No entanto, esta estratégia não costuma ser bem-sucedida, na medida em que, nestes casos, as funcionárias presentes procuravam ocupá-los atribuindo-lhes fichas de trabalho que se encontram em dossiers na sala de estudo.

Foi possível constatar, através da observação e dos próprios discursos dos jovens, que existe um cuidado acrescido com a apresentação social: quando acordam os jovens deverão vestir “*uma roupa de andar em casa*” (Ariana), isto é, não devem usar o pijama o dia inteiro, o que revela uma preocupação com a adequação do vestuário aos diferentes momentos do dia (o pijama é vestido para dormir e não para usar durante o dia).

A aprendizagem das regras no *Lar Esperança* assenta num sistema de recompensas. Todos os dias os jovens são avaliados quanto ao seu comportamento, isto é, em cada turno realizado, a equipa de ação direta avalia o comportamento dos jovens, através da atribuição de cores consoante as condutas apresentadas: verde, amarelo, laranja, vermelho⁴³. A referida avaliação do comportamento está assente num sistema de créditos⁴⁴: consoante a cor, os jovens acumulam pontos que poderão ser

⁴¹ Pelo que foi possível observar, foi o primeiro ano em que os jovens foram os responsáveis pela organização das atividades de verão. No entanto, nos anos anteriores, era possível os jovens organizarem alguma atividade para além das que já se encontravam estipuladas.

⁴² Ver Anexo IX – Lista das tarefas e atividades definidas pelos jovens para as férias de verão.

⁴³ A cor verde traduz um “bom comportamento”, muitas das vezes associado à realização das tarefas definidas, respeito pelos outros, etc.; as cores amarela e laranja referem-se a condutas menos aceitáveis, isto é, quando os jovens apresentam resistência face a algum assunto, quando revelam alguma falta de respeito, por exemplo, ou quando não realizam alguma tarefa que lhes esteja atribuída; a cor vermelha traduz o “mau comportamento”, dotado de condutas inaceitáveis, como falta de respeito, quando não realizam nenhuma das tarefas que lhes estava atribuída, etc.

⁴⁴ Ver Anexo X – Sistema de créditos.

transformados em recompensas que poderão escolher de uma lista⁴⁵. Entre essas recompensas está, por exemplo, a possibilidade de escolher o que se quer para o pequeno-almoço ou para o lanche, ir ao cinema, confeccionar uma sobremesa ou uma refeição à escolha no *Lar Esperança*, convidar um amigo para jantar ou lanche na instituição, ir passear ao centro comercial, etc. Os resultados escolares também poderão ditar a existência, ou não, de recompensas, isto é, perante bons resultados, os jovens podem também proceder à escolha de uma das recompensas presentes na lista, sendo que os resultados negativos traduzem-se em medidas disciplinares, como por exemplo, ficar sem divertimentos durante um certo período de tempo (uma semana, 15 dias, ou outro período de tempo consoante os resultados: resultados mais negativos, sanção maior).

No início da nossa observação, o jovem Rafael encontrava-se sob uma medida disciplinar que consistia em não ter acesso a divertimentos (como ver televisão, ir ao computador, ir aos treinos de futebol), pois pouco tempo após o início do ano letivo já tinha reprovado por faltas. E, mesmo estando já reprovado, o cumprimento do horário de estudo era-lhe extensível: os funcionários forneciam-lhe fichas de trabalho, para que o jovem estudasse. Ainda que o sistema de recompensas seja uma estratégia relevante para a aprendizagem das regras, esta não se pode resumir àquele. É importante que o cumprimento das regras decorra dos próprios mecanismos de controlo social interno, isto é, do autocontrolo e da autocensura. As regras exteriores só se tornarão regras da própria criança/jovem se este as adotar de forma livre e não como uma imposição e como resposta ao medo de ser punido.

A utilização do computador também obedece a algumas normas, sendo que a principal é a de que a sua utilização não deverá exceder uma hora diária. Existem 3 computadores na instituição que estão disponíveis para os jovens, mas que são usados para fins diferentes: dois são de uso exclusivo para a realização de trabalhos escolares e outro é utilizado nos momentos de diversão e lazer. Os computadores destinados à realização de tarefas escolares (um fixo e um portátil) devem ser requisitados pelos jovens, regra que se considera como estimuladora do desenvolvimento do sentido de responsabilidade dos jovens⁴⁶. O outro computador disponível na instituição é utilizado em momentos de lazer, nomeadamente para jogos, uso das redes sociais,

⁴⁵ Ver Anexo XI- Lista de recompensas.

⁴⁶ A requisição do computador fixo é feita através do preenchimento da informação numa capa disponível no Lar, enquanto o uso do computador portátil deve ser feito junto dos ajudantes de ação direta que são quem faz a sua gestão de tempo e uso.

maioritariamente o *facebook*, pesquisas, etc.. A utilização destes equipamentos deverá ser solicitada junto dos funcionários que se encontram de serviço no momento, sendo autorizada consoante a ordem dos pedidos, isto é, o primeiro jovem a pedir é o primeiro a utilizar o computador e assim sucessivamente. É de referir que na sala multimédia, onde se encontram os computadores, está afixado um conjunto de conselhos sobre a utilização segura da *internet*⁴⁷, de forma a elucidar profissionais e jovens sobre as suas condutas.

Os jovens realizam as refeições no refeitório juntamente com os idosos da instituição, pelo que existem algumas normas a cumprir. Destas normas, destacamos o respeito pelas pessoas presentes no refeitório e, muito particularmente, o não falar alto, pois é aquela que os jovens transgridem com maior regularidade. Nas observações realizadas em momentos de refeição, foi possível verificar que os jovens esquecem-se dessa norma com frequência havendo constantes chamadas de atenção por parte dos funcionários.

Rita: “*Meninos já sabem que não devem falar alto. Não estão sozinhos no refeitório...Se fosse ao contrário também não queriam ouvir tanto barulho....*”

(Excerto da nota de campo de 06/05/2015)

Uma outra norma que verificamos estar muito presente no quotidiano dos jovens é a que se encontra associada ao uso do telemóvel. Todos os jovens do *Lar Esperança* possuem um telemóvel próprio, do qual podem usufruir sempre que o desejarem, exceto em momentos de refeições e de estudo, nos quais os telemóveis deverão ser guardados (no quarto ou na sala de visitas). No entanto, observamos que muitos dos jovens transgridem essa norma:

Rita: “*...quando vêm comer para o refeitório, os telemóveis ficam guardados... vocês não estão sozinhos e isso incomoda as outras pessoas...*” (chamada de atenção da tita Rita perante um jovem que estava a jantar e com música alta no telemóvel).

(Excerto da nota de campo de 22/04/2015)

Voluntária: “*Júnior sabes que não podes estar a usar o telemóvel... janta lá...*”

Júnior: “*Eu posso mas não devo...*”. (e continuou a utilizar o telemóvel)

(Excerto da nota de campo de 06/05/2015)

⁴⁷ Ver Anexo XII – Utilização da *internet* de forma segura.

Durante a noite, os telemóveis ficam na sala de visitas e de manhã são devolvidos aos jovens.

No quotidiano da instituição é visível, também, a norma de informar as *titas/tito* das horas a que preveem chegar a casa. Os jovens informam a/o funcionária/o presente se vão chegar mais cedo porque não vão ter uma aula, ou se vão chegar mais tarde porque vão participar numa atividade extracurricular. Esta informação é registada na agenda do *Lar Esperança*, a fim de todos os profissionais a ela terem acesso. Esta agenda serve para registar informações alusivas a atividades em que os jovens possam participar, horários de consultas, entre outros aspetos que forem relevantes, para que toda a equipa que lida diretamente com os jovens tenha conhecimento.

Em alguns diálogos estabelecidos com os jovens, pudemos verificar que estes discordam e têm dificuldade em aceitar algumas regras e rotinas estabelecidas:

Resposta de Rafael quando questionado sobre as atividades que a instituição não proporciona mas que o jovem gostaria que realizassem:

Rafael: *“Gostava que mudassem as regras, deixam andar à volta do lar mas não deixam ir até ao parque...”*

(Excerto da nota de campo de 18/05/2014)

As normas alusivas às saídas, utilização do telemóvel e realização de algumas tarefas domésticas, são as que mais geram contestação e resistência por parte dos jovens, pois, em muitos casos, no seu meio natural de vida não existiam regras.

O respeito pelos seus direitos e deveres, mas também pelos direitos e deveres dos outros é uma outra questão que se encontra associada à aprendizagem de regras: até que ponto é que os jovens se respeitam uns aos outros no domínio dos direitos e deveres? Verificámos que, em algumas situações, os jovens apelavam ao respeito pelos seus direitos, esquecendo-se, porém, que também tinham deveres e que deviam respeitar, igualmente, os direitos dos outros jovens. As situações mais reveladoras do que se acaba de referir prendem-se com a utilização do computador e com a limpeza e arrumação da copa (uma pequena cozinha utilizada pelos jovens para cozinharem as suas refeições), pois todos querem utilizar o computador e os que utilizam a copa, muitas vezes, esquecem-se de a deixar limpa e arrumada.

Leonor: “*Rafael tens a copa para limpar... já sabes que quando cozinham, antes do estudo, devem limpar e arrumar a copa... os outros fazem assim porque é que não cumpres com os teus deveres?*”

Rafael: “*Eu sei muito bem o que tenho para fazer... não é preciso a senhora dizer... já mete nojo...*”

Leonor: “*Então, que falta de respeito é essa?*”

(Excerto da nota de campo de 21/05/2015)

Através do diálogo apresentado, constatámos que os profissionais procuram alertar os jovens para os seus direitos e deveres, de modo a que todos aprendam o valor do respeito. No entanto, os momentos de observação permitiram notar que, de um modo geral, os jovens manifestam respeito pelos direitos e deveres uns dos outros, pois todos ambicionam ser respeitados. Na utilização do computador, por exemplo, notamos uma certa evolução no comportamento dos jovens: nos momentos finais do trabalho de campo, verificamos que os jovens respeitavam os seus tempos de utilização do computador, sem gerar discussões entre eles. Um outro direito que constatamos ser respeitado foi o direito à privacidade: os jovens não devem entrar nos quartos dos colegas sem a autorização dos mesmos, sendo que os funcionários os alertam para essa norma:

Leonor: “*O que é que estás a fazer nesse quarto Rafael? Já sabes que não podem entrar nos quartos que não são os vossos... Pediste autorização ao colega?*”

Rafael: “*Não.*”

Leonor: “*Então não podes entrar... se fosse ao contrário não ias gostar e ficavas chateado... Não faças aos outros o que não queres que te façam a ti!*”

(Excerto da nota de campo de 15/06/2015)

Por outro lado, procuramos compreender qual o envolvimento dos jovens nas tomadas de decisão, nomeadamente no que concerne à definição das normas no *Lar Esperança*. A este propósito, referiu a *diretora técnica* que “*Está programado um encontro de reflexão intitulado de “Aperta Laços”, preferencialmente quinzenal, com a psicóloga e a técnica gestora, com o objetivo de criar um espaço de debate entre os jovens e a equipa técnica. Para falar de medos, planear o futuro, criar alternativas e identificar sentimentos conflituosos, onde existe a possibilidade de ajustar as normas.*” (Diretora Técnica, trabalha na instituição há 12 anos, licenciatura). Na verdade, os jovens não participam

ativamente na definição das normas, mas a instituição procura criar espaços de discussão e de reflexão conjunta.

Sendo provenientes, na sua maioria, de meios familiares onde as regras e as rotinas não estavam estabelecidas, os jovens apresentam uma certa dificuldade em aceitar e cumprir um conjunto de normas bem estabelecidas. Os momentos que se seguiam após terem passado os fins de semana ou as férias em casa eram bem reveladores da dificuldade de (re)aceitação das regras estabelecidas, já que o tempo passado com a família não se organizava nessa base. Em alguns diálogos estabelecidos com algumas funcionárias, compreendemos a sua visão sobre a intervenção realizada na instituição:

Rita: *“Os jovens vêm de famílias disfuncionais em que as regras não existem, e os jovens chegam aqui muito revoltados... não aceitam que existem regras a cumprir. Muitas vezes, o trabalho que é feito na instituição, durante a semana, em alguns casos não produz efeitos positivos, pois quando os jovens vão a casa voltam para as vivências desregradadas, e quando voltam para um ambiente em que há regras a cumprir é difícil voltar a aceitá-las... acabam por contactar sempre com condições adversas.”*

(Excerto da nota de campo de 06/05/2015)

De um modo geral, as mudanças que seja necessário introduzir no quotidiano dos jovens é bem aceite, com exceção para a introdução de novas regras que se relacionem com tarefas domésticas, com o uso do telemóvel, com as saídas e com horários de estudo. Um exemplo de uma alteração no quotidiano dos jovens que foi recebida com maior resistência foi a organização das férias de verão:

Inês: *“Não percebo porque é que nós é que temos de fazer se sempre foi a Dra. a organizar tudo!”*

(Excerto da nota de campo de 11/06/2015)

No geral, os jovens adaptam-se bem às mudanças, principalmente quando surge a entrada de novos elementos para o *Lar Esperança*, que pudemos observar aquando da transferência do irmão do Rafael para o *Lar*: *“A passagem do CAT para o LIJ, os jovens encaram como natural. Já são crescidos e passam por uma nova etapa. No LIJ sentem*

mais responsabilidade e têm um acompanhamento mais personalizado e também beneficiam, pelo facto de não terem de partilhar a atenção dos adultos com os bebés.”
(Diretora Técnica, trabalha na instituição há 12 anos, licenciatura).

Podemos, assim, afirmar que a instituição procura garantir a existência de rotinas e de normas que as regulam, de modo a criar condições de crescimento o mais próximas possíveis das que existiriam num contexto familiar propiciador do desenvolvimento integral, da promoção da independência e da autonomia. E justamente porque a fase de socialização no contexto familiar nem sempre foi marcada pelo estabelecimento claro dos limites, os jovens revelam alguma dificuldade em aceitar as regras e as rotinas pelas quais se rege a vida na instituição.

Como já foi abordado anteriormente, é essencial que na instituição sejam estabelecidas ligações afetivas entre os jovens e os profissionais, e que estes últimos se tornem figuras de referência, capazes de oferecer afeto e estabilidade emocional. A vinculação é o meio através do qual, desde o nascimento, a criança sente proteção e segurança, sendo por isso essencial que estes jovens, cujos percursos de vida revelam justamente a ausência de afeto, de carinho, de proteção, experienciem estas ligações no contexto de acolhimento. O afeto é, assim, fundamental para que as regras vão sendo interiorizadas e para que os jovens compreendam que o seu cumprimento lhes garante a segurança e o conforto.

7.3.3. A “Casa dos Valores”

O *Lar Esperança* procura inculcar nas crianças e jovens que acolhe valores essenciais, tais como responsabilidade, respeito, honestidade, solidariedade, iniciativa⁴⁸. Num placar, encontram-se afixadas informações alusivas aos valores que os jovens devem seguir⁴⁹, nomeadamente o significado de cada valor e quais as situações em que poderão demonstrar que interiorizaram cada um dos valores. Na entrada do *Lar Esperança*, também existem algumas palavras afixadas⁵⁰, como “por favor”, “obrigada”, “um sorriso”, “bom dia”, “com licença”, com o intuito de lembrar os jovens que devem ser educados para com as outras pessoas e para que estes interiorizem essas mesmas condutas.

⁴⁸ Ver Anexo XIII (A) – Projeto “Casa dos Valores”.

⁴⁹ Ver Anexo XIII (B) – Projeto “Casa dos Valores”: Explicação do projeto.

⁵⁰ Ver Anexo XIV – Incentivos afixados no *Lar Esperança*.

Para além da presença das palavras afixadas, a instituição aposta em atividades que promovem a interiorização dos valores. Por exemplo, a solidariedade e a iniciativa são dois dos valores mais reconhecidos na instituição e, para que os jovens compreendam a sua essência, a equipa técnica desenvolveu uma atividade designada “o jovem de valor da semana”, que consiste em que seja eleito, no fim da semana, o jovem que tenha apresentado mais atitudes positivas no domínio dos valores: *“Os jovens têm de se destacar por quererem ajudar sem que ninguém o peça.”* (Psicóloga, trabalha na instituição há 6 anos e 8 meses, licenciatura). O jovem de valor da semana é recompensado com uma hora extra de utilização do computador.

Durante o trabalho de investigação, foi possível assistir a vários momentos em que os jovens demonstraram iniciativa e solidariedade, sobretudo para com os idosos da instituição. Esses momentos prenderam-se, sobretudo, com as refeições, em que o Rafael e a Inês apoiavam, sobretudo, na alimentação dos idosos, auxiliando na distribuição da comida pelas mesas e ajudando os idosos que não conseguem comer sozinhos. Já o George demonstrava mais interesse em dialogar com os idosos:

George: *“Então Sra. F. Como está?”*

Idosa: *“Tenho dores...”*

George: *“E já disse à enfermeira?”*

Idosa: *“Já e já tomei medicamentos...”*

George: *“Ah então já vai passar!”*

(Excerto da nota de campo de 18/05/2015)

Outros jovens, como o Rafael, o Francisco e o João, realizavam outras atividades em conjunto com os idosos, nomeadamente, jogar às cartas ou ao dominó, ver jogos de futebol na televisão e passear os idosos de cadeira de rodas nos espaços exteriores da instituição.

As relações intergeracionais que são proporcionadas pela vida na instituição contribuem, no nosso entender, para o crescimento dos jovens e para a interiorização de valores fundamentais como o respeito e a solidariedade.

Para além do contacto com os mais velhos, a instituição proporciona igualmente o contacto com as crianças mais pequenas que estão no CAT. A Inês, por exemplo, é uma das jovens que, por livre iniciativa, vai ao CAT com alguma regularidade para contar histórias às crianças ou realizar outras atividades. Esta é, de resto, uma das

atividades que mais realiza nos seus tempos livres. É uma jovem que revela um carinho especial pelas crianças e que se encontra a frequentar um curso de Técnico de Apoio à Infância.

Ainda que, na maior parte das vezes, era demonstrada iniciativa pelos jovens para a realização de tarefas/atividades, presenciámos situações em que tal ocorria para obter recompensas, mais concretamente ter tempo extra para a utilização do computador:

Discurso do Gonçalo quando lhe foi aplicado um castigo e não tinha nada para fazer:

Gonçalo: *“Tita vou começar a lavar as casas de banho e assim acumulo mais pontos para ter uma hora extra de pc...”*

(Excerto da nota de campo de 22/06/2015)

O valor do respeito também assume uma importância vincada no quotidiano institucional. Pela observação realizada, verificámos que os jovens, no geral, mantêm uma postura de respeito entre si e para com as outras pessoas que com eles lidam diariamente:

Diálogo entre Ariana e Rafael sobre uma funcionária que trabalha na escola que frequentam:

Ariana: *“Aquela senhora gorda?”*

Rafael: *“Oh mal educada... é forte que se diz! Tem respeito pelas pessoas!”*

(Excerto da nota de campo de 01/06/2015)

As situações de falta ao respeito são, por isso, alvo de repreensão. Quando um dos jovens, que entretanto saiu da instituição, faltou ao respeito a uma ajudante de ação direta da valência dos idosos, a equipa educativa do *Lar Esperança* que estava presente no momento repreendeu o jovem e aplicou-lhe uma medida disciplinar.

A aprendizagem dos valores é um elemento constituinte do processo de socialização e marca de forma evidente as formas de estar e agir. A transmissão dos valores acima apresentados ocorre, assim, através da (re)socialização dos jovens na instituição. Para alguns jovens (nomeadamente o Rafael e a Inês), essa interiorização já se encontra consolidada, pois, pelo que observámos, realizam determinadas tarefas e/ou atividades no âmbito da “Casa dos Valores” e não se dirigem às *titas/tito* para os informarem sobre o que fizeram de modo a obterem a sua recompensa. Perante estas

atitudes, é visível que apresentam essas condutas como resultado da sua aprendizagem, isto é, como resultado da socialização.

7.3.4. “Criar Asas” – projeto de autonomização

A autonomia consubstancia a aptidão que uma pessoa tem para pensar, sentir e agir de forma singular, ou seja, sem que os outros influenciem a sua decisão (Reichert & Wagner, 2007). De acordo com estes autores, existem três níveis de autonomia: cognitiva (capacidade para fazer escolhas de forma consciente, definir objetivos e refletir sobre os comportamentos e atitudes), emocional (capacidade para definir os objetivos independentemente dos desejos dos outros) e funcional (capacidade para tomar decisões e resolver assuntos sem recurso ao apoio de outros, nomeadamente os pais ou outros adultos) (Reichert & Wagner, 2007).

Assim, o crescimento deve ocorrer em condições que proporcionem oportunidades para o desenvolvimento da autonomia. Conscientes da importância da mesma, e até porque a institucionalização de jovens não se estende para lá dos 18 anos de idade, a equipa técnica do *Lar Esperança* assumiu como crucial que os jovens desenvolvam competências ao nível da autonomia, para que no futuro sejam capazes de viver uma vida independente. Atendendo a que uma parte dos jovens não terão suporte familiar quando saírem da instituição, ser capaz de gerir a vida quotidiana autonomamente revela-se fundamental. E daí decorre a aposta no projeto “Criar Asas”.

“Nós, na nossa casa, temos quem nos ensine e quem nos ajude, mesmo depois de fazermos 18 anos... estes jovens não, daí a importância de implementar este projeto para que quando eles saíam da instituição consigam ter alguma autonomia e saibam fazer as coisas sozinhos...”. (Diretora Técnica, trabalha na instituição há 12 anos, licenciatura)

O projeto “Criar Asas” contempla variadas áreas: estudo, tarefas domésticas, gestão de tempo, gestão financeira, cuidado por si próprio, sexualidade, substâncias psicoativas, uso de recursos da comunidade, inserção na vida ativa e empreendedorismo, competências pessoais e sociais. Para cada área, são definidas estratégias⁵¹ e atividades⁵², no sentido de trabalhar as dificuldades dos jovens nesses

⁵¹ Ver documentos em Anexo: Anexo XV (A) – Projeto de autonomização “Criar Asas”: Itens de desenvolvimento da autonomia; Anexo XV (B) – Projeto de autonomização “Criar Asas”: Estratégias.

⁵² Ver Anexo XV (C) – Projeto de autonomização “Criar Asas”: Atividades.

âmbitos de intervenção. Exemplo disso são as atividades desenvolvidas no âmbito da realização das tarefas domésticas. Alguns jovens apresentavam dificuldades em fazer a higiene dos espaços de forma correta, ou até mesmo no que diz respeito à higiene das suas roupas. Os auxiliares de ação direta procuravam dedicar maior apoio ao jovem em questão, estando com ele no momento em que realizasse esse tipo de tarefas, de modo a ensiná-lo e ajudá-lo a desenvolver as suas competências nesse domínio. O domínio do estudo é outra das áreas trabalhadas no projeto de autonomização, no sentido de os jovens desenvolverem responsabilidade no que diz respeito às tarefas escolares. A preocupação em aferir se existem trabalhos de casa e o apoio prestado nos momentos de estudo por parte da equipa de ação direta são indicadores do investimento feito neste domínio.

A intervenção no sentido da autonomização não visa apenas desenvolver competências no sentido de alcançar uma vida autónoma mas, também, e de acordo com o estabelecido no Manual de Boas Práticas (2005), definir um projeto de vida. Desde que a criança/jovem entra na instituição, é essencial que os profissionais efetuem um diagnóstico de cada caso e, de seguida, iniciem a construção do projeto de vida de cada criança/jovem. Neste sentido, e de acordo com o que é definido no referido Manual, o projeto de vida deverá ser elaborado em conjunto com a criança/jovem, envolvendo, sempre que possível, a família biológica ou alargada, sendo o seu principal objetivo a “desinstitucionalização segura” (Leandro *et al.*, 2005, p.104). É essencial que a definição do projeto de vida considere as condições de vida das famílias, principalmente no que diz respeito à “(...) situação sócio-económica da família, suas competências parentais, emocionais e afectivas, entre outras.” (Leandro *et al.*, 2005, p.105).

Para além das estratégias definidas para alcançar a autonomização, tornou-se essencial compreender, junto dos jovens, se estes manifestam interesse em desenvolver a sua autonomia e quais as suas expectativas para o futuro. Pelo que foi possível observar, alguns jovens manifestam desejo em trabalhar para alcançarem independência económica e, assim, puderem vir a adquirir aquilo que desejam.

Gonçalo: *“Quero trabalhar para poder ter a minha família e fazer uma festa de casamento linda e grande...”*

Rafael: *“Quando for grande vou comprar um BMW...”*

(Diálogos recolhidos durante o preenchimento da ficha de caracterização - maio de 2015)

Os discursos dos jovens revelam que para eles autonomia significa terem liberdade, isto é, puderem fazer aquilo que anseiam sem que exista alguém a impor regras. As regras e a necessidade do seu cumprimento acabam por surgir sempre nos discursos como algo incómodo, de que não se gosta. A ausência ou inconsistência das regras na fase inicial do processo de socialização explica esta dificuldade em aceitar que sejam impostos limites, tanto mais que no contexto da instituição as regras estão bem definidas e são aplicadas a todos sem exceção.

Apesar dos percursos de vida, alguns dos jovens da instituição têm projetos para o futuro, nomeadamente no plano da educação. Prosseguir os estudos e ter uma atividade profissional são duas das aspirações de alguns dos jovens que, para tal, aproveitam todas as ferramentas disponibilizadas pela instituição.

“Há jovens que têm desejos para o futuro e isso é muito bom; como por exemplo seguirem os seus estudos.” (Leonor, trabalha na instituição há 11 anos, 9.º ano de escolaridade)

“Na minha opinião as ambições e desejos para o futuro dos nossos jovens é que estes cresçam saudáveis, aprendendo a ser autónomos.” (Sofia, trabalha na instituição há 12 anos, 6.º ano de escolaridade)

“Na minha opinião, as ambições e desejos dos jovens para o futuro são variados. Temos jovens que desejam ser alguém na vida e sonham em estudar e tornarem-se grandes profissionais, sendo, por isso, bons alunos e aceitando a maioria das regras da instituição; alguns até querem continuar na instituição mesmo depois de atingirem a maioridade (18 anos). Como também temos outros jovens sem ambições e sem desejos querendo continuar revoltados contra o mundo, apesar de contar com as ferramentas, apoio e ajudas da instituição.” (Rita, trabalha na instituição há 12 anos, 11.º ano de escolaridade)

Qual é, então, o trabalho desenvolvido pela instituição para que os jovens desenvolvam competências de autonomia? Como já foi referido anteriormente, o projeto “Criar Asas”, implementado no *Lar Esperança*, abrange várias áreas. Uma das áreas prende-se com o desenvolvimento da autonomia em matéria de satisfação de necessidades básicas, como seja a alimentação:

“Todos os jovens (entre os 12-18 anos) estão integrados no “Criar-Asas” Projeto de Autonomização. Neste projeto existem vários itens e níveis e, na vertente da alimentação, cada jovem tem datas designadas para confeccionar as suas refeições e uma refeição para todo o grupo de colegas (12 - capacidade máxima do LIJ). Elaboram a ementa dessa refeição, fazem a lista dos ingredientes, pesquisam preços e vão ao supermercado adquirir esses ingredientes.” (Diretora Técnica, trabalha na instituição há 12 anos, licenciatura).

Os jovens mais velhos (17-18 anos), os que se encontram sob alguma medida disciplinar e os que tenham solicitado a medida de apartamento de autonomização, devem confeccionar as suas refeições diariamente. O Francisco, o João e o Rafael, durante o período da observação, cozinhavam as suas refeições diariamente, gerindo o seu tempo consoante as atividades em que se encontravam incluídos: por exemplo, se tinham aulas no período da manhã, na noite anterior confeccionavam o jantar e o almoço do dia seguinte, de acordo com a ementa designada pela equipa técnica⁵³. Os restantes jovens do *Lar Esperança* cozinham a sua refeição cerca de 1 a 2 vezes por semana. Como já havíamos referido antes, ao sábado existe um jovem responsável pela confeção do jantar para todo o grupo⁵⁴.

A realização de tarefas domésticas também faz parte do quotidiano dos jovens. Cada jovem é responsável por colocar a sua roupa a lavar, pô-la a secar e dobrá-la quando já está seca. Os mais velhos deverão passar a ferro as peças de roupa que assim o exigem. A limpeza do quarto é da responsabilidade dos jovens que lá dormem, sendo divididas as tarefas. A higiene dos espaços é igualmente uma das tarefas a realizar pelos jovens, sendo distribuídas rotativamente, isto é, cada dia o mesmo jovem realiza uma tarefa diferente, de modo a que não sejam sempre os mesmos a realizar as mesmas tarefas e que todos aprendam a fazer um pouco de tudo. Estas tarefas são realizadas com supervisão dos funcionários, que ajudam os jovens a melhorar as suas habilidades, ensinando-os a desempenhá-las da maneira mais correta.

⁵³ A ementa confeccionada na cozinha da instituição, oferecida a crianças/jovens e idosos, é a mesma que os jovens devem confeccionar, exceto a sopa, ou seja, os jovens cozinham apenas o segundo prato, sendo que podem usufruir da sopa confeccionada pelas funcionárias da cozinha. Os ingredientes são disponibilizados pelas funcionárias da cozinha.

⁵⁴ Como indicamos anteriormente, a confeção dessa refeição, ao fim de semana, é da total responsabilidade dos jovens: definição da ementa, identificação dos ingredientes necessários e respetivo orçamento, aquisição dos mesmos e elaboração do prato. A equipa técnica fornece o dinheiro necessário para que os jovens se desloquem e adquiram os produtos. Todas as receitas confeccionadas pelos jovens são por eles registadas num caderno.

O recurso aos serviços da comunidade é outro tema que é trabalhado com os jovens:

“ (...) são também eles a marcarem as suas consultas de rotina. Vão, sozinhos, fazer o cartão de cidadão, quando necessário, levam o dinheiro e compram o passe para irem para a escola ...” (Diretora Técnica, trabalha na instituição há 12 anos, licenciatura).

Marcar consultas médicas de rotina, tratar da renovação do cartão de cidadão e comprar o passe são tarefas realizadas pelos jovens de forma autónoma. Quando regressam de uma consulta de rotina, como por exemplo uma ida ao dentista, os jovens elaboram o registo da consulta na sua capa individual de saúde. Deste registo deve constar o tipo de intervenção realizada, os assuntos discutidos e o agendamento da próxima consulta, caso exista. Quando se trate de consultas de especialidade, os jovens vão acompanhados por uma técnica ou por um funcionário.

O dinheiro de bolso é uma outra estratégia de autonomização, na medida em que cada jovem deverá geri-lo da melhor forma possível, consoante as suas necessidades. Esta estratégia consiste em que cada jovem, no domínio da gestão financeira, aprenda elementos básicos de gestão, como por exemplo a poupança e a espera, no tempo, da satisfação de certos desejos. Foi possível constatar, através da observação, que alguns dos jovens já interiorizaram esses conceitos, na medida em que ao longo do mês procuram poupar o máximo de dinheiro que conseguem para utilizá-lo em coisas do seu interesse (por exemplo, ir ao cinema, comprar roupa ou sapatos que queiram, etc.).

Este conjunto de atividades que são desempenhadas pelos jovens contribuem não apenas para a sua responsabilização, mas também para a aquisição de competências fundamentais para a vida.

Por fim, procuramos compreender se, como forma de adquirir autonomia, os jovens participam nas tomadas de decisão da instituição e, caso participem, de que forma é que decorre:

“Sim. Todos os jovens têm sessões com a psicóloga da instituição, que lhes fornece hipoteticamente quais os projetos de vida que eles podem optar. Os jovens (maiores de 12 anos), podem e devem enviar a tribunal o seu parecer acerca da cessação ou prorrogação da sua medida de acolhimento e solicitar, sempre que achar oportuno, audiência em tribunal.” (Diretora Técnica, trabalha na instituição há 12 anos, licenciatura).

De acordo com a *diretora técnica*, os jovens participam ativamente na definição do seu projeto de vida, mas tivemos oportunidade de observar outras situações em que são chamados a participar nas decisões da instituição. Exemplo disso foi a organização das férias de verão de 2015, pois, no que diz respeito às atividades e ocupação dos tempos livres para este período, foram os jovens que decidiram o tipo de atividades a realizar, respetiva calendarização e recursos necessários para a sua concretização.

Assim, no âmbito da autonomização, podemos concluir que a equipa técnica e educativa realiza um trabalho eficaz com os jovens, ainda que alguns deles demonstrem dificuldade em aceitar a implementação de certas normas e a realização de determinadas tarefas. O contacto com experiências diversificadas, por exemplo, experiências em contexto de trabalho, é uma mais-valia, pois, como sugere Fleming (1997), o desenvolvimento da autonomia, quer em termos de quantidade, quer em termos de qualidade, depende do modelo de socialização experienciado no seio familiar e, igualmente, no contexto da comunidade. As atividades realizadas com os jovens no sentido de alcançar a autonomia são benéficas, pois estes aprendem a gerir a vida quotidiana. Estas aprendizagens serão fundamentais para o período pós institucionalização, sobretudo quando os jovens não têm suporte familiar ou outro suporte significativo.

7.4. Desenvolvimento emocional e comportamental: a importância dos laços sociais

Os jovens que se encontram institucionalizados provêm de famílias que vivenciam situações de fragilidade (ausência de um dos progenitores, problemas emocionais, psicológicos, de dependência de um ou de ambos os progenitores, entre outros), não tendo por isso, como refere Strecht “modelos de referência afetivos” (2001, p.152). Assim, e à semelhança de tantos outros, no *Lar Esperança*, encontramos crianças e jovens que experienciaram condições de vida hostis e que não mantêm vínculos afetivos com a família, seja a mais próxima, seja a alargada (Strecht, 2001).

Uma das dimensões que consideramos importante compreender junto da equipa técnica diz respeito ao estado emocional e psicológico dos jovens quando estes chegam à instituição. Na linha do que defende Farromba (2013) e também Mota & Matos (2008), os discursos dos elementos da equipa técnica confirmam que os jovens chegam à instituição fragilizados e com sentimentos de medo, tristeza, perda, abandono, revolta, ansiedade e até solidão. A não compreensão das razões pelas quais foram retirados à

família marca fortemente a entrada na instituição onde se tenciona permanecer o menor tempo possível. Procurar perceber como funciona a instituição e qual a duração do acolhimento são, segundo as técnicas, duas das preocupações iniciais dos jovens quando chegam ao *Lar*.

“As crianças/jovens chegam à instituição com um sentimento de revolta, ansiedade e medo do desconhecido. É frequente o sentimento de revolta por parte dos jovens, pois muitas vezes não compreendem os motivos pelos quais são retirados, uma vez que são estes as vítimas.” (Assistente Social, trabalha na instituição há 7 anos, Licenciatura)

“Quando chegam à instituição as crianças normalmente vêm assustadas e ansiosas para ver as novidades e conhecerem os espaços e pessoas com quem vão lidar nos próximos tempos. Perguntam muito pelas regras e pelo tempo que terão de ficar no lar, verbalizando que não querem ficar muito tempo.” (Psicóloga, trabalha na instituição há 6 anos e 8 meses, Licenciatura)

O prolongamento da vida na instituição acaba por gerar processos de adaptação por parte dos jovens. Alguns, e na sequência do que defende Paiva (2012), encaram a instituição como um local que permitirá a sua sobrevivência e o seu bem-estar até que os problemas que ocasionaram a sua institucionalização sejam solucionados, demonstrando, assim, um certo reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. Outros procuram trabalhar aspetos que promovem a sua autonomia no sentido de conseguirem lidar com a realidade da sua vida futura, já que pouco podem contar com as famílias de origem, dadas as condições objetivas e subjetivas de vida. Porém, mantêm-se sempre viva a ambição de regressar à sua família.

“ (...) têm noção que no Lar têm mais oportunidades, dadas as circunstâncias, mas por outro ambicionam a sua família, pois segundo os próprios têm mais liberdade. Com o decorrer do tempo de acolhimento alguns dos jovens, que têm como projeto de vida a autonomia, apercebem-se que as famílias são parcas em recursos e desenvolvem mecanismos de defesa e de "autocapacitação" para lidarem com a sua realidade e singrarem na vida. Dadas as circunstâncias de vida dos jovens neste momento acolhidos no Lar, alguns deles, tem uma grande capacidade de resiliência.” (Assistente Social, trabalha na instituição há 7 anos, Licenciatura)

“ (...) inicialmente mostram tristeza e por vezes revolta por não estarem com a família, mas depois acabam por valorizar o trabalho feito na instituição, reconhecendo as vantagens de estarem acolhidos, embora façam sempre questão, claro, de manter contacto com a família.” (Psicóloga, trabalha na instituição há 6 anos e 8 meses, Licenciatura)

E, embora a institucionalização prolongada promova “baixa auto-estima, sentimentos de rejeição e isolamento” (Paiva, 2012, p. 86), assim como sentimento de desamparo (Oriente & Sousa, 2005), alguns jovens desenvolvem mecanismos de defesa e demonstram capacidade de resiliência.

Face a estes sentimentos revelados pelos jovens aquando da sua entrada na casa de acolhimento *Esperança*, procuramos compreender quais os sentimentos manifestados pelos jovens face à instituição, isto é, perceber se estes demonstram segurança, revolta, desprezo pela instituição. Perante a questão “*Gostam de estar no Lar?*”, alguns jovens não expressaram qualquer opinião, e os que responderam, desenvolveram pouco a resposta, fosse ela no sentido positivo ou negativo.

Ariana: “*Eu gosto de estar aqui no Lar... aprendo o essencial para a minha vida...*”

George: “*Não, não gosto de estar aqui...*”

Rafael: “*Não.*”

(Excerto da nota de campo de 22/04/2015)

A ausência de resposta é, neste caso, também um indicador do sofrimento e da dor que a institucionalização causa nos jovens. A observação, porém, revelou que alguns dos jovens que acompanhamos demonstravam segurança e gosto em estar na instituição (casos da Inês, Gonçalo, Francisco e João). Quanto ao Júnior, não conseguimos compreender qual a sua opinião sobre a instituição, uma vez que é um jovem com extrema dificuldade no domínio da expressão dos sentimentos.

A qualidade dos relacionamentos e das interações estabelecidas entre os jovens e entre estes e os profissionais influencia o seu desenvolvimento, nomeadamente no âmbito emocional e comportamental. Ser um espaço de construção de relações afetivas significativas é, como vimos, uma condição fundamental para que as instituições que acolhem crianças e jovens em risco promovam o desenvolvimento integral, a autonomia e a independência (Raymond, 1996). Os jovens do *Lar Esperança* mantêm, no geral, relações de cordialidade, apesar de, por vezes, surgirem conflitos entre estes.

“Interagem bem e com o tempo conseguimos que a maioria dos jovens se sintam em família. Mas como em todas as “famílias” existem momentos de conflitos, tentamos através destes conflitos educar e resolvê-los. Mas também existem momentos de alegria e desabafos dos próprios jovens.” (Rita, trabalha na instituição há 12 anos, 11.º ano de escolaridade)

“Os jovens do lar mantêm relações mais de conflitualidade do que cordialidade entre eles e por vezes são muito invejosos uns com os outros.” (Emília, trabalha na instituição há 12 anos, 4.º ano de escolaridade)

“A maioria das crianças/jovens da instituição geralmente mantêm uma relação próxima e cordial, tirando alguns comportamentos menos adequados.” (Ana, trabalha na instituição há 12 anos, 12.º ano de escolaridade)

As ajudantes de ação direta, que são quem tem um relacionamento mais próximo com os jovens, consideram que estes, de forma geral, mantêm um relacionamento cordial entre si. Não significa isso, porém, que o conflito não surja e que alguns jovens não revelem por vezes atitudes e comportamentos inadequados.

Através do trabalho de campo realizado, consideramos que os jovens do *Lar Esperança* mantêm uma relação positiva e de amizade, revelando cumplicidade em alguns momentos. O relacionamento favorável entre os jovens é visível pela forma como se dirigem uns aos outros, não demonstrando atitudes agressivas entre si, nem recorrendo a linguagem imprópria. Identificamos relações de amizade e demonstração de preocupação entre os jovens em algumas situações, por exemplo, numa situação de doença:

Rafael e Júnior: *“Tita, o João não está nada bem... não é melhor levá-lo às urgências?”*

Leonor: *“Vamos lá ver o que se passa.”*

(Excerto da nota de campo de 25/05/2015)

A partilha de emoções ocorre, maioritariamente, entre as jovens do sexo feminino, Inês e Aariana, e também entre estas e o Gonçalo. Presenciamos algumas vezes

a partilha de preocupações quanto ao desempenho escolar, assim como as suas experiências em tribunal:

Inês: *“A minha procuradora é bué fixe!”*

Gonçalo: *“Eu não quero ir a tribunal!”* (demonstrando preocupação com uma possível ida a tribunal)

(Excerto da nota de campo de 08/06/2015)

No seu quotidiano, os jovens demonstram respeito pelas diferenças existentes entre si, principalmente em relação ao João, um jovem com atraso cognitivo acentuado e que apresenta dificuldades ao nível do desempenho escolar, sendo que, apesar de frequentar o 7.º ano de escolaridade, os temas lecionados correspondem a níveis elementares (assistimos à realização de fichas de trabalho alusivas às profissões, operações matemáticas de adição e subtração, etc.). Nos momentos de estudo, o Rafael e o Gonçalo eram os jovens que mais auxiliavam o João na realização das tarefas escolares. Apesar das dificuldades apresentadas pelo João, nunca presenciamos discursos impróprios para com ele, como por exemplo, a utilização de nomes pejorativos.

O sentimento de valorização influencia também o desenvolvimento emocional, principalmente o estado da autoestima. Os jovens do *Lar Esperança* apresentam um sentimento de valorização recíproco, como podemos verificar nos seguintes exemplos:

(Diálogo entre Ariana e Inês sobre a ambição de ingressar na universidade)

Ariana: *“Não sei se sou capaz... A Dra. [psicóloga] disse que eu sou capaz...”*

Inês: *“Claro que consegues! Quando tu não fores capaz não sei quem é que vai ser...”*

(Excerto da nota de campo de 22/04/2015)

(Elogios e incentivos proferidos perante os desenhos do Júnior e do João)

Rafael: *“Está bué fixe!”*

Rita e Leonor: *“Que desenhos tão giros! Continuem!”*

(Excerto da nota de campo de 01/06/2015)

Apesar de, por vezes, os jovens discordarem face a alguns assuntos (principalmente no que diz respeito à realização de tarefas domésticas) e gerar-se um ambiente de conflito e desconforto, reconhecem as qualidades uns dos outros e procuram, algumas vezes, referi-las nas suas atividades. Não obstante as suas limitações e dificuldades, os jovens incentivam e valorizam as qualidades de João, principalmente no domínio do desenho e do futebol. Não observamos nenhuma situação em que este jovem fosse ignorado ou esquecido nas atividades realizadas na instituição. Assim, consideramos que os jovens, no geral, e apesar das evidentes dificuldades de expressão de sentimentos, valorizam-se entre si.

Por sua vez, as equipas educativa e técnica agem no sentido de elogiar os jovens pelas suas condutas positivas e pelas suas habilidades. Ao longo da investigação essa atitude foi visível em várias situações, das quais se salienta a valorização dos bons resultados, incentivando o estudo daqueles que não alcançaram um bom desempenho, e o encorajamento dos jovens a realizarem alguma atividade do seu interesse, como o desenho, trabalhos manuais, entre outras situações.

A imagem que os jovens interiorizam de si próprios depende, também, da imagem que os outros transmitem, isto é, se um jovem é valorizado, desenvolve pensamentos positivos em relação a si próprio, se, pelo contrário, é desvalorizado, apresenta uma baixa autoestima e pouca confiança em si próprio. Desta forma, procuramos compreender, junto dos jovens, como é que estes se autocaracterizam e qual o estado da sua autoestima. Quando questionados sobre o que mais gostam em si ou o que menos gostam em si, apenas quatro jovens responderam, sendo que os restantes referiram não saber, evidenciando clara dificuldade em se expressarem sobre si próprios.

Inês: *“Gosto de tudo em mim... Se eu não gostar de mim ninguém gosta!”*

Ariana: *“Gosto dos meus olhos e do cabelo... não gosto dos lábios nem da barriga.”*

George: *“Não gosto de nada em mim (risos). Estou a brincar... Gosto das minhas pernas.”*

Gonçalo: *“Eu gosto de tudo em mim.”*

(Excerto da nota de campo de 18/05/2015)

Quanto às suas qualidades e defeitos, os jovens demonstraram pouco interesse em participar nesse diálogo, pelo que não obtivemos respostas concretas. Dada a

limitação temporal, não nos foi possível realizar uma atividade grupal específica para abordar este assunto.

Pelo que foi observável ao longo do trabalho de investigação, os jovens, no geral, revelam atitudes positivas em relação a si próprios, não demonstrando pensamentos depreciativos:

Rafael: *“Eu cá sou bom a fazer fintas e passes.”* (Rafael em conversa com João sobre os treinos de futebol)

(Excerto da nota de campo de 15/06/2015)

No entanto, há um jovem que tem uma autoestima muito baixa, demonstrando atitudes muito pessimistas e alimentando a crença de que todos estão contra ele e que dizem mal dele na sua ausência, revelando um sentimento de perseguição. cremos que é claramente uma forma de chamar a atenção sobre si próprio, indicando carência afetiva.

Tendo em conta que os jovens se encontram na instituição há alguns anos, poderá assumir-se que as relações entre eles se pautam, genericamente, pela amizade, pelo carinho, pela preocupação mútua. É também evidente, porém, que vidas marcadas pelo sofrimento nem sempre permitem a expressão dos sentimentos e das emoções. Sendo jovens em processo de crescimento e de afirmação da identidade, os conflitos com os outros acabam por fazer parte integrante desse crescimento.

Para além do relacionamento dos jovens entre si, é também essencial refletir sobre o modo como os mesmos se relacionam com os profissionais e com a equipa técnica, já que estes são, na instituição, as figuras adultas de referência. Perceber se efetivamente constituem figuras significativas é, por isso, fundamental, na medida em que tal tem influência no desenvolvimento dos jovens. De acordo com Mota & Matos (2010), é possível que os jovens institucionalizados estabeleçam relações significativas com outras figuras de referência, nomeadamente “(...) a relação com os professores, os funcionários da escola, os pares e em especial os funcionários da instituição onde vivem (onde se incluem auxiliares, cuidadores, monitores e técnicos).” (2010, p. 246). Assim, a qualidade dos relacionamentos estabelecidos entre os jovens e os funcionários da instituição poderá contribuir para o desenvolvimento de um sentimento de segurança (Mota & Matos, 2010).

Sendo a institucionalização uma medida que contribui para a rutura dos laços afetivos com os familiares, é essencial que no período de institucionalização sejam

estabelecidas relações significativas, na medida em que promovem o desenvolvimento do sentimento de segurança e confiança face aos adultos da instituição (Farromba, 2013). Caeiro (2013) considera que é fundamental o estabelecimento de afetos significativos em crianças/jovens institucionalizadas, nomeadamente no que se refere aos relacionamentos entre estes e os cuidadores e profissionais da instituição, pois também favorecem a sua socialização. A construção de laços afetivos entre profissionais e crianças/jovens institucionalizados é fundamental, mas simultaneamente um processo difícil e longo. Se é verdade que o grau de aceitação dos jovens relativamente à medida em análise condiciona a maior ou menor abertura destes no que diz respeito ao investimento que farão no plano das relações com os profissionais, também é necessário que existam profissionais preparados para lidar com este tipo de situação e capazes de desenvolver estratégias para o reforço dos laços.

“Por vezes o relacionamento com a equipa técnica e funcionárias é bom, mas basta a equipa técnica discordar deles por alguma razão ou não deixar os jovens fazerem o que querem, para a relação boa acabar. E com os funcionários é igual. Quando as coisas não correm como eles querem chamam nomes feios à equipa técnica e aos funcionários. Mas também é de salientar que os jovens não reagem todos da mesma maneira.” (Emília, trabalha na instituição há 12 anos, 4.º ano de escolaridade)

“Avalio este relacionamento como muito bom, porque existem no dia-a-dia muitas manifestações de afeto.” (Ana, trabalha na instituição há 12 anos, 12.º ano de escolaridade)

“As crianças e jovens, numa etapa inicial, mantêm uma atitude de rejeição, mas, com o tempo, estes vão acertando e mantendo uma relação aceitável e, até mesmo, às vezes, de amizade. Com respeito à relação entre eles, costuma ser, maioritariamente, aceitável e boa.” (Sofia, trabalha na instituição há 12 anos, 6.º ano de escolaridade)

No *Lar Esperança*, a visão das ajudantes sobre o relacionamento dos jovens com a equipa profissional é no sentido de este ser positivo, ainda que reconheçam que a criação de laços fortes é um processo longo e por vezes difícil de concretizar. Salientamos ainda dos discursos daquelas ajudantes que existe como que uma culpabilização dos jovens para explicar as dificuldades de criação de laços, não havendo, por isso, uma reflexão sobre as próprias práticas profissionais e de que modo as mesmas podem reforçar quer o distanciamento, quer a proximidade.

Pelo que observamos, as interações entre jovens e profissionais decorrem de forma cordial e amigável, não sendo visível condutas agressivas entre si. Apesar de algumas vezes se ter verificado a revolta dos jovens quanto às normas estabelecidas, existiram vários momentos de cumplicidade entre os profissionais e os jovens.

Existe, na instituição, a figura da “madrinha-afilhado⁵⁵”, ou seja, de forma simbólica, algumas auxiliares têm afilhados. Estas “madrinhas” devem ser uma pessoa de referência para o jovem, ou seja, alguém em quem eles confiem e com quem se sintam mais à vontade para conversar sobre os seus problemas, rotinas, dúvidas e medos. Ainda que se trate de um apadrinhamento simbólico, tem um importante significado para os jovens, pois, pelo que observamos, as madrinhas são pessoas a quem alguns jovens recorrem com alguma frequência, em diversas situações, para obter apoio no seu dia-a-dia (por exemplo, procuram opiniões sobre formas de vestir, para esclarecer dúvidas, para apoio emocional quando se sentem mais tristes, entre outras situações).

“O João queria falar com a mãe e, apesar de estar uma auxiliar presente na instituição, ele esperou que a sua madrinha chegasse para fazê-lo.”

(Excerto da nota de campo de 06/05/2015)

Apesar da existência da figura da madrinha, podemos afirmar que há relações mais estreitas entre alguns dos jovens e alguns das funcionários que não a madrinha. É o caso da Ariana, que demonstra afetividade para com a auxiliar Ana, pois é com esta que a jovem procura esclarecer as suas dúvidas e com quem mais conversa sobre o seu futuro, os seus medos, as suas dúvidas. A Inês, por sua vez, ainda que seja uma jovem que se relacione com todos os profissionais, inclusive os da valência dos idosos, procura muito a afetividade junto das funcionárias Rita e Leonor e é com elas que mais conversa sobre, por exemplo, o dia de aulas, as suas rotinas, entre outras coisas.

Por sua vez, o George é um jovem com problemas em termos de autoestima, tendo, por isso, dificuldades em estabelecer relacionamentos significativos. No entanto, durante a observação, foi possível constatar que este recorre, muitas vezes, à *tita* Rita, pois é com esta auxiliar que o jovem se sente mais à vontade para partilhar os seus sentimentos. O Gonçalo revela identificar-se com a *tita* Leonor, já que procura muito o

⁵⁵ No decorrer da investigação, apenas as ajudantes de ação direta participavam neste apadrinhamento simbólico, sendo que o único funcionário do sexo masculino não tinha, ainda, nenhum “afilhado/a”.

apoio desta auxiliar, sendo que, durante a observação realizada, as únicas vezes em que o jovem falou sobre a sua família foi com esta auxiliar, revelando, assim, que se sente seguro e que confia nela.

O Rafael revela ligação com o único auxiliar do sexo masculino do *Lar Esperança*, sendo com este que o Rafael mais partilha os seus pensamentos e com quem mais se identifica, na medida em que o procura para obter apoio nos mais diversos âmbitos. De resto, os jovens do sexo masculino revelam maior ligação ao funcionário do sexo masculino, a quem recorrem para conversar sobre as suas dúvidas e problemas relacionados com o seu dia-a-dia, nomeadamente assuntos como desporto, relacionamentos amorosos, etc. Este funcionário é, assim, uma figura de autoridade, já que, na sua presença, o questionamento das regras não existe. Sobre a sua presença no *Lar Esperança*:

Rita: *“A meu ver é importante uma figura masculina na instituição, pois nestes anos todos presenciei algumas situações de conflito em que pensei que haveria agressão entre os jovens e as funcionárias... até os rapazes têm mais à vontade para tirar dúvidas com um homem do que com uma mulher, principalmente dúvidas sobre a sexualidade.”*

(Excerto da nota de campo de 06/05/2015)

A *psicóloga* da instituição é, também, uma figura de referência. É esta profissional que os jovens procuram para um apoio individualizado e especializado.

No geral, podemos dizer que os jovens possuem figuras de referência e que estas revelam-se significativas, principalmente os auxiliares que com eles lidam diariamente. É perante estas figuras de referência que os jovens apresentam segurança e confiança para partilharem os seus medos, conquistas, entre outras coisas.

Nas suas intervenções, verificamos que tanto a equipa educativa como a equipa técnica demonstram preocupação quanto aos jovens em diversos domínios: na interiorização das normas de comportamento, no estudo, na relação com a família, entre outros. Num dos momentos em que estávamos na instituição, um dos jovens estava em risco de não poder ir passar o fim de semana a casa se tivesse um “mau” comportamento. Tendo transgredido a regra da não utilização do telemóvel durante as refeições, a auxiliar Rita conversou com o jovem, na nossa presença, relembrando-o das regras e da importância do seu cumprimento:

Rita: “Já sabes que, durante as refeições, os telemóveis devem ser guardados e não devem ser levados para o refeitório... com esse comportamento ficas sem ir a casa passar o fim de semana e não é isso que queres pois não? Faz um esforço e cumpre com as regras pois já sabes que tem de ser assim...” (a funcionária alertando o Júnior para a necessidade de cumprir as regras)

(Excerto da nota de campo de 22/04/2015)

A preocupação com o bem-estar dos jovens é visível na atuação dos profissionais, que várias vezes lhes davam conselhos e os ajudavam a resolver alguma situação da sua vida. Assistimos igualmente a momentos de diversão entre os funcionários e os jovens, momentos esses fundamentais não só para o crescimento destes, mas também para o reforço dos laços. Quando os jovens já estavam de férias, os funcionários procuraram ocupar-lhes o tempo livre realizando atividades lúdicas, como por exemplo, o jogo Trivial. Neste jogo, que testa a cultura geral, surgiram muitas questões, às quais nem os jovens nem os auxiliares sabiam responder e, se alguém dava uma resposta mais desajustada, riam-se todos juntos e tentavam compreender o porquê dessa resposta.

Podemos, assim, constatar que entre os jovens e os profissionais do *Lar Esperança*, principalmente com a equipa educativa, existem relações significativas, no sentido em que a partilha de emoções é visível, assim como o afeto está presente no quotidiano institucional. Para além de serem estes profissionais que acompanham o desenvolvimento dos jovens, são também quem está presente nos diversos momentos das suas vidas, sejam eles momentos de alegria, de tristeza, de sucessos ou de insucessos. A equipa técnica do *Lar Esperança*, principalmente a *assistente social* e a *psicóloga* mantêm um relacionamento estável com os jovens, sendo que alguns (Inês, George, Ariana) demonstram confiança nestas técnicas, já que era a elas que recorriam para pedir conselhos sobre como lidar com as situações que não sabiam como solucionar.

A realidade do *Lar Esperança* parece, por isso, corroborar os resultados do estudo de Mota & Matos (2010)⁵⁶, no qual as autoras mostram que os funcionários de

⁵⁶ Estas autoras realizaram um estudo em 13 instituições de acolhimento, pertencentes às zonas norte e centro de Portugal, contando com uma amostra de 109 adolescentes institucionalizados (com idades entre menos de um ano até 15 anos, sob a medida de acolhimento em instituição). O estudo tinha por objetivo analisar de que forma é que a qualidade dos relacionamentos estabelecidos com professores, funcionários

uma instituição assumem uma função de parentalidade, uma vez que lidam diariamente com estes jovens, estando ao seu dispor para a partilha dos seus sentimentos e emoções (medos, angústias, ambições, alegrias), bem como que o bom relacionamento daqueles com os jovens contribui para que estes se desenvolvam favoravelmente, nomeadamente em termos de autocontrolo.

As instituições de acolhimento de crianças e jovens deverão, assim, assentar numa lógica existencial, garantindo a individualidade e unicidade: “*Sim considero que são bases para o desenvolvimento equilibrado, assente na autoestima que garante a vida social, a entrega ao outro, enfim, a construção da própria felicidade.*” (Diretora da instituição, trabalha na instituição há 13 anos, mestrado). No entender da *diretora da instituição*, a individualidade e unicidade são a base de um desenvolvimento estável, considerando que a autoestima e a construção da sua própria felicidade encontram-se lado a lado com esta lógica de funcionamento.

O relacionamento com os familiares é também um indicador que nos permite analisar o desenvolvimento emocional e comportamental dos jovens, visto que a família ocupa um lugar de excelência nas nossas vidas. Os jovens do *Lar Esperança*, na sua maioria, mantêm contacto com os seus familiares, nomeadamente pais, irmãos, avós e tios. Os contactos estabelecidos são essencialmente através de chamadas telefónicas (que podem ocorrer para o telefone da instituição ou para os telemóveis pessoais de cada jovem), visitas dos jovens a casa (com frequência quinzenal, na maioria dos casos) e visitas dos familiares à instituição. No entanto, a *psicóloga* da instituição mencionou que, na maior parte dos casos, a relação que os jovens mantêm com os seus familiares é distante, quer porque a mesma apenas ocorre via telefone, quer porque nem todos estão autorizados a ir passar fins de semana e/ou férias a casa. No momento da observação, apenas o Francisco e o Gonçalo iam a casa regularmente.

No quotidiano institucional, não se verificou a presença dos familiares nas rotinas diárias dos jovens, embora pelos diálogos estabelecidos com os profissionais e com os próprios jovens tenhamos apurado que a participação dos familiares é visível em datas importantes, como o aniversário e a festa de Natal da instituição. Os sentimentos demonstrados pelos jovens relativamente à sua família são diferenciados: uns ambicionam o relacionamento com os pais e irmãos, enquanto outros mencionam não

da escola e funcionários da instituição contribui para o desenvolvimento de competências sociais, nomeadamente a empatia, a assertividade e o autocontrolo em adolescentes institucionalizados.

querer ter contacto com alguns elementos da família. A Ariana e a Inês, ao longo da observação, revelaram não querer o contacto com os familiares, nomeadamente a mãe:

Ariana: *“Quando a minha mãe ligar digam que estou ocupada... Já disse à Dra. que não quero falar com ela!”* (discurso de Ariana quando a mãe ligava, pois segundo a jovem, esta passava muito tempo sem procurar estabelecer contacto com a filha e que, só muito de vez em quando, é que se lembrava)

(Excerto da nota de campo de 02/06/2015)

Inês: *“A minha mãe já sabe que não vale a pena telefonar para o meu telemóvel porque eu não atendo... não tenho saudades nenhuma dela! (...) Há jovens que fingem que têm saudades dos pais e afinal não têm e dizem mal deles...”*

Rita: *“Também há casos desses, os pais manifestam saudades e os filhos dizem o mesmo e na verdade demonstram o contrário.”*

(Excerto da nota de campo de 01/06/2015)

A Ariana tem um irmão que já esteve acolhido no *Lar Esperança*, mas que, por motivos que nos são desconhecidos, foi transferido para outra instituição. Apesar disso, a equipa técnica promove visitas do irmão de Ariana à instituição, principalmente para passar fins de semana, até porque a jovem ambiciona relacionar-se com o irmão. Nos fins de semana em que o irmão vinha para o *Lar Esperança*, a Ariana apresentava-se radiante e feliz. Por sua vez, a Inês é irmã de George e, apesar de termos assistido a algumas situações de conflito entre estes, mantêm uma relação próxima e favorável, pois procuram relacionar-se e desenvolver atividades em conjunto (foram, algumas vezes, juntos ao CAT brincar com as crianças). O George demonstra um grande interesse em relacionar-se com a mãe e em ir passar fins de semana a casa, contrariamente à Inês, que apenas deseja relacionar-se com o avô:

Inês: *“O meu avô é como um pai para mim!”*

(Excerto da nota de campo de 18/05/2015)

Alguns dos conflitos existentes entre a Inês e o George prendem-se com o facto de a Inês não querer ir passar fins de semana a casa, contrariamente ao irmão que demonstra sempre interesse e vontade em ir a casa:

George: *“Vais participar no desporto escolar? Já tínhamos combinado que íamos passar o fim de semana a casa...”*

Inês: *“Sim vou participar nas atividades e não vou a casa... podes ir sozinho...”*

Marco: *“Mas se formos é os dois não é só um... já estava combinado... porque é que agora não queres ir?”*

Inês: *“Eu disse à Dra. que queria ir a casa mas não disse quando... se não for não fui...”*

(Excerto da nota de campo de 18/05/2015)

O Gonçalo e o Francisco são irmãos, mas, pelo que verificamos, não existe um relacionamento próximo entre estes jovens: cada um tem as suas rotinas e não se verificam muitos diálogos entre estes. Os jovens têm mais dois irmãos que se encontram em valência de CAT, sendo que durante a nossa presença na instituição foram poucos os momentos em que estes demonstraram preocupação ou interesse para com os irmãos. O Francisco e o Gonçalo demonstram interesse em relacionar-se com os familiares, nomeadamente com a mãe e uma tia, com quem falam regularmente através de chamadas telefónicas e realizam, também, visitas a casa com regularidade. No período de observação, foi visível que em alguns domingos os jovens iam almoçar com a tia ou com a mãe e regressavam ao final do dia. Quando abordamos o assunto da família, nomeadamente quando questionamos o jovem sobre as causas que impulsionaram a sua institucionalização, Gonçalo referiu:

Gonçalo: *“Apesar de tudo gosto da minha mãe!”*

(Excerto da nota de campo de 18/05/2015)

Durante a realização da investigação, o Rafael não mencionou a família nos seus discursos, pelo menos na nossa presença; no entanto, através dos seus comportamentos, compreendemos que queria estabelecer contacto com os familiares. Houve situações em que chegava da escola e perguntava aos funcionários se alguém tinha telefonado para ele, o que demonstra o seu interesse no relacionamento com os familiares. Este jovem tinha um irmão na valência de CAT, com quem demonstrava vontade de se relacionar (por exemplo, foi à festa de aniversário do irmão). Nos momentos finais da investigação, o irmão de Rafael foi transferido para o *Lar Esperança*, pois tinha atingido os 12 anos. Apesar de o Rafael ter dificuldade na expressão dos sentimentos,

verificámos que estava alegre com a chegada do irmão, já que procurava integrá-lo nas atividades que desenvolviam, nomeadamente atividades de lazer.

Também o João demonstra interesse em relacionar-se com a família, principalmente através da solicitação de autorização dos auxiliares para telefonar à sua mãe. Este jovem passou as férias de verão (cerca de 2 meses) em casa, com os familiares. Por fim, o Júnior apresenta também essa ambição. Tendo em conta que o seu comportamento era tido em consideração para efeitos de autorização de ida a casa, o Júnior procurava cumprir as regras e ter bom comportamento.

Assim, verificamos que a maioria dos jovens desejam manter um relacionamento próximo com os seus familiares, seja com os pais, irmãos, avós ou tios, apesar de muitos não o expressarem frequentemente. No entanto, verificamos que, no geral, encontram-se muito distantes das suas famílias, pois uns não estão autorizados a realizar visitas a casa e outros, por vontade própria, não querem mesmo relacionar-se com os familiares.

A presença no *Lar Esperança* permitiu também aferir os comportamentos dos profissionais face ao relacionamento dos jovens com os seus familiares, sendo possível verificar que os ajudantes de ação direta agem no sentido de promover o relacionamento dos jovens com os seus familiares, nomeadamente em momentos em que se efetuavam telefonemas entre os jovens e a família:

Rita: *“Então Inês não falas com a tua mãe? Pergunta se está tudo bem, o que é que ela tem feito, se a família está bem...”* (Incentivo dado pela funcionária perante o desinteresse da jovem em falar com a mãe)

(Excerto da nota de campo de 02/06/2015)

É visível, no discurso apresentado, que existe incentivo por parte dos profissionais para que os jovens mantenham uma relação próxima com os seus familiares. Embora durante a permanência na instituição não tenha sido possível observar nenhuma interação entre os profissionais e os familiares dos jovens para além dos telefonemas, procurámos compreender, junto destes profissionais, qual a sua perceção relativamente às famílias dos jovens. Nos diálogos estabelecidos, ficou sempre patente o respeito pelas mesmas que, de resto, é transmitido regulamente aos jovens através do estímulo dado para que estes se relacionem.

No que diz respeito às visitas dos familiares à instituição, estas ocorrem com pouca frequência, pelo que não nos foi possível assistir a nenhum desses momentos. Através dos relatos de alguns funcionários, percebemos que o Gonçalo e o Francisco são os jovens que recebem visitas com alguma regularidade, nomeadamente da tia. O Rafael também recebia visitas com alguma regularidade. Essas visitas obedecem a algumas normas ⁵⁷, pois é fundamental garantir a segurança e o bem-estar dos jovens, sendo que as mesmas devem ser agendadas previamente com a equipa técnica, nomeadamente com a técnica gestora do caso. As visitas ocorrem na sala de visitas, com a supervisão da *tita/tito* que se encontra de serviço.

“É permitida a receção de visitas, sempre que não existam circunstâncias que prejudiquem a estabilidade emocional da criança e jovem, ou que o coloquem em perigo, com vista ao seu saudável desenvolvimento e para minimizar os efeitos da institucionalização. (...) Há privacidade no sentido em que a visita é realizada dentro da sala de visitas, no entanto, a funcionária de serviço tem o cuidado de estar atenta e supervisionar a visita para salvaguardar o bem-estar do jovem.”

(Diretora Técnica, trabalha na instituição há 12 anos, licenciatura).

As pessoas que visitam os jovens não estão autorizadas a oferecer-lhes alimentos, bebidas ou guloseimas. No entanto, podem fornecer objetos pessoais ou até mesmo dinheiro, que deverá ser entregue, preferencialmente, à auxiliar de serviço, pois a instituição não se responsabiliza pelo desaparecimento dos mesmos. Embora possa estar aqui presente a preocupação com a preservação dos bens pessoais, não podemos deixar de notar uma atitude demasiado paternalista e até de uma certa desresponsabilização dos jovens.

É de referir que não é permitida a entrada de visitas que se encontrem sob o efeito de bebidas alcoólicas ou estupefacientes.

Tal como foi referido anteriormente, não nos foi possível assistir a nenhuma dessas visitas dos familiares à instituição, o que não nos permitiu aceder aos comportamentos e sentimentos demonstrados pelos jovens nesses momentos. Os diálogos estabelecidos com os funcionários permitiram compreender que alguns jovens anseiam por essas visitas e outros já não, existindo sentimentos diferenciados.

⁵⁷ Ver Anexo XVI - Regulamento das visitas aos jovens.

Através da análise do relacionamento estabelecido entre os jovens e os seus familiares, acreditamos que é essencial que se mantenham esses contactos, pois, de certa forma, amenizam os efeitos da rutura com o meio natural de vida. De acordo com o Manual de Boas Práticas, a instituição deverá permitir que os jovens acolhidos recebam visitas de familiares e amigos, uma vez que o grupo de pares apresenta-se como fundamental no processo de desenvolvimento dos jovens (Leandro *et al.*, 2005). No entanto, é essencial ter em conta as rotinas dos jovens e perceber se essas visitas não prejudicam o bem-estar dos mesmos (*idem*).

As relações de vinculação dentro e fora da instituição são essenciais na fase da adolescência, pois é o período em que os jovens constroem a sua identidade. De acordo com Schaffer (1996), a vinculação tem por função garantir a proteção e a segurança dos indivíduos. À medida que se processa o desenvolvimento cognitivo, o indivíduo vai experienciando diversas transformações, pelo que os relacionamentos de vinculação constroem-se gradualmente e traduzem-se em sentimentos de segurança, bem-estar e conforto (Guedeney & Guedeney, 2004). Explicitamos já como se processa o estabelecimento de relações dentro da instituição (entre os jovens e entre estes e os funcionários) e com a família, agente externo à vida institucional. Importa agora compreender a relação dos jovens com o grupo de pares externo e com outros membros da comunidade.

As relações estabelecidas entre jovens institucionalizados e o grupo de pares apresentam-se favoráveis ao desenvolvimento de competências sociais, na medida em que o envolvimento positivo na relação permite a expressão de emoções e ideias por parte dos jovens (Mota & Matos, 2010). Os colegas e os amigos do meio escolar são considerados o grupo de pares dos jovens do *Lar Esperança*, na medida em que o referenciam, frequentemente, nas atividades que realizam e nos diálogos que estabelecem:

Rafael: “*João, aquele meu amigo foi aos treinos de futsal para o desporto escolar e disse que é bué fixe! No próximo treino também vou inscrever-me!*”

João: “*Se ele diz que é fixe eu também vou... acho que todos os rapazes da turma dele vão ao desporto escolar...*”

(Excerto da nota de campo de 22/04/2015)

Pelo diálogo acima apresentado, é visível que, de facto, o grupo de pares exerce influência sobre os jovens, principalmente no que diz respeito aos gostos, atividades em que participam, peças de vestuário, entre outros aspetos. Apesar de os jovens identificarem os colegas da escola como sendo o grupo de pares, entre os jovens do *Lar Esperança* também existe influência em alguns aspetos, principalmente no que respeita à realização de tarefas domésticas:

Rita: *“O João é um jovem que nas tarefas domésticas, por exemplo, faz as coisas muito bem, fica tudo impecável... mas é muito influenciado pelos outros jovens... se um diz que ele não deve fazer então ele deixa de fazer... foi o que aconteceu com a confeção das suas refeições: um jovem disse-lhe para ele não cozinhar e ele deixou de cozinhar...”*

(Excerto da nota de campo de 06/05/2015)

Embora a dependência face ao grupo de pares seja evidente na fase de desenvolvimento em que se encontram os jovens da instituição, o Rafael, o Júnior e o João são aqueles que apresentam mais dependência face ao grupo de pares. Os diálogos estabelecidos entre estes jovens permitiram constatar que, de facto, o grupo de pares exerce grande influência sobre os mesmos, pois, algumas vezes, referiam desejar realizar determinadas atividades, justificando o seu interesse com exemplos de amigos que também as realizavam, ou, por outro lado, ambicionavam objetos ou peças de vestuário idênticas às dos colegas (por exemplo, um telemóvel, um *tablet*, entre outros).

Apesar de o grupo de pares estar no meio escolar, presenciámos momentos de amizade e confiança entre os jovens, principalmente entre a Ariana e a Inês que mantêm um relacionamento próximo, provavelmente por serem as únicas jovens do sexo feminino na instituição.

Relativamente às relações de vinculação, consideramos importante refletir, ainda, sobre o caso de Ariana. Esta jovem mantém uma relação significativa com uma professora, que, na verdade, é mãe de uma amiga sua. A família da amiga da Ariana leva-a para a sua casa em alguns fins de semana, e nas férias de verão a jovem teve a possibilidade de passar com eles um período em Lisboa. Pelos diálogos estabelecidos com a Ariana, a mesma demonstra um carinho especial por esta família, assim como também esta, por sua vez, revela afeto por Ariana. Neste caso, é uma relação de vinculação que, no entender da funcionária Rita:

Rita: “O contacto da Ariana com uma família estável ajuda muito, principalmente para perceber que nas famílias existem regras.”

(Excerto da nota de campo de 06/05/2015)

Deste modo, de toda a análise respeitante ao domínio do desenvolvimento emocional e comportamental, podemos concluir que, para além de promover o relacionamento com os familiares, o *Lar Esperança*, nomeadamente os profissionais, procuram promover o estabelecimento de relações significativas, o que favorece o desenvolvimento emocional e comportamental dos jovens. O sentimento de valorização e, principalmente, o carinho e afeto oferecido aos jovens é essencial na construção da sua personalidade, embora alguns jovens apresentem alguma resistência no que diz respeito à demonstração de afetos, sobretudo porque vidas marcadas por perdas e ruturas dão origem a mecanismos de defesa contra a dor e contra potenciais novas perdas. É de salientar que todo o ambiente proporcionado aos jovens permite aceder a um clima de segurança e bem-estar, na medida em que a boa disposição e um sorriso está presente no quotidiano da instituição.

7.5. A educação dos jovens: o interesse pela aprendizagem e o desenvolvimento de competências e habilidades

7.5.1. A relação dos jovens com a escola e com a aprendizagem

De um modo geral, podemos afirmar que os jovens do *Lar Esperança* apresentam interesse pela aprendizagem de novos conteúdos, quer seja no ambiente escolar, quer seja em momentos de lazer (por exemplo, atividades desportivas). Há, no entanto, três jovens que revelam uma relação negativa com a escola e com as aprendizagens proporcionadas no meio escolar. Tal como nas famílias, os jovens do *Lar Esperança* também possuem um encarregado de educação que, neste caso, é a técnica de serviço social. Compete-lhe obter informações acerca do percurso escolar dos jovens através da participação nas reuniões de encarregados de educação.

“Na valência de infância e juventude cada criança ou jovem tem a sua gestora, que também é a sua encarregada de educação. No caso do LIJ, é a mesma pessoa, como são apenas 12 jovens. É a Assistente Social, Dra. E., que acompanha o seu percurso escolar.” (Diretora Técnica, trabalha na instituição há 12 anos, licenciatura)

Para que os jovens alcancem o sucesso escolar, pudemos observar que as equipas técnica e educativa do *Lar Esperança* promovem as condições necessárias ao estudo. Em primeiro lugar, existe uma rotina estipulada para o estudo, de domingo a quinta-feira das 20h às 21h, durante o ano letivo. Nesse horário, os jovens deverão reunir-se na sala multimédia/de estudo, a fim de orientarem as suas tarefas escolares. Alguns estudam na referida sala, outros na sala de estar e outros preferem estudar sozinhos e fazem-no no seu quarto, para estarem em silêncio e obterem o máximo de concentração, como é o caso do Francisco, da Ariana, da Inês e do George. Também existem casos de jovens que estudam fora do horário estipulado, apresentando, assim, responsabilidade e interesse pela aprendizagem, bem como orgulho na obtenção de bons resultados (como é o caso da Ariana e do Francisco). À sexta-feira e ao sábado não existem momentos obrigatórios para o estudo, mas há jovens que o fazem por vontade própria. Nas férias, existe um dia na semana em que os jovens deverão dedicar-se ao estudo.

A responsabilidade pela supervisão e dinamização dos momentos de estudo dos jovens cabe aos ajudantes de ação direta. Cada jovem informa a equipa educativa presente no momento sobre as tarefas escolares que deve realizar, assim como dos resultados obtidos nas provas de avaliação. Quando não existem trabalhos ou fichas de avaliação, os ajudantes de ação direta atribuem uma ficha de trabalho⁵⁸ de acordo com o nível escolar do jovem e tendo em conta as matérias lecionadas na escola, bem como os assuntos em que este tenha maiores dificuldades.

Os comportamentos apresentados pelos jovens nos momentos de estudo são variados. Durante a observação, verificamos que existem 5 jovens que demonstram interesse e são autónomos e responsáveis quanto às tarefas escolares, enquanto que os outros, pelo contrário, revelam total desinteresse pela aprendizagem dos conteúdos lecionados na escola. Foram várias as situações em que os funcionários tinham de chamar a atenção dos jovens Rafael, Júnior e João, visto que estes nunca chegavam a horas à sala de estudo e alegavam não ter nada para estudar. Nesta situação, eram atribuídas fichas de trabalho de acordo com as regras acima indicadas. Assistimos, também, a algumas situações em que estes mesmos jovens realizavam as tarefas

⁵⁸ Na sala de estudo existem dossiers com fichas de trabalho alusivas às diversas disciplinas e de acordo com os diferentes níveis de escolaridade, para que os jovens possam estudar recorrendo a outros materiais para além dos fornecidos pela escola.

escolares de forma rápida para puderem ir passear nos espaços exteriores da instituição ou desenvolver alguma atividade de lazer do seu interesse.

Na maior parte das vezes, são os funcionários que recordam os jovens das suas rotinas em matéria de estudo. Excetuam-se os jovens Ariana, Gonçalo e Francisco que, autonomamente, estudam e realizam os trabalhos escolares sem que seja necessário relembrá-los e, inclusivamente, estudam em horários para além do que está estipulado para essa tarefa.

A entreajuda não é muito visível, apesar de em alguns momentos termos assistido a diálogos entre todos os jovens sobre matérias lecionadas nas aulas. Pelo que foi possível observar, consideramos que o mais frequente “é cada um por si”, apesar de termos presenciado alguns momentos de entreajuda, principalmente entre a Ariana, a Inês e o Gonçalo. É de destacar, no entanto, a atitude dos jovens para com o João (que tem um atraso cognitivo acentuado): a solidariedade é evidente na medida em que o ajudam a resolver fichas de trabalho elementares (por exemplo, sobre as profissões). Presenciamos poucas situações em que os jovens utilizassem palavras desagradáveis para com os colegas (por exemplo, chamar “burro”), assim como não se registaram situações de agressividade. No entanto, em conversa com uma das técnicas da instituição, percebemos que é frequente, no dia-a-dia, os jovens insultarem-se. Talvez a nossa presença no contexto, enquanto elemento estranho, tenha contribuído para uma adequação dos comportamentos ao que os jovens consideravam que esperaríamos deles.

A colocação de dúvidas é mais visível entre os jovens que apresentam interesse pelo estudo – Ariana, Inês, Gonçalo, George e Francisco – e dizem respeito, maioritariamente, à solicitação de explicações mais claras sobre os assuntos que se encontram a estudar no momento, de apoio ao estudo para as fichas de avaliação, sugestões para trabalhos ou apenas para esclarecer significados de algumas palavras. Ao longo da observação, perante a disponibilidade dos funcionários para auxiliar os jovens nos seus estudos, ouvimos muitas vezes:

Voluntária: *“Queres ajuda para estudar?”*

Rafael: *“Não. Se eu precisar chamo a senhora.”*

(Excerto da nota de campo de 21/05/2015)

Os jovens que manifestam desinteresse pelo estudo, como é o caso do Rafael, do João e do Júnior, resistem a receber a ajuda que lhes é oferecida. Como são poucos jovens, têm a mais-valia de poder usufruir de maior apoio quando necessitam, apesar de nem sempre o valorizarem.

Quanto ao estudo, devemos salientar o papel ativo dos ajudantes de ação direta que, apesar de não possuírem formação suficiente para atender à totalidade das necessidades educativas dos jovens, assumem uma postura ativa nestes momentos. No horário de estudo, a primeira questão que os funcionários procuram ver esclarecida é sobre a existência de trabalhos escolares a realizar, bem como de fichas de avaliação para as quais devam estudar. Seguidamente, cada jovem estuda, autonomamente, apesar de os funcionários passarem junto de cada um a fim de compreender se existem dúvidas ou dificuldades. Ao longo do estudo, os funcionários procuram esclarecer as dúvidas dos jovens, sendo que, quando não têm conhecimento, procuram em livros ou na *internet*. Também recorrem à estratégia de colocação de perguntas sobre as matérias para os auxiliar no estudo. Presenciamos vários momentos em que os funcionários, apoiando-se nos livros e apontamentos dos jovens, iam colocando questões sobre as diversas matérias. No entanto, apesar de prestarem apoio no estudo, consideramos que seria benéfica a presença dos profissionais da equipa técnica e também de voluntários ou até mesmo de estagiários com formação na área da educação, para assim puderem prestar um maior apoio aos jovens nos momentos de estudo. Salientamos, ainda, a situação do Francisco que frequenta o 11.º ano e usufrui de explicações de matemática fora da instituição, na casa de um professor que se disponibilizou e voluntariou para o efeito.

Pelo que nos foi possível observar, julgamos que, no geral, a instituição encontra-se apetrechada com variados materiais aos quais os jovens podem recorrer sempre que necessário. Assim, na sala de estudo, existem dois computadores com acesso à *internet*, livros escolares (nas áreas de filosofia, geografia, biologia, ciências, português, inglês, etc.), livros de leitura (aventura, ficção, etc.), enciclopédias (geografia, inglês, etc.), livros de conhecimento geral (tratamentos médicos alternativos, remédios caseiros, etc.), histórias para crianças, dicionários, entre outros. Tal como já referimos anteriormente, existem, também, dossiers com fichas de trabalho referentes aos diversos graus de ensino frequentados pelos jovens. Neste espaço de estudo,

encontram-se ainda afixadas algumas frases de incentivo⁵⁹, assim como *posters* com informações importantes, nomeadamente sobre a União Europeia (países que a constituem e outras informações), os continentes⁶⁰, as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)⁶¹ e as transformações ocorridas no corpo humano aquando do início da adolescência e a sexualidade.

A *internet* é o recurso mais utilizado pelos jovens quando necessitam de esclarecer alguma dúvida que surge durante o estudo, sendo que os livros e outros materiais presentes não são tão utilizados como a *internet*. No entanto, a Ariana, a Inês e o George, são os jovens que mais recorrerem aos livros presentes na sala de estudo, principalmente quando surgem dúvidas na realização das tarefas escolares ou quando necessitam de maior informação para as fichas de avaliação. Os restantes jovens ou utilizam a *internet* ou simplesmente não recorrem aos materiais de apoio disponíveis.

Neste seguimento, torna-se relevante refletir, também, sobre a ação dos profissionais face aos materiais de apoio existentes, ou seja, procuramos perceber se há incentivo para que os jovens façam uso desses materiais, ou se, pelo contrário, ignoram a sua presença. Nos momentos de estudo observados, verificamos que os funcionários aconselhavam os jovens a utilizarem os livros disponíveis, assim como as enciclopédias, para tirarem dúvidas e até mesmo para estudarem para as fichas de avaliação. Assistimos a situações em que os jovens solicitavam que os funcionários esclarecessem o significado de algumas palavras ou pediam as respostas para os trabalhos que estavam a realizar, sendo que estes incentivavam a utilização dos dicionários e livros, colaborando nessas tarefas de procura de informação. O apoio não se traduz, por isso, em resolver os problemas aos jovens, mas sim em estimular a procura e a descoberta.

Para além de todas estas medidas de apoio ao estudo que foram mencionadas, consideramos importante salientar os estímulos positivos oferecidos, face aos bons resultados escolares:

“Sim. São privilegiados nas férias de verão com saídas (já realizaram viagens fora da ilha) e são inscritos em várias atividades e é-lhes dada mais “liberdade” para saírem com os amigos (as) ou namorados (as).” (Diretora Técnica, trabalha na instituição há 12 anos, licenciatura)

⁵⁹ Ver Anexo XVII – Frase de incentivo afixada no computador.

⁶⁰ Ver Anexo XVIII – Cartaz alusivo aos continentes.

⁶¹ Ver Anexo XIX – Cartaz alusivo às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).

Os jovens que apresentem bons resultados, como é o caso da Ariana, do George, da Inês, do Francisco e do Gonçalo, podem escolher alguma das recompensas presentes na lista de recompensas elaborada pela equipa técnica: idas ao cinema, jantar fora (comer *pizza*), possibilidade de escolha da sobremesa ou de um pequeno-almoço diferente, ir passear ao *shopping*, etc.. Nos diálogos estabelecidos com os funcionários, percebemos que ao longo do ano os jovens vão somando pontos e, no final, recebem um prémio, que em anos anteriores era em dinheiro: por exemplo, se o 1.º prémio era de 100€, esse valor era dividido pelo melhor aluno do *Lar Esperança* e pelo melhor aluno do CAT (50€ para cada um). No seguimento destes prémios, a instituição também promoveu, anteriormente, uma viagem a Lisboa, como recompensa do sucesso e aproveitamento escolar.

Durante a investigação, procuramos perceber, junto da *diretora técnica*, se existiam problemas no meio escolar, sendo que a resposta foi no sentido da existência de situações de absentismo escolar e *bullying*. De acordo com Silva (2014), os indivíduos vítimas de maus-tratos e a quem é aplicada uma medida de acolhimento em instituição revelam maior probabilidade de apresentar baixo aproveitamento escolar. Na verdade, e embora não sejam apenas estes os fatores que explicam a relação menos positiva com a escola, no *Lar Esperança*, existem 3 jovens – o Rafael (que, como referimos antes, já tinha reprovado por faltas), o Júnior e o João – com problemas evidentes em termos de absentismo e insucesso escolar e que demonstram não ambicionar resultados escolares positivos.

A intervenção realizada no *Lar Esperança* relativamente ao insucesso escolar passa, sobretudo, pela aplicação de sanções negativas:

“Depende da motivação que o jovem manifestou ao longo do ano letivo, pois são traçados com cada jovem objetivos a atingir. Se foi um jovem que se esforçou e não conseguiu alcançar os objetivos ou se foi um jovem que apesar de ter grandes capacidades não se dedicou minimamente. Neste último caso, durante as férias de verão poderá não usufruir de algumas atividades lúdicas ou, consoante a idade, poderá ter tarefas extra, como por exemplo, ajudar o jardineiro.” (Diretora Técnica, trabalha na instituição há 12 anos, licenciatura)

Assim, não usufruir de divertimentos, como ver televisão, passear, ir ao computador, participar nas atividades desenvolvidas e nos treinos de futebol, não

utilizar a *playstation*, cozinhar as suas próprias refeições, realizar tarefas domésticas extra e ir para a cama mais cedo, são algumas das sanções aplicadas quando os jovens não apresentam aproveitamento escolar. Ainda que a aplicação destas sanções possa ser uma estratégia para demonstrar a importância do estudo, não é, em nosso entender, condição suficiente para inverter a desafeição pela escola. Uma análise mais aprofundada sobre a relação destes jovens com a aprendizagem é fundamental para a identificação clara das causas explicativas do insucesso e para pensar em estratégias alternativas de promoção do gosto pela aprendizagem.

Face aos resultados negativos obtidos, os jovens em questão revelam desinteresse e, no caso de Rafael, este também demonstra revolta, pois mesmo já tendo reprovado, tem de cumprir o horário de estudo e desenvolver tarefas escolares, que neste caso são fichas de trabalho atribuídas pelas *titas/tito*.

Rafael: “*A escola é uma seca... só é bom pelos amigos...*”

(Excerto da nota de campo de 21/05/2015)

Os jovens mais empenhados no estudo (Ariana, Inês, George, Gonçalo e Francisco), quando obtêm resultados menos bons, são os que demonstram maior preocupação e interesse em melhorar o seu desempenho. O modo como os profissionais lidam com este tipo de situação influencia, também, a forma como os próprios jovens encaram o insucesso escolar. Assim, observamos que os funcionários agem no sentido dos jovens alcançarem resultados positivos, pois procuram fornecer exemplos significativos (isto é, exemplificam com os outros jovens do *Lar Esperança* que possuem aproveitamento escolar e até mesmo outros jovens que já passaram pela instituição e conseguiram ingressar no ensino superior), para que, no fundo, os jovens ambicionem seguir o mesmo caminho e desenvolvam o interesse pela aprendizagem.

Relativamente às medidas adotadas perante as situações de insucesso escolar, pudemos verificar que, para além das sanções, os funcionários prestam maior apoio a estes jovens durante os momentos de estudo e demonstram maior atenção quanto às tarefas escolares e matérias que estes devem estudar, isto é, diariamente procuram compreender se existem trabalhos ou matérias que deverão estudar. No entanto, constatamos que há jovens que recusam essa ajuda. O Rafael, por exemplo, na maior parte das vezes em que os auxiliares tentavam aproximar-se para ajudá-lo a estudar, recusava essa ajuda e demonstrava desinteresse em melhorar os seus resultados. É, no

entanto, de salientar a preocupação demonstrada pelos funcionários, bem como o empenho e dedicação para procurar inverter os resultados menos positivos, nomeadamente através da procura de fichas de trabalho adequadas a cada jovem e da busca de informação nos materiais presentes na instituição (livros, enciclopédias, *internet*).

Assim, verificamos que a instituição sob análise adota um conjunto de medidas importantes para a promoção do sucesso escolar, como seja a existência de rotinas de estudo e de materiais de apoio diversificados, bem como o próprio auxílio prestado pelos ajudantes de ação direta nos momentos de estudo. Face a situações de insucesso escolar, é visível a preocupação demonstrada tanto pela equipa técnica, como pela equipa educativa, mas seria útil um diagnóstico mais aprofundado das causas da relação negativa que os jovens com percursos de insucesso têm com a escola. Tendo em consideração o papel que a própria escola pode desempenhar na reprodução das desigualdades sociais (Bourdieu, 1998 [1992]), um trabalho mais próximo do contexto escolar seria extremamente útil para potenciar as oportunidades e o gosto pela aprendizagem.

7.5.2. Desenvolvimento de competências e habilidades através de atividades lúdico-recreativas

O desenvolvimento do ser humano ocorre ao longo de toda a vida, passando por variadas fases e significando o adquirir de novas competências. Os jovens do *Lar Esperança* posicionam-se na fase da adolescência, que culmina no surgimento de diversas mudanças a nível fisiológico, mas igualmente na experimentação de variados papéis sociais (Veríssimo, 2002), daí esta fase do desenvolvimento constituir, também, o momento ideal para o desenvolvimento de competências e habilidades.

Neste sentido, a equipa técnica da instituição promove, durante todo o ano, atividades que contribuam para o contacto dos jovens com diferentes realidades e experiências. Pela nossa observação, e pelos discursos dos jovens, constatamos que, de facto, as atividades são muito variadas e permitem o contacto com o exterior da instituição.

Quando questionados acerca das atividades proporcionadas pela instituição, os jovens salientam sobretudo as desportivas (ver tabela 11). No entanto, podemos registar que, efetivamente, o leque é muito variado e garante a experimentação de atividades

muito diversificadas: desde a simples ida à praia, à caminhada, ao acampamento, aos passeios intergeracionais, ao passeio de *motards*, os jovens têm ao seu dispor oportunidades várias de contacto com outros elementos fora do contexto institucional. De resto, são também as atividades que os jovens referem mais gostar de realizar.

Tabela 11. Atividades promovidas pela instituição na ótica dos jovens

Ariana	Desporto (futebol, gincana); passeios intergeracionais; acampamentos; idas à praia e ao Aquaparque; passeio de <i>motards</i> ; caminhadas.
Inês	Acampamentos, praia, viagens...
George	Passeios intergeracionais, idas à praia, passeio de <i>motards</i> , caminhadas.
Rafael	Desporto (futebol, gincana), passeios intergeracionais, acampamentos, idas à praia e ao Aquaparque, passeio de <i>motards</i> , caminhadas, etc.
Júnior	Desporto (futebol, gincana); passeios intergeracionais; acampamento; idas à praia e ao Aquaparque; passeio de <i>motards</i> ; caminhadas.
Francisco	Atividades desportivas, idas à praia, acampamentos, caminhadas.
Gonçalo	Deporto, passeios, idas à praia, caminhadas.
João	Desporto, passeios, acampamentos, caminhadas, idas à praia e ao Aquaparque.

Fonte: Ficha de caracterização dos jovens.

Para além das mencionadas pelos jovens, a instituição promove ainda atividades relacionadas com as festividades ocorridas durante o ano, como por exemplo o Carnaval, a Páscoa, o Natal, o dia da mulher, o *Halloween*, o dia do ambiente, o dia da criança, o dia dos avós, os santos populares, o pão por deus, entre outros. São promovidas, também, atividades no interior e no exterior da instituição, no sentido de garantir a inserção dos jovens na comunidade envolvente. Exemplo disso são as atividades promovidas durante as festividades referentes ao aniversário da freguesia, em que existem jogos tradicionais e torneios de futebol, nos quais alguns jovens participam em conjunto com outros jovens pertencentes à comunidade envolvente. A instituição desenvolve, ainda, atividades a nível desportivo, tais como o torneio interinstitucional (*Lar Esperança* vs *CAT*), passeios nas levadas, gincana⁶² (intergeracional, entre os jovens, e entre estes e os funcionários da instituição), participação nos treinos de futebol

⁶² Gincana - Competição em que os participantes realizam provas que testam a sua destreza ou a sua perícia (dicionário da Língua Portuguesa). Pode envolver várias atividades, como por exemplo, a caça ao tesouro.

do clube desportivo do concelho, e promove, também, a participação das crianças e jovens nas atividades das férias desportivas⁶³ nas férias de verão.

O lazer também é uma das áreas contempladas nas atividades proporcionadas aos jovens, e do que pudemos observar, incluem idas à praia e ao Aquaparque, acampamentos, sessões de cinema na instituição, passeios, viagens (já realizaram viagens a Lisboa, Porto Santo e Bruxelas), visitas culturais (museus, grutas de São Vicente, etc.), idas ao *shopping*, idas ao cinema, entre outras. Para além das promovidas pela instituição, procuramos compreender junto dos jovens de que outras atividades não realizadas gostariam de usufruir:

Tabela 12. Atividades que os jovens gostariam de realizar

Ariana	Parapente; passeio no catamarã.
Inês	Festa das cores.
George	Parapente; vela; canoagem; aulas de <i>surf</i> ; paraquedismo; rapel; escalada; <i>windsurf</i> ; mergulho; ir à França.
Rafael	<i>“Gostava que mudassem as regras...Deixam andar à voltar do lar mas não deixam ir até ao parque que é perto...”</i> .
Júnior	<i>“Nada!”</i> .
Francisco	<i>“Gosto de tudo.”</i> .
Gonçalo	<i>“Eu acho que já fazem tudo o que é fixe.”</i> .
João	<i>“Não sei.”</i> .

Fonte: Ficha de caracterização dos jovens.

Verificamos que as respostas obtidas foram variadas: desde aqueles que gostam de tudo, àqueles que não sabem o que gostariam de usufruir de diferente. As atividades mencionadas pelos jovens como as que gostariam de realizar, consistem, essencialmente, em desportos radicais que, pelo seu custo, se tornam inviáveis para a instituição, tendo em conta os recursos de que dispõe. No entanto, foram referenciadas outras como a festa das cores, passeio de barco/catamarã e viagem a França.

O desenvolvimento de competências e habilidades passa não só pelas atividades promovidas pela instituição, mas também pelas que os jovens desenvolvem nos tempos livres:

⁶³ As férias desportivas, tal como o próprio nome indica, integram atividades no âmbito do desporto. São atividades promovidas a nível concelhio, por associações desportivas existentes no concelho em que se insere a instituição.

“Temos uma sala de convívio onde os jovens podem usufruir de máquinas de jogo de rallys e bubbles, também temos playstation, mesa de ping-pong e matraquilhos. Existe também uma mini biblioteca onde os jovens podem livremente consultar e ler livros. E temos também na sala de estar TV com cabo e DVD's. Podem usufruir do polidesportivo para jogar futebol, voleibol ou basket ou outros...”
(Diretora Técnica, trabalha na instituição há 12 anos, licenciatura)

Constatamos que são diversas as formas como os jovens ocupam os seus tempos livres: ouvir música, praticar desporto (principalmente futebol), ver televisão (séries, filmes, programas de entretenimento), ler, ir ao computador, passear, dançar, realizar voluntariado no CAT, ir ao cinema, ir à praia, realizar atividades de expressão plástica (por exemplo, observamos a Inês a raspar sabonetes para fazer frasquinhos de cheiro com o intuito de os colocar nas casas de banho da instituição), desenhar, etc. No fundo, aquilo que os jovens fazem no sentido de ocupar os seus tempos livres são atividades do seu interesse e, em alguns casos, são atividades no sentido do desenvolvimento das suas habilidades.

O esforço conjunto da equipa técnica e educativa tendo em vista a superação das dificuldades e do desenvolvimento de competências é visível, apesar de considerarmos que o desejo de adquirir determinadas competências e habilidades tem de partir, também, dos próprios jovens. Ao longo da observação, verificamos que alguns jovens demonstram essa ambição de desenvolver certas habilidades. Por exemplo, o Júnior e o João dedicavam-se ao desenho com alguma regularidade, num espaço em que pudessem estar sozinhos, geralmente na sala de estar ou na sala multimédia. O George e a irmã, a Inês, por vezes solicitavam, junto dos funcionários, materiais como aguarelas e guaches para desenvolver trabalhos manuais. Embora demonstrasse interesse neste tipo de atividade, a Inês encontrava no voluntariado no CAT e no contacto com as crianças a sua atividade de eleição. Eram frequentes as vezes em que solicitava autorização para desenvolver atividades com as crianças, como por exemplo, contar histórias.

Também o Rafael, o João e o Francisco apresentam interesse em desenvolver as suas habilidades no futebol. Foi possível observar algumas vezes estes jovens a jogarem jogos de futebol em plataformas *online*, a assistir jogos de futebol emitidos na televisão, e até mesmo a realizarem pesquisas sobre táticas e jogadores de futebol. Nos tempos livres, conversavam entre si sobre os treinos de futebol e partilhavam “dicas” de modo a melhorarem o seu desempenho neste domínio, revelando, assim, interesse pelo

desenvolvimento das suas habilidades. O Gonçalo, por outro lado, revelava gosto pela culinária, especialmente por confeccionar bolos e sobremesas, pelo que, nos tempos livres, dedicava-se a fazer pesquisas a fim de encontrar novas receitas.

Através do trabalho realizado com os jovens, pudemos constatar que têm vontade em desenvolver atividades do seu interesse, assim como aperfeiçoar habilidades. No entanto, para além do interesse demonstrado pelos jovens, é essencial que o incentivo por parte das pessoas que os rodeiam se faça sentir.

Leonor e Ana: “*Estão muito bonitos... continuem a desenhar.*” (incentivo das funcionárias quando o João e o Júnior mostravam os desenhos que tinham elaborado)

(Excerto da nota de campo de 01/06/2015)

Durante a realização do trabalho de campo, foi visível, em diversos momentos, e como no exemplo apresentado, o incentivo dado aos jovens, tanto pela equipa educativa como pela equipa técnica, para a realização das atividades. Também o estímulo ao trabalho em equipa era evidente para que os jovens possam desenvolver as suas competências sociais. Neste âmbito, é de salientar ainda que os jovens têm a possibilidade de convidar amigos para realizarem alguma atividade nos seus tempos livres ou até mesmo para participarem nos seus aniversários, ainda que não tenhamos presenciado nenhuma situação dessas. Os próprios funcionários podem levar os jovens para passear ou para a sua casa, mediante subscrição de um termo de responsabilidade.

No âmbito do desenvolvimento de competências e habilidades, julgamos essencial refletir sobre o facto de a instituição promover experiências em contexto real de trabalho. No verão de 2015, a instituição estabeleceu uma parceria com um hotel no Funchal, permitindo aos jovens a realização de um estágio, não remunerado, durante os meses de verão (julho e agosto). Os jovens envolvidos (Inês e Francisco) desempenharam funções na área da restauração, cumprindo um horário laboral (8h-17h). Este tipo de experiência torna-se essencial para que os jovens adquiram competências e compreendam as implicações do desempenhar de uma profissão.

Podemos, assim, concluir que o *Lar Esperança* promove o desenvolvimento de competências e habilidades, proporcionando aos jovens uma vasta variedade de atividades e experiências, fundamentais para o crescimento e para o desenvolvimento integral.

Em síntese, do que ficou exposto neste capítulo, concluímos que o Lar *Esperança* oferece, de um modo geral, condições saudáveis de desenvolvimento. Para além de procurar promover a autonomização nos jovens e a aprendizagem de elementos essenciais à vida, a instituição oferece variadas experiências, sejam elas de lazer ou de trabalho em contexto real. As rotinas e as relações de vinculação estabelecidas entre os profissionais e os jovens permitem promover um ambiente o mais próximo possível ao de uma família, no sentido de alcançar a eliminação do risco e do perigo a que os jovens estavam expostos anteriormente.

Considerações finais

As situações de risco e perigo na infância, como vimos ao longo deste trabalho, são originadas por diversas situações, que culminam em ações que colocam em risco e perigo as crianças/jovens, como é o caso dos maus-tratos, da negligência, do abandono, da exposição a comportamentos desviantes, entre outros. Se é verdade que as transformações ocorridas ao longo dos tempos nas estruturas familiares contribuíram, em grande escala, para a melhoria das condições de vida e para um lugar mais central da criança que passou a ser alvo de cuidados cada vez mais específicos e especializados, não podemos deixar de realçar, igualmente, que se assistiu ao surgimento de novas formas de risco e perigo às quais os poderes públicos passaram a estar mais atentos. A produção de legislação específica neste domínio é reveladora desta maior atenção.

As medidas de promoção e proteção existentes contemplam a intervenção no meio natural de vida, isto é, na família, o que, para muitos autores e profissionais, seria o mais adequado. No entanto, nem sempre as condições de vida das famílias são as mais adequadas para se conseguir, no curto prazo, eliminar o risco e o perigo, pelo que se torna necessário recorrer à medida de acolhimento em instituição, o que se traduz na retirada das crianças/jovens do meio familiar. Assim, importa saber em que medida a institucionalização constitui, efetivamente, uma medida de proteção do risco e do perigo, proporcionando às crianças e jovens um ambiente seguro, protetor e dotado de afeto, contribuindo para a promoção do desenvolvimento integral e da conquista progressiva da autonomia. Foi a esta questão que procurámos dar resposta através do estudo de caso desenvolvido. Não era objetivo da investigação generalizar, mas sim identificar, a partir de um caso concreto, possíveis boas práticas que possam constituir exemplos a seguir noutros contextos e, igualmente, aquelas que carecem de uma reflexão mais aprofundada no sentido da melhoria. A observação participante revelou-se, por isso, um importante instrumento, pois permitiu aceder aos comportamentos naturais dos jovens e também dos profissionais afetos à instituição.

A promoção da autonomia e do desenvolvimento integral dos jovens em contexto de instituição passa, como vimos, pela existência de um conjunto de condições relacionadas com o contexto físico, normativo e afetivo/relacional da instituição. Como tivemos oportunidade de demonstrar, o *Lar Esperança* tem uma dimensão bastante reduzida, acolhendo no máximo doze crianças/jovens, o que permite, desde logo, um

contacto mais aproximado entre profissionais e jovens, contribuindo para que a intervenção ocorra de forma mais individualizada e mais centrada nas especificidades de cada um. Para além disso, a estabilidade do corpo de profissionais (quer da equipa técnica, quer da equipa de auxiliares) permite a construção de um projeto mais coerente e consistente. O estabelecimento claro dos papéis de cada elemento da instituição, bem como das normas de funcionamento, cria um ambiente mais estável e propício ao crescimento, não obstante as consequências menos positivas que a institucionalização tem.

Com efeito, o modo como a instituição está organizada procura, de algum modo, contrariar o risco de perda de identidade das crianças e dos jovens. Assim, e embora o espaço privado, neste caso o quarto, tenha que ser partilhado (no máximo por dois jovens), há total liberdade para decorá-lo de modo mais personalizado. Para além disso, cada jovem tem os seus bens pessoais próprios, como roupa, calçado e bens de higiene.

Por outro lado, uma dimensão mais reduzida permite, igualmente, dispor de recursos para a promoção de atividades diversificadas, quer no contexto da instituição, quer no seu exterior, aproveitando as oportunidades disponibilizadas pela comunidade. Não é, por isso, uma instituição inteiramente totalitária de acordo com a conceção de Goffman (1961). As rotinas dos jovens do *Lar Esperança* revelam ser idênticas às vivenciadas numa família: frequentam uma escola no exterior da instituição; possuem horários de deitar, levantar, de estudo, de lazer, de realização de tarefas domésticas. A existência de regras bem definidas e ajustadas à fase de desenvolvimento em que os jovens se encontram é, ainda, um importante fator para proporcionar segurança e estabilidade em vidas marcadas pela rutura e por perdas. Salientamos, porém, a necessidade de maior participação dos jovens no estabelecimento das regras e na reflexão conjunta sobre as consequências do desrespeito pelas mesmas.

A aprendizagem dos valores é outro domínio trabalhado na intervenção realizada com os jovens, em atividades simples do dia-a-dia, como por exemplo, em relação aos idosos presentes na instituição (os jovens ajudam-nos a comer, levam-nos a passear nos espaços exteriores da instituição, realizam atividades lúdicas em conjunto, etc.), com quem revelam solidariedade.

Por outro lado, a promoção da autonomia é uma preocupação visível dos profissionais, promovendo, então, diversas atividades nesse domínio (ir sozinhos a consultas médicas de rotina, ir ao supermercado, cozinhar as suas refeições, realizar tarefas domésticas relacionadas com a higiene dos espaços e das peças de vestuário,

etc.). O incentivo a que os jovens resolvam situações-problema no seu dia-a-dia é, no entanto, sempre acompanhado de perto pelos profissionais da instituição, que revelam a sua preocupação com o cotidiano através do constante diálogo e partilha com os jovens.

A importância dada ao estudo e ao investimento no percurso escolar é outra dimensão que merece destaque, ainda que, em nosso entender, careça de um trabalho mais aprofundado junto da escola, de modo a evitar cair em visões individualistas que remetem exclusivamente para a criança/jovem a responsabilidade do sucesso.

O estabelecimento de relações significativas e, quiçá, de vinculação na instituição é observável nas interações realizadas entre os jovens e entre estes e os profissionais. Sendo a afetividade um fator importante no desenvolvimento humano, o *Lar Esperança* procura criar as condições para que esses relacionamentos se estabeleçam. O projeto “madrinha da instituição” é um exemplo do investimento que a instituição procura fazer na criação de laços com significado. Cada jovem é afilhado de um(a) ajudante de ação direta, podendo assim contar com uma pessoa de referência e de confiança na instituição, a quem pode recorrer sempre que sinta necessidade de apoio nos mais diversos assuntos. A preocupação em manter os irmãos reunidos é também evidente no *Lar Esperança*, não só porque tem situações de irmãos a lá residirem, mas também porque estimula as visitas e os momentos de reunião (por exemplo, permitindo que irmãos dos jovens institucionalizados passem o fim de semana na instituição). Nas situações em que há autorização do Tribunal, as crianças podem receber também visitas de familiares e ir passar os fins de semana e as férias a casa. O desafio que se coloca, nestes casos, é o da manutenção das (re)aprendizagens feitas no quadro institucional.

Sem dúvida que um domínio no qual nos parece ser necessário intervir de modo mais sistemático, sobretudo para potenciar o retorno ao meio de vida natural em condições favoráveis ao desenvolvimento e ao crescimento, é o alargamento da possibilidade de as instituições intervirem junto das famílias, no sentido de capacitá-las quer ao nível das competências parentais, quer ao nível das condições de vida. No fundo, a construção do projeto de vida das crianças/jovens institucionalizadas ocorre no sentido da autonomização e da capacitação dos mesmos para uma vida autónoma, mas, no entanto, esquecemo-nos de que a intervenção também poderia ocorrer no seio familiar de modo a concretizar o projeto de vida das crianças/jovens no meio natural de vida, daí a sugestão de análise futura.

Consideramos, assim, que no caso do *Lar Esperança*, a medida de acolhimento em instituição contribui para eliminar e/ou atenuar o risco e o perigo nos jovens aí institucionalizados, confirmando, assim, as hipóteses definidas.

O estudo de caso realizado teve como base de análise apenas uma instituição, pelo que os resultados apresentados não podem ser generalizáveis a outras realidades institucionais. Daí sugerirmos que, em investigações futuras, se realize o mesmo tipo de estudo em outras instituições de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco, de maior dimensão, para, assim, possibilitar um conhecimento mais aprofundado desta realidade.

Por outro lado, alguns constrangimentos associados ao acesso à informação sobre os jovens limitaram a possibilidade de análise mais aprofundada das histórias de vida. Na verdade, nas conversas desenvolvidas com os jovens foi claramente perceptível a dificuldade de abordagem das causas da institucionalização e da relação com a família, na medida em que são assuntos que causam profundo sofrimento e dor. Um tempo de permanência mais alargado na instituição poderia ter sido benéfico para a criação de uma relação de maior confiança. Para além disso, a presença de uma pessoa estranha ao quotidiano da instituição poderá ter influenciado os comportamentos dos jovens, isto é, consideramos que, na nossa presença, os jovens continham certos comportamentos (por exemplo, chamarem nomes feios uns aos outros). Acresce que o facto de os jovens estarem integrados nas atividades do desporto escolar, no início da investigação, também dificultou a observação das interações. No entanto, com o decorrer da investigação, surgiram múltiplas oportunidades para a observação das interações.

Conscientes das consequências menos positivas que o processo de acolhimento em instituição pode ter sobre as crianças/jovens, parece-nos que, quando a permanência em meio natural de vida não se revela possível no curto prazo, aquela poderá ser uma solução, desde que se garanta um conjunto de fatores imprescindíveis para a promoção do desenvolvimento: uma instituição de pequena dimensão, com um carácter mais familiar, uma equipa de profissionais com competências técnicas e relacionais, um modelo de funcionamento assente em regras partilhadas e significativas, um trabalho de intervenção junto das famílias e a construção participada de projetos de vida, são, em nosso entender, elementos básicos para que uma casa de acolhimento possa, efetivamente, ser uma *Esperança* na vida destas crianças e jovens.

Referências Bibliográficas

- Aboim, S. (2003). Evolução das estruturas domésticas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, p. 13-30.
- Aboim, S., & Wall, K. (2002). Tipos de família em Portugal: interações, valores, contextos. *Análise Social, Vol. XXXVII*, p. 475-506.
- Alarcão, M. (2006). *(Des)Equilíbrios Familiares* (3ª ed.). Coimbra: Quarteto.
- Almeida, J. F. d. (1995). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Ariès, P. (1975). *História Social da Criança e da Família* (3ª ed.). Paris: POINTS.
- Arnett, J. J. (2007). "Socialization in Emerging Adulthood - From the Family to the Wider World, from Socialization to Self-Socialization". In J. E. Grusec & P. D. Hastings (Eds.), *Handbook of Socialization: Theory and Research*. New York: The Guilford Press.
- Bardin, L. (2013). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (2010). *A construção social da realidade: Um livro sobre a Sociologia do Conhecimento*. Lisboa: Dinalivro.
- Bourdieu, P. (1998 [1992]). Os excluídos do interior. In M. A. Nogueira & C. Afrânio (orgs.), *Escritos de Educação*, p. 219-227. Petrópolis: Editora Vozes.
- Bourdieu, P. (2007). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- Bourdieu, P. (2009). *O senso prático*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Bowlby, J. (2005). *The making and breaking of affectional bonds - With a new introduction by Richard Bowlby*. London and New York: Routledge Classics.
- C.N.P.C.J.R. (2014). *Relatório Anual de avaliação da atividade das CPCJ no ano 2013*. Lisboa.
- C.N.P.C.J.R. (2015). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ no ano 2014*. Lisboa.
- C.N.P.C.J.R. (n. d.). *A criança em risco - Conceito de Risco/Perigo*. [em linha] Consultado a 02/10/2015. Disponível em <http://www.cnpcjr.pt/left.asp?13.02>
- Caeiro, A. L. (2013). *A importância dos Afetos e da Socialização numa Criança Institucionalizada: Maria Flor - Um estudo de caso*. Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Tese de Mestrado.
- Delgado, P. (2006). *Os Direitos das Crianças: Da participação à Responsabilidade - O sistema de protecção das crianças e jovens*. Porto: Profedições.

- Dias, M. O. (2011). Um olhar sobre a família na perspectiva sistémica - O processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e Desenvolvimento*, 19, p. 139-156.
- Eccles, J. S. (2007). Families, Schools, and Developing Achievement-Related Motivations and Engagement. In J. E. Grusec & P. D. Hastings (Eds.), *Handbook of Socialization: Theory and Research* (p.665-691). New York: The Guildford Press.
- Farromba, M. L. O. P. (2013). *Relações de vinculação e sucesso escolar em jovens institucionalizados - Um desafio aos seus cuidadores*. Castelo Branco: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Tese de Mestrado.
- Ferreira, J. M. L. (2011). *Serviço Social e Modelos de Bem-Estar para a infância - Modus Operandi do Assistente Social na Promoção e Protecção à Criança e à Família*. Lisboa: Quid Juris.
- Fleming, M. (1997). *Adolescência e Autonomia - O Desenvolvimento Psicológico e a Relação com os Pais* (2ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.
- Gaulejac, V.; Leonetti, I. T. (2007). *La Lutte des Places*. Paris: Desclée de Brouwer.
- Giddens, A. (2004). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gleitman, H., Frilund, A. J., & Reisberg, D. (2003). *Psicologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Goffman, E. (1961). *Manicómios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Gomes, J. V. (1994). Socialização Primária: Tarefa Familiar?. *Caderno de Pesquisa*, p. 54-61. [em linha] Disponível em <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/747.pdf>
- Greenwood, E. (1965). Métodos de investigação empírica em Sociologia. *Análise Social*, vol. 3 (11), p. 313-345.
- Grusec, J. E., & Davidov, M. (2010). Integrating Different Perspectives on Socialization Theory and Research: A Domain-Specific Approach. *Child Development*, Vol. 81 (3), p. 687-709.
- Guedeney, N., & Guedeney, A. (2004). *Vinculação: Conceitos e Aplicações*. Lisboa: CLIMEPSI.
- Hita, M. G. (2005). A família em Parsons: Pontos, contrapontos e modelos alternativos. *Revista Antropológicas*, Vol. 16(1), p. 109-148. [em linha] Disponível em

- I.S.S. (2006). *Respostas Sociais - Nomenclaturas/conceitos*. Lisboa: Direção Geral da Segurança Social da Família e da Criança.
- I.S.S. (2015). *CASA 2014 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa.
- Lahire, B. (2005). Patrimónios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 49, p. 11-42.
- Leandro, A. et al. (2005). *Manual de Boas Práticas. Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens. Para dirigentes, profissionais, crianças, jovens e familiares*. Lisboa: I.S.S.
- Macedo, C.; Nunes, C.; Costa, D.; Nunes, L. A., & Lemos, I. (2013). Apoio social, acontecimentos stressantes, adaptabilidade e coesão em famílias em risco psicossocial. *Psicologia, Saúde & Doenças*, vol. 14(2), p. 304-312. [em linha] Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862013000200007
- Marques, E. M., & Queiroz, M. C. (2014). *A Teoria do Habitus para a Prática do Serviço Social: Uma experiência de investigação-ação ao serviço da inclusão*. Porto: Edições Afrontamento.
- Maslow, A. (1943). A theory of human motivation. *Psychological Review*, nº 50, p. 370-396.
- Mintzberg, H. (1979). *Estrutura e Dinâmica das Organizações*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Morgado, A. M., Dias, M. d. L. V., & Paixão, M. P. (2013). "O desenvolvimento da socialização e o papel da família". *Análise Psicológica*, Vol. XXXI, p. 129-144.
- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação. *Psicologia & Sociedade*, 20 (3), p. 367-377.
- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2010). Adolescentes Institucionalizados: o papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autoconceito. *Análise Psicológica*, Vol. XXVIII, p. 245-254.
- Oliveira, P. (2013). *Comissão de Protecção de Crianças e Jovens: Perceção sobre a sua organização e sobre a prática profissional dos técnicos*. Porto: Instituto Superior de Serviço Social do Porto. Tese de Mestrado.

- Oliveira, R., & Siqueira, J. (2004). Autonomia e Vulnerabilidade na Vida dos Adolescentes. *Revista da Faculdade de Ciências Médicas Sorocaba Vol. 6(2)* p. 57-61.
- Oriente, I., & Sousa, S. M. G. (2005). O Significado do Abandono para Crianças Institucionalizadas. *Psicologia em Revista, V. (11)*, p. 24-26.
- Paiva, W. S. M. (2012). *Institucionalização e infância: Vivências e representações das crianças*. Braga: Universidade do Minho. Tese de Mestrado.
- Patterson, C. J., & Hastings, P. D. (2007). Socialization in the Context of Family Diversity. In J. E. Grusec & P. D. Hastings (Eds.), *Handbook of socialization: Theory and Research* (p. 328-351) New York: The Guilford Press.
- Pesce, R. P., Assis, S. G., Santos, N., Oliveira, R. V. C., & Cruz, F. O. (2004). Risco e Proteção: Em Busca de Um Equilíbrio Promotor de Resiliência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol. 20(2)*, p. 135-143.
- Ramião, T. d. A. (2006). *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo - anotada e comentada*. Lisboa: Quid Juris.
- Raymond, M. T. (1996). Reflexões sobre o acompanhamento em instituições de adolescentes difíceis. *Revista Infância e Juventude, 2*, p. 21-140.
- Reichert, C. B., & Wagner, A. (2007). Autonomia na Adolescência e sua relação com os estilos parentais. *PSICO, Vol. 38(3)*, p. 292-299.
- Saraceno, C., & Naldini, M. (2003). *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Schaffer, H. R. (1996). *Desenvolvimento Social da Criança*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Schutt, R. K. (2001). *Investigating the social world. The process and practice of research*. Oaks California: Pine Forge Press.
- Segalen, M. (1999). *Sociologia da Família*. Lisboa: Terramar.
- Silva, A. P. d. C. B. C. (2014). *Rendimento Académico em Crianças e Jovens Institucionalizados*. Braga: Universidade do Minho. Tese de Mestrado.
- Sousa, C. A. (2013). *Um lar, uma família: a voz das instituições que acolhem crianças e jovens*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Mestrado.
- Strecht, P. (2000). *Crescer Vazio - Repercussões Psíquicas do Abandono, Negligência e Maus-Tratos em Crianças e Adolescentes* (3ª ed.). Lisboa: Assírio & Alvim.
- Strecht, P. (2001). *Preciso de ti - Perturbações Psicossociais em Crianças e Adolescentes* (3ª ed.). Lisboa: Assírio & Alvim.
- UNICEF. (1990). *A Convenção sobre os Direitos da Criança*.

- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In J. M. Pinto & A. S. Silva (orgs.), *As Metodologias das Ciências Sociais* (101-120). Porto: Afrontamento.
- Veríssimo, R. (2002). *Desenvolvimento psicossocial* (Erik Erikson). Porto: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. [em linha] Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9133/2/76586.pdf>
- Vyvey, E., Roose, R., Wilde, L. D., & Roets, G. (2014). Dealing with Risk in child and Family social Work: From an anxious to a Reflexive Professional?. *Social Sciences*, 3(4), p. 758-770. [em linha] Disponível em www.mdpi.com/hournal/socsci
- Wacquant, L. (2007). Esclarecer o Habitus. *Educação e Linguagem*, 16, p. 63-71.
- Wall, K., & Lobo, C. (1999). Famílias monoparentais em Portugal. *Análise Social*, v. XXXIV, p. 123-145. Retrieved from <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218798759Z2nPW8zm0Lh75WI5.pdf>
- White, J. M., & Klein, D. M. (2007). *Family Theories* (3ª ed.). Los Angeles: Sage Publications.

Legislação

Lei nº 147/99, de 1 de setembro, na redação conferida pela lei nº 142/2015, de 8 de setembro

Webgrafia

www.lardatabua.pt

www.pordata.pt

ANEXOS

Anexo I (A). Grelha de observação I: Instituição

DIMENSÕES	INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<p>ALIMENTAÇÃO</p>	<p>1. Definição das ementas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apurar quem são os responsáveis pela definição das ementas semanais ou mensais (diretora técnica, funcionárias da cozinha, nutricionista, psicóloga, assistente social, outros). - Tipo de alimentação que é oferecida aos jovens (cuidados com possíveis intolerâncias alimentares e necessidades nutricionais de cada jovem). - Negligência ao nível da alimentação (a instituição oferece pouca comida a cada jovem deixando-os à fome; não permitem que os jovens comam quando têm fome, sendo apenas permitido nos horários estipulados para as refeições). - Quem é responsável pela confeção das refeições (tipo de habilitação, cuidados tidos aquando da confeção de todas as refeições). <p>2. Refeições:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Horários estipulados para a realização das refeições (são horários rígidos ou existe flexibilidade consoante os interesses dos jovens). - Pessoas presentes nas refeições (os jovens fazem as refeições sozinhos ou os profissionais encontram-se presentes; os familiares têm possibilidade de realizar as refeições com os filhos/netos/irmãos). - Comportamentos demonstrados pelos jovens entre si e dos jovens para com os funcionários durante as refeições (brincam com a comida, proferem comentários negativos face à alimentação oferecida, não cumprem com as ordens dadas pelos profissionais). - Diálogos estabelecidos durante as refeições (assuntos sobre os quais os jovens conversam; participação dos profissionais nesses diálogos). <p>3. Autonomia:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade dos jovens confeccionarem as suas próprias refeições (frequência e situações em que ocorre). 	

DIMENSÕES	INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<p style="text-align: center;">EXERCÍCIO FÍSICO</p>	<p>1. Promoção da atividade física:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Frequência com que são realizadas atividades de exercício físico (diariamente, semanalmente, mensalmente). - Atividades realizadas (desportos com bola, ginástica, dança, caminhadas). - Responsáveis pela promoção das atividades físicas (voluntários, entidades desportivas parceiras da instituição, animador sociocultural). <p>2. Parcerias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade da instituição para a concretização de parcerias com organizações da comunidade (clubes de futebol, ginásios, associações desportivas, etc.) 	
<p style="text-align: center;">ACONSELHAMENTO</p>	<p>1. Sessões de esclarecimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade e oportunidade para esclarecer os jovens em assuntos como a educação sexual e/ou substâncias aditivas (ações de esclarecimento realizadas na instituição ou no centro de saúde local acerca das causas e efeitos da adoção de comportamentos de risco). - Responsáveis pela dinamização dessas ações (médicos, enfermeiros, técnicos da instituição, ajudantes de ação direta). - Participação ativa dos jovens (colocação de dúvidas, interesse nas ações de modo a obter mais informações, total desinteresse). 	

DIMENSÕES	INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<p align="center">CUIDADOS DE SAÚDE</p>	<p>1. Serviços existentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existência de serviços médicos e de enfermagem na instituição (presença de um médico semanalmente para consultar os jovens ou recorrem ao médico apenas quando existe alguma situação de doença; serviço de enfermagem permanente ou apenas durante o dia; recurso aos serviços de saúde da comunidade – centro de saúde e hospitais). - Responsável pelo acompanhamento dos jovens às consultas de rotina. - Frequência com que os jovens usufruem de cuidados de saúde (consultas, plano de vacinação, entre outras ações necessárias). <p>2. Situações de doença:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cuidados oferecidos pela instituição e profissionais ao jovem doente (levam-no ao médico, administram medicação para aliviar o problema ou, por outro lado, ignoram os sintomas e deixam o jovem sem cuidados de saúde). 	
<p align="center">OUTROS DADOS A RECOLHER</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção do contacto dos jovens da instituição com outros jovens fora do contexto institucional (forma como decorre esse contacto; livre iniciativa dos jovens ou necessidade de autorização prévia). - Possibilidade de os jovens receberem visitas de amigos/colegas de escola (normas que regulam essas visitas). 	

Anexo I (B). Grelha de observação II: Jovens (individualmente e entre si)

DIMENSÕES	INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<p>EDUCAÇÃO</p>	<p>1. Problemas comportamentais na escola: - Tipo de problemas existentes no seio escolar (comportamentos agressivos, desatenção nas aulas, insucesso escolar, etc.).</p> <p>2. Momentos de estudo: - Comportamentos dos jovens (manifestam interesse ou desinteresse pelo estudo; mantêm comportamentos e atitudes de desrespeito e de agressão; revelam entreajuda para com os colegas ou é cada um por si; tomam iniciativa para estudar; colocam dúvidas sobre o que estão a fazer; recostam-se na cadeira e não querem estudar).</p> <p>3. Materiais de apoio: - Utilização dos materiais de apoio existentes na instituição (valorização ou desconsideração; recorrem aos materiais por iniciativa própria ou apenas por encorajamento dos profissionais). - Frequência com que os jovens recorrem a esses materiais (utilização frequente ou apenas em situações de dúvidas).</p> <p>4. Habilidades e interesses: - Manifestação do interesse em desenvolver as suas habilidades (através de pedidos para executar diferentes atividades; demonstração de capacidade de autonomia para cultivar os seus gostos e interesses). - Desenvolvimento de atividades de interesse próprio, no sentido de melhorar a capacidade de desempenhar as suas habilidades (por exemplo, jardinagem – interesse por ajudar na organização e limpeza dos jardins da instituição).</p>	

DIMENSÕES	INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<p style="text-align: center;">EDUCAÇÃO (cont.)</p>	<p>5. Grupo de pares:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Importância que os jovens atribuem ao grupo de pares (demonstram uma certa dependência face ao grupo – no sentido em que não fazem nada autonomamente sem dar conhecimento ao grupo). - Pessoas que os jovens reconhecem como o grupo de pares (os amigos são os que estão na instituição ou os de fora). <p>6. Insucesso escolar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tipo de comportamentos demonstrados pelos jovens (revolta, tristeza, indiferença, sentido de responsabilidade, interesse em melhorar o seu desempenho). - Demonstração de interesse em melhorar os resultados obtidos (empenho e dedicação no estudo, solicita ajuda aos profissionais para estudar as matérias em que tem mais dificuldade). <p>7. Ocupação dos tempos livres:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Como é que os jovens ocupam os tempos livres (ler, ver televisão, ouvir música, jogar futebol...). - Dentro das atividades que a instituição oferece o que é que os jovens gostam e o que é que não gostam; que atividades gostariam que a instituição oferecesse. 	

DIMENSÕES	INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<p style="text-align: center;">DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL E COMPORTAMENTAL</p>	<p>1. Família biológica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sentimentos demonstrados pelos jovens em relação à família (dialogam sobre a família e momentos importantes da vida familiar; nas atividades que desempenham fazem referência à família, por exemplo, em desenhos, composições; referenciam as tradições e a cultura familiar, nomeadamente gostos musicais, alimentação, férias, entre outros aspetos). - Atitudes assumidas pelos jovens face ao diálogo dos profissionais e dos outros jovens acerca da família (atitudes de agressão, encobrimento; demonstram sentimentos de solidariedade entre si). <p>2. Relações dos jovens entre si:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tipo de relação (chamam nomes uns aos outros – idiota, burro, estúpido-, estragam as coisas pessoais uns dos outros, violência física e/ou verbal, assustam-se uns aos outros, puxam as orelhas, usam objetos para magoar os colegas; ou por outro lado, mantêm uma relação cordial, de amizade, de preocupação, compreensão; partilha de momentos e emoções). - Entendem as diferenças e respeitam-nas. <p>3. Regras:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Concordância dos jovens face às normas estabelecidas (caso participem na definição das mesmas ou estabeleçam regras próprias). <p>4. Situações de stress:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Face a mudanças no seu quotidiano, como é que os jovens enfrentam essas mudanças (se têm capacidade de autocontrolo, ou se reagem de forma agressiva e sem pensar). - Situações que mostrem a capacidade de adaptação dos jovens às mudanças ocorridas no contexto institucional (alteração de normas e horários, por exemplo). 	

DIMENSÕES	INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<p style="text-align: center;">IDENTIDADE</p>	<p>1. Privacidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existência de um espaço individual para cada jovem (nomeadamente um quarto de dormir para cada jovem). - Disposição e decoração do espaço consoante os seus gostos e interesses (possibilidade do jovem decorar esse espaço, por exemplo, com fotografias, desenhos, <i>posters</i>, etc.). - Respeito pelo espaço de cada um (os jovens demonstram respeito pelos locais privados de cada um; ultrapassam os limites estipulados para cada jovem). <p>2. Auto-caracterização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Como se auto-caracterizam os jovens (demonstram uma atitude positiva em relação a si ou, pelo contrário, apresentam características depreciativas; que tipo de comportamentos demonstram o estado da sua autoestima (confiança em si próprio e no seu valor; OU consideram não ter valor e não ser capazes). - Sentimento de ser valorizado pelos outros (atitudes que os outros jovens demonstram para que se sintam importantes e com valor; demonstram atitudes positivas face à valorização dos outros e de si próprio). <p>3. Sentimento de pertença:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os jovens demonstram sentir-se parte integrante de um grupo (grupo de pares, família, comunidade; proferem discursos que demonstram valorização desses grupos). <p>4. Participação nas tomadas de decisão da instituição:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Qualidade e grau de participação dos jovens nas tomadas de decisão que influenciam o seu quotidiano (assuntos em que a participação é maior e mais ativa). - Como se processa essa participação. <p>5. Atitudes face à instituição:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Demonstram segurança (gosto em viver na instituição ou revolta). 	

DIMENSÕES	INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<p style="text-align: center;">RELACIONAMEN- TO FAMILIAR E SOCIAL</p>	<p>1. Relacionamento com os familiares:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relação mantida com a família alargada (avós, tios, primos...). - Sentimentos demonstrados pelos jovens face a essas pessoas (interesse ou desinteresse em relacionar-se com a família, carinho, amizade, tristeza, frustração, raiva). - Valorização do relacionamento com os irmãos (ambicionam relacionar-se ou, por outro lado, evitam esse relacionamento). <p>2. Presença dos familiares em momentos importantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Presença da família em momentos importantes na vida dos jovens (aniversários, Natal, conquistas pessoais, etc.), assim como nas rotinas institucionais (os jovens manifestam interesse em manter a presença da família em momentos como as refeições, a hora do deitar, ou, por outro lado, revelam um total desinteresse). - Comportamentos e atitudes demonstrados pelos jovens após passarem períodos de férias ou fins de semana com a família (atitudes agressivas, frustração, raiva, tristeza, satisfação...). - Apresentação de comportamentos de confronto para com as crianças ou profissionais (ações que indiquem que existiu incentivo por parte dos familiares para a prática de comportamentos agressivos e de desrespeito). 	

DIMENSÕES	INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<p>RELACIONAMEN- TO FAMILIAR E SOCIAL (cont.)</p>	<p>3. Visitas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Frequência com que ocorrem as visitas das famílias aos jovens (diariamente, semanalmente, mensalmente, apenas em períodos de férias ou festividades, ou existe total disponibilidade para visitarem os jovens quando quiserem). - Como se processam as visitas (normas, horários estipulados – podem coincidir com as rotinas da instituição, como por exemplo nas refeições, na hora do deitar, no momento de estudo; locais – quartos privados dos jovens ou salas específicas para esse efeito). - Privacidade durante as visitas ou telefonemas (os jovens estão sozinhos ou está presente algum profissional). - Sentimentos demonstrados pelos jovens perante estas visitas/telefonemas (que tipo de reações apresentam – felicidade, tristeza, arrogância, frustração). <p>4. Capacidade dos jovens se colocarem no lugar do outro (experienciarem os sentimentos das outras pessoas):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atitudes e ações apresentadas face a situações de sofrimento de outros jovens, por exemplo, ou até mesmo dos profissionais (tentam compreender os sentimentos do outro e animá-lo quando está triste; não demonstra qualquer tipo de sentimento ou preocupação face aos outros). - Respeito pelos seus direitos e deveres, mas também pelos direitos e deveres dos outros. <p>5. Qualidade das interações/relações entre os jovens:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentam-se como relações significativas (amizade, preocupação, compreensão, ou, por outro lado, demonstram-se relações de confronto, apresentando violência verbal, física e/ou psicológica, ações de agressão física grave). 	

DIMENSÕES	INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<p align="center">APRESENTAÇÃO SOCIAL</p>	<p>1. Vestuário:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilização de vestuário adequado (consoante a sua idade, género, estações do ano, cultura, ou, pelo contrário, não possuem qualquer preocupação). <p>2. Higiene pessoal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Frequência com que realizam a higiene pessoal (tomam banho todos os dias, lavam os dentes após as refeições, lavam as mãos antes das refeições). - Atitudes dos jovens face à realização da higiene pessoal (gostam de a fazer, demonstram responsabilidade, consideram ser algo importante na sua vida ou demonstram desinteresse e desvalorização). - Relação de entreajuda, por exemplo, se os mais velhos ajudam os mais novos na realização da higiene (total desinteresse; interesse e preocupação). 	
<p align="center">CAPACIDADE DE AUTONOMIA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ambição dos jovens em adquirirem autonomia (comportamentos demonstrados que indiquem o desejo de serem autónomos, por exemplo: nas férias do verão querem desempenhar algum tipo de trabalho, adequado à sua capacidade e idade). - Forma como demonstram esse desejo em ser autónomos (razões apresentadas pelos jovens que demonstrem a ambição destes em serem autónomos; diálogos estabelecidos com os outros jovens ou grupo de pares ou familiares). 	

Anexo I (C). Grelha de observação III: Relacionamento jovens-profissionais

DIMENSÕES	INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<p>EDUCAÇÃO</p>	<p>1. Responsável pela educação dos jovens: - Pessoa responsável pela educação dos jovens (funções desempenhadas por essa pessoa, nomeadamente responsável por obter informações, na escola, sobre a evolução dos jovens; adoção de medidas de estudo).</p> <p>2. Sucesso escolar: - Medidas adotadas no sentido de os jovens alcançarem o sucesso escolar (horários e rotinas estipuladas para o estudo; responsáveis por essas medidas; supervisores do cumprimento/incumprimento desses normas).</p> <p>3. Responsáveis pela dinamização do estudo: - Quem acompanha, diariamente, o estudo dos jovens (profissionais que trabalham diariamente com os jovens ou existem voluntários com formação na área do ensino). - Modo como são organizados os momentos de estudo (os jovens estão todos a estudar ou são estipulados horários diferentes para diferentes jovens).</p> <p>4. Materiais de apoio: - Que tipo de materiais de apoio ao estudo encontram-se disponíveis na instituição (livros, enciclopédias, <i>internet</i>, <i>cd's</i> vídeo e áudio, etc.). - Atitudes dos profissionais face a esses materiais (incentivo ou desencorajamento para a sua utilização). - Tipo de apoio dado pelos profissionais aos jovens, nos momentos de estudo (apenas supervisionam o estudo ou encontram-se integrados no estudo – ajudam a fazer os trabalhos de casa, explicam matérias em que os jovens apresentam mais dificuldades).</p>	

DIMENSÕES	INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<p>EDUCAÇÃO (cont.)</p>	<p>5. Habilidades e interesses:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incentivos dados pelos profissionais no sentido dos jovens desenvolverem, positivamente, as suas habilidades e os seus interesses (realização das atividades que os jovens mais gostam e que melhor desempenham; promover o desenvolvimento de tarefas que suscitem maiores dificuldades para que os jovens possam melhorar). - Atitudes e comportamentos dos profissionais que demonstrem que valorizam os jovens (encorajam os jovens a realizar atividades do seu interesse, por exemplo, proferem discursos que fazem com que os jovens acreditem em si próprios e nas suas capacidades). <p>6. Insucesso escolar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Normas aplicadas face aos resultados negativos na escola (tipo de sanções – atribuição da realização de tarefas na instituição – limpar os espaços comuns, ficar sem ver televisão durante um certo período de tempo...). - Atitudes dos profissionais face a esses resultados (isto é, forma como encaram essa situação e como agem para ajudar na inversão dos resultados). - Forma como os profissionais solucionam a situação (por exemplo, atribuir um maior apoio ao jovem que obteve resultados negativos). - Sucesso escolar (estímulos e incentivos positivos; que tipo de incentivos são dados). <p>7. Preparação diária dos jovens para a escola:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Responsável pela verificação dos trabalhos de casa. - Responsável pela organização da alimentação antes de os jovens irem para a escola e quando chegam da mesma. - Horários estipulados para o deitar e levantar durante os períodos de aulas (diferente do período de férias e/ou fins de semana). 	

DIMENSÕES	INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<p align="center">DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EMOCIONAL</p>	<p>1. Relacionamento dos jovens com os profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tipo de relação (amizade, violência, etc.). - Forma como interagem no cotidiano (preocupação face ao bem-estar do outro, quer dos jovens quer dos profissionais; violência física e/ou psicológica entre eles; respeito pelas normas estabelecidas). - Possibilidade de existência de relações de vinculação (pessoas com quem os jovens se relacionam; modo como esses relacionamentos mantêm a segurança dos jovens permitindo, assim, a eliminação ou diminuição do risco e do perigo). - Identificação dos jovens com figuras significativas da instituição (pessoas com quem os jovens mais se identificam; pessoas com quem partilham os medos; razões que os levam a identificar-se mais com a pessoa A e não com a B). <p>2. Situações de violência entre os jovens:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ação dos profissionais perante comportamentos agressivos e violentos entre os jovens (intervêm e adotam medidas de punição ou ignoram e apresentam desinteresse face a essas situações). 	

DIMENSÕES	INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<p style="text-align: center;">RELACIONAMENTO FAMILIAR E SOCIAL</p>	<p>1. Relacionamento com as famílias dos jovens:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Preocupação dos profissionais em compreender se ocorreram situações em que os familiares incentivaram e reforçaram a prática de atitudes de desrespeito e de confronto para com a instituição e os profissionais. - Modo como os profissionais se relacionam com os familiares dos jovens, nomeadamente durante as visitas (preocupação para que tudo corra bem, amizade, desprezo ou desinteresse...). <p>2. Relacionamentos significativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Qualidade das interações existentes entre os profissionais/equipa técnica e os jovens (relação amigável, de confronto, de empatia...). - Sentimentos demonstrados pelos jovens em relação aos profissionais (medo, confiança, angústia, frustração...). - Atitudes dos profissionais perante a tristeza/infelicidade dos jovens. <p>3. Violência:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existência de atitudes agressivas dos profissionais para com os jovens (violência física, verbal (chamando-lhes nomes como idiota, burro, estúpido), psicológica (fazendo com que os jovens acreditem que não valem nada nem são capazes de realizar certas atividades), provocar ferimentos graves no jovem, puxar as orelhas ou os cabelos...). <p>4. Situações de confronto entre os jovens e/ou profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Modo como os profissionais atuam perante situações de violência/agressão/confronto entre os jovens (não fazem nada; chamam outro jovem para solucionar o confronto, chamam algum elemento da direção, tentam controlar a situação e dialogar com os envolvidos sobre o sucedido, agem no sentido da eliminação desse tipo de comportamento). - Modo de resolução dos conflitos existentes entre os profissionais e os jovens, e vice-versa. 	

DIMENSÕES	INDICADORES	OBSERVAÇÕES
APRESENTAÇÃO SOCIAL	<p>1. Ações dos profissionais face à utilização contrária de vestuário:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Por exemplo, vestir roupas de verão quando a estação do ano em que se encontram é o inverno (não se preocupam em verificar se os jovens vestem roupas adequadas à estação do ano e adequadas ao seu tamanho e estatura). <p>2. Higiene pessoal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os profissionais alertam os jovens para a realização da higiene diária ou, por outro lado, deixam-nos usar roupas sujas e rasgadas. - Medidas adotadas pelos profissionais para incutir nos jovens a preocupação de realização da higiene pessoal (atividades desenvolvidas para valorizar a higiene pessoal e dos espaços). - Perante situações em que não há cumprimento, qual é o comportamento dos profissionais (ignoram, repreendem, “obrigam”...). 	
CAPACIDADE DE AUTONOMIA	<ul style="list-style-type: none"> - Medidas adotadas para que os jovens alcancem uma certa autonomia (por exemplo, responsabilizar os jovens da higiene do seu quarto/casa de banho, ou confeção das suas refeições). - Contexto de trabalho: possibilidade de incutir nos jovens a responsabilidade que exige o exercer de uma função (por exemplo, nas férias de verão, encontrar sítios que acolham jovens para trabalhar ou para ajudar no desenvolver de alguma atividade). 	
OUTROS ASPETOS A OBSERVAR	<ul style="list-style-type: none"> - Supervisão: quem está responsável por supervisionar os jovens durante o dia e durante a noite (estão sempre acompanhados ou são deixados sozinhos e trancados no quarto). 	

Anexo I (D). Grelha de observação IV: Profissionais

DIMENSÕES	INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<p>RELACIONAMENTO ENTRE MEMBROS DAS EQUIPAS</p>	<p>Tipo de relação que mantêm os profissionais entre si:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Modo de relacionamento entre os profissionais (relações estáveis ou relações de atritos, ...). - Atitudes e comportamentos que demonstrem a existência de um único caminho a seguir (ou seja, interações que os profissionais apresentam, no sentido único do bem-estar dos jovens da instituição). - Discutem em frente aos jovens ou resolvem as situações num espaço privado. 	
<p>MODOS DE COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Como é realizada a passagem de informações sobre os jovens, entre as ajudantes de ação direta (verbalmente ou por escrito – através de um registo). - Realização de reuniões para discutir as intervenções realizadas (frequência com que ocorrem, caso existam). - Perante problemas qual é a ação dos profissionais (falam diretamente com a direção técnica?). - Tipo de linguagem (utilizam palavras menos próprias no relacionamento entre si e em frente aos jovens). 	
<p>QUALIFICAÇÕES/ FORMAÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Tipo de formação que é oferecida aos profissionais (área de formação). - Frequência com que são realizadas essas formações (mensalmente, trimestralmente, semestralmente, anualmente). 	

DIMENSÕES	INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<p>OUTROS ASPETOS A OBSERVAR</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o tipo de relacionamento (se os profissionais falam uns dos outros pelas costas, ou se falam diretamente com a pessoa; se procuram criar um ambiente de trabalho propício ao bem-estar dos jovens). - Direção técnica: mantém vigilância?; Toma iniciativa de reunir com os profissionais para ouvir as dificuldades ou são os profissionais a solicitar as reuniões? - Tomadas de decisão: os profissionais têm autonomia para tomar decisões ou tem tudo que passar pela direção? - Uniformização dos castigos: os castigos encontram-se regulamentados (para comportamentos iguais os castigos são iguais) ou cada profissional define o castigo como quer, é criado um denominador comum ou os castigos são discutidos com a diretora; são castigos pré-estabelecidos e iguais para todos; consequências que a não uniformização dos castigos pode ter no desenvolvimento dos jovens). - Sanções positivas: existem sanções positivas para comportamentos positivos?; Que tipo de sanções?; Quem as define? - Coerência dos comportamentos dos profissionais: existe coerência? (os profissionais têm em consideração que a falta de coerência pode comprometer o desenvolvimento integral dos jovens?). 	

Anexo II. Formulário das fichas de caracterização

Casa de Acolhimento Esperança
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

Nome fictício: _____

1. CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

1. Género

Masculino
Feminino

2. Idade: _____ anos

3. Está a frequentar a escola

Sim
Não

4. Ano de escolaridade que frequenta

1º ciclo do ensino básico – 1º ano	<input type="checkbox"/>
1º ciclo do ensino básico – 2º ano	<input type="checkbox"/>
1º ciclo do ensino básico – 3º ano	<input type="checkbox"/>
1º ciclo do ensino básico – 4º ano	<input type="checkbox"/>
2º ciclo do ensino básico – 5º ano	<input type="checkbox"/>
2º ciclo do ensino básico – 6º ano	<input type="checkbox"/>
3º ciclo do ensino básico – 7º ano	<input type="checkbox"/>
3º ciclo do ensino básico – 8º ano	<input type="checkbox"/>
3º ciclo do ensino básico – 9º ano	<input type="checkbox"/>
Ensino secundário – 10º ano	<input type="checkbox"/>
Ensino secundário – 11º ano	<input type="checkbox"/>
Ensino secundário – 12º ano	<input type="checkbox"/>

5. Existência de reprovações

Sim
Não

5.1. Se sim:

Ano escolar	Nº de reprovações

6. Nível de escolaridade dos pais

Não sabe ler nem escrever
1º Ciclo do ensino básico (4º ano)
2º Ciclo do ensino básico (6º ano)
3º Ciclo do ensino básico (9º ano)
Ensino secundário (10º ano)
Ensino secundário (11º ano)
Ensino secundário (12º ano)

Pai	Mãe

7. Condição perante o trabalho dos pais

Exerce profissão
Desempregado
Exerce as tarefas do lar
Reformado
Pensionista
Incapacitado para o trabalho
Outra situação. Qual? _____

Pai	Mãe

8. Se estão empregados ou desempregados:

8.1. Profissão desempenhada (ou a última)

Pai: _____

Mãe: _____

8.2. Situação na profissão

Patrão não agrícola
Patrão agrícola
Trabalhador por conta própria/independente
Trabalhador por conta de outrem/assalariado
Trabalhador familiar não remunerado
Outra situação.
Qual? _____

Pai	Mãe

II. PERCURSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

9. Tempo de institucionalização na instituição:

_____ meses; _____ anos

10. Antes de estar nesta instituição, esteve institucionalizado noutra?

Sim
Não

10.1. Se sim:

Durante quanto tempo: _____

11. Irmãos institucionalizados

11.1. Na mesma instituição:

Sim
Não

11.1.1. Se sim:

Género	Idade

11.2. Noutra instituição:

Sim
Não

11.2.1. Se sim:

Género	Idade

III. CONDIÇÕES DE SAÚDE

15. Existência de problemas de saúde crónicos:

Sim
Não

15.1. Se sim, qual(ais)?

16. Regularidade com que vai ao médico:

17. Toma medicação:

Sim
Não

17.1. Se sim, que medicamentos toma?

IV. Contacto com familiares

18. Existência de contacto com os familiares:

Sim
Não

18.1. Se sim, que tipo de contactos são permitidos?

Chamadas telefónicas
Visitas à instituição
Visitas das crianças/jovens a casa
Outros. Quais? _____

18.2. Se não, quais as razões?

19. Frequência dos contactos:

Diariamente	<input type="checkbox"/>
Semanalmente	<input type="checkbox"/>
Mensalmente	<input type="checkbox"/>
Períodos de férias	<input type="checkbox"/>
Outras. Quais?	<input type="checkbox"/>

V. Ocupação dos tempos livres

Atividades desenvolvidas pela instituição:

20. A instituição desenvolve atividades para a ocupação dos tempos livres dos jovens?

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

20.1. Se sim, que atividades são desenvolvidas?

21. Que atividades propostas pela instituição mais gostas de fazer?

22. Que atividades não são realizadas mas gostarias de fazer?

23. Atividades desenvolvidas pelos jovens:

Leitura	<input type="checkbox"/>
Música	<input type="checkbox"/>
Desporto	<input type="checkbox"/>
Voluntariado	<input type="checkbox"/>
Expressão plástica	<input type="checkbox"/>
Ver televisão	<input type="checkbox"/>
Ir ao cinema	<input type="checkbox"/>
Outras. Quais? _____	<input type="checkbox"/>

Anexo III. Declaração do consentimento informado

Declaração de Consentimento Informado⁶⁴

Caro senhor(a),

No âmbito do Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social, do Instituto Superior de Serviço Social do Porto, encontro-me a realizar um estudo com o tema “*Institucionalização: eliminação ou diminuição do risco e do perigo?*”, cujo objetivo principal é compreender de que forma a institucionalização promove a eliminação/diminuição do risco e do perigo nas crianças e jovens.

Asseguro que será mantido o anonimato e a confidencialidade dos seus dados, pois consagro como obrigação e dever o sigilo profissional.

Assim:

- Declaro que todos os procedimentos relativos à investigação em curso foram claros e responderam de forma satisfatória a todas as minhas questões.
- Compreendo que tenho o direito de colocar, agora e no desenvolvimento do estudo, qualquer questão sobre o estudo e os métodos a utilizar.
- Percebo as condições e procedimentos, vantagens e riscos em participar neste estudo.
- Asseguraram-me que os processos que dizem respeito ao estudo serão guardados de forma confidencial e que nenhuma informação será publicada ou comunicada, colocando em causa a minha privacidade e identidade.
- Compreendo que sou livre de abandonar o estudo a qualquer momento.

Depois de devidamente informado(a) autorizo a minha participação neste estudo.

Data: ____/____/____

Assinatura do investigador(a):

Nome do(a) participante:

Assinatura do(a) participante

⁶⁴ Declaração adaptada de:

<http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/1681/2/SOUSA%20Maria%20Elisabete%20Pereira%20-%20question%C3%A1rio.pdf>

Guião de entrevista semiestruturada

Para aplicação aos ajudantes de ação direta

I. Perceção geral sobre o risco e o perigo e medidas de proteção

- Quais são, na opinião do funcionário, as situações que colocam em risco ou em perigo uma criança/jovem?
- A instituição e o acolhimento das crianças/jovens: protege as crianças?
- A institucionalização das crianças e jovens contribui para eliminar ou diminuir o risco e o perigo? Qual a sua opinião sobre este assunto?
- No seu entender, a colocação das crianças/jovens numa instituição de acolhimento é a medida mais benéfica para eliminar o risco e o perigo?

II. Perceção sobre os utentes da instituição

- Como interagem as crianças/jovens entre si? Que tipo de relações mantêm (conflitualidade, cordialidade,...)?
- E as crianças/jovens com os funcionários e equipa técnica? Como avalia o relacionamento entre eles?
- As crianças/jovens mantêm contacto com a família, amigos ou vizinhos? Considera ser uma relação benéfica? Como é que se relacionam?
- Na sua opinião, o que considera serem as ambições e desejos para o futuro das crianças/jovens?
- Na sua opinião, o que é que as crianças desejam para o seu presente e futuro?

III. Práticas profissionais

- Como age quando uma nova criança entra na instituição?
- Como age perante determinadas situações (por exemplo, quando vê uma criança triste, infeliz, quando existem conflitos)?
- Possui formação na área da intervenção com crianças e jovens em risco? Que tipo de formações realizou/realiza?
- No seu dia-a-dia profissional existe partilha de informação, acerca das crianças/jovens, entre os auxiliares e a equipa técnica? De que forma ocorre essa comunicação? Que tipo de mecanismos utilizam (por exemplo, livro de registo de turno, ficha de registo individual, etc.)?

- Considera que a sua intervenção contribui para promover a autonomia da criança/jovem? Se sim, de que modo é que o faz, que práticas utiliza?
- Qual a sua maior preocupação enquanto colaborador(a) da instituição?
- Com que dificuldades se depara no seu dia-a-dia profissional?

Guião de entrevista semiestruturada
Para aplicação à Assistente Social e/ou Psicóloga

I. Perceção relativamente ao risco e ao perigo

- Que situações, na sua opinião, constituem risco ou perigo para a criança/jovem?
- As situações de risco e perigo justificam a retirada das crianças/jovens do meio familiar? Em que situações considera que se justifica a institucionalização?

II. Opinião sobre as medidas de combate ao risco e ao perigo

- Em que medida considera que a retirada das crianças/jovens do seu contexto natural de vida contribui para a diminuição ou eliminação do risco e do perigo?
- Tendo em conta a sua experiência profissional, que tipo de medidas considera serem as mais adequadas para solucionar situações de risco/perigo em crianças/jovens?

III. A instituição e os seus utentes

- Acolhimento das crianças/jovens: como se processa? Quem está envolvido e de que modo?
- Projeto de vida das crianças/jovens com vista à autonomia: como trata deste assunto a instituição? Quais os profissionais envolvidos? O projeto é construído com a criança (é participado)?
- Tendo em conta que a institucionalização origina uma rutura dos laços familiares, como caracteriza o estado emocional e psicológico destes jovens?
- Como avalia, globalmente, o estado psicológico das crianças quando chegam à instituição?
- Que tipo de atividades são promovidas para os jovens e com que objetivos?

IV. Práticas profissionais

- Na intervenção que realiza na instituição, promove a participação ativa dos familiares no quotidiano dos jovens? De que forma o faz?
- Processos de comunicação entre trabalhadores: como se processa?
- Formação contínua na área: fez, está a fazer? Se sim, o quê? Considera importante? Porquê?
- Como age perante determinadas situações de conflitos entre jovens, de tristeza, entre outros?

Guião de entrevista semiestruturada

Para aplicação à Diretora da Instituição

I. Perceção relativamente ao risco e ao perigo

- O que considera estar na base das situações de risco ou perigo?
- Em que medida considera que essas situações justificam a institucionalização das crianças e jovens?

II. Opinião sobre as medidas de combate ao risco e ao perigo

- Que aspetos considera serem essenciais para promover a eliminação ou diminuição do risco e do perigo, de que estes jovens são alvo?
- O acolhimento institucional é a medida mais utilizada para solucionar situações de risco e perigo. Em que sentido considera ser a medida mais adequada?
- Tendo em conta a sua experiência profissional, considera que a institucionalização elimina o risco/perigo? De que forma?
- Como é que a instituição promove a eliminação ou diminuição do risco e do perigo nas crianças e jovens?

III. A instituição e os seus utentes

- Como é que ocorre o acolhimento das crianças/jovens? Quem recebe a criança? Que informações lhe são dadas sobre a sua situação?
- Que sinais são demonstrados pelas crianças/jovens face a mudanças ocorridas no contexto institucional (nomeadamente face a alterações de rotinas, de regras, etc.)?
- De que forma é promovida a autonomização das crianças/jovens? Que tipo de ações são executadas no sentido da autonomização?
- Qual o papel específico da instituição na definição e execução do projeto de vida da criança?
- Como é pensado o quotidiano das crianças/jovens, isto é, como são organizados os seus dias e quem é responsável por essa organização?
- A segurança das crianças é um dos principais aspetos a ter em conta no quotidiano da instituição. De que forma é que é promovida essa segurança?
- Com que obstáculos se depara para criar contextos de (res)socialização e de possível (re)inserção?

- Quais as expectativas da instituição em relação às crianças/jovens que acolhe?
- Qual a participação da criança na definição do seu projeto de vida?
- Com que frequência ocorre a desinstitucionalização? Como é preparado o momento da saída?

IV. Modos de funcionamento institucionais

- Considera pertinente que a instituição esteja organizada numa lógica existencial (uma lógica em que predomine a individualidade e unicidade)? Em que sentido?
- Que tipo de formação e/ou acompanhamento é oferecido aos auxiliares de ação direta?
- Com que obstáculos se depara na gestão da instituição?
- Que tipo de sinais são demonstrados pelas crianças/jovens face a mudanças ocorridas no contexto institucional?

Anexo VI (A). Espaços institucionais: quarto dos jovens



Anexo VI (B). Espaços institucionais: copa



Anexo VI (C). Espaços institucionais: sala de visitas



Anexo VI (D). Espaços institucionais: sala de estar





Anexo VI (E). Sala de convívio/sala de jogos



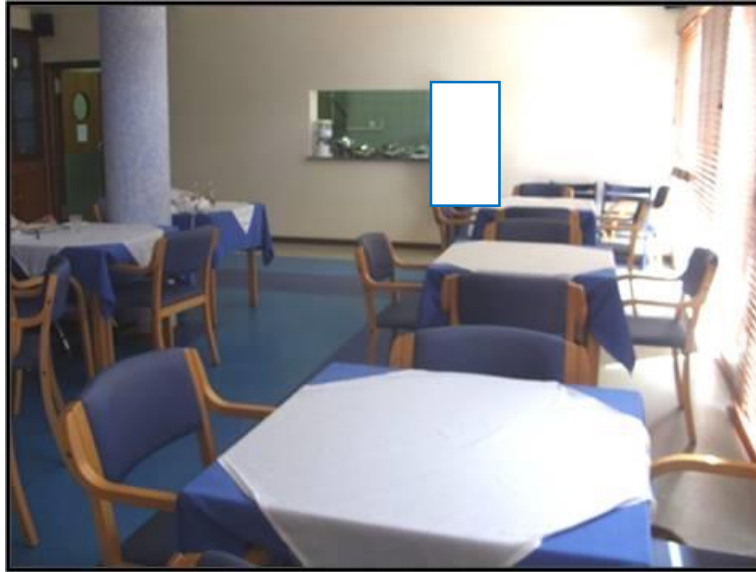
Anexo VI (F). Espaços institucionais: campo poliesportivo



Anexo VI (G). Espaços institucionais: sala multimédia/de estudo



Anexo VI (H). Espaços institucionais: refeitório



Anexo VII (A). Plano Socioeducativo Individual: Diagnóstico

LAR INTERGERACIONAL A – Valência de Infância e Juventude – Lar Esperança

Plano Sócio Educativo Individual – PSEI (Diagnóstico)

Nome: _____ D.N. ____/____/____ Data (PSEI): ____/____/____

Dimensão	Avaliação da dimensão		Dimensão	Avaliação da dimensão		Dimensão	Avaliação da dimensão	
Necessidades de desenvolvimento da criança/jovem	Saúde		Competências parentais	Cuidados básicos		Fatores familiares e ecológicos	História e funcionamento familiar	
	Educação			Segurança			Família alargada	
	Desenvolvimento emocional e comportamental			Afetividade			Condições habitacionais	
	Identidade			Estimulação			Situação profissional	
	Relacionamento familiar e social			Estabelecimento de regras			Rendimento familiar	
	Apresentação social			Estabilidade			Integração social da família	
	Capacidade de autonomia						Recursos comunitários	

Anexo VII (B). Plano Socioeducativo Individual: Estratégias de intervenção

Plano Sócio Educativo Individual - Estratégias de intervenção

Nome: _____

Data de apresentação do PSEI

__/__/____

	Dimensão	Estratégia /Atividades	Avaliação
Necessidades de desenvolvimento da criança/jovem	Saúde		
	Educação		
	Desenvolvimento emocional e comportamental		
	Identidade		
	Relacionamento familiar e social		
	Apresentação social		
	Capacidade de autonomia		

Anexo VIII (A). Definição das tarefas domésticas diárias

Colaboração Doméstica **Projeto de autonomia**

Todos – de manhã, tomam o pequeno-almoço, trocam de roupa e...

Semana de 23/05/15 a 30/05/15

Tarefas:

1. Limpa o wc 1	2. Limpa o wc 2	3. Limpa o wc 3
4. Limpeza profunda da sala de estar (ver exemplo afixado)	5. Limpeza profunda da sala de visitas (ver exemplo afixado)	6. Limpeza profunda da sala multimédia (ver exemplo afixado)
7. Limpeza profunda da copa (inclui armários, paredes, fogão, frigorífico, exaustor (ver exemplo afixado))	8. Limpar o pó dos armários do corredor	9. Coloca as mesas para o almoço
10. Coloca as mesas para o jantar	11. Limpa o refeitório após o jantar	12. Ajuda a tita no que for necessário
13. <i>Fazer a sua cama</i> , arrumar roupa, objetos pessoais e sapatos, manter o quarto limpo e organizado todo o dia.	14. Fazer limpeza do seu quarto (limpar pó, varrer e passar esfregona, retirar o lixo e limpar o vidro da janela do quarto)	15. Limpa os vidros do Arco-Iris (inclui vidros: sala de visitas, estar, multimédia, copa e corredor)
16. Varrer polidesportivo	17. Varrer varandas e limpar o jardim	18. Limpa o refeitório depois do almoço (ajuda as titas da cozinha)
19. Limpa o refeitório após o lanche (tarefa realizada apenas ao domingo)	20. Limpa as paredes do quarto	21. Lava os panos da cozinha e do pó (Verificar necessidades da copa (detergentes e panos com auxílio da tita)

Nota: Esta tabela deve ser preenchida semanalmente (**Sábado**) pelos jovens com supervisão das titas de serviço.

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
				13+1	13+1	13+14+

Anexo VIII (B). Organização das tarefas domésticas diárias

(verificar necessidades da copa (detergentes e panos com auxílio da tita)

deve ser preenchida semanalmente (Sábado) pelos jovens com supervisão das titas de serviço.

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
13+1+14	13	13	13	13+1	13+1	13+14
13	13	13+1	13+14	13	13+14	13+1
13+14	13	13	13	13	13+14	13+14
13+14	13+9	13+14	13+26	13+16	13+11	13+14+2
13+2+14	13	13	13+14	13	13+14+2	13+
13+14	13+4	13+14	13+5	13+14+2	13+10	13+14
13+14	13+2+14	13+2	13+14	13+16	13+14+4	13+14
13	13+14	13	13+14	13+3	13+14+3	13+3
13+14	13+14+12	13+14+3	13+3	13+14+20	13+14+6	13+14+15
13+3	13	13+14	13+14	13	13+14	13+14
13	14+1					

13,06,15 → Mudado no dia

13,06,15

existe sobreposição de tarefas as titas devem solicitar a um dos jovens para fazer outra tarefa;
 cia de um colega, a tita de serviço deve solicitar auxílio a outro jovem para realizar a tarefa;
 vem deverá ser atribuída pelo menos 2 tarefas por dia ao fim-de-semana;
 a semana devem marcar a limpeza dos wc's e arrumação de quartos;
 s 15, 21 e 20 são realizadas apenas ao domingo, sendo que a tarefa 20 deve ser partilhada com o
 o quarto, a tita de serviço orienta os jovens na divisão da limpeza das paredes;
 16 é realizada ao sábado;

LISTA DE ATIVIDADES E TAREFAS ELABORADA PELOS JOVENS DO LAR
ESPERANCA

1. Atividades lúdicas

- Aquaparque
- Parapente
- Piquenique
- Passeio Intergeracional do Centro Social A
- Escalada
- *Peddy Papper*
- Gincana
- Torneio de *futsal* misto (feminino e masculino)
- Piscinas do Porto Moniz
- *Summer Party*
- Caminhada à Ponta de S. Lourenço (crianças, jovens e funcionárias)
- Acampar
- Acantonamento
- Praia da Calheta
- Caminhada do Caldeirão Verde
- Praia de Machico
- Passar 3 ou 4 dias na Pousada da Juventude do Porto Moniz ou Funchal
- Visitar o Museu CR7
- Caminhada dos Pés Descalços

2. Rotinas:

- 9h-10h: Os jovens acordam, fazem as tarefas e atividades lúdicas
- 12h: almoçar e seguidamente atividades lúdicas
- 14.30h-18.30h: Ida à praia – máximo 4 vezes por semana (Só deve ir à praia sozinho consoante a maturidade e o comportamento demonstrado)
- 15.30h-16h: Lanche; Atividades lúdicas.
- 19h: Jantar; Atividades lúdicas
- 21.30h: Tomar banho
- 22.15h: Merendar
- Hora de dormir: Comportamento vermelho: 22.30h; Comportamento amarelo: 23.00h; Comportamento verde: 00.30h.

Nota: Os jovens de 2 em 2 semanas gostariam de fazer a ementa (pequeno almoço, lanche, merenda). Ficariam dois jovens responsáveis para essa tarefa.

3. Tarefas de apoio:

- Ajudar a E. (Administrativa)

- Ajudar a S. (Encarregada de setor)
- Ajudar a Dra. (Assistente Social) quando necessário
- Dar apoio aos idosos na sala de estar
- Ajudar o N. (Motorista)
- Dar apoio no CAT
- Dar apoio na cozinha
- Ajudar o Sr. A. (jardineiro)
- Apoio às *titas* da limpeza

4. Tarefas domésticas:

- Lavar os tapassóis
- Lavar as varandas
- Lavar os transportes do lar (1 vez por mês)
- Tarefas domésticas que já realizámos durante o ano letivo

Nota: A presente lista foi elaborada pelos jovens mas não foi aprovada pela equipa técnica, pois não contemplava os recursos materiais e humanos necessários para a realização das atividades de lazer, quem faz o quê, os horários de realização de algumas tarefas. Os jovens elaboraram uma outra lista, sendo que constituíram grupos com o intuito de envolverem todos os jovens na elaboração dessa lista de atividades.

Anexo X. Sistema de créditos

Avaliação do Comportamento dos Jovens do Lar Esperança

Itens a avaliar	Valor
<p>A. <u>Respeito pelas títas, colegas, idosos, visitas, etc.</u></p> <ul style="list-style-type: none"> falar de forma calma, sem palavrões nem acusações, sem gozar nem ofender e não interferir nos assuntos dos outros. - usar palavras de boa educação: “bom dia”, “com licença”, “obrigada”, etc. <p>P.S.: quem pedir desculpa logo e fizer algo para compensar a pessoa ofendida, tem amarelo em vez de vermelho.</p>	+++
<p>B. <u>Respeito pelas regras e rotinas do Lar, CAT, Catequese, etc.</u></p> <ul style="list-style-type: none"> cumprir as regras: entregar o tlm e mp4 à hora; não entrar nos quartos dos outros; não emprestar nem pedir emprestado ou tirar roupas ou objetos de outros, etc... cumprir os horários das rotinas: refeições, chegada e saída, banho, estudo, deitar e levantar, etc... 	+++
<p>C. <u>Estudar</u></p> <ul style="list-style-type: none"> fazer os TPC e estudar com atenção e dedicação! 	++
<p>D. <u>Arrumar o seu quarto</u></p> <ul style="list-style-type: none"> fazer a cama antes de sair para as aulas e deixar o armário minimamente arrumado, a mesa de cabeceira, a escrivaninha e os sapatos! Limpar o chão e vidros da janela quando estiver mais tempo no CAT (de manhã ou de tarde)! Ao fim-de-semana limpar e arrumar tudo. 	++
<p>E. <u>Fazer a sua tarefa</u></p> <ul style="list-style-type: none"> fazer a sua colaboração doméstica com cuidado e empenho sem a tita relembrar! 	++
<p>F. <u>Fazer a sua higiene pessoal com cuidado</u></p> <ul style="list-style-type: none"> tomar banho esfregando muito bem o corpo e cabelo, usar desodorizante e manter as unhas curtas e limpas, lavar os dentes com cuidado após todas as refeições, não deixar o pufe do banho no chão, não usar giletes de ninguém, etc. 	+
<p>G. <u>Deixar o W.C. limpo</u></p> <ul style="list-style-type: none"> limpar o seu WC e mantê-lo limpo e sem roupas ou toalhas no chão espalhadas. 	+
<p>H. <u>Comer com modos e fazer conversas adequadas à mesa</u></p> <ul style="list-style-type: none"> sentar-se direito na cadeira, pôr pouco comer na boca e mastigar de boca fechada, não falar de boca cheia e fazer conversas decentes à mesa, com respeito por todos. 	+
<p>I. <u>Fazer tudo para poupar</u></p> <ul style="list-style-type: none"> tomar banho rápido (10 min.), fechar a água enquanto esfrega o corpo/cabelo e os dentes, apagar as luzes, tv, rádio quando já não são precisos, não deitar comer fora, etc. 	+
<p>J. <u>Não pôr a sua vida e/ou de outros em risco</u></p> <ul style="list-style-type: none"> não assumir qualquer comportamentos de risco como o consumo de tabaco/álcool ou outras drogas; mexer/andar com materiais perigosos; ser violento fisicamente com outros; ir ou vir da escola a pé sem ser necessário, etc. 	++++

Cotação:

VERDE	Se não falhar nenhum item ou se falhar apenas 1 item de valor + !
VERMELHO	Se falhar em 4 itens de valor +! Se falhar 2 itens ou mais de valor ++! Se falhar 1 item de valor +++!
RMV - Retirada de metade dos verdes arrecadados	Se falhar no item de valor ++++!

Anexo XI. Lista de recompensas

Lista de recompensas dos jovens do Lar Esperança

Recompensas	Pontos
Repetir 1 bola de Gelado ao almoço	4
Escolher o canal de TV por 1h.	5
1h extra de PC.	6
1h extra de <i>Playstation</i> .	8
Escolher o pequeno-almoço durante 3 dias (dentro do que há)	14
Escolher o lanche durante 3 dias (dentro do que há)	18
Convidar um amigo para lanchar e brincar	30
Convidar um amigo para jantar	40
Fazer uma sobremesa à escolha	50
Fazer uma refeição à escolha	60
Ir mais tarde para a cama 30 min. (no Sáb.)	65
Ir ao Karaoke cantar	75
Ir passear ao centro comercial	85
Ir ao MacDonalds	95
Ir comer um gelado fora	105
Ir ao cinema	110

Total semanal de verdes possíveis = 7
Total mensal de verdes = 28; 30 ou 31

Total quinzenal de verdes = 14
Total trimestral de verdes = +/- 90

Os pontos podem ser acumulados ou trocados por recompensas no final da semana (no Sábado) ou dos meses (no último sábado do mês). A avaliação é feita por uma tita, com a criança/jovem.

Pontuações extra:

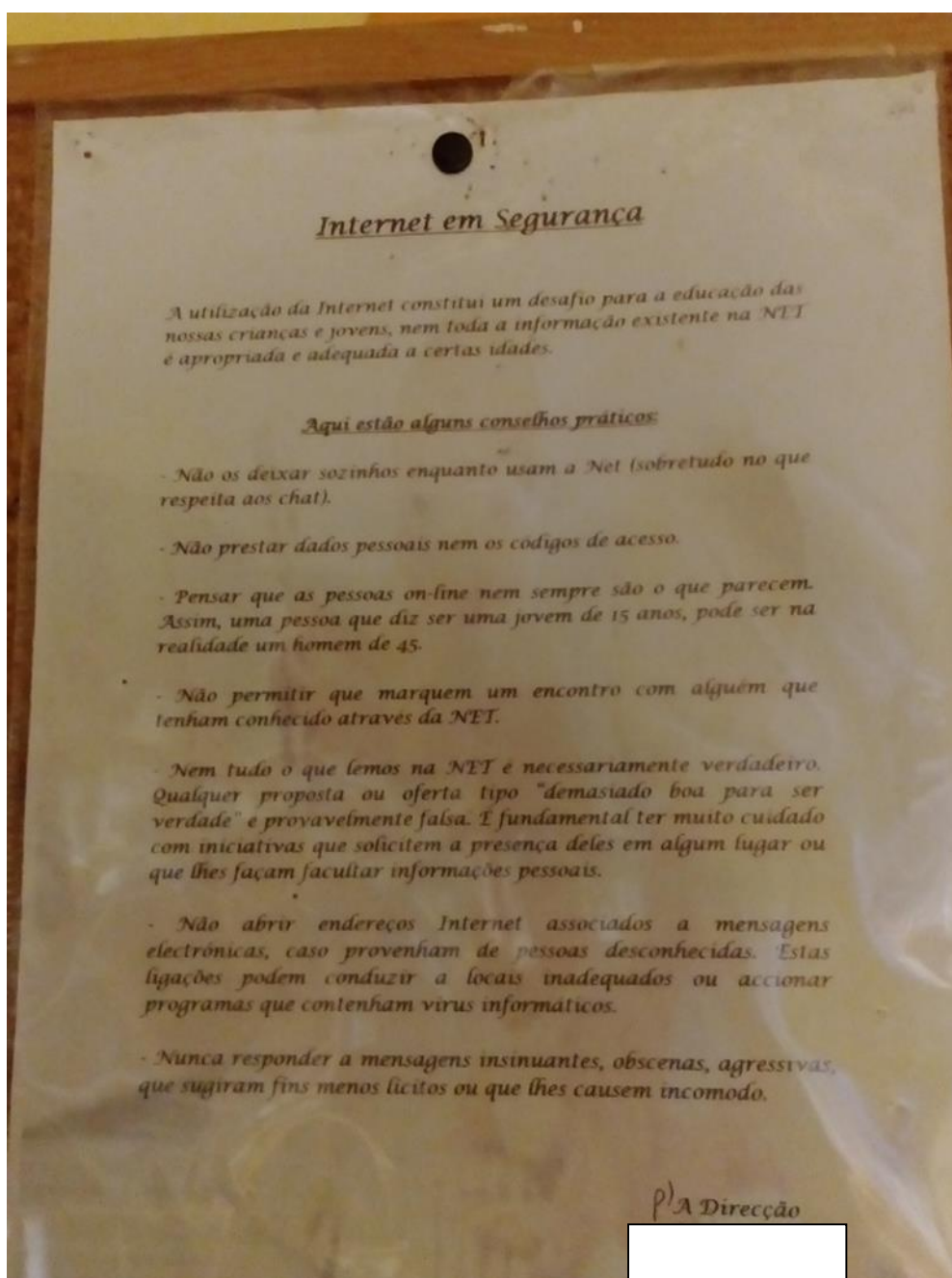
No fim de cada mês:

- quem tiver o quarto mais vezes arrumado e limpo (ou seja, quem falhar menos no item D) recebe **mais 10 pontos**, no fim da semana.
- quem estudar mais e com empenho (ou seja, quem falhar menos no item C), recebe **mais 15 pontos**, no fim da semana.

Penalizações:

- Quem tiver 4 vermelhos numa semana perde UM divertimento (as *titas* decidem qual) no fim-de-semana e deve ajudar as *titas* a fazer alguma tarefa doméstica.
- Quem tiver 5 ou mais vermelhos numa semana fica o fim-de-semana sem DOIS divertimentos (as *titas* decidem quais) e deve fazer uma tarefa extra, para além da sua.
- Quem tiver 4 ou mais amarelos numa semana fica o fim-de-semana sem UM divertimento e deve ajudar as *titas* a fazer alguma tarefa doméstica.

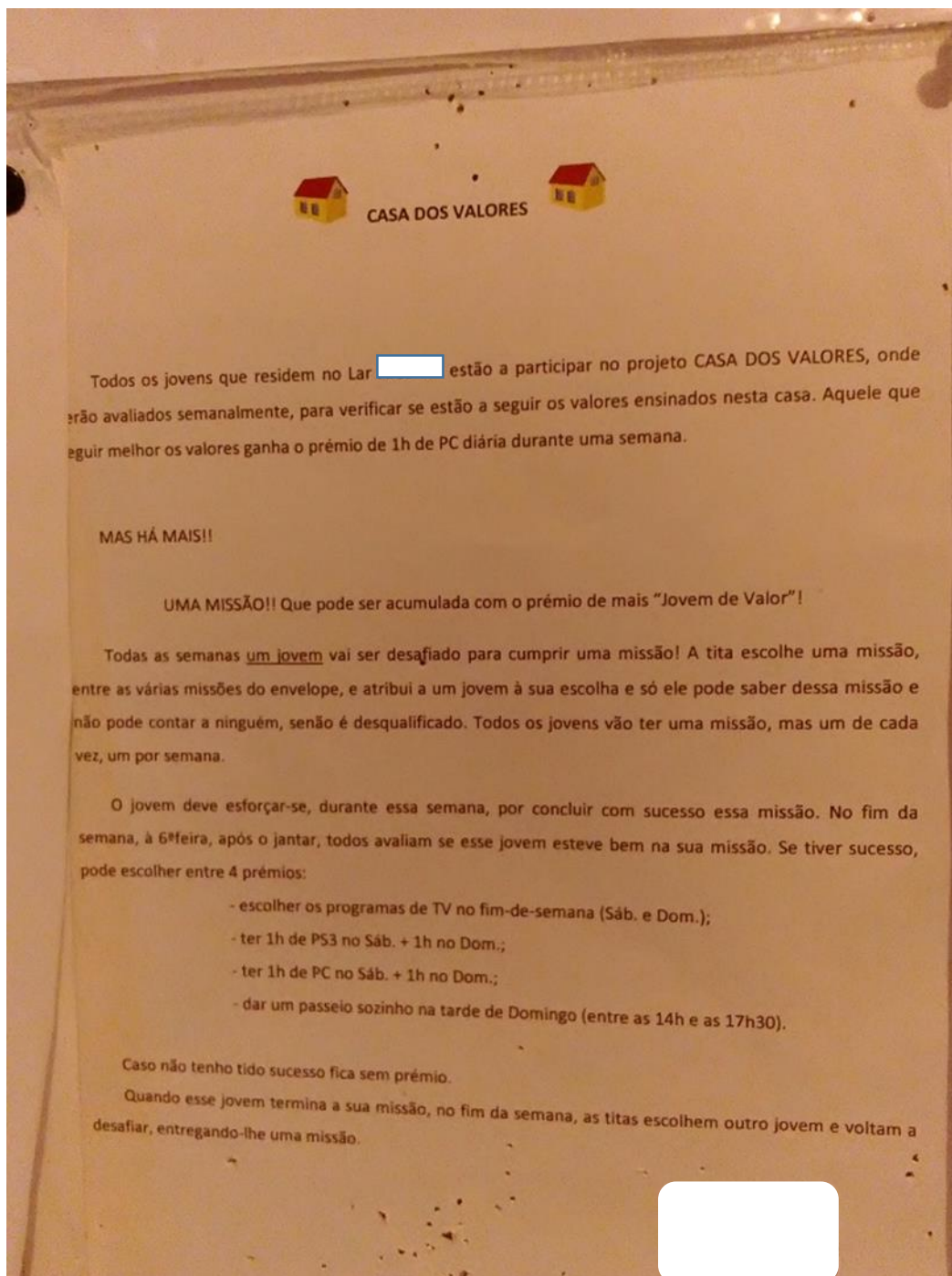
Anexo XII. Utilização da internet de forma segura



Anexo XIII (A). Projeto “Casa dos Valores”



Anexo XIII (B). Projeto “Casa dos Valores”: Explicação



Anexo XIV. Incentivos afixados no Lar Esperança



Anexo XV (A). Projeto de autonomização “Criar Asas”: Itens de desenvolvimento da autonomia

**PROMOVENDO AUTONOMIA NO
LAR ESPERANÇA**

O/A jovem: _____

Temas de desenvolvimento da Autonomia:

A. Estudo	(5 itens)	F. Sexualidade	(5 itens)
B. Tarefas domésticas	(9 itens)	G. Substâncias psicoativas	(4 itens)
C. Gestão de tempo	(4 itens)	H. Uso de recursos da comunidade	(2 itens)
D. Gestão financeira	(4 itens)	I. Inserção na vida ativa e empreendedorismo	(5 itens)
E. Cuidado por si próprio	(7 itens)	J. Competências pessoais e sociais	(16 itens)

Total = 61 itens

Itens de desenvolvimento de Autonomia

ITENS DE AUTONOMIA	DATA de AVALIAÇÕES			
A – Estudo				
1- Faz os TPC por sua iniciativa e com atenção;				
2- Marca as datas dos testes no calendário semanal e preparar-se para eles, estudando com antecedência;				
3- Realiza os trabalhos de grupo e individuais com empenho;				
4- Organiza e zela o material escolar diariamente;				
5- Avisa a encarregada de educação das reuniões na escola.				
B – Tarefas domésticas				
1- Mantém organizado e limpo o <u>quarto</u> diariamente, incluindo armário, mesa de cabeceira e secretária;				
2- Limpa o <u>WC</u> com cuidado e empenho;				
3- Lava a <u>roupa</u> interior e outras peças de vestuário seguindo as orientações das etiquetas;				
4- Passa a roupa a <u>ferro</u> com eficácia, tendo em conta os cuidados necessários;				
5- Prepara <u>refeições</u> saudáveis com empenho e eficiência;				
6- Realiza <u>recados</u> dentro e fora da instituição com eficiência;				
7- Prepara <u>lanche</u> quando vai sair e serve-se dos alimentos de forma saudável e moderada, nas refeições do lar, segundo a ementa estipulada;				
8- Informa à tita de serviço e na cozinha quando há uma alteração no número de refeições (quando não vai almoçar/jantar no lar ou quando afinal vai comer e não estava contabilizado);				
9- Realiza com cuidado e empenho outras tarefas pelas quais está responsável (ex: cuidar de animal de estimação, da horta, etc.).				

ITENS DE AUTONOMIA	DATA de AVALIAÇÕES			
C – Gestão de tempo				
1- Acorda e levanta-se sozinho ou com o despertador;				
2- Define prioridades nas tarefas que deve realizar diariamente, semanalmente ou mensalmente (faz primeiro o mais importante e depois o menos urgente);				
3- Cumpre os horários dos seus compromissos diários e semanais;				
4- Informa a tita de serviço e encarregada de educação quando se verifica alterações nos meus compromissos semanais (escolares ou familiares).				
D – Gestão financeira				
1- Define prioridades nos gastos de dinheiro (ex.: escreve uma lista das coisas mais importantes a pagar na semana e no mês);				
2- Reconhece e cumpre com as regras de poupança nas compras de supermercado (faz listas do que se quer comprar consoante a prioridade; compara preços e vê promoções; analisa o preço e a qualidade);				
3- Paga as despesas mensais fixas sem falhar (vinheta do passe, telemóvel, etc.);				
4- Tem cuidado em apagar a luz quando não necessita; fecha a água enquanto lava os dentes, o corpo ou cabelo; não deita comer fora; reutiliza algum material, etc..				
E – Cuidado por si próprio				
1- Tem cuidado com a <u>higiene pessoal</u> : lava os dentes, corpo e cabelo com cuidado, limpa ouvidos, mantém as unhas limpas e curtas e usa desodorizante todos os dias;				
2- Usa <u>roupa</u> limpa e adequada à estação e contexto / situação;				
3- Faz as cinco <u>refeições</u> diárias saudáveis, cumprindo com os seus horários;				
4- Marca todas as refeições na escola e consome;				
5- Cumpre com as regras de segurança dos espaços que frequenta;				
6- Pratica <u>desporto</u> / atividade física regularmente (2x por semana no min.).				
F – Sexualidade				
1- Reconhece as consequências dos comportamentos de risco de cariz sexual;				
2- Conhece os métodos contraceptivos e sua eficácia;				
3- Procura informação e/ou ajuda junto dos técnicos de saúde e adultos de confiança e participa em formações e debates sobre este tema;				
4- Solicita métodos contraceptivos de forma a prevenir a gravidez ou o contágio de doenças;				
5- Marca consulta do jovem/planeamento familiar com enfermeira do Centro de Saúde e com ginecologista (para as raparigas).				
G – Comportamentos de risco – substâncias psicoativas e dependências				
1- Reconhece as consequências dos comportamentos de consumo de substâncias aditivas;				
2- Reconhece comportamentos saudáveis e alternativos ao consumo de substâncias;				
3- Adota comportamentos saudáveis e inibe-me de consumir drogas, tabaco ou álcool;				
4- Procura informação fidedigna e/ou ajuda e participa em formações sobre este tema;				
5- Aconselha os colegas informando-os sobre os malefícios dos consumos.				

H – Uso de recursos da comunidade				
1- Reconhece os serviços da comunidade e suas funções;				
2- Dirige-se aos serviços que necessita e faz uso deles com eficiência (ex.: lojas de roupa ou calçado, supermercado, centro de saúde, hospital, segurança social, finanças, loja do cidadão, correios, banco, etc.).				
I – Inserção na vida ativa e empreendedorismo				
1- Define objetivos e um projeto de vida para o seu futuro;				
2- Elabora uma carta de apresentação e um curriculum vitae;				
3- Seleciona anúncios de emprego de acordo com as suas aptidões;				
4- Conhece sites de procura de emprego e usá-los com eficiência;				
5- Sabe como se comportar numa entrevista de emprego/voluntariado.				
J – Competências pessoais e sociais				
1- <u>Ouve</u> com calma e sem interromper;				
2- Inicia uma conversa e faz perguntas com educação e calma;				
3- Usa palavras de <u>boa educação</u> nos contextos corretos (ex.: bom dia, com licença, por favor, desculpe, obrigada, etc.) ;				
4- Reconhece os meus sentimentos e expressa-os de forma assertiva;				
5- Reconhece os <u>sentimentos</u> dos outros e respeita-os;				
6- <u>Controla-se</u> e não responde de forma impulsiva e agressiva, usa o auto-controle;				
7- Faz elogios de forma assertiva;				
8- <u>Pede ajuda</u> , com modos, quando preciso;				
9- Defende os seus <u>direitos</u> de forma calma e assertiva;				
10- Faz uma <u>queixa</u> de forma calma e assertiva;				
11- <u>Pede desculpa</u> quando erra;				
12- Lida com a <u>exclusão</u> de forma assertiva, expressando os seus sentimentos e procura formas alternativas de se incluir num grupo onde se sinta bem e saudável;				
13- Lida com a <u>frustração</u> de não ter o que esperava ou desejava, pensando positivo sobre outros aspectos da sua vida e não se deixando ir a baixo;				
14- Responde assertivamente à <u>persuasão e pressão de grupo</u> , dizendo não quando a pressão é para assumir comportamentos de risco;				
15- Lida com uma <u>acusação injusta</u> , respondendo de forma calma e apresentando argumentos válidos e coerentes para justificar a minha inocência;				
16- Toma <u>decisões</u> ponderadas, analisando previamente as consequências da decisão.				

Escala de avaliação:

1- Não consegue ainda.

2- É capaz com incentivo e ajuda.

3- É capaz sozinho, com supervisão.

4- É capaz sem ajuda e ensina outros.

Legenda:

Nível 1: “Ainda não é capaz!” – O jovem acompanha o adulto (modelo) que executa a tarefa.

Nível 2: “É capaz, com ajuda!” – O jovem executa a tarefa, com o incentivo e apoio do adulto.

Nível 3: “É capaz sozinho!” – O jovem executa a tarefa sozinho e o adulto apenas faz a supervisão.

Nível 4: “É capaz sozinho e por sua iniciativa e consegue ajudar outros a aprender!” – O jovem é modelo para os menos autônomos.

Anexo XV (B). Projeto de autonomização “Criar Asas”: Estratégias

PROMOVENDO AUTONOMIA NO LAR ESPERANÇA

Data: ____/____/____
 Plano N° ____ Jovem: _____
 Idade: _____ Tita responsável: _____
 Enc.Educ.: _____

Tema	Item	Estratégia	Atividades	Recursos	Calendarização
A. Escola	1.Fazer TPC				
	2. Marcar testes e estudar				
	3. Fazer trabalhos de grupo e individuais				
	4. Organizar e zelar pelo material				
	5. Avisar das reuniões na escola				
B. Tarefas domésticas	1. Limpar quarto				
	2. Limpar WC				
	3.Lavar roupa				
	4. Engomar roupa				
	5. Fazer refeições				
	6. Fazer recados				
	7. Fazer lanches e servir-se nas refeições				
	8. Informar quando não almoça/janta				
	9. Cuidar de animal e/ou horta				

Tema	Item	Estratégia	Atividades	Recursos	Calendarização
C. Gestão de tempo	1.Acordar com despertador				
	2.Definir prioridades				
	3. Cumprir horários				
	4.Informar alterações nos compromissos				
D. Gestão financeira	1.Definir prioridades nos gastos				
	2.Cumprir regras de poupança nas compras de supermercado				
	3. Pagar despesas fixas				
	4. Poupar água, luz, comer, roupa, etc.				
E. Cuidado por si próprio	1.Higiene pessoal				
	2. Roupa adequada				
	3. Fazer ementas saudáveis				
	4. Consumir 5 refeições saudáveis por dia				
	5. Marcar refeições na escola e consumir todas				
	6. Cumprir regras de segurança de todos os espaços que frequenta				
	7. Praticar desporto				
F. Sexualidade	1.Saber consequências dos comportamentos de risco				
	2.Conhecer os métodos contraceptivos				
	3.Procurar informação				
	4. Solicitar métodos contraceptivos nos locais adequados				
	5. Marcar consultas de saúde de rotina e especialidade				

Tema	Item	Estratégia	Atividades	Recursos	Calendarização
G. Substâncias aditivas	1. Conhecer consequências				
	2. Conhecer comportamentos saudáveis				
	3. Adotar comportamentos saudáveis				
	4. Procurar informação, mostrar interesse por participar em formações				
H. Recursos da comunidade	1. Conhecer serviços e suas funções				
	2. Usar os serviços adequados com eficiência				
I. Inserção na vida ativa	1. Definir objetivos				
	2. Fazer CV				
	3. Procurar anúncios de emprego				
	4. Sabe usar sites de emprego				
	5. Responder a entrevista de emprego				

Tema	Item	Estratégia	Atividades	Recursos	Calendarização
J. Competências sociais e pessoais	1.Ouvir com calma				
	2.Iniciar conversa				
	3.Usar palavras de boa educação				
	4.Reconhcer e expressar sentimentos				
	5.Respeitar sentimentos dos outros				
	6.Usar auto-controle				
	7.Fazer elogios				
	8.Pedir ajuda				
	9.Defender direitos				
	10.Fazer uma queixa				
	11.Pedir desculpa				
	12.Lidar com exclusão				
	13.Lidar com frustração				
	14.Lidar com persuasão				
	15.Liar com acusação				
	16.Tomar decisões				

Data: _____

Observações:

Anexo XV (C). Projeto de autonomização “Criar Asas”: Atividades

Projeto de Autonomia: “Criar Asas” Atividades anuais (2014-2015)

Atividade	Duração/ periodicidade	Descrição da atividade	Objetivos da atividade	Recursos Humanos	Recursos Materiais	1ª Avaliação / /	2ª Avaliação / /
<i>Utilizar recursos da comunidade/ serviços públicos</i>	1 ano Mensal	Deslocação dos jovens aos diversos serviços existentes na comunidade de forma a saber utilizá-los.	Dar a conhecer os recursos da comunidade. Saber identificar os recursos da comunidade. Usar os serviços adequados de forma eficiente. Acionar e fortalecer redes de apoio.	.Técnica gestora .Funcionárias do Lar .Motorista .Funcionários dos serviços	.Transporte		
<i>Educação financeira e cozinha saudável</i>	1 ano Mensal	Elaboração de ementas saudáveis. Realização de orçamento de gastos para a elaboração da ementa. Compras dos alimentos no supermercado. Confeção das refeições na copa do Lar.	Identificar produtos alimentares saudáveis. Conhecer as regras de poupança. Identificar prioridades nos gastos de compras alimentares. Aprender a confeccionar refeições.	.Técnica gestora .Psicóloga .Motorista	.Transporte .Dinheiro .Papel, canetas .Folhetos de promoção dos supermercados .Computador .Internet.		

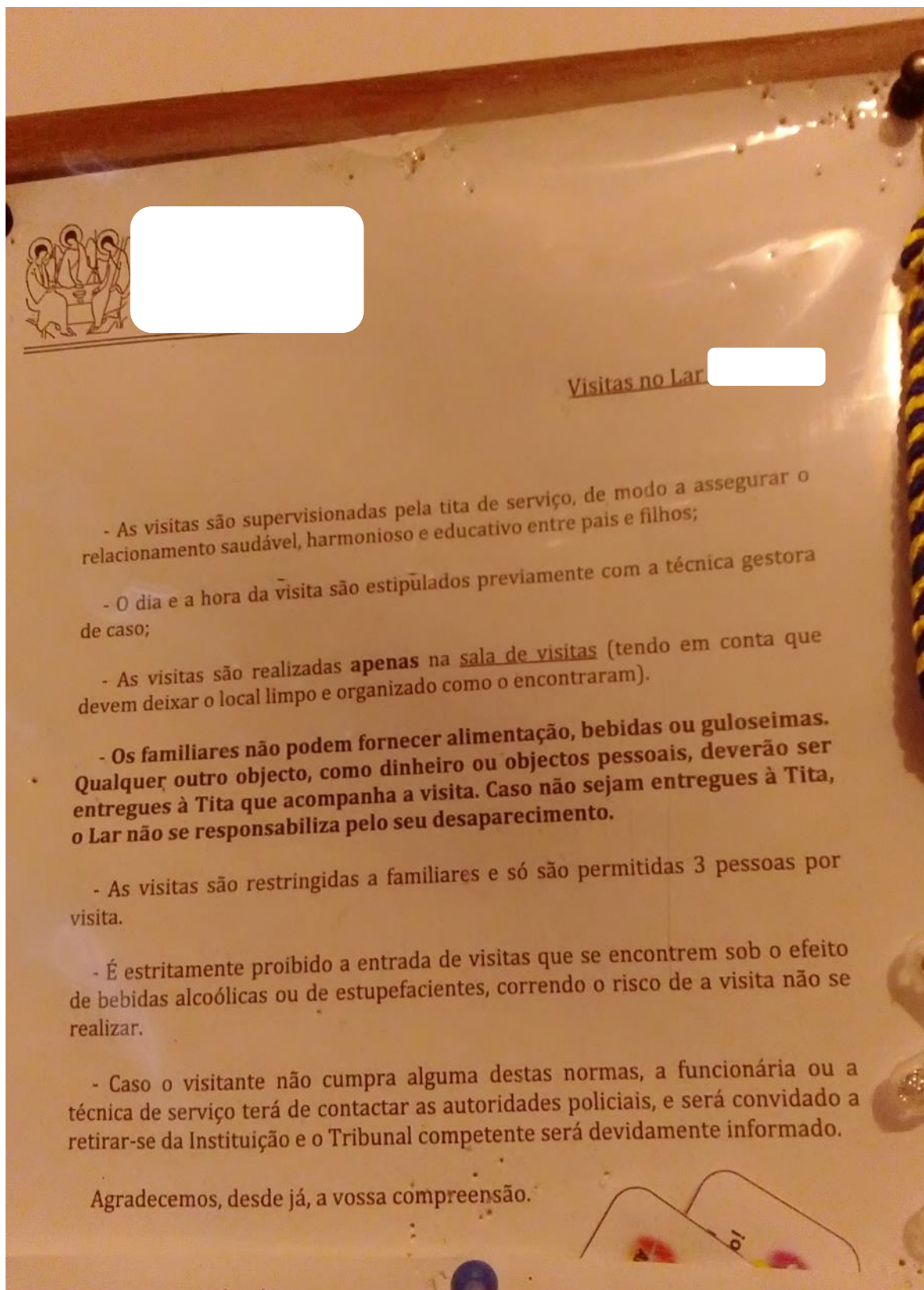
Atividade	Duração/ periodicidade	Descrição da atividade	Objetivos da atividade	Recursos Humanos	Recursos Materiais	1ª Avaliação _/_/_	2ª Avaliação _/_/_
<i>Encontro familiar</i>	2 dias Verão (1 dia em Julho e 1 em Agosto)	Encontros entre os jovens e os seus familiares. Passeio pela ilha, refeições e atividades/dinâmicas de grupo.	Promover a aceitação da família. Reforçar os laços familiares. Recriar laços afetivos familiares.	. Técnica gestora . Psicóloga . Família . Funcionárias do Lar . Cozinheiras . Motorista	. Refeições . Material didático . Transporte		
<i>“Hoje lembrei-me de ti...”</i>	1 ano Semanal	A técnica gestora deixa uma mensagem e 2 a 3 bombons a um jovem que tenha realizado um comportamento positivo significativo.	Recompensar e reforçar os comportamentos positivos nos jovens. Aumentar a motivação para se destacar do grupo pela positiva.	. Técnica gestora	. Impressora . Papel . Tinta . Envelope . Cores . Bombons . Tesoura . Régua . Borracha		
<i>Painel de resultados positivos e momentos inovadores</i>	1 ano Semanal	Os técnicos e as titas escrevem no quadro os comportamentos positivos de realce alcançados pelos jovens. Anunciar gestos ou atividades criativos e inovadores realizados pelos jovens. Incentivar os jovens a realizarem uma atividade criativa durante o ano.	Reforçar comportamentos positivos dos jovens acolhidos Reforçar atividades diferentes do habitual Promover a criatividade	. Técnica gestora . Psicóloga . Funcionárias do lar	. Quadro branco . Canetas . Álcool . Algodão		

Atividade	Duração/ periodicidade	Descrição da atividade	Objetivos da atividade	Recursos Humanos	Recursos Materiais	1ª Avaliação _/_/_	2ª Avaliação _/_/_
<i>Desmistificar a realidade...</i>	1 dia Verão	Encontro dos jovens com ex-residente(s) do lar, roda de conversa.	Criar um espaço de partilha e de debate sobre o futuro fora da instituição: medos, fantasias, dúvidas, etc.. Conhecer as dificuldades reais de quem já viveu em lar. Motivar e inspirar os jovens para acreditar no futuro e nos sonhos, dando coragem para lutar pelos seus objetivos.	. Ex-residentes . Técnica gestora . Psicóloga . Funcionárias do lar	. Lanche . Sala ampla . Cadeiras		
<i>Oficina Solidária</i>	1 ano Semanal	Realização de tarefas domésticas pelos jovens na manutenção da casa, ajudando o N.	Aprender a fazer pequenos concertos/arranjos numa casa.	. Motorista da instituição	. Materiais necessários à manutenção dos espaços da instituição		
<i>Um pequeno tempo para mim ajuda para os outros</i>	1 ano Mensal	Realização de ações de voluntariado dos jovens nos espaços do Centro Social e Paroquial A.	Promover a responsabilidade social. Fomentar o valor da solidariedade nos jovens. Desenvolver a capacidade de organização/gestão de tempo.	. Técnica gestora . Psicóloga . Funcionárias das 2 valências do Centro Social A.	. Consoante o voluntariado.		

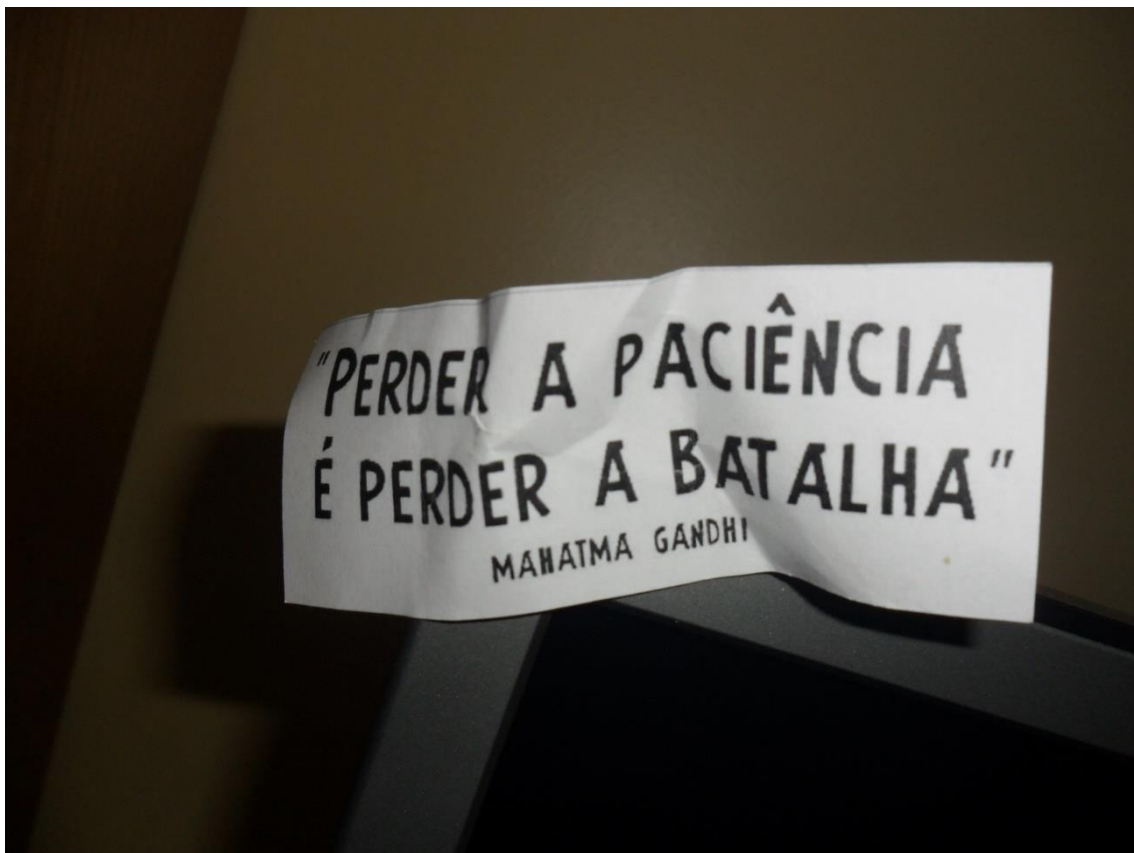
Atividade	Duração/ periodicidade	Descrição da atividade	Objetivos da atividade	Recursos Humanos	Recursos Materiais	1ª Avaliação _/_/_	2ª Avaliação _/_/_
<i>“O meu negócio”</i>	1 ano Verão	Criação de um negócio próprio, pensado e criado por cada jovem, com base nas suas aptidões e interesses.	Incentivar a criatividade. Promover o empreendedorismo.	. Técnica gestora . Psicóloga	. Consoante os projetos apresentados		
<i>“Aperta laços”</i>	1 ano Mensal	Criação de um espaço de debate entre a equipa técnica e os jovens.	Promover espaços de partilha de dúvidas, sonhos; Proporcionar momentos para trabalhar auto-conhecimento e auto-estima; Criar um espaço para refletirem sobre os seus sonhos e quais as estratégias a seguir para os realizar. Provocar um sentimento de motivação interna para lutar pelos seus interesses e objectivos.	. Técnica gestora . Psicóloga.	. Espaço físico . Materiais didáticos.		

Atividade	Duração/ periodicidade	Descrição da atividade	Objetivos da atividade	Recursos Humanos	Recursos Materiais	1ª Avaliação _/_/_	2ª Avaliação _/_/_
<i>Treinando competências parentais</i>	1 ano 4 a 5 sessões no verão	Promoção de contacto entre os jovens e os bebés do CAT, de forma a prestarem os cuidados necessários aos mesmos Formação com enfermeira de saúde infantil e psicóloga.	Aumentar os conhecimentos básicos de higiene, alimentação e saúde na infância. Aumentar os conhecimentos dos jovens sobre os cuidados básicos que as crianças precisam e como prestá-los. Desenvolver conhecimentos sobre a educação de crianças: regras e limites. Aumentar a responsabilidade dos jovens.	. Técnica gestora . Psicóloga . Funcionárias do CAT . Técnicas do CAT . Enfermeira do Centro de saúde ou Lar	. Técnicas e funcionárias do CAT		
<i>“Um olhar para o futuro”</i>	Ao longo do ano lectivo 2014/2015	Criação de um espaço para jovens refletirem e compreenderem que os estudos são importantes para conseguirem alcançar os objetivos. Tornar os momentos de estudo mais dinâmicos e interessantes com jogos didáticos/ pedagógicos que avaliem os conhecimentos e com recompensas do interesse de cada um.	Motivar para o estudo dos jovens, na medida em que precisam de o fazer para alcançarem os seus objetivos de vida. Aumentar a motivação dos jovens para estudarem e melhorar o seu envolvimento com a escola e estudos, ampliando a sua assiduidade e empenho no estudo.	. Técnica gestora . Psicóloga . Funcionárias do Lar	. Computar com internet . Projetor . Sala ampla . Folhas . Canetas . Quadro branco . Marcadores . Jogos didáticos . Música calma		

Anexo XVI. Regulamento das visitas aos jovens



Anexo XVII. Frase de incentivo afixada no computador



Anexo XVIII. Cartaz alusivo aos continentes



O QUE ACONTECE AO TEU CORPO QUANDO CRESCES

Sistema Reprodutor Feminino

- Ovarios** - glândulas sexuais femininas que produzem os óvulos e as hormonas (estrogénio e progesterona).
- Útero** - **musculatura** muscular que constitui uma cavidade revestida por uma mucosa - o endométrio - que **aumenta de volume no momento da ovulação** por influência do corpo amarelo.
- Trompas de Falópio** - são **dois canais compridos e estreitos que captam o óvulo** quando este sai do ovário, **para o conduzir ao útero**.
- Vagina** - **canal flexível de tamanho variável que vai do colo do útero até ao exterior**, localizado **entre a uretra e o ânus**.

Sistema Reprodutor Masculino

- Penis** - tem uma forma cilíndrica e tamanho variável, na sua extremidade está uma zona mais volumosa que se chama **glândula**, tem uma estrutura viscosa comparável a uma esponja muito porosa - **torres cavernosas**.
- Testículos** - glândulas sexuais masculinas. **Produzem os espermatozoides e a hormona sexual masculina, a testosterona**.
- Vesículas seminais** - são pequenas sacos que **captam os espermatozoides maduros**. Estão situadas **debaixo da bexiga**. **fabricam um líquido viscoso - líquido seminal - que protege os espermatozoides, os alimenta e facilita a sua deslocação**.
- Próstata** - estrutura única, situada nas proximidades das vesículas seminais e que **produz um líquido - líquido prostático - que protege, alimenta e facilita a mobilidade dos espermatozoides**.

REPRODUÇÃO - COMO ACONTECE

- 1° Quando um homem e uma mulher têm **relações sexuais** podem gerar um **ovo** se:
 - A partir da puberdade, o **testículo** está constantemente a **produzir espermatozoides**; nos testículos, a **mulher** já nasce com o número de **ovúlos** com que poderá contar na sua vida fértil (são cerca de 100 mil) na puberdade. **Todos os meses**, a parte da primeira menstruação imediata, **um óvulo é libertado** dos ovários.
- 2° Todos os meses, um **óvulo maduro** é libertado dos ovários da mulher. Durante o acto sexual, **se o pénis do homem estiver dentro da vagina da mulher** e houver uma ejaculação, o **esperma**, com os seus milhões de espermatozoides se para fora do pénis.
- 3° **Esses milhões correm à "caça"** ao longo da vagina até ao útero e entram nas trompas de Falópio à procura de um óvulo.
- 4° Quando finalmente o encontram, **os espermatozoides atacam-se contra os seus dentes** até que está só um sobrevivente.
- 5° Por vezes **há um espermatozoide que consegue furar a embala** através da parede do óvulo e entra. Mas, só um é que o pode fazer. Os outros não podem entrar no óvulo.
- 6° Agora, o **óvulo e o espermatozoide de fundem** numa única célula, o novo organismo chama-se **fertilização**.
 - Essa célula rapidamente se **divide** em duas e assim sucessivamente até que se forma um pequeno organismo de células, parecido com uma ameba.
- 7° **Está formado um novo ser!**